

Volume 14, n.2

---

# Veredas da História

---



---

ISSN 1982-4238

# Veredas da História, [online], v. 14, n.2, dez., 2021, ISSN: 1982-4238

## EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS  
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ  
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel  
Leandro Duarte Rust, UFMT  
Marcelo Pereira Lima, UFBA  
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes  
Priscila Henriques Lima, UERJ

## APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA  
Cassiano Celestino de Jesus  
Joseane Pereira de Souza  
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA  
Thasio Sobral

## CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG  
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS  
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ  
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel  
Marcelo Pereira Lima, UFBA  
Leandro Duarte Rust, UFMT  
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ  
Priscila Henriques Lima, UERJ  
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes  
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

## CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG  
Alessander Mário Kerber, UFRGS  
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF  
André Pereira Botelho  
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ  
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ  
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa  
Beatriz Helena Domingues, UFJF  
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT  
Célia Maia Borges, UFJF  
Cláudio Batalha, Unicamp  
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ  
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ  
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP  
João Fragoso, UFRJ  
João Klug, UFSC  
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD  
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ  
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRJ  
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ  
Lia de Aquino Carvalho, UCP  
Lia Zanotta Machado, UnB  
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP  
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP  
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB  
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF  
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ  
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ  
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO  
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

## CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)  
Priscila Henriques Lima (UERJ)  
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

## CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

## CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA  
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

### APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

#### **5 INTELLECTUAIS, PESQUISA CIENTÍFICA E FORMAS DE PENSAR A SOCIEDADE**

Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (Centro Universitário Celso Lisboa)  
Thiago de Souza dos Reis (Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá)

### ARTIGOS DO DOSSIÊ

#### **7 REFLEXÕES SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR E SEUS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS**

Kacia Mikaela de Sousa (UFGD)

#### **18 FRONTEIRAS, AMPLIAÇÕES E DIÁLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS ESTATUTOS DA HISTÓRIA EM UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO**

Chrigor Augusto Liberio (PPGH-UFJF)  
Gyovana de Almeida Félix Machado (PPGH-UFJF)

#### **47 CONSIDERAÇÕES SOBRE O REAL, O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA LOUCURA NA SOCIEDADE**

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos (USP/UNIB)  
Hugo Cesar Bueno Nunes (USP/SESI-SP)

#### **58 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A PALESTINA ENTRE 2000 E 2021: PESQUISAS E ABORDAGENS**

Carolina Ferreira de Figueiredo (UFRJ)  
Nina Fernandes Cunha Galvão (UFRJ)

#### **83 A PESQUISA HISTÓRICA NA TRILOGIA DO ROTEIRO DOS MARTÍRIOS DE FRANCISCO MARINS**

Gustavo Aidar Pigossi (UNIP - Universidade Paulista)

**112** **JEAN BODIN E JEAN DE NYNAULD: DISCURSO E IDEOLOGIA NOS TRATADOS JURÍDICOS E MÉDICOS FRANCESES DO SÉCULO XVI E XVII**

Gabriela Pereira da Silva (UFSM)

**135** **VENALIDADE E ARRENDAMENTO DE OFÍCIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: APONTAMENTOS SOBRE A COMARCA DE PERNAMBUCO NO REINADO DE D. JOÃO V**

Pedro Botelho Rocha (SEDUC-AL)

**166** **A TRADIÇÃO DE PESQUISA EM LÍNGUA DE SINAIS NO/DO BRASIL (1980 A 2019): UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Marcelo Alessandro L. dos Anjos (Universidade Federal do Piauí)

Rodrigo Alves Silva (Universidade Federal do Piauí)

**203** **JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA INFÂNCIA**

Henry Alves Guimarães de Souza Santos (PPGH/UFGD)

**232** **PATERNIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM OLHAR HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO SOBRE O PAI CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE NARRATIVAS MATERNAS**

Matheus Wisdom Pedro de Jesus ( Universidade do Estado da Bahia)

Sueli Ribeiro Mota Souza (Universidade do Estado da Bahia)

## EDITORIAL

**Beatriz Galrão Abrantes**

Universidade Federal da Bahia

**Lucas Vieira de Melo Santos**

Universidade Federal da Bahia

**Marcelo Pereira Lima**

Universidade Federal da Bahia

Nesta nova edição, a Revista *Veredas da História* produziu um dossiê temático *Intelectuais, pesquisa científica e formas de pensar a sociedade*, organizado pelos historiadores Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (Centro Universitário Celso Lisboa) e Thiago de Souza dos Reis (Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá), que conta com dez artigos científicos escritos por quinze pesquisadores e pesquisadoras. Este dossiê traz investigações inéditas que refletem sobre intelectuais, produção de conhecimento e suas relações com a sociedade.

Os artigos que compõem esta edição demonstram como as Ciências Humanas têm um papel importante para a compreensão das sociedades contemporâneas, reafirmando a relevância de se investir em pesquisas científicas que versem sobre a construção das sociedades e a relação dialética que os indivíduos estabelecem com ela. Assim, os textos evidenciam tanto a pluralidade de sociedades e temporalidades, mas também a diversidade que constitui as pesquisas acadêmicas brasileiras, abarcando diferentes áreas, abordagens, métodos e teorias para se estudar os pensamentos, comportamentos e relações humanas.

Os trabalhos aqui publicados são da autoria de intelectuais de diversos lugares do Brasil (sobretudo do nordeste, sul e sudeste), com diferentes níveis de formação, e vinculados(as) a várias instituições públicas e privadas. Muitas delas estão associadas a programas de pós-graduação, a secretarias de educação e universidades federais etc., reforçando o papel da revista como canal de divulgação de pesquisas em andamento.

Mais uma vez, a Revista *Veredas da História* firma seu compromisso com a produção do conhecimento científico alicerçada no debate intelectual e na pluralidade teórica, metodológica e epistemológica. Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos(as) os(as) autores(as) pelas contribuições qualitativas dos textos. Convidamos o público à leitura, divulgação e à contribuição em futuras publicações.

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

# INTELECTUAIS, PESQUISA CIENTÍFICA E FORMAS DE PENSAR A SOCIEDADE

**Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires<sup>1</sup>**

Centro Universitário Celso Lisboa

**Thiago de Souza dos Reis<sup>2</sup>**

Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá

Da Antiguidade, passando pelo período Medieval, pela Modernidade e, hoje, no Contemporâneo, diversos cientistas e escritores das Ciências Humanas têm se debruçado sobre temas de convívio em sociedade, em como agimos e somos moldados pelo pensamento de grupos e como acontecem e são construídas as relações sociais. A vida em sociedade é tão interessante e instigante quanto o próprio ser humano em sua individualidade, pois muitas vezes nossas particularidades refletem no social e, em outras, as pressões sociais refletem em falas ou modos de agir do indivíduo: uma eterna dança dialética entre o micro e o macro, o individual e o social.

Não por acaso, uma série de intelectuais ao longo da história teceram expressivas reflexões acerca de como pensavam e compreendiam a sociedade e a vida em comunidade, produzindo conhecimento e categorias de pensamento que até hoje impactam a sociedade contemporânea. Assim, a produção do conhecimento científico torna-se uma atividade fundamental para o desenvolvimento social e econômico, bem como para a compreensão, transformação e emancipação da realidade. Não se trata de um assunto de pouca importância: a despeito da crescente periferização da pesquisa científica promovida por governos recentes, os intelectuais e investigadores desempenham um papel fundamental para a sociedade, pois são eles que produzem,

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Celso Lisboa – thiagokpires@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Veiga de Almeida e Universidade Estácio de Sá - thiago1888@gmail.com

divulgam, criticam e discutem ideias que influenciam a forma como pensamos e agimos no mundo. Independentemente de sua área de atuação e de suas especificidades, os intelectuais têm um papel fundamental na produção e disseminação de ideias, sendo muitas vezes responsáveis por gerar debates e mudanças significativas na sociedade. No entanto, essa relação entre os intelectuais e a sociedade pode ser complexa, e muitas vezes há conflitos e divergências entre visões de mundo e as demandas e expectativas das comunidades.

Nesse contexto, a Veredas da História tem o prazer de apresentar o presente dossiê intitulado *Intelectuais, pesquisa científica e formas de pensar a sociedade*. A primeira parte de nosso dossiê é composta por artigos que versam sobre o papel da História e das Ciências Humanas na sociedade contemporânea, em que algumas discussões de cunho teórico, historiográficas e reflexivas são traçadas. Já a segunda parte apresenta artigos sobre alguns intelectuais já reconhecidos, suas obras, propostas de pesquisas, seus contextos de produção e seu modo de enxergar e pensar grupos específicos, bem como contribuições conceituais, metodológicas e teóricas. A última parte de nosso dossiê é dedicada a alguns intelectuais que refletiram o papel da infância e da família. Trata-se, portanto, de questões complexas e desafiadoras, mas fundamentais para garantir a produção de conhecimento científico de qualidade e a formação de uma sociedade crítica e engajada. Neste dossiê, buscamos refletir sobre questões pertinentes ao mundo atual e apresentar perspectivas e abordagens diversas sobre o papel dos intelectuais na produção do conhecimento e sua relação com a sociedade. Esperamos que esse dossiê seja um estímulo para o debate e para a reflexão sobre questões fundamentais para o futuro das Ciências Humanas e na formação intelectual de nossos leitores. Boa viagem!

# REFLEXÕES SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR E SEUS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

*REFLECTIONS ON THE HISTORIAN'S WORK AND IT'S CONTEMPORARY DILEMMAS*

**Kacia Mikaela de Sousa**<sup>1</sup>

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo debater algumas das características do ofício do historiador e os dilemas contemporâneos que permeiam a prática historiográfica. A partir dos debates teóricos que giram em torno do ofício do historiador, dialogaremos acerca do seu papel social na contemporaneidade, evidenciando as possibilidades e os seus desafios no mundo digital. Como referencial teórico, utilizaremos autores que tratem do papel do historiador, como Olivier Dumoulin (2017) e Jurandir Malerba (2017). Para refletirmos sobre a escrita da história, utilizaremos Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (2010), entre outros.

**Palavras-chave:** Teoria; Era digital; Ofício do Historiador.

**Abstract:** This work aims to discuss some of the characteristics of the historian's craft and the contemporary dilemmas that permeate historiographical practice. From the theoretical debates that revolve around the historian's craft, we will discuss the social role of the historian in contemporary times, highlighting the possibilities and challenges in the digital world. As a theoretical framework, we will use authors that deal with the role of the historian, such as Olivier Dumoulin (2017) and Jurandir Malerba (2017). To reflect on the writing of history, we will use Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (2010), among others.

**Keywords:** Theory; Digital age; Historian's craft.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem experiência na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Viajantes estrangeiros, Piauí Imperial, economia, sociedade e política. E-mail para contato: kaaciasousa31@gmail.com.

O presente trabalho é fruto de algumas inquietudes que surgiram a partir das discussões desenvolvidas na disciplina de Teorias e Métodos em História no programa de pós-graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados, tais questões são: em que consiste o ofício do historiador? O que os historiadores produzem? Qual é o seu papel social? Qual o desafio do historiador na era digital? Diante disso, pretendemos discorrer sobre algumas especificidades do ofício do historiador na contemporaneidade. De início, deve-se ressaltar que não temos como intuito dar respostas às questões, mas sim refletir e tecer algumas considerações sobre as funções e desafios do nosso ofício.

Embora esses questionamentos não sejam inéditos, uma vez que são indagações levantadas por historiadores de várias gerações, elas refletem as demandas de cada tempo e a necessidade de posicionar-se frente aos ataques que a História – como também outras ciências humanas – e o próprio ofício do historiador vem sofrendo nos últimos tempos. Conforme Marc Bloch (2001), os historiadores são frutos de seu tempo, assim, faz-se indispensável pensarmos sobre a pesquisa histórica e o que fazemos enquanto historiadores.<sup>2</sup> De fato, refletir sobre o próprio ofício não é uma tarefa fácil, mas é necessário, principalmente no contexto em que vivemos, no qual somos questionados constantemente sobre as nossas funções e a importância do nosso ofício.

Dessa forma, neste ensaio, faremos uma contextualização do ofício do historiador, em um segundo momento, dialogaremos acerca do papel social do historiador na contemporaneidade, evidenciando os desafios e possibilidades de seu ofício frente aos avanços tecnológicos. Por fim, são realizadas breves considerações sobre o tema e sua relevância diante das questões norteadoras deste trabalho.

Na obra *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado* (2003), John Lewis Gaddis compara a postura do viajante de Friedrich com a dos historiadores. Para o autor, “muitos de nós consideram ser este o nosso trabalho, isto é, virar as costas para onde quer que estejamos indo, e focalizar a nossa atenção, de qualquer ponto vantajoso em que nos acharmos, para onde estivemos.”<sup>3</sup> Nesse sentido, a função do historiador deveria ser interpretar o passado tentando o

---

2 BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

3 GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 16.

presente com o objetivo de gerir o futuro, pois o passado não seria um guia seguro para prever o futuro, mas sim um meio de nos prepararmos para ele.

Nessa perspectiva, o historiador deve ser um crítico social, pois será ele o responsável por mostrar que assim como as formas de opressão são construídas, elas também podem ser desconstruídas.<sup>4</sup> Isso pode ser feito por meio do seu papel como educador, visto que, de acordo com Gaddis (2003), uma das coisas mais importantes que qualquer historiador tem a fazer é ensinar. Para o autor, apenas uma sociedade preparada para respeitar o passado, ou seja, uma sociedade com consciência histórica, se tornará uma sociedade mais propensa a se adaptar do que se destruir.<sup>5</sup>

Já para Reinhart Koselleck (2013), assim como o participante, o historiador “não conseguiria evitar de trazer consigo seus pontos de vista, que dependem da origem, do *status*, dos interesses e da posição, de forma que uma História *post eventum* sempre se transforma.”<sup>6</sup> Nesse sentido, por mais que a leitura do passado seja controlada pela análise dos documentos, ela sempre será dirigida por uma leitura do presente onde o historiador se encontra.

À vista disso, percebe-se que o ofício do historiador demanda bastante esforço crítico, seja para analisar a documentação, os conceitos que utilizamos e até mesmo questões sobre o nosso próprio fazer histórico. Diante dos dilemas contemporâneos sobre o ofício do historiador, principalmente em uma época em que todos se consideram capazes de produzir conhecimento histórico – agindo como historiadores, mesmo sem formação acadêmica –, precisamos discutir criticamente o nosso próprio fazer. Sobre isso, Olivier Dumoulin (2017)<sup>7</sup> orienta-nos a refletir acerca do papel que a sociedade atribui aos historiadores, os quais muitas vezes são confrontados e obrigados a se posicionar e definir as suas práticas e suas intervenções a fim de legitimar a manutenção de seu ofício, sendo esse muitas vezes visto como inútil. Dessa maneira, Dumoulin enfatiza uma questão relevante: para que servem os historiadores? Com base nessa indagação, o autor expressa que:

A história tem por dever desmistificar, e é nisso que os trabalhos históricos trazem sua contribuição para o debate cívico e constituem uma necessidade. Revelar o que estava oculto, desvelar os traidores

---

4 GADDIS, John Lewis. **Op. cit.**, p. 165.

5 Ibidem., p. 169.

6 KOSELECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 194-195.

7 DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

mascarados, indicar as enganações, esse seria o papel social do historiador.<sup>8</sup>

Tendo em vista as demandas do tempo presente, juntamente aos novos meios de comunicação devido ao avanço da tecnologia, as informações propagadas têm circulado e proporcionado narrativas sobre diversos temas e usos do passado. Isso causa-nos preocupação e nos faz pensar sobre as relações entre o conhecimento histórico e as novas tecnologias, como também o impacto que as redes sociais têm causado na realização do trabalho histórico. Em tempos nos quais termos como “pós-verdade”, *Fake News*, estão em evidência, a conscientização dos métodos, práticas e a relevância sociopolítica do exercício do historiador se torna cada vez mais necessário.

De acordo com Francisco Javier Caspistegui, o papel social do historiador no decorrer dos anos sofreu alguns impactos frente as novidades que foram incorporadas no ofício do historiador, como as vantagens e inconvenientes da globalização.<sup>9</sup> É nesse contexto de transformações que o historiador deve refletir e questionar o seu papel na sociedade. Uma das questões enfatizadas pelo autor é de como enfrentar as censuras daqueles que nos consideram um fardo improdutivo. No século XIX, a história nacionalista assumiu a função educativa e de integração, o que proporcionou a criação de mitos nacionais sob a proteção da história.

Para Caspistegui, “esta visión maniquea jugaba con una finalidad social de la historia que servía para localizar aquellos argumentos necesarios en la fundamentación del Estado-nación.”<sup>10</sup> No entanto, a partir dos acontecimentos nas décadas entre 1914 e 1945, foi necessário repensar o papel da história. Será que enquanto historiadores/pesquisadores/professores estamos respondendo às demandas da nossa sociedade? Talvez seja necessário um aprofundamento das implicações sociais do nosso ofício, considerando as nossas responsabilidades como “constructores y destructores de mitos, forjadores y debeladores de identidades.”<sup>11</sup>

Após a criação da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* em 1929, as obras dos seus fundadores passaram a orientar a organização dos princípios da pesquisa

---

8 DUMOULIN, Olivier. **Op. cit.**, p. 41.

9 GORASURRETA, Francisco Javier Caspistegui. Sobre el papel social del historiador o ¿ para qué servimos?. **Memoria y civilización: anuario de historia**, n. 6, p. 191-207, 2003, p. 194.

10 Ibidem, p. 194.

11 Ibidem, p. 207.

histórica. Carlos Alvarez Maia, no texto *Crise da história ou Crise dos historiadores*, apresenta conceitos que sejam mais eficientes e adequados para a pesquisa histórica. Para ele,

A produção do conhecimento dá-se por intermédio de práticas discursivas que estabelecem uma gramática protocolar - estratégias, metodologias, programas de pesquisa, teorias e até mesmo uma ética corporativa – que validam proposições no interior daquele grupo, que constroem e consolidam sua compreensão do mundo. Cada operação cognitiva é uma produção discursiva que verbaliza os seus fatos, os constitui, recorta e seleciona para si eventos do mundo, dá-lhes existência factual ao verbalizá-los.<sup>12</sup>

Em tempos de crise, os historiadores se veem na necessidade de ressignificar seus métodos de trabalho, pois determinados contextos demandam diferentes formas para o fazer histórico. Inicialmente, precisamos estar atentos que os historiadores estão passando por uma fase de adaptação, com outros objetos de pesquisas, de acordo com seu tempo. Enquanto ciência, a História utiliza-se de métodos e estratégias na construção do conhecimento histórico.<sup>13</sup> Entretanto, temos visto a necessidade de historiadores/as ocuparem os espaços de poder, como as mídias digitais, uma vez que as tecnologias digitais conduziram o historiador ao espaço *online*. Percebe-se que um dos grandes desafios dos historiadores e seu ofício no âmbito virtual é de conseguir realizar discussões que consigam abranger um público amplo, não engessando a linguagem acadêmica, porém, ao mesmo tempo, sem perder o rigor científico.

É preciso, portanto, pensar no público que quer alcançar, para se pensar na linguagem e na forma como o trabalho está sendo escrito. Entende-se que não é uma tarefa fácil, por isso devemos discutir e analisar os espaços que precisamos ocupar enquanto sujeitos responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem e, principalmente, na construção da consciência histórica. Em meio aos discursos negacionistas e narrativas sobre o passado nas redes, aos poucos, temos visto a inserção de historiadores nos espaços virtuais de debates, como também a produção e publicação de trabalhos no ambiente virtual.

---

12 MAIA, C. A. Crise da História ou Crise dos historiadores: no linguistic turn, o caso brasileiro. **Projeto História PUC-SP**, v. 41, n. 41, p. 351 – 382, dezembro. 2010, p. 366.

13 Sobre isso, conferir o trabalho REIS, D. J. C. O LUGAR DA TEORIA-METODOLOGIA NA CULTURA HISTÓRICA. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 4–26, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28973>. Acesso em: 16 jan. 2023.

A respeito disso, o historiador Jurandir Malerba (2017) em seu trabalho intitulado: *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital* (2017),<sup>14</sup> nos incentiva a pensar acerca da autoridade do historiador sobre a produção do conhecimento histórico nesse contexto de difusão das mídias digitais. A partir de questões como: quem está autorizado a escrever história atualmente? Seriam apenas os profissionais acadêmicos, os quais escrevem para seus pares em revistas? Ou o escritor entusiasta que escreve em seu *blog* e os autores de *best-seller* também produzem conhecimento histórico? Diante desses questionamentos levantados pelo autor, constatamos a necessidade de os historiadores refletirem sobre as especificidades do seu ofício e os usos políticos que determinados indivíduos fazem da história, tendo em vista que “cada vez mais pessoas interessadas em fazer sentido do passado voltam-se à história como espaço de experiência para guiar sua ação ou para utilizar esse conhecimento como arma política no presente.”<sup>15</sup>

Assim, com o advento da internet e das redes sociais, a academia deixou de ser o único espaço de produção de conhecimento histórico, e a sua difusão não é mais apenas através de livros impressos, pois diferentes narrativas sobre o passado estão sendo veiculadas em plataformas digitais. Vale ressaltar que grande parte destas narrativas são deturpadas por intuítos políticos e ideológicos, seja através de e-books de escritores leigos ou por filmes ditos históricos. Com a crescente facilidade do acesso à internet e conseqüentemente a produção de conteúdo, nós, historiadores, precisamos nos posicionar nesse ciberespaço.

Entretanto, Malerba (2017) evidencia que não devemos ignorar o potencial da internet na prática historiográfica. Apesar das problemáticas resultantes dos discursos de indivíduos leigos que se propõem a elaborar narrativas ditas históricas, deve-se ponderar as possibilidades que a internet concede ao historiador, servindo como depósito de fontes e como uma fonte em si. Deve-se também considerar a visibilidade proporcionada pela Internet às produções historiográficas, visto que possibilita a publicação de trabalhos em revistas e entre outras plataformas digitais. Contudo, é preciso ponderar os transtornos que esses recursos digitais trazem, como, por exemplo, o seu caráter efêmero.<sup>16</sup> Para além de ser vista como uma perda de

---

14 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 74. 2017, p. 135-154.

15 Ibidem, p. 146.

16 MALERBA, Jurandir. *Op. cit.*, p. 142.

autoridade da disciplina histórica, a internet proporciona a realização de diálogos com outros pesquisadores do campo historiográfico, por meio de eventos *on-line*, além de possibilitar uma maior aproximação e alcançar um público de áreas distintas.

Assim, mediante aos desafios e mudanças nas suas práticas, os historiadores devem perceber as potencialidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico. Observa-se que os arquivos antes disponibilizados apenas em espaço físico, agora podem ser acessados de forma *online* com a utilização de ferramentas de busca nos acervos e plataformas digitais. Com isso, novas formas de interpretar fontes também são necessárias, atentando-se também para o tipo de material que será analisado. Para Mariana Flores (2015), o aumento da quantidade de acervos de pesquisas na internet proporciona também “uma economia de tempo considerável aos pesquisadores, além do aspecto da democratização do acesso às fontes, eliminando-se os obstáculos colocados pela distância e custo de deslocamento e estadia.”<sup>17</sup>

É preciso ainda avaliar que diante das novas possibilidades, novos problemas e novas fontes e objetos de pesquisa requerem tratamento adequado. Desse modo, deve-se atentar-se para as questões epistemológicas que envolvem esses novos materiais na contemporaneidade, especialmente no que diz respeito as implicações conceituais que tais fontes e objetos de pesquisa demandam. É nesse sentido que os autores Olivia Morais de Medeiros Neta e Lidemberg Régis Santos Danta discutem em seu trabalho sobre o ofício do historiador na chamada Era digital.<sup>18</sup>

Como já ressaltado, o avanço tecnológico acarretou mudanças no ofício do historiador, visto que possibilitou o acesso à pesquisa e fontes históricas disponibilizadas nos repositórios e arquivos digitais. Desse modo, a Era digital contribuiu para a comunicação entre sujeitos de lugares distintos e “construiu espaços digitais de interação e participação de diferentes públicos sobre temáticas atuais, seja em fóruns de discussão ou até nas redes sociais, bem como tornou perceptível a problemática da democratização do acesso à internet.”<sup>19</sup> Além disso, é

---

17 FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo*, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015, p. 246.

18 MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; DANTAS, Lidemberg Régis Santos. O ofício do historiador na Era Digital: entre os desafios e as potencialidades produzidas pelas tecnologias digitais. *Rev. Pemo*, Fortaleza, v.3, n. 3, e335597, 2021. Disponível em <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5597>>. Acesso em 09.08.2023.

19 MEDEIROS NETA, Olivia Morais de; DANTAS, Lidemberg Régis Santos. *Op. cit.*, p. 4.

relevante considerar que o papel do historiador diante das novas demandas acarretou mudanças no âmbito dos métodos tradicionais dos pesquisadores/historiadores. Com isso, torna-se indispensável que os historiadores se apropriem das ferramentas digitais e compreendam o ambiente virtual.<sup>20</sup>

Tendo em vista que o conhecimento histórico é produzido através de pesquisa e investigação baseada em métodos e evidências, João Rodolfo Munhoz Ohara (2019) declara que:

(...) o domínio de técnicas de leitura e análise não basta para que o indivíduo 'se torne historiador'. Tornar-se historiador é também cultivar uma série de características subjetivas, apropriar-se de uma fisionomia social reconhecível, incorporar disposições epistêmicas, mas também éticas e políticas (...)<sup>21</sup>

A respeito do caráter ético da relação entre historiador e leitor, Ohara (2019) entende que é a partir da relação ética estabelecida entre historiador e leitor que emerge a confiança em relação à verdade do texto histórico, pois, segundo o autor, a figura do historiador está associada e habilitada para produzir discursos verdadeiros sobre o passado. Nas últimas décadas temos visto várias mudanças nas formas como se escreve e se consome história.<sup>22</sup> Desse modo, diante de uma ampla rede de difusão de conhecimento histórico, muitas vezes implica que qualquer um detém autoridade sobre o conhecimento histórico. Atualmente os historiadores encontram-se diante de um impasse, por um lado, estão sob tensão profissional para escrever apenas para seus pares, por outro lado, eles devem ter uma ambição de falar para um público amplo.<sup>23</sup>

Perante o exposto, percebe-se o dilema do historiador ao ter que disputar espaço e defender o seu ofício diante da crescente facilidade de acesso às diversas narrativas sobre os mais variados temas. Além disso, Ohara (2019) ressalta a necessidade de respondermos às demandas que surgiram com a emergência midiática da "pós-verdade". Para o autor, é preciso posicionar o historiador como agente moral e figura socialmente autorizada e credenciada para falar do passado.<sup>24</sup>

---

20 Ibidem, p. 10.

21 OHARA, J. R. M. Ética, Escrita e Leitura da História: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**, [S. L.], n. 178, p. 1-28, 2019, p. 4.

22 MALERBA, op. cit., p. 146.

23 Ibidem, p. 146.

24 OHARA, **Op. cit.**, p. 24.

No que se refere ao impacto das novas tecnologias sobre a história, Roger Chartier (2010) expõe que a história na era digital modificou a relação entre o historiador e o leitor, visto que “no mundo dos impressos, um livro de história supõe um pacto de confiança entre o historiador e o seu leitor.”<sup>25</sup> Pois as notas indicadas pelo autor não poderiam ser verificadas facilmente pelo leitor, diferentemente do texto digital que o leitor poderá consultar por si mesmo. Assim, as novas modalidades de produção alteraram também a relação entre o historiador e o leitor, especialmente na validação dos discursos de saber histórico.

Michel de Certeau (1982) discorre sobre a história como uma operação historiográfica, considerando a sua relação com um *lugar social* onde o fazer historiográfico está implicado com o seu lugar de produção político, cultural e socioeconômico.<sup>26</sup> Relacionado também com a *prática científica*, as técnicas e procedimentos de pesquisa, nisso o historiador também é guiado por regras da ciência a partir do uso de métodos na produção do conhecimento científico, bem como na legitimação de seu trabalho. Por fim, ele ressalta que no fazer historiográfico também há a construção de uma *escrita* sobre o real, isto é, a escrita também é uma prática do historiador.

Destarte, nós historiadores devemos refletir sobre as demandas da nossa época, visto que a divulgação do conhecimento histórico não se limita apenas ao espaço acadêmico. Assim, é preciso enfatizar que, diferentemente das versões superficiais e/ou negacionistas sobre eventos históricos, o conhecimento histórico é produzido através de procedimentos científicos, com métodos guiados pela crítica das fontes e pela busca de evidências diversas. Isso é nos distingue daqueles que não possuem capacidade de realizar um debate historiográfico. Nessa perspectiva, Certeau (1982) salienta que fazer história é uma prática científica que inclui técnicas de produção e procedimentos de pesquisa.<sup>27</sup> O historiador em seu ofício também segue regras da ciência, utilizando-se de métodos e técnicas para produzir conhecimento científico, analisando fontes, realizando pesquisas em arquivos, interrogando e selecionando.

---

25 CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 60.

26 CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 13-119.

27 Ibidem., p. 78.

Considerando a atual conjuntura, na qual a profissão de historiadores e demais profissionais da área de humanidades têm sido deslegitimada, neste trabalho tecemos algumas reflexões sobre o trabalho dos profissionais da história. Uma discussão crucial, tendo em vista o período de deslegitimação dos historiadores e historiadoras que vivenciamos no Brasil, resultado do projeto de desmonte da ciência e da pesquisa do governo vigente. Nesse sentido, pensar o fazer historiográfico a partir do tempo presente nos ajuda a repensar nossos próprios métodos e instruí-los a interpretar a condição entre o historiador e seus leitores, sejam eles leigos ou pares.

É notório que já existem historiadores(as) imersos(as) no âmbito virtual produzindo material de qualidade e com rigor teórico-metodológico, porém o seu alcance ainda não é tão grande quando comparados a outros canais, como o *Brasil Paralelo*,<sup>28</sup> canal dirigido por Henrique Viana, Lucas Ferrugem e Felipe Varelim, que dizem ter como propósito apresentar um “novo olhar” sobre os fatos históricos. Porém, vemos que as suas produções são revisionistas/negacionistas, os quais ignoram o consenso estabelecidos dentro da comunidade de historiadores sobre temas como nazismo, ditadura, fascismo, entre outros.

Longe de ser algo definitivo, este ensaio buscou contribuir no debate no seio da comunidade historiográfica acerca das responsabilidades e do papel do historiador em nossa sociedade. Buscamos a partir da discussão proposta convidar a comunidade dos historiadores e a quem possa interessar, a refletir sobre o ofício dos profissionais da história em tempos permeados por crises.

## Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 13-119.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 7-77.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 11-138.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo**, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015.

---

28 Sobre o tema, ver o trabalho de Diego Martins Dória Paulo. Os mitos da Brasil Paralelo—uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em < <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180>>. Acesso em 09.06.2023.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p. 15-69; p. 148-171.

GORASURRETA, Francisco Javier Caspistegui. Sobre el papel social del historiador o ¿ para qué servimos?. **Memoria y civilización: anuario de historia**, n. 6, p. 191-207, 2003. Disponível em: <https://dadun.unav.edu/handle/10171/9334>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KOSELECK, Reinhart. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 119-222.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74. 2017, p. 135-154.

MAIA, C. A. Crise da História ou Crise dos historiadores: no linguistic turn, o caso brasileiro. **Projeto História PUC-SP**, v. 41, n. 41, p. 351-382, 2010.

MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de; DANTAS, Lidemberg Régis Santos. O ofício do historiador na Era Digital: entre os desafios e as potencialidades produzidas pelas tecnologias digitais. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v.3, n. 3, e335597, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5597>

OHARA, J. R. M. Ética, Escrita e Leitura da História: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**, [S. l.], n. 178, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/142982>. Acesso em: 16 jan. 2023.

**Recebido em:** 17/11/2022

**Aprovado em:** 15/03/2023

# FRONTEIRAS, AMPLIAÇÕES E DIÁLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS ESTATUTOS DA HISTÓRIA EM UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

*BORDERS, EXTENSIONS AND DIALOGS: THE  
CONSTRUCTIONS OF THE STATUTES OF HISTORY IN  
A BRIEF HISTORIOGRAPHIC BALANCE*

**Chrigor Augusto Liberio<sup>1</sup>**

Mestrando em História PPGH-UFJF

**Gyovana de Almeida Félix Machado<sup>2</sup>**

Mestrando em História PPGH-UFJF

**Resumo:** O presente artigo busca desenvolver e analisar as discussões relativas à construção do que compreendemos por estatutos da História ao longo do tempo e, com isso, tivemos por objetivo abordar autores que buscaram responder sobre o sentido atribuído não somente ao campo mas à própria escrita da história. Nesse sentido, buscou-se mobilizar autores em temporalidades diversas em consonância com suas respectivas contemporaneidades junto às possíveis influências da memória e a própria constituição da História enquanto ciência, sobretudo, desde o século XIX. Para tanto, utilizamos expoentes da micro-história italiana, Escola dos Annales,

**Abstract:** The present article seeks to develop and analyze the discussions related to the construction of what we understand as statutes of History throughout time and, with this, we had the objective of approaching authors who sought to respond to the meaning attributed not only to the field but to the writing of history itself. In this sense, we sought to mobilize authors in diverse temporalities in consonance with their respective contemporaneity together with the possible influences of memory and the very constitution of History as a science, especially since the 19th century. To this end, we used exponents of Italian microhistory, the Annales

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. Contato: [chrigorliberio@gmail.com](mailto:chrigorliberio@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4704965331700906>. Contato: [gyovanafelix@gmail.com](mailto:gyovanafelix@gmail.com).

Decolonialidade, entre outros.

**Palavras-chave:** História da Historiografia; Memória; Teoria da História; Interdisciplinaridade.

School, and Decoloniality, among others.

**Keywords:** History of Historiography; Memory; History Theory; Interdisciplinarity.

Gostaria de começar explicando em que sentido a História é uma ciência. Pode parecer pueril iniciar pela definição do que é História, mas acho que é fundamental para explicar por que 95% dos trabalhos na área são desinteressantes e somente 5% são interessantes. Em grande medida, porque muitos têm uma ideia falsa do sentido no qual a História é uma ciência. Minha definição é: a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas.<sup>3</sup>

Com essa citação de Levi, um dos notáveis nomes da chamada “micro-história” italiana, iniciamos a discussão em torno da compreensão e/ou construção dos estatutos da História desenvolvidos ao longo do tempo no sentido atribuído a ela enquanto ciência para, assim, desenvolvermos essa discussão, abordando a relação entre história, memória e ciência, analisando as influências, diálogos, delimitações e pertinências atribuídas ao campo. No entanto, para atingirmos o objetivo de compreensão dessa trajetória quanto à construção ou esforços de mobilização para construção dos estatutos que balizaram a História enquanto ciência, é necessário nos atermos, antes, a algumas noções anteriores, tal qual o sentido atribuído à própria história ao longo do tempo. Assim, iniciaremos a partir das proposições na história da historiografia acerca de seu sentido e função. Cabe destacar, de forma introdutória, que a história, enquanto campo científico, sofreu uma série de intervenções ao longo do tempo relacionadas ao próprio tempo histórico em que estava inserida. Refletindo sobre uma das vertentes mais conhecida na consolidação das perspectivas e tendências historiográficas, a rigor, os *Annales*, gostaríamos de

<sup>3</sup> LEVI, Giovanni. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014. p. 1.

destacar alguns pontos que atravessam tal processo, mas não se finaliza ou se cristaliza nas concepções acerca da história e de seus estatutos que, adiantamos, perpassam questões plurais, além do que caberia no presente texto.

Jacques Revel<sup>4</sup>, secretário da redação dos *Annales* de 1975 a 1981, apresentou um quadro amplo dos sentidos atribuídos a história na historiografia francesa e como os eventos históricos auxiliaram na mutação dessas noções atribuídas ao longo do final do século XIX e todo o XX. A rigor, buscou discorrer, inicialmente, sobre os impactos da Guerra Franco Prussiana na história pois, com a derrota da França, a demanda em torno da disciplina estaria muito mais pautada numa espécie de pedagogia da nação. Por exemplo, as Universidades passaram a cooptar historiadores no intuito de que fosse construída uma narrativa que unisse a nação após a derrota. Em perspectiva, acrescentamos que, para Ciro Flamarion Cardoso<sup>5</sup>, no que tange ao século XIX, ainda sobre a disciplina e pesquisa em História, propunha-se um papel muito mais pautado no profetismo e cientificismo o que, para o autor, foi chamado de “paradigma iluminista”, em linhas gerais, uma proposta com características que se situam em prol de uma síntese histórica total e globalizante.

A exemplo do Brasil, no século XIX tivemos o esforço imperial em construir esses espaços para que os historiadores constituíssem a história da nação, o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi encarregado de tal papel. Com os escritos de (Francisco Adolpho Varnhagen e Karl Friedrich Philipp von Martius) e outros cientistas, temos o começo da escrita da história do Brasil e, conseqüentemente, a edificação da identidade brasileira pelo viés imperial. Sem muitos métodos ou concepções do que seria a história e como construí-la, adotaram um positivismo das escolas europeias para sua institucionalização e abordaram a história brasileira com moldes europeus, formando grandes heróis e uma história das fontes oficiais<sup>6</sup>.

Retornando às tendências para o outro lado do Atlântico, Revel apontou, ainda, para Simiand que, em 1903, apresentou uma crítica sistemática ao que foi

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes, ver: REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 19-94.

<sup>5</sup> Para mais detalhes, ver: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>6</sup> GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. p. 10.

chamado de “palavra de ordem” do século XIX: o método. Tal concepção se caracterizava por uma recusa à interpretação dos eventos o que, para Revel, foi considerado e, assim denominado, “positivismo”. Nesse sentido, foi destacado a crítica feita por Simiand ao sentido atribuído à história naquele momento, por consequência, uma crítica às noções sobre trabalho científico e objeto. Com a primeira geração dos *Annales*, em 1929, Revel destacou Lucien Febvre como um dos autores que acreditava no diálogo entre história e ciências sociais no intuito de complexificar o objeto e, além disso, que essa primeira geração (Bloch, Febvre, entre outros), estava aberta a interdisciplinaridade, entretanto, ressaltaram com maior intensidade a dimensão empírica da história, assim, a história prevalecia sobre qualquer outro campo que viesse contribuir. Nesse sentido, ficou em segundo plano a teoria e as condições para se fazer história e, o que atraía os sujeitos ao campo, estava ligado, por sua vez, ao próprio contexto em que se inseria essa primeira geração. Explicamos. Com a 2ª Guerra Mundial, o sentimento de estar na história e tomar o seu lugar nela corroboraram com a associação prestigiosa entre o engajamento intelectual e o engajamento ideológico, assim, a dimensão profissional e pessoal se uniram, segundo Revel, em dois registros de referência paralelos. Lembramos que o próprio Marc Bloch, um dos nomes de maior notoriedade na primeira geração dos *Annales*, faleceu por fuzilamento pela Gestapo. Continuando na explanação do quadro amplo entre contexto histórico e impactos nas concepções e atribuições a história, Revel argumentou que a próxima palavra de ordem, sobretudo após os anos 20 no século XX, seria o estudo da conjuntura, ou seja, uma tendência que evoluiu para a busca dos fatores que explicariam conjunturas econômicas. Um exemplo seria a obra “O mediterrâneo” de Braudel, publicada em 1949, que tinha por objetivo analisar os movimentos em larga temporalidade, de longa duração nas sociedades a fim de perceber transformações nos longos ciclos econômicos e sociais. Para Revel, essa primazia na economia não desembocou no que chamou de ‘economicismo’, afinal, nesses anos que foi desenvolvida a ideia de ‘história econômica e social’ sob influência profunda e fundante de Braudel em 1957 o que, por sua vez, abriu caminho para a nova geração dos estudos na segunda metade do século.

O movimento que se configurava internacionalmente impactou de forma contundente os estudos no Brasil, a formação de grandes blocos explicativos das nações cresceu e trouxe novas perspectivas de como e a partir de quando se conta a história das nações, respondendo no começo do século XX o que o IHGB vinha fazendo. Os trabalhos de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, são pontas de lança para os grandes estudos brasileiros e sua formação, que versaram suas narrativas à história econômica nacional, seus impactos globais e suas dinâmicas regionais. Vale ressaltar aqui, também, o movimento infracitado de renovação historiográfica dos paradigmas e metodologias de estudos históricos da escola dos Annales, que Gilberto Freyre nas mais diversas controvérsias racistas de suas obras, se atentou nos anos 30 a uma pluriversalidade de fontes para seus estudos, constituindo de forma primogênita trabalhos históricos com fontes “ordinárias” as usualmente utilizadas<sup>7</sup>.

Portanto, sobretudo entre 1930 e 1950, o tempo histórico teve impactos significativos na produção historiográfica no campo da historiografia francesa, sobretudo, por pressupor prioridades e abordagens analíticas tanto na disciplina quanto ao trabalho científico da pesquisa. No entanto, para Revel, existia um pano de fundo nas produções que colocava a história social em constante crise e reorientava, portanto, a escrita dos historiadores, em outras palavras, “a segunda metade do século XIX e os três primeiros quartos do século XX tinham vivido sobre paradigmas integradores fortes: o positivismo, o marxismo, o estruturalismo foram ilustrações sucessivas”<sup>8</sup>. Tais abordagens se coadunavam e atacavam a história social, ainda segundo o autor, por conceber abordagens que buscavam o estabelecimento de blocos para se interpretar o mundo; essas crises, portanto, tinham impacto direto na escrita e produção do conhecimento histórico. No entanto, na primeira geração dos Annales, de 1929, não foi algo que ocorreu de forma explícita, visto que os ímpetus estavam mais direcionados a reafirmação da dimensão empírica na história.

Já na segunda metade do século XX, Revel apontou para o momento em que percebeu novas mudanças nas perspectivas acerca da história. Com a chegada de Le Goff na direção dos Annales em 1969, junto a Le Roy Ladurie, Marc Ferro, entre

---

<sup>7</sup> BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social [online]*. 1997, v. 9, n. 2, pp. 1-12. p. 3;

<sup>8</sup> REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 79.

outros, houve uma mudança no sentido atribuído a história, ainda, sobre suas funções, sobretudo por ser um período pós guerra com a subsequente crise do paradigma evolutivo e da cultura do progresso que provocou o fenômeno da aceleração, ou seja, “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio”<sup>9</sup>.

Os anos 70 foram, para Revel, um marco na história da historiografia por motivos diversos, entre eles, a aproximação da história com a antropologia, a nova demanda sobre a disciplina que seria, agora, pública; a multiplicação dos laboratórios de pesquisa e dos trabalhos universitários, o que colaborou para a ampliação dos debates e, assim, nestes anos, a história não seria mais o lugar no qual se pede lições (*historia magistra vitae*), mas um refúgio contra as incertezas do tempo que corre. Ainda, a ‘nova história’ com Nora, Le Goff, entre outros, representou, para Revel, uma união mais vasta e difusa, havendo a substituição da “história das mentalidades” (muito ligada a primeira geração) para “antropologia histórica”; dessa maneira, suscitou uma nova gama de objetos, a rigor, as estruturas familiares, as atitudes frente a vida e morte, os rituais, práticas econômicas, formas de crença e todo tipo de representação coletiva. Em 1979, Lawrence Stone e Carlo Ginzburg irão publicar artigos esboçando (sobretudo Ginzburg) a crise da confiança na perspectiva da história adequada ao modelo das ciências exatas pois a história social e particular, nesse ínterim, havia se preocupado mais em estabelecer regularidades, do que esgotar-se a pesquisa do indício.

Mas não só das teorias e/ou tendências europeias e norte americanas que a história vai se constituir, foi a partir dos anos 60 que sua ampliação e diálogo se estabeleceu nos mais diversos lugares e regiões. Nesse sentido, os processos de descolonização do período referente vão influenciar, também, na descolonização das perspectivas históricas correntes, pluralizando as narrativas que se constituíam não somente do homem no tempo europeu, mas também, em sua forma globalizada, construindo os pormenores experiências do sul-global. Os processos de luta pela descolonização africana foram centrais para a renovação de como se entendia os processos e seus impactos nas ciências humanas, centralizando o colonizado e a

---

<sup>9</sup> NORA, Pierre. "Entre memória e história: A problemática dos lugares". In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993, p 7.

formação de seu estado atual. Trata-se das renovações escolásticas que se detiveram a compreender a colonização como um processo de constituição do homem e, assim, de transformação de sua história, como o caso dos primários estudos de Aimé Césaire que inauguram tal perspectiva.

Nascido na Martinica, Césaire foi fruto da colonização europeia, cresceu e constituiu-se em tal realidade social, mas ao adentrar aos estudos na França, se deparou com uma realidade que o rejeitava. Embebido em sua luta interna de negação de sua condição colonizada, Césaire opôs-se à qualquer noção colonizadora francesa, exaltando sua negritude e, por ela, militando. De volta ao Caribe, enquanto professor, construiu grandes obras literárias denunciando o colonialismo, até que nos anos 40 escreveu seu livro "Discursos sobre o Colonialismo" (1950), aventando, assim, as demandas de uma história do colonizado e os problemas da colonização. O mesmo mostrou que é de extrema importância entender como a "colonização trabalha para descivilizar ao colonizador, para abrutalhá-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça (...)" <sup>10</sup>, e assim deve se transformar a forma como a história deve ser descrita. Os escritos vão ainda influenciar Frantz Fanon em suas obras "Os condenados da Terra" e "Peles negras, Máscaras Brancas", alargando as concepções de colonização e o racismo da mesma, como também centralizando o poderio racial que o colonialismo tombou sobre a população negra em sua psique. Fanon depois de se voluntariar na guerra, seguiu para estudar medicina em Lyon, na França, onde também decidiu especializar-se em psiquiatria. No mesmo período, contribuía para um periódico e para revistas, onde já iniciava suas contribuições para as análises do homem africano e suas condições psíquicas. Mas foi com seu encontro com François Tosquelles que ocorreu sua chamada à social-terapia, iniciando sua atuação nos hospitais públicos da Argélia. Em constante contato com argelinos, "indígenas" mulçumanos e associações humanitárias; em meio às grandes transformações da guerra que se iniciava e sua vida profissional e política em tal embaraço, Fanon começou a tratar os combatentes do hospital atingidos por distúrbios psíquicos, transformando assim de vez as suas noções para com os argelinos ainda colonizados pela França, adentrando na mobilização da FLN (Frente de Libertação Nacional). Já

---

<sup>10</sup> CÉSAIRE, Aimé. Discursos sobre el colonialismo. Ediciones Akal, 2006, p. 15.

havendo publicado seu livro “Peles Negras, Máscaras brancas” (1952), é em 1960 que publica seu grande livro “Os Condenados da Terra”, enquanto recebia seu diagnóstico de leucemia<sup>11</sup>.

Soma-se às contribuições para uma renovação científica da história e todas as ciências humanas a forma como a mesma abordava (ou não) o racismo e o colonialismo para com a experiência do homem no tempo, mas, também, para uma maior aderência das produções não-eurocêntricas na produção historiográfica no geral, gerando novas perspectivas e novos questionamentos. Ressalta-se ainda a importância de centralizar as obras de Fanon, Césaire e até mesmo Memmi<sup>12</sup>, como forma de contestação de uma produção quase que exclusivamente europeia, pluralizando a forma que as renovações científicas seguiam na época. Contestação que perpassa, também, a forma como se popularizou essas produções europeias em detrimento de uma larga concepção histórica e temporal de outros povos, a rigor, cabe-nos questionar essa história que aponta-se enquanto produtora de patriotismo e educação política e moral, sem “perspectivas justas sobre o desenvolvimento da humanidade.”<sup>13</sup>.

Sob esse fio, destacamos a discussão quanto à interdisciplinaridade que, para Revel, foi concebida nesses anos. Segundo ele, nos anos 70 a história se arriscou a perder, se não a sua alma, o seu projeto de identidade, justamente por beber de diversas contribuições sem ser capaz de organizá-las, assumindo o risco de desagregar as suas próprias produções mediante a escrita de histórias individuais que não se articulavam. Nesse sentido, a interdisciplinaridade — como bem aponta o que Revel nomeou e apresentou como um diagnóstico feito pelos Annales em 1989 — havia se tornado um problema pois, “em vez de se pensar, como tudo nos convida a isso, a relação entre as disciplinas em termos de homologia ou de convergência, é útil hoje insistir sobre sua especificidade, até mesmo sobre sua irreduzibilidade umas com as outras”<sup>14</sup>, afinal, cada prática científica constrói a

---

<sup>11</sup> Prefácio à edição de 2002, por Alice Cherki in: FANON, Frantz, **Condenados da Terra**. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2005. p.7 – 21.

<sup>12</sup> “(...) Albert Memmi (1920) – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica – foram os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este não tinha voz (...)” BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2013, n. 11 [Acessado 20 outubro 2022], p. 92.

<sup>13</sup> CURTIN, Philip D. Tendências Recentes das Pesquisas Históricas Africanas e Contribuição à História em Geral. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010. p. 39.

<sup>14</sup> REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 91.

realidade a partir de suas hipóteses. Essa abertura mais ampla à interdisciplinaridade nos convida a fazer algumas ponderações, entre elas, a própria pertinência de conceitos dominantes apresentados por Revel, tal qual a cultura e o social.

Eduardo V. de Castro,<sup>15</sup> antropólogo brasileiro, repensa, nesse sentido, categorias caras ao ofício do historiador, tal qual a concepção sobre cultura e social. Ao propor uma renovação do conceito de “relação social”, a partir da perspectiva ameríndia, apontou que as relações sociais não ocorrem apenas entre sujeitos vivos, mas também com sujeitos não-vivos e/ou inanimados. Vale a reflexão no que tange a esses novos pressupostos acerca das relações humanas, o que, por sua vez, trazem um novo tom para as análises sobre o homem no tempo pensando, por exemplo, a pertinência desses conceitos dominantes e, em que medida, o diálogo será benéfico (não desagregando) a história por compreender as relações sociais dos objetos de estudo nessa perspectiva mais ampla e complexa. Ainda, em uma discussão levada a cabo por Maria Cecília de Souza Minayo,<sup>16</sup> houve a apresentação de um quadro geral acerca de autores que trabalharam de forma mais específica a interdisciplinaridade, sobretudo na segunda metade do século XX. Dessa forma, destacou que, na década de 70, especificamente em 1978, Gusdorf (filósofo e epistemólogo francês), lido como um ‘humanista radical’, propôs a interdisciplinaridade enquanto busca da totalidade, ou seja, propôs uma “ciência humana” que seria um saber geral e superior, afinal, “a interdisciplinaridade é a primeira exigência de comunicação, pressupondo a inteligibilidade relacional humana. Se cada ciência possui lógica própria, a compreensão desse pluralismo é essencial para uma inteligibilidade diferente”<sup>17</sup>. Dez anos depois, em 1988, Habermas (filósofo e sociólogo da escola de Frankfurt) refinou a ideia propondo o que chamou de “razão comunicativa”, que seria a união da filosofia, ciências e mundo da vida. Carneiro Leão em 1991, argumentou questionando a forma histórica com que o conhecimento afasta o ser humano da sua essencialidade ao padronizar a busca pela verdade, nivelando, por exemplo, a cultura e discriminando a diferença. Dadas essas últimas três perspectivas acerca dos limites (ou a negação dos mesmos) para a interdisciplinaridade, refletimos acerca dos rumos dessa discussão quando redimensionada na historiografia pois, como destacou Revel,

---

<sup>15</sup> Para mais detalhes, ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. A propriedade do conceito. **ANPOCS 2001**, [s. l.], 2001.

<sup>16</sup> Para mais detalhes, ver: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, [s. l.], 1994.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 50.

a história se abriu na segunda metade do século XX a interdisciplinaridade ampla sem a organizá-la, correndo o risco de desagregar e se tornar histórias individuais que não se articulam, ainda, poderia perder o seu projeto de identidade.

Portanto, propomos que, em alguma medida, precisaremos redimensionar Gusdorf, Habermas, a crítica de Leão para organizarmos os limites da interdisciplinaridade, agregando conhecimentos que beneficiam e complexifica a análise dos objetos para que haja uma articulação do que se produz e, não, desagregação e fragmentação gerando, apenas, histórias individuais, desconectadas do seu entorno, por exemplo. Há a possibilidade de se estabelecer, ainda, uma discussão ampla que conduza à organização dos conhecimentos de competências distintas utilizados na/em História auxiliando na compreensão de suas fronteiras e/ou projeto de identidade, ou seja, a construção dos seus limites pelo conhecimento e consciência daquilo que não cabe a ela. Utilizar, portanto, dessas propostas de interdisciplinaridade mais amplas para compreender e organizar o projeto de identidade da história e, ainda, observar, por exemplo, a abordagem historiográfica de Jules Michelet (séc XIX) — em que há articulação indissolúvel entre literatura, política e religião, traçando as associações e constante revisões realizadas sobre sua base histórico-poética ao longo do tempo —, pode nos servir numa compreensão mais profunda e complexa do empirismo na história, sem que haja desconstrução e fragmentação radical.

Refletindo acerca das disposições em torno desse possível diálogo e reflexões: Vainfas em 1997, respondendo a preferência de Ciro F. Cardoso pelo paradigma iluminista, propôs um diálogo constante entre os paradigmas, por exemplo, os paradigmas iluminista<sup>18</sup> e pós-moderno<sup>19</sup>. Sabemos que Vainfas assim defendeu pois concebe que não há vantagem de um sobre o outro, ainda, que há como compreender uma realidade global a partir do individual, bem como o inverso e, por isso, propõe o diálogo entre abordagens para que se chegue a resultados mais precisos do que foi vivido e, o utilizamos, para destacar que, mesmo com propostas e abordagens plurais, que discutem o próprio caráter e/ou função da história bem

---

<sup>18</sup> "(...) partidário de uma história científica e racional e, portanto, convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada." VAINFAS, Ronaldo. *Caminhos e descaminhos da História*. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. cap. Conclusão, p. 603.

<sup>19</sup> "cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente." *Ibidem*, p. 603

como seu método, é necessário a ampliação do debate visando construções historiográficas cada vez mais coesas nos distintos tempos históricos. Isso acaba por dialogar com a proposta de Georg Iggers<sup>20</sup>, a rigor, um pluralismo nas estratégias de pesquisa para que elas sejam mais frutíferas, devendo sempre, ser orientadas por um padrão na qualidade da investigação, em outras palavras, "estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade."<sup>21</sup>

Ainda sobre o campo da história da historiografia, destacamos, enquanto um exemplo, a importância do contexto de escrita e os impactos na produção do conhecimento historiográfico. Robert Darnton na Apresentação de "O grande massacre dos gatos"<sup>22</sup>, demonstrou suas aproximações quanto a História das mentalidades, em detrimento da História intelectual, além de anunciar sua própria aproximação com a antropologia a fim de ressaltar a dimensão qualitativa em sua investigação pois, mais importante do que analisar o que as pessoas pensavam em determinada época e lugar, a rigor, na França do século XVIII, caberia a preocupação quanto a forma ou o como as pessoas compreendiam os eventos para assim os assimilar. Explicamos. O principal objetivo de Darnton seria compreender, nessa investigação, a atribuição de significados à mentalidade de indivíduos comuns, pois, mais importante do que a descrição dos fatos, seriam as formas e/ou os seus significados na mentalidade de homens comuns.

A contribuição de Darnton se insere em um contexto histórico importante nos anos 80. Com o fim da Segunda Guerra e o fim do governo stalinista, houve uma reorientação dos métodos historiográficos, tendo em vista que novas demandas sociais surgiram e passaram a girar mais em torno do indivíduo e, isso, auxiliou na observação quanto a importância da identidade de grupos minoritários. Um dos seus objetivos seria, ainda, a compreensão da diferença entre grupos mediante a construção dos significados em torno de um mesmo evento, a rigor, irá destacar o uso do humor por parte dos artesãos em "O grande massacre dos gatos". Tal preceito

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes, ver: IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. História da Historiografia. **Ouro Preto**, n. 4, março, 2010, p. 105- 124.

<sup>21</sup> IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. História da Historiografia. Ouro Preto, n. 4, março, 2010, p. 122.

<sup>22</sup> DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: **O Grande Massacre de Gatos**; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.

é explicitado por Clóvis Moura<sup>23</sup> que salienta a necessidade de entendermos as fricções de ideias ligadas a materialidade, de forma alguma as escolas e suas tendências nascem voluntariamente nos planos das ideias, mas são contrapontos a materialidade vividas e percebidas pelos historiadores. Para Moura, é imprescindível que o “historiador ou tem uma *Weltanschauung* dinâmica e dinamizadora ou não poderá analisar a ação dos homens no passado e especialmente no presente, a não ser de forma alienada.”<sup>24</sup>, para que consiga dar continuidade ao trabalho e conseguir captar as mais diversas facetas de sua própria motivação, mas o que permeia o seu objeto para além das comuns conceituações.

Dando continuidade quanto a práxis percebida nas discussões e reflexo nas abordagens de investigação, gostaríamos de acrescentar mais um autor que desenvolveu suas pesquisas à medida em que delineou maiores sentidos a disciplina e ao seu trabalho científico na História. Carlo Ginzburg<sup>25</sup> em 1989, irá discorrer não apenas sobre a micro-história e o paradigma indiciário, mas, também, a história vista de baixo, a importância da interdisciplinaridade para ampliação do conhecimento histórico e, também, a crítica ao relativismo epistemológico exacerbado do Hayden White, além da contextualização das transformações historiográficas francesas, italianas e das mais gerais.

Anteriormente a explanação de sua abordagem, gostaríamos de destacar que o autor é um dos nomes mais importantes da chamada micro-história italiana por trazer a prática as prerrogativas de tal perspectiva metodológica. Sobre os seus trabalhos de destaque, salientamos “Os andarilhos do bem” de 1966 e “O queijo e os vermes” de 1976. Em linhas gerais, nesse primeiro trabalho citado, o autor destacou o caráter morfológico, ou seja, a construção em torno de algo ou de alguém e, no segundo trabalho, ele vai investigar um indivíduo de nome Menocchio e a sua cosmogonia, ainda, como isso era visto pela sociedade em que ele estava.

No texto inicialmente citado, Ginzburg iniciou fazendo uma espécie de associação entre Giovanni Morelli (pseudônimo Ivan Lermolieff) — que fazia análise de quadros de arte (fins séc. XIX) — a partir do que ficou conhecido como “método

---

<sup>23</sup> Para mais detalhes, ver: MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clío**: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990.

<sup>24</sup> MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clío**: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990. p. 18.

<sup>25</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

morelliano", a rigor, creditava-se maior importância a detalhes que eram negligenciados, seria preciso:

(...) não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.<sup>26</sup>

Tal análise minuciosa era feita por ele acreditar que as características fundamentais dos pintores residiam nesses detalhes. Ainda, salienta "O ensaio sobre Michelangelo" de Freud<sup>27</sup>, datando 1914, que citou Morelli indicando a sua pertinência dada a atenção aos detalhes que, normalmente, seriam secundários. Ginzburg irá comentar que essa técnica está ligada à própria psicanálise médica pois, basicamente, tem-se a proposta de um método interpretativo centrado nos resíduos, nos dados marginais e que esses mesmos são, para Freud, reveladores. E, aqui, destacamos a questão do inconsciente para Freud para melhor compreendê-lo dentro do desenvolvimento de Ginzburg, pois trata-se de "aspectos pulsionais, as forças obscuras que movem o ser humano, de modo que a racionalidade não se enraíza profundamente, sendo apenas uma camada de superfície, um verniz, e que não tem as rédeas sobre o comportamento humano."<sup>28</sup>. Delineou, ainda, um outro diálogo com Sherlock Holmes, pensando o que os une, a rigor, as pistas: sintomas para Freud, indícios para Holmes e signos pictóricos para Morelli. Ginzburg argumentou que, por milênios, o homem foi caçador e, com isso, tenta mostrar as raízes do paradigma indiciário. Assim, esse homem aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas tal qual fios de barba. Podemos considerar, aqui, aproximações com o que Marc Bloch afirmou em "Apologia da História"<sup>29</sup>, a rigor, quando discorre sobre a função do historiador, função essa que seria a de farejar a

---

<sup>26</sup> <sup>26</sup> GINZBURG, Carlo. **Op.cit.**, p. 144.

<sup>27</sup> Para mais detalhes, ver: FREUD, S. **O Moisés de Michelangelo** [1914]. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

<sup>28</sup> CORDEIRO, Everton Fernandes. O inconsciente em Freud. **Psicologia. pt: o portal dos psicólogos**, [s. l.], 2010. p. 3;

<sup>29</sup> Para mais detalhes, ver: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

própria carne humana, tendo em vista que esse indivíduo é o próprio Ogro da história.

A história intelectual do gênero humano, segundo Ginzburg, está ligada a um pano de fundo, a rigor, o caçador agachado na lama que perscruta as pistas da presa e que, por isso, as disciplinas indiciárias não entram absolutamente nos critérios dedutíveis do paradigma galileano, a rigor, o que Galileu concebeu por importante, ou seja, as figuras, números e movimentos e não os odores, sons, entre outros, pois, segundo Galileu, "as figuras, os números e os movimentos, mas não os odores, nem os sabores, nem os sons, (...)"<sup>30</sup>. Com isso, buscava apontar para a seguinte compreensão: os animais vivos eram receptáculos e tinham tais características, mas, quando mortos, odores, sons e demais características desse gênero, seriam apenas nomes, então não tinham importância para ele. Ginzburg propõe a superação do paradigma galileano. Para o autor, ninguém aprende o ofício do conhecedor limitando-se a pôr em prática regras preexistentes, pois, necessário a esse tipo de conhecimento, têm-se o faro e a intuição.

Paradigma indiciário seria, portanto, a capacidade de construir um saber a partir de dados aparentemente negligenciáveis, mas que, juntos, permitem remontar a uma realidade complexa e não experimentável diretamente. Sobre essa epistemologia que aposta mais no qualitativo, Ginzburg destacou que, embora o paradigma tenha ganhado maior repercussão em fins do século XIX, suas raízes remontam um período mais antigo, por isso, a metáfora do homem das cavernas que usava do faro. Assim, compreendemos uma abordagem do autor que busca adentrar as particularidades e indícios, contrário aos modelos generalizantes e a própria história-síntese, tendência na qual a micro-história surge como oposição. É possível refletir que a pertinência de tal abordagem na trajetória de Ginzburg, tenha tido como referência sua própria mãe, Natalia Ginzburg que, em "Léxico Familiar"<sup>31</sup>, discorreu sobre as transformações mais amplas na Europa com a ascensão de regimes fascistas a partir da narrativa familiar, ou seja, estabelece uma relação de micro/macro apontando para uma realidade social complexa que se inicia, no entanto, no enredo em torno de seu pai, mãe e irmãos.

---

<sup>30</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 158;

<sup>31</sup> Para mais detalhes, ver: GINZBURG, Natalia. **Léxico Familiar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Caminhando para pensar a micro-história, que foi também uma abordagem que conduziu a novos sentidos à historiografia por repensar a escala de observação dos objetos, destacamos a contribuição de Edoardo Grendi<sup>32</sup> publicada na revista italiana *Quaderni Storici* inicialmente 1994 mas irá retornar no livro “jogos de escalas a experiência da microanálise” do Jacques Revel em 1996. Sobre o texto “Repensar a micro-história”, Edoardo Grendi argumentou que tal abordagem tem referenciais teóricos mas, ao mesmo tempo, não tem uma base teórica mais consolidada, justamente porque mesmo a partir de sua influência sob diversas produções e de ter sido um fôlego na historiografia italiana, ela não se tornou uma escola, seu nascimento se pautou tendo como característica a oposição aquilo que era chamado história síntese. E, aqui, cabe a reflexão sobre a Antropologia redimensionada em Grendi enquanto “antropologia social”, pois é a via instrumental que balizará, fundamentalmente, suas observações e implicações quanto a abordagem ao objeto dentro de uma investigação em História, afinal, é o que permitirá ao historiador, ainda segundo Grendi, ir além das relações de tipo estado, mercado, famílias, entre outros, questões essas que, por sua vez, tinham rigor mais quantitativo e que sintetizavam as relações não dando ênfase naquilo que é interpessoal. A micro-história, nesse cenário, vai partir de duas prerrogativas: social e cultural.

Para vias de comparação, destacamos as diferenças entre micro-história italiana e *history from below* (que é uma corrente historiográfica inglesa). Além de terem sido pensadas para o contexto de cada tendência na historiografia que seria recorrente em cada país, o próprio Edoardo Grendi, em contato, com a *history from below* em seus estudos em Londres, fez uma crítica à categoria de classe social de Marx que, em muito, segundo o autor, influenciaria as abordagens da história vista de baixo (*history from below*) por se tratar de um bloco analítico que excluiria as particularidades e subjetividades dos indivíduos.

Tais caminhos, segundo Georg Iggers,<sup>33</sup> propuseram reorientações na escrita da história, por estarem diretamente ligado as concepções sobre sua metodologia. O texto, publicado inicialmente em 2007, irá abordar, em linhas gerais, os eventos que ocorreram no século XX e que reorientaram a escrita da história, portanto, os

---

<sup>32</sup> GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 251-262.

<sup>33</sup> IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*. **Ouro Preto**, n. 4, março, 2010.

desafios que se tem para o século XXI. Iggers irá propor uma reflexão quanto ao contexto de escrita no qual o historiador escreve, assim, os impactos de determinada contemporaneidade na produção do conhecimento histórico. Existe certa coesão com a proposta de reflexão do Iggers pois sua própria trajetória indica a pertinência de se pensar o contexto de escrita. Em 1938, ele fugiu da Alemanha juntamente com a sua família. Iggers inicia falando sobre a queda do Muro de Berlim e sobre a perspectiva de Francis Fukuyama ainda em 1989 acerca dos rumos da história. Em síntese, a ideia de Fukuyama seria: a história teria chegado ao ápice, culminando no seu fim, afinal, com a queda do muro de Berlim, teve-se a narrativa quase homogênea de uma historiografia que pensava um tipo de experiência no mundo, agora, vivido pela democracia em todos os lugares. Há de se refletir, nesse ponto, sobre os resquícios quanto às noções mais amplas sobre história e sua função no tempo presente, seja para indicar um tipo de conhecimento (*historia magistra vitae*) ou, até mesmo, para apontar uma direção, tal qual localiza a ideia do paradigma iluminista segundo Flamarion<sup>34</sup>.

Anteriormente a isso, para Iggers, destacou-se nos anos 70/80 as revisões que concentravam fatores qualitativos na história, tal qual micro-história, história vista de baixo, crítica a teorias generalizantes, entre outras. Segundo ele, o ônus foi o radicalismo na ênfase na cultura, que desprezaria todo contexto político e social. Posteriormente, os debates acerca das dimensões da linguagem na escrita, com isso, Hayden White<sup>35</sup> foi um nome na história da historiografia que representou a radicalização do giro linguístico nos anos 90 na escrita da história por pressupor que a linguagem não seria reflexo do passado, mas o passado seria uma criação da linguagem, ainda, que toda representação histórica seria um produto da imaginação poética, em que a interpretação se desenvolve ao longo do enredo:

(...) a não ser que uma estória histórica for apresentada como uma representação literal dos eventos reais, não podemos criticá-la como sendo verdadeira ou não aos fatos da questão. Se for apresentada como uma representação figurativa de eventos reais, então, a questão da sua verdade cairia sob os princípios que governam nossa forma de ver a verdade de ficções. E se não sugerir que o tipo de enredo

---

<sup>34</sup> VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>35</sup> Para mais detalhes, ver: WHITE, Hayden. Enredo e verdade na história escrita. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita; teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

escolhido para apresentar os fatos a uma estória de específica tivesse sido encontrado como inerente aos fatos por si mesmos, então nós não teríamos nenhuma base para comparar esse (relato) particular com outros tipos de relato narrativo, informados por outros tipos de enredo, e para acessar sua relativa adequação à representação, não tanto dos fatos como daquilo que os fatos significam. Porque diferenças entre narrativas que competem são diferenças entre os "modos de elaboração" de enredo que predominam nelas.<sup>36</sup>

Aqui, abrimos um parêntese para pensar uma autora emblemática para contrapor o Hayden White, a saber, Natalie Zemon Davis, sobretudo em "O retorno de Martin Guerre"<sup>37</sup> em que, lidando com fontes rasuradas, desgastadas, vai trabalhar na dimensão das possibilidades, na dimensão do que se chamou de "imaginação histórica" para o auxílio do preenchimento de lacunas. Na versão italiana do livro, Ginzburg teve contato com a obra e fez o seu prefácio e, em "O fio e os rastros" salientou que, Natalie Z. Davis, não estava trabalhando com as noções de "inventado" e "verdadeiro", mas com as "realidades" e "possibilidades". Dessa forma, fica a reflexão em torno da dimensão literária na história, por assim dizer. Natalie Z. Davis, mesmo trabalhando com a "imaginação histórica", precisou corresponder a um dado método que passa por categorias amplas acerca das pesquisas sobre a sociedade em que Martin Guerre estava inserido para se ambientar da realidade e das possibilidades na trajetória daquele sujeito. Sob mesma reflexão, algumas perguntas: Isso seria suficiente para esvaziar a história de seu sentido epistemológico? Seria suficiente para considerá-la ficção ou empreendimento literário (como classificou Hayden White em seu texto "Enredo e verdade na escrita da história" de 2006 sobre o método histórico)? A aproximação com os estudos sobre aquela sociedade, caracteriza as intenções de Natalie Z. Davis em trazer o seu objeto para as possibilidades de sua respectiva contemporaneidade, assim, acreditamos não haver, ali, ficção, ao contrário, há, como preconizado por Carlos Ginzburg, realidades e possibilidades.

Retornando ao texto e fechando esse parêntese, cabe destacar, em linhas gerais que, para Georg Iggers, existiram dois momentos de radicalização tanto no que chamou de giro cultural, com a ênfase da cultura e desprezo do contexto político e social e no giro linguístico dos anos 90, que culminou em uma hiper relativização

---

<sup>36</sup> WHITE, Hayden. **Op. cit.**, p. 194-195.

<sup>37</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Paz e terra, 1987.

epistemológica da história e uma redução do conhecimento histórico ao determinismo linguístico. Irá destacar, ainda, um conceito que teve sua crescente simpatia a partir dos anos 90, que foi o conceito de “história global”; muitos historiadores aderiram a ele, mas que se constituía, de certa forma, enquanto narrativa homogeneizante pois buscava certo denominador comum, o que, para Iggers, excluiria particularidades. A teoria da dependência, por exemplo, seria fruto dessa tendência que buscou, no subsídio mais tradicional das ciências sociais, uma abordagem que estabelecia um bloco analítico. Giovanni Levi, em 4 de junho de 2018, em uma palestra na UFJF, especificamente, no Instituto de Ciências Humanas, criticou, justamente, alguns pontos da história global que, mesmo com uma conceitualização ambígua, parte de noções que excluem particularidades, e tal perspectiva seria cara para o Giovanni Levi, tendo em vista a sua aproximação e contribuições com a própria micro-história italiana que baseia sua análise em escalas de observação micro, privilegiando aspectos culturais e sociais. Cabe destacar, no entanto, que nos anos 90, ainda no campo da sociologia, outros autores já estavam se mobilizando e repensando a epistemologia mais tradicional do campo, tal qual Clifford Geertz que argumentava que o ser humano está “amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado”.<sup>38</sup>. Podemos visualizar sua proposta a partir do conceito de “Antropologia simbólica/interpretativa”, que já estava sendo discutido desde os anos 50 mas que, nos anos 70, foi revisitado e ganhou fôlego na Universidade de Chicago, sobretudo, por vários de seus expoentes lecionarem naquele lugar, como bem demonstra Leonardo Marcondes Alves<sup>39</sup>.

Após essa breve contextualização dos significados atribuídos a história e sobre como isso impactou a produção do conhecimento historiográfico, gostaríamos de discorrer acerca da memória que, em muito, apresenta interfaces com a História. Assim, acreditamos que é possível pensar em sua pertinência na construção dos estatutos da História enquanto campo e, somado a isso, na sua própria escrita.

---

<sup>38</sup> GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: Zahar Editores, 1978. p. 15;

<sup>39</sup> Para mais detalhes, ver: ALVES, Leonardo Marcondes. A antropologia simbólica e interpretativa. **Ensaios e Notas**, 2017 Disponível em: <<https://wp.me/pHDzN-45N>>. Acesso em: 08 set. 2022.

### **O papel da memória na constituição de narrativas e a reflexão quanto à sua pertinência na composição dos estatutos da História.**

Pierre Nora em "Entre memória e história: a problemática dos lugares"<sup>40</sup> operou na dimensão da memória, mas ainda sob um contexto, com uma escrita localizada no tempo, a rigor, o pós-guerra e as implicações sobre se pensar memória com o Holocausto. O autor apresenta um contexto histórico específico com a crise do paradigma evolutivo e a cultura do progresso, como já foi referenciado. A rigor, observou-se um contexto de aceleração e, tal movimento para o autor, construiria diversos passados num eterno presente pois, a midiaticização e massificação, deram fim a memória espontânea. Assim, nos caberia a construção de lugares de memória que, por sua vez, são a prova de que ela não existe mais. Explicamos. A monumentalização da memória, para Pierre Nora, seria o reflexo que não a temos mais como algo espontâneo e/ou familiar, presente nos gestos e hábitos, por exemplo. Afinal, "se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares"<sup>41</sup>. O fim das sociedades-memória, impor-se-ia, para o autor, a constituição de lugares em que a história transporta a memória, mas que, pela obrigação e dever, perderia o seu lugar de sacralidade. E, nesse último ponto, destacamos a interface que o autor faz de memória com a história, a rigor, a história enquanto reconstrução problemática e incompleta em interface com a memória, fenômeno atual, elo vivido no eterno presente. Ainda, a história seria uma operação intelectual e exigiria uma análise do discurso crítico e traria consigo a deslegitimação do passado que foi vivido por determinado tipo de grupos, dessa forma, a história realizaria uma espécie de dessacralização da memória que, por sua vez, está ligada ao sagrado nas pessoas. Em suma, a tentativa de conservação generalizada de arsenal documental estaria acompanhada do esvaziamento de sentido daquilo que, de fato, seria um lugar de memória e, por sua vez, esses lugares de memória devem cumprir três competências: material, simbólico e funcional. Simultaneamente, sempre em graus diferentes.

---

<sup>40</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993,

<sup>41</sup> *Ibidem*, p 8.

Maurice Halbwachs em "A memória coletiva"<sup>42</sup>, abordou sobre a memória e seu processo de negociação pois, sob determinado tipo de influências, transforma-se uma narrativa em memória coletiva. Ainda, que a memória seria filtrada pela história, por isso, ela pode ser manipulada. Para esse último autor, o indivíduo que lembra é aquele inserido em grupos de referência e, ainda que a memória seja em grupo, ela é, também, sempre um trabalho do sujeito. Tal concepção dialoga, em muito, com a Ana Paula Goulart em "Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional"<sup>43</sup>, pensa a memória como algo essencial na constituição das identidades individuais, coletivas e institucionais e que, a partir das representações fragmentadas, é utilizada num constante campo de negociação para representação das identidades seja para reconhecimento ou, até mesmo, legitimação.

Além de se compreender a interface entre memória e história, cabe destacar a construção dos complexos memoriais ao longo do tempo, afinal, isso pressupõe os esforços do homem no tempo para compreensão do mundo. Frances Yates em "A arte da memória e o desenvolvimento do método científico" (déc. 60), irá buscar a forma como as memorizações foram construídas e o fará, sobretudo, a partir do Giordano Bruno (XVI), astrônomo que tinha o sistema de pensamentos calcado no zodíaco, naquilo que era transcendental. Num esforço de mobilizar a trajetória dos complexos memoriais ao longo da história, Frances Yates optou por iniciar sua reflexão nos Gregos. Mas, antes disso, destacamos um contraponto para pensar os aparatos da memória. O antropólogo francês Joel Candau em "Antropologia da memória"<sup>44</sup> trabalhou com a ideia do esquecimento seletivo na memória e o seu esquecimento mais orgânico, característico das próprias sinapses, um exemplo seria o "eu te conheço, mas não sei de onde". Salientamos isso pois, quando Frances Yates desenvolve a trajetória sobre os processos de memorização, ela apresenta mutações das formas nas quais os complexos memoriais foram sendo alterados a partir de eventos na própria história, assim, consideramos que as mutações devem combinar uma série de fatos complexos que trabalham, também, com o esquecimento orgânico.

---

<sup>42</sup> HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>43</sup> GOULART, Ana Paula; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], 2005.

<sup>44</sup> CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. 1. ed. [s.l.]: Instituto Piaget, 2013.

Sob o objetivo de investigar a maneira como esses complexos se desenvolveram, retornamos à investigação de Frances Yates no que diz respeito aos gregos pois a memória para eles, segundo a autora, estaria muito mais vinculada a oratória, retórica, entre outros. Já no medievo, percebeu-se um peso estaria nos elementos morais, associando, portanto, a memorização ao repertório imagético, um exemplo que lançamos mão, seriam os vitrais das igrejas que detinham em si toda uma pedagogia quanto aos valores morais e ensinamentos da religião católica. No Renascimento, criou-se uma nova camada nesse complexo, pois a arte de memória sofreu um declínio por não estar tão pautada na oralidade, afinal, no século XV com a invenção da prensa por Gutenberg — que, em muito, se difundiu na Europa —, se configurou um quadro em que a pertinência da fala seria diluída nessas novas maneiras de comunicar. No século XVI teremos o Giordano Bruno, que foi figura fundamental para Frances Yates, pois a arte de memória apareceria de uma forma mais hermética na interpretação do mundo desaguando nas novas ramificações no século XVII, em que uma das preocupações seria a busca da linguagem universal, portanto, falamos de uma tentativa de diversos sujeitos de encontrarem um sistema comum de memorização para se construir uma linguagem universal, nesse sentido, haveria a necessidade de caracteres reais (ou emblemas, para Francis Bacon) e, isso, Frances Yates compreende que está sob influência do lado oculto da tradição da memória. Explicamos. No século XVII os entusiastas da língua universal traduziam em termos racionais, os esforços como o de Giordano Bruno (XVI) para encontrar essa linguagem universal, fundamentados, portanto, em imagens mágicas que eram construídas em contato com a realidade. Interessante que a autora irá notar que, o progresso das ciências, como acreditava Leibniz (herdeiro dessa tradição da arte da memória), levaria a um amplo conhecimento do Universo e, assim, a um maior conhecimento de Deus, mas isso estava ligado ao misticismo do século XVI.

Tal concepção difundida largamente na Europa e em consequência a sua robusta produção escrita, vão tornar latentes as inscrições para a consolidação dos símbolos de tal local, mas a concepção de forma alguma perpassa a forma como os povos originários, de África e Abay Yala, construíram sua própria noção de passado, história e memória. Para grande parte da África a oralidade era o ponto de partida de sua história, observamos o quanto a tradição em relação à história africana,

(...) referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.<sup>45</sup>

Assim a memória é a mobilização histórica de África, é o que move sua ciência e sua constituição histórica, e assim o firmamento de sua "ciência da vida" que mobiliza a comunidade em torno de seus domadores do conhecimento, que eram preparados para conservar a história/memória de seu povo<sup>46</sup>. Quando Amadou Hampâté Bâ pontua as noções de memória e história em uma perspectiva africana, ele nos conduz a um novo olhar para a forma como compreendemos a ciência histórica, nos direcionando para, rompendo com as iniciativas sociais europeias, uma nova abordagem para a constituição da memória. Dos esforços racionalistas à tradição escriturística da Europa e sua recuperação pelos mais diferentes intelectuais, Hampâté Bâ recupera a sacralidade da memória enquanto centralidade da coesão social de muitas sociedades africanas, a rigor, a África ocidental, e mostra que diferentemente das concepções modernizantes do norte, as sociedades ainda se constituíam pela memória e sua história falada.

A memória em África nos leva a entender que para além das mobilizações escriturísticas europeias, e que agora tentam se construir com a memória e oralidade, tal movimento já era consolidado em África e em Abya Yala pelos indígenas, a recuperação de tais estatutos para a construção da nossa história traz à tona novas perspectivas para o fazer historiográfico, mas também para como os métodos científicos são mobilizados pela área.

O que nos traz um contraponto às investidas de Pierre Nora com a história-memória, apontando que tal mobilização dessacraliza a memória e a faz estar refém da história. Se a memória é constituinte de nações e de comunidades fora da Europa, de forma alguma a mesma é mobilizada e suprimida pelo trabalho intelectual da história, mas com respeito às denominações processuais de África e/ou Abya Yala, a memória convive em consonância com a história e, em dialogicidade, se constroem.

---

<sup>45</sup> BÂ, Amadou Hampâté *et al.* **A tradição viva**. História geral da África, v. 1, 2010. p. 167.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 175.

Um outro autor a contribuir nas discussões quanto a interface da memória com a história, é Jean Starobinski. Destacamos o seu texto "1789 - os emblemas da razão"<sup>47</sup> por abordar um conjunto maior de questões quanto aos objetivos por nós levantados neste artigo. O primeiro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito a especificidade da trajetória do próprio autor. Jean Starobinski é doutor em medicina, cuja tese foi relacionada a melancolia na área da psiquiatria e ele é, também, doutor em literatura, cuja tese foi relacionada a Rousseau. Percebemos, dessa maneira, que o autor anda por caminhos muito plurais e, sua própria trajetória, é um prelúdio da interdisciplinaridade característica de suas obras. Nesse texto em específico, ele busca entender os impactos da revolução francesa na produção de obras de arte (história da arte). Argumentando que, a primeira vista, não se pode situar nenhum acontecimento decisivo na história da arte o que, posteriormente, será desenvolvido por ele.

O indivíduo, segundo Jean Starobinski, é um campo de encontro, mas também agente do avanço, possuindo trevas internas, enquanto seu olho porta uma luz aparentada pelo sol. Esse antagonismo foi encontrado em Blake (poeta contemporâneo da Revolução), que compreendia a necessidade de reconciliação do mundo do desejo com o mundo espiritual, porém, é fundamental a noção de que a revolução que Blake concebe é a do Apocalipse, é aquela de total destruição pois, com ela, com a leitura imaginária que se fez da luz que destrói as trevas, haveria um campo vazio, portanto, horizonte livre para criarmos outras coisas. Nesse sentido, há o anúncio do fim dos tempos, ao mesmo tempo em que se busca o retorno à origem, ou seja, a reintegração no éden primitivo. Nesse ínterim, Starobinski percebeu que a arte neoclássica traduziu e transformou a paixão pelo começo em nostalgia do recomeço e que, para esses artistas, a luz do começo só podia resplandecer no momento presente sob a condição de serem reflexo de uma origem absoluta, mas que foi situada no passado, é o recomeço. Vemos, aqui, a conciliação das noções de começo e eterno. Pertinente às discussões quanto a interface entre memória e história, o autor contribui ao destacar o processo de soma e construção de imagens para o movimento de assimilação dos sujeitos históricos e os efeitos disso sobre a memória, por sua vez, abre prerrogativa para refletirmos sobre como isso é

---

<sup>47</sup> STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

redimensionado dentro da própria história. A seguir, abordaremos um outro livro de Starobinski cuja composição delinea melhor suas escolhas e contribuições.

No livro "A invenção da liberdade"<sup>48</sup> consta uma análise iconográfica e textual sobre o sentido moderno, em outras palavras, como foi formulado o conceito de "liberdade" e, aqui, o autor desenvolve um pouco mais de seu método que é um elemento central na sua análise, que é o conceito do desvelamento, ou seja, para o historiador, é necessário lidar e/ou compreender sujeitos que dispõe de seus artifícios e usam "máscaras sociais"; e sobre esse ponto, destacamos que Starobinski ficou conhecido, inclusive, como historiador das máscaras, como melhor explica Renato Moscateli<sup>49</sup>. E qual seria o intuito do método? A denúncia da aparência. Com isso, tem-se a intenção de denunciar essa construção imaginária e o desvelamento seria o movimento de retirada dos véus e/ou máscaras. Percebemos a prática desse método quando Starobinski opta por circular muito mais em torno das interpretações dos eventos históricos do que fato histórico em si e, essa, é quase uma espécie de atitude existencial pensando como o fato existe no imaginário, ainda, como foi construído no imaginário.

E é interessante que, a partir dessa articulação, há uma correspondência entre fundo e forma. Explicamos. A forma seria o que está disposto, no raso, o fundo é a estrutura subjetiva dos indivíduos. A forma é importante, ou seja, é necessário entender instituições das mais gerais, mas temos de ir ao fundo, acessar a estrutura subjetiva dos sujeitos que estavam inseridos em sociedades, instituições, entre outros.

Pensando numa possibilidade que auxiliaria no caminho a estrutura subjetiva dos sujeitos, seria o conceito de "representações". Tendo em vista que o conceito mais próximo de representações foi estruturado inicialmente por Durkheim, destacamos que os seus usos foram redimensionados em competências distintas, pensando, no entanto, sempre na relação do pensamento coletivo e suas implicações no pensamento individual. Presente tanto em Roger Chartier quanto em Pierre Bourdieu, os autores irão concordar, em linhas gerais, que as representações são construções sociais que dizem respeito a experiências históricas em que indivíduos

---

<sup>48</sup> Para mais detalhes, ver: STAROBINSKI, Jean; MORETTO, Fulvia Maria Luiza. **A invenção da liberdade: 1700-1789**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

<sup>49</sup> MOSCATELI, Renato. Jean Starobinski: um historiador das máscaras e do desvelamento. **Cultura História e Patrimônio**, UNIFAL, v. 2, n. 1, 2013.

projetam sua visão de mundo. Essas práticas sociais, que orientariam as ações, bem como posturas, gestos, opiniões, gostos, entre outros, é reveladora dos códigos que tornam o sujeito legítimo na sociedade a qual pertence. Na psicologia, o conceito de representações foi redimensionado por Serge Moscovici em "A representação social da psicanálise"<sup>50</sup>, compreendendo as "representações sociais", o autor irá argumentar que elas tornariam familiar para o indivíduo algo que não o é. Temos, portanto, uma proposta com tal conceito de acessarmos a subjetividade dos indivíduos, assim, o fundo e o seu estado sem máscaras, observando a forma com que se comunica com o mundo, ainda, como se utiliza desses códigos sociais para se movimentar e/ou relacionar em sua contemporaneidade. As representações, em contrapartida, não devem se cristalizar como leis invariáveis acerca da pesquisa e observação de sujeitos em determinada sociedade, se assim prosseguir, será uma mera descrição estática do objeto, como preconiza Giovanni Levi. As representações são um convite, portanto, para adentrarmos um caminho a fim de que seja acessado o subjetivo, o que de particular existe nos indivíduos.

### **Considerações finais**

A partir do quadro geral nas explanações feitas nesse texto, frisamos que a relação entre história, memória e ciência está associada a pertinência dos sentidos conferidos a história ao longo do tempo, bem como sobre as suas interfaces com a própria memória, sobretudo nas reflexões pós Segunda Guerra Mundial. Assim, compreendemos o caráter empírico da história defendido desde o século XIX com Leopold Von Ranke mas, simultaneamente, entendemos que a interdisciplinaridade e consequente abordagem complexificada ao objeto dentro de uma investigação na história, deve combinar diálogos com a memória que, por sua vez, pertence a um grupo e garante a coesão desse mesmo mas, em sua passagem pela História, deve ser submetida ao rigor metodológico e a verificação da qualidade. Como destaca Pierre Nora, o dever da memória faz cada um historiador de si mesmo, justamente pela passagem da memória para a história, o que acaba por obrigar cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história.

---

<sup>50</sup> MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Outrossim, é imprescindível que a História estabeleça seus paradigmas na pluralidade das abordagens adotadas, que se centre em sua renovação através dos agentes históricos que a compõem, a história e a memória indissociáveis, perpassam da maior abrangência científica para assim conseguir estabelecer-se nos estatutos da História, bebendo das fontes que a constituem e a criticam. A História é e deve ser interdisciplinar e abrangente, mas rigorosa aos sentidos que a constroem.

O trabalho historiográfico, novamente, é científico porque exige método. Suas abordagens, mesmo que iniciem com perguntas e terminem com mais perguntas, exige um esforço metodológico para se constituir. Revisitar o passado, ou reconstruir aspectos socioculturais exige um trabalho que mobilize toda a estrutura que nos ronda, por isso sua importância. Revelar memórias, construir pontes, moldar novas perspectivas, reconstruir o passado, analisar rastros e símbolos, questionar aspectos aparentemente consolidados, faz dessa ciência um mar vasto de perguntas infinitas a ser exploradas. As mais variadas respostas e perguntas podem se constituir tanto nos pequenos rastros encontrados, como nas cores e nas roupas da revolução francesa<sup>51</sup>; ou até mesmo nos grandes objetos constantemente reproduzidos nos dias atuais, como as grandes pinturas de Jacques-Louis David ou as músicas de Mozart<sup>52</sup>. A história é a ciência que se atenta a nós, ao homem, e as suas extensões mentais, culturais, sociais, materiais e abstratas, o grande objetivo é questionar, e trazer à tona os debates que modificam nossa estrutura enquanto sociedade.

Portanto, a ciência histórica se pauta nos grandes questionamentos, nas interrogações que nos estruturam, nas peças que nos unem ou nos separam, naquilo que nos conforta e nos incomoda, é onde a nossa memória se faz ou se desfaz, onde nos fazemos globalmente, ou nos percebemos individualmente. Suas metodologias de exploração são o que a caracterizam, e dão peso às suas contribuições para as perguntas do mundo, muitas vezes questionamentos que não encontram respostas totalizantes, mas que abrem mais caminhos para as explorações individuais, regionais e nas demais categorias de observação.

## Referências

---

<sup>51</sup> HUNT, L. Formas simbólicas da prática política. In: \_\_\_\_\_. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>52</sup> STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- ALVES, Leonardo Marcondes. A antropologia simbólica e interpretativa. **Ensaios e Notas**, 2017 Disponível em: <https://wp.me/pHDzN-45N> . Acesso em: 08 set. 2022.
- BÂ, Amadou Hampatê et al. A tradição viva. *História geral da África*, v. 1, p. 167-212, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2013, n. 11 [Acessado 20 Outubro 2022] , pp. 89-117.
- BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social [online]**. 1997, v. 9, n. 2 , pp. 1-12.
- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. 1. ed. [S. l.]: Instituto Piaget, 2013.
- CARNEIRO LEÃO, E. **Para uma crítica da interdisciplinaridade**. Tempo Bras., 1991.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A propriedade do conceito. **ANPOCS 2001**, [s. l.], 2001.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.
- CORDEIRO, Everton Fernandes. O inconsciente em Freud. *Psicologia.pt: o portal dos psicólogos*, [s. l.], 2010.
- CURTIN, Philip D. Tendências Recentes das Pesquisas Históricas Africanas e Contribuição à História em Geral. In: *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.
- DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: **O Grande Massacre de Gatos**; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Paz e terra, 1987.
- FANON, Frantz. **Condenados da Terra**. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2005.
- FREUD, S. O Moisés de Michelangelo [1914]. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: Zahar Editores, 1978.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.
- GINZBURG, Natalia. *Léxico Familiar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.
- GOULART, Ana Paula; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], 2005.
- GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 251-262.
- GUSDORF, G. **Introduction aux sciences humaines**. 2a. ed., Paris, Editions Ophrys, 1974.
- GUSDORF, G. Present, passé avenir de la recherche interdisciplinaire. **Rev. Int. de Sciences Sociales**. 29:627-48, 1977.

- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. 2a. ed., Madrid, Taurus, 1988.
- HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HUNT, L. Formas simbólicas da prática política. In: \_\_\_\_\_. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia. Ouro Preto*, n. 4, março, 2010, p. 105- 124.
- LEVI, Giovanni. "O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar". **Tempo**, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. INTERDISCIPLINARIDADE: FUNCIONALIDADE OU UTOPIA?. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], 1994.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCATELI, Renato. Jean Starobinski: um historiador das máscaras e do desvelamento. **Cultura História e Patrimônio**, UNIFAL, v. 2, n. 1, 2013.
- MOURA, Clóvis. As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: A problemática dos lugares". In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993, p 7-28.
- PENNA, Mariana Affonso; DE MELO, Marcos Rafael Andrade. "DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO (1950)": DISTOPIA, UCRONIA EUTOPIA EM AIMÉ CÉSAIRE. **Revista de Estudos de Cultura**. São Cristóvão (SE). v. 2, n. 17, Jul. Dez. 202, p. 93-108;
- REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 19-94.
- STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- STAROBINSKI, Jean; MORETTO, Fulvia Maria Luiza. A invenção da liberdade: 1700-1789. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VIVEROS VIGOYA, M.; FACUNDO NAVIA, A. M. Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 1–16, 2021.
- WESTPHALEN, C. M. Lições do Gilberto Freyre aos historiadores. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2011.
- WHITE, Hayden. Enredo e verdade na história escrita. In: MALERBA, Jurandir (organizador). **A história escrita; teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p.191-210.

YATES, Frances. A arte da Memória e o desenvolvimento do método científico. In: **A arte da Memória**. trad. por. Flavia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp. 2007. pp 457-482.

**Recebido em:** 30/11/2022

**Aprovado em:** 06/03/2022

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O REAL, O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DA LOUCURA NA SOCIEDADE

*CONSIDERATIONS ABOUT THE REAL, SYMBOLIC AND SOCIAL IMAGINARY OF MADNESS IN SOCIETY*

**Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos**<sup>1</sup>  
USP/UNIB

**Hugo Cesar Bueno Nunes**<sup>2</sup>  
USP/SESI-SP

**Resumo:** O objetivo desta contribuição é uma profunda reflexão a respeito da naturalização da loucura e do lugar que ela ocupa no imaginário social. A partir de falas analisadoras e de uma revisão bibliográfica que remonta a história da loucura, busca-se compreender os dispositivos que levam a patologização da diferença e, sobretudo, de que lugar e com qual propósito o saber sobre a loucura é construído. A investigação aponta que a loucura obteve sua qualificação através de uma construção social que defende valores impostos por uma autoritária classe dominante. Ainda reduzida a uma dimensão biológica, a loucura, nessa sociedade que execra a expressão da diferença e da criatividade,

**Abstract:** The aim of this contribution is a deep reflection on the naturalization of madness and the place it occupies in the social imaginary. From analytical speeches and a literature review that retraces the history of madness, it seeks to understand the devices that lead to the pathologization of difference and, above all, from what place and with what purpose the knowledge about madness is constructed. The research points out that madness obtained its qualification through a social construction that defends values imposed by an authoritarian dominant class. Still reduced to a biological dimension, madness, in this society that execrates the expression of difference and creativity, continues to be an alibi for control and social adequacy, for the promotion of violence against

<sup>1</sup> Mestre em Educação USP/UNIB. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. E-mail: dpestana@usp.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação USP. Coordenador dos Cursos de Linguagens e Ciências Humanas da FASESP- SP. E-mail: hnunes@sesisp.org.br

continua sendo álibi para o controle e a adequação social, para a promoção de violências sobre os corpos e para a medicalização da vida.

**Palavras-chave:** Loucura, naturalização, normatividade; Imaginário social.

bodies, and for the medicalization of life.

**Keywords:** Madness, naturalization, normativity; Social imaginary.

### **Introdução: “Será que estou louco?”**

Acompanhando a IV Semana da Luta Antimanicomial Goytacá: desafios entre nós (2018), fui atravessado pelas constantes falas que traziam em si um enunciado rico em reflexão e que, por sua vez, confronta o *modus operandi* da sociedade atual. Em diversas falas que verbalizavam o sofrimento psíquico vivido, cada um a seu modo – em questões que tocam o feminismo, o racismo, o fardo universitário e sua compulsória exigência de produção, entre outros – pude notar o quanto a loucura se tornou um significante naturalizado no discurso introjetado por ideais que servem a um controle disciplinar Foucault (2004), a padronização dos afetos humanos, em suma, a uma normatividade estrutural da vida humana.

Ao trazer para o campo do debate e da reflexão assuntos como, por exemplo, o sofrimento psíquico vivido na universidade devido à alta carga de conteúdo, disciplinas e exigência de um desempenho a níveis in ou aceitáveis que, muitas vezes, ultrapassa a capacidade laboral de um jovem, alguns discentes em seus relatos diziam que iam “ficar doidos” de tanta coisa pra fazer, ou quando não as faziam, escutavam dos colegas: “você é louco por não ter feito!” – o que aqui denuncia a fuga à regra como um comportamento atribuído a loucura.

Ainda decorrendo sobre as falas durante a semana da luta antimanicomial, ouvi uma jovem que contava a respeito de um caso de machismo onde ela via claramente uma atitude que objetificava a mulher e a colocava em posição inferior ao homem. Para seus pares, na situação qual relatava, a atitude era aceita como normal e aí ela se questionou: “será que estou louca? (por identificar o machismo) Será que só eu estou vendo isso?” A jovem foi mais uma, dentre tantas silenciadas, a naturalizar seu pensamento destoante como loucura e a sujeitar-se a lógica machista dominante, ainda que em seu íntimo se pergunte se precisava mesmo ser assim.

Os casos apresentados são apenas dois recortes de uma dezena de milhares de pessoas que passam por situações semelhantes e se veem presas a uma sociedade, que a partir de referenciais morais normativos, fomenta a naturalização da loucura, a patologização indiscriminada da vida humana e a perpetuação romantizada do ideal de normalidade, e desse ideal advêm muito sofrimento.

Desde o final do século XIX, elucidam Mansanera & Silva (2000, p. 115), um grande desenvolvimento das ciências naturais e das ciências exatas, que permitia, através das descobertas e das inovações no campo, a exemplo, da Biologia, a criação de um clima de euforia e de boas expectativas em relação ao futuro da humanidade. Em meio ao desenvolvimento das ciências, o discurso e a preocupação higienistas se tornaram portões de acesso que a Psicologia e a Psiquiatria encontraram para fazer sua história no Brasil (PESSOTI, 1988). Até meados do século XIX, não havia assistência médica aos doentes mentais, que, quando não alojados em prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, eram enclausurados em celas especiais das Santas Casas de Misericórdia (COSTA, 1989).

Como afirmam Mansanera & Silva (2000), o discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país. O movimento higienista, de maneira geral, entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível. Tornou-se "ciência social", integrando a Estatística, a Geografia, a Demografia, a Topografia; tornou-se instrumento de planejamento urbano: as grandes transformações na cidade foram, desde então, justificadas como questão de saúde; tornou-se analista das instituições; transformou o hospital em "máquina de curar"; criou o hospício como enclausuramento disciplinar do "doente mental"; inaugurou o espaço da hegemonia da clínica, condenando formas alternativas de cura; ofereceu um modelo de transformação à prisão e de formação à escola. Iniciou, enfim, a trabalhosa conquista profissional, técnica, exclusiva do poder da cura e do controle sobre a doença, rotulando as

eventuais resistências e os saberes alternativos de cegueira política, ignorância do povo, má-fé dos charlatões (COSTA, s/d, p. 10-11).

No que tange à discussão; o normal existe? Tudo que não é normal é, necessariamente, anormal? Estamos aprisionados a esse binarismo? "De perto, ninguém é normal"? Mas, se isso é "verdade" conclui-se, como argumenta Ernesto Venturini (2009) "que de perto também ninguém é anormal". Paulo Amarante (2011, p. 19) em *Saúde Mental e Atenção Psicossocial* afirma: "fica bastante claro que o modelo dualista-racionalista não é suficiente para lidarmos efetivamente com determinados problemas". O autor salienta, ainda, que essa problemática ultrapassa a esfera da saúde mental e se aplica a diversos outros campos.

É visível que temos muitos desafios e obstáculos a vencer, sobretudo no que diz respeito aos parâmetros para a delimitação do patológico, já que claramente sua definição na contemporaneidade se situa no campo dos valores.

### **Desafios e obstáculos**

Um dos principais desafios enfrentados pela luta antimanicomial no Brasil é a falta de investimentos e recursos para a saúde mental. O país possui uma carência de profissionais e serviços especializados para atender a demanda da população, o que resulta em tratamentos precários e pouco eficazes. Além disso, a política de saúde mental adotada pelo Estado brasileiro tem sido criticada por diversos movimentos sociais, que a consideram desatualizada e ineficaz.

Outro desafio é o preconceito e a discriminação enfrentados pelos pacientes psiquiátricos e suas famílias. A sociedade ainda tem uma visão estigmatizada da doença mental, o que gera dificuldades para a integração social e laboral dessas pessoas. Muitos pacientes são marginalizados e excluídos do convívio social, o que prejudica sua recuperação e bem-estar.

A luta antimanicomial também enfrenta resistências por parte de profissionais da área de saúde mental, que se opõem às mudanças propostas pelos movimentos sociais. Muitos médicos e psiquiatras defendem o modelo tradicional de tratamento, baseado na internação e no uso de medicamentos, e criticam as propostas de reforma psiquiátrica e desinstitucionalização. Essas divergências têm gerado conflitos e dificultado o diálogo entre as diferentes partes envolvidas.

Outro obstáculo importante é a falta de informação e conhecimento por parte da população em geral sobre a saúde mental e os transtornos psiquiátricos. Muitas pessoas ainda associam a doença mental a comportamentos violentos e perigosos, o que gera medo e preconceito. A falta de informação também dificulta a identificação precoce dos transtornos mentais e o acesso aos tratamentos adequados.

A luta antimanicomial no Brasil tem enfrentado diversos desafios e obstáculos ao longo do tempo, o que tem dificultado sua consolidação e avanço. Para superar essas dificuldades, é necessário o envolvimento de diferentes atores sociais, como profissionais de saúde, movimentos sociais, governo e população em geral. É fundamental que sejam realizados investimentos em saúde mental, aprimorando a formação de profissionais e ampliando os serviços disponíveis. Também é necessário combater o preconceito e a discriminação, promovendo a inclusão social e laboral dos pacientes psiquiátricos. A luta antimanicomial é uma questão de direitos humanos e deve ser encarada como tal, com o objetivo de garantir a dignidade e o bem-estar das pessoas que sofrem de transtornos psiquiátricos.

A doença mental, por sua vez anormalidade, é concebida em relação às normas sociais, sendo assim aplicável aos sujeitos que não se submetem adequadamente a elas. Nesse sentido, a função dos tratamentos mentais seria a normalização dos indivíduos, fixando-os às normas de que se distanciaram.

A loucura, ao que nos consta, obteve sua qualificação através de uma construção social que defende valores impostos por uma autoritária classe dominante. Reféns desse sistema, somos arbitrariamente condicionados a corporificar e naturalizar a loucura como algo intrínseco ao erro e ao desacordo com a norma. E pior, somos levados a reproduzir todo o preconceito e estigma que o enunciado 'louco' comporta na sociedade. Tudo que foge à lógica manicomial, travestida de convencionalidade universal, é destinado à reprovação e a exclusão do convívio social, em nome de uma suposta harmonia e equilíbrio ou normalidade, por assim dizer, seja por qual for o motivo: doença, classe social etc. (FOUCAULT, 2005).

### **Uma expressão da alteridade**

No artigo *Fazer falar a loucura*, Luana da Silveira (2009), ferrenha militante da luta antimanicomial, reforça a ideia centrada de loucura como algo fixo no anormal,

segundo a autora "não há um só conceito, como não há um só sentido para esta experiência que nem sempre esteve acorrentada como doença". Completa citando Pelbart (1989): "cada cultura produz sentidos diferentes à loucura, assim como inventa modos de ser louco. Evidenciam-se, deste modo, os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais que imprimem diferentes modos de subjetivação da loucura." A partir desta premissa surge o questionamento: se uma definição de loucura é situada no tempo e no espaço, como garantir que os critérios adotados para gerar essa definição são melhores que outros quaisquer? Este recorte do artigo de Silveira (2009) engrossa a tese de que os critérios para delimitação da loucura são essencialmente valorativos, visto que sua aplicabilidade e permanência dependem da legitimação social, ou, em termos foucaultianos, do poder atribuído ao discurso que os constroem.

Ainda decorrendo sobre fazer falar a loucura (2009), observamos que a loucura já habitou diversos lugares no imaginário da humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, já teve seu entendimento concebido como legítimo e vizinho da razão grega, mais especificamente seu entrelaçamento com a divindade. Já foi entendida também como desarranjo humoral, como mania, designação genérica de estados delirantes que significavam perder a cabeça (PESSOTTI, 1999). A autora ressalva ainda, que, "as múltiplas formas da experiência da loucura na antiguidade foram vividas como um misto de proximidade e distância, não ocupando um lugar contrário à razão" (p.17). Já a Idade Média coloca a experiência da loucura diretamente associada à religião, que a concebe como possessão demoníaca. No entanto, segue apontando Silveira (2009), a maior encarnação do mal neste período, foi a hanseníase, cujo "tratamento" consistia em colocar os representantes do mal às margens da sociedade. O que, quase dois séculos depois, viria a ser substituída pela loucura.

A Renascença, afirma Silveira (2009, p. 19): "inaugura um espaço que concretiza o modo como se lida com a loucura: a Nau dos loucos, que transportava aqueles que eram escorraçados das cidades, cujo destino era a errância".

Na era clássica, começo do século XVII, a loucura é hospedada no cotidiano da vida humana. Cria-se o Hospital Geral, local de acolhimento da loucura. No entanto, progressivamente, o seu caráter filantrópico foi substituído por "um novo modelo da

internação, determinado por autoridades reais e jurídicas”, pois sustenta o mito da felicidade social. A partir de então, “a loucura é percebida através de uma condenação ética da ociosidade e numa imanência social garantida pela comunidade de trabalho” (IBIDEM: 73). Citando a tese foucaultiana, a autora afirma que “a era clássica corresponde ao momento de controle da loucura, em que tudo aquilo que estivesse fora do domínio da razão era banido. Ao se estabelecer a contraposição entre razão e desrazão, dá-se início ao Império da Razão” (FOUCAULT, 2005 p. 23) bem como a tolerância estética. Mas, é na Modernidade que a loucura é atrelada às noções de alienação mental e doença mental. Discorre a autora: “Estas noções surgem no contexto das ciências humanas, fortemente influenciadas pelo Iluminismo, pelos pressupostos da racionalidade científica cartesiana, mecanicista, que inauguram a visão de um Sujeito da Razão, de que a loucura é o contraponto” (SILVEIRA 2009, p 14)

Completa em outro trecho: “ela passa a ser meticulosamente estudada, classificada, diagnosticada e, portanto, dominada: loucura como doença mental, objeto médico de tratamento” (p. 23). A modernidade, além de marcar essa categorização das doenças mentais, sustenta também, nessa perspectiva alienista, o atrelamento da loucura à noção de periculosidade, justificando assim a institucionalização da loucura como princípio universal. “Se o alienado é incapaz do juízo, incapaz da verdade, é, por extensão, perigoso, para si e para os demais” (TORRE & AMARANTE, 2001: 75). É operando sob esta lógica que o hospital psiquiátrico se propõe a tratar das patologias do ânimo, configurando-se como local de cura, com sua estratégia de isolamento, cujos meios se justificavam por suas finalidades, em que a loucura se torna objeto médico, ganhando valor de doença.

### **O paradigma delimitador**

É bastante claro que a contemporaneidade enquadrou a loucura como uma desordem à norma, pousando-a no terreno do patológico, a definindo como doença mental. Mas afinal, o que é uma patologia psíquica, doença mental, transtorno psicológico ou qualquer outro nome que designe, em menor ou maior grau, o que cotidianamente chamamos simplesmente de loucura? A definição de doença mental é o primeiro problema que se apresenta no relacionamento social com os ditos

loucos e, o mais preocupante, o que se apresenta às propostas de tratamento psicológico/psiquiátrico, uma vez que uma proposta de tratamento parte do pressuposto do que se entende por uma doença.

As noções de saúde e doença são apresentadas como construções conceituais essencialmente valorativas, conforme teorizado, em *O normal e o patológico*, por Georges Canguilhem (2002) e apreciado em *A Saúde Mental e a Fabricação da Normalidade* por Magali Milene Silva (2008) – o que retoma a discussão apresentada no início deste trabalho.

Para Georges Canguilhem (2002), doença é uma construção valorativa. É um conceito construído a partir de uma articulação de pensamento, articulação esta, justificada por valores. Esclarece-nos Canguilhem (2002) que uma definição de doença possui sempre um caráter qualitativo, uma vez que é um arbítrio sobre uma apresentação biológica, considerando-a inadequada em comparação àquilo que se considera o adequado – a saúde –, isso nos leva a concluir que a norma em relação a qual é possível caracterizar uma doença não é natural, mas construída de acordo com determinados valores, aponta Silva (2008). Canguilhem (2002) nos explica que na biologia, a forma nova ou diferente (não-habitual), como no caso das mutações, não é necessariamente negativa, uma vez que pode significar uma evolução no sentido de garantir a vida. Contudo, quando analisado sob o ponto de vista da oposição saúde versus doença, o patológico não é apenas um desvio da norma, mas uma norma diferente, valorizada como inferior.

Conforme teoriza Canguilhem (2002), todo ser vivo apresenta uma normatividade vital, uma capacidade de organizar-se na interação com o meio e que o permite viver. Para Canguilhem (2002), é o próprio indivíduo que deve ser o ponto de partida para o julgamento da doença, já que a vida é o valor fundamental. Nesse sentido, verbaliza Silva (2008), o patológico seria uma normatividade inferior, que acarretasse ao indivíduo menor possibilidade de manter a vida, ou que restringisse as possibilidades adaptativas, diminuindo a capacidade individual de relacionar-se com o meio. Canguilhem (2002) lança mão do termo normativo para descrever a capacidade do ser vivo de determinar normas de funcionamento que lhe permitam continuar vivo, a normatividade biológica seria, pois, o conjunto de atividades do organismo que o mantêm vivo. Podem existir, entretanto, normas que garantem

melhor a continuidade da vida individual. Podemos considerar aqui, então, o conceito de normatividade como a capacidade de um indivíduo de estabelecer normas, de organizar-se em sua relação com o meio; e o conceito de normalidade como julgamento a respeito da adequação a uma norma de funcionamento eleita como melhor, que permite melhores possibilidades adaptativas.

Normalidade para a medicina, no entanto, como sintetiza Silva (2008), envolve o estabelecimento de normas conformes a um valor, pressupondo a hierarquização das possibilidades normativas, elegendo a melhor, a qual o vivente deve adequar-se. Através de uma operação de valor, a medicina converte os conceitos descritivos em ideais normativos que, por sua vez, irão orientar a terapêutica. Não é qualquer diferença em relação à frequência estatística que caracterizaria o patológico, mas apenas uma diferença negativamente valorizada. É preciso deixar claro, então, que no campo da medicina, o termo anormal é essencialmente valorativo porque não diz respeito apenas a uma diferença, mas a uma diferença ruim. Pontua Canguilhem (2002) que qualquer norma que vise a delimitar a patologia tem um fundamento moral: "Não há uma ciência biológica do normal. Há uma ciência das situações e das condições biológicas consideradas normais".

Canguilhem, (2002) não se furta a propor uma outra possibilidade de condução da relação entre saúde e doença que não a delimitação linear de características que separem os campos do normal e do patológico, como mostra Silva (2008). Sua argumentação, entretanto, não nos permite esquecer que a medicina é moral, uma vez que sua atividade fundamental é estabelecer valores em relação aos quais a saúde e a doença serão discriminadas.

### **O Poder Normativo**

"As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas" – Foucault, M. (2005) *Vigiar e Punir*. Em sua obra Foucault (2005) introduz o conceito de sociedade disciplinar se propondo a dar uma resposta às pretensões do que em Fazer falar a loucura Luana da Silveira (2009) chamou de sujeito da razão, advindo dos ideais levantados pelo iluminismo. A sociedade disciplinar é caracterizada por Foucault (2005) como aquela que exerce seu poder de maneira diluída, através de instrumentos simples de controle: o olhar hierárquico, que estabelece o grau de

adequação individual ao esperado, classificando a anormalidade, e o objetivo normalizador, que se utiliza de técnicas para a readaptação do indivíduo e uma prática de exame, com vias a fiscalizar o processo de normalização, contextualiza Silva (2008). A finalidade última desse mecanismo é fixar o indivíduo a uma norma, integrá-lo num esquema de normalização, mas, em contrapartida, ao mesmo tempo em que produz o normal, a disciplina produz também o anormal.

Produto da sociedade disciplinar, o anormal torna-se, então, objeto de um saber de adaptação, de correção, de reinserção nas regras que transgrediu. Em decorrência disso, o punir passa a relacionar-se ao curar, expressão do que Foucault (2005) chamou de poder de normalização, manifestação exemplar de uma sociedade disciplinar. Para o autor, os mecanismos de exame, que vemos figurar atualmente sob o nome genérico de avaliação, não se dirigem ao nível conceitual, mas a uma prática mecânica de normalização.

O avaliador não precisa conhecer o objeto avaliado, ele precisa apenas contá-lo, ouvir a realidade que o objeto revela, configurada sob o padrão revelador de suas perguntas. O objetivo da avaliação é, pois, extrair normas e verificar a adequação a elas.

Afirma Silva (2008) que, para Foucault (2002), o poder exercido pela saúde mental possui camadas ainda mais profundas. Além do poder disciplinar, expresso nas técnicas de controle dos indivíduos, exerce também um poder de regulamentação sobre as populações, sobre a vida em seu sentido mais amplo – um biopoder. Ao passo que a tecnologia disciplinar se dirige aos corpos individuais para treiná-los, vigiá-los, usá-los e até mesmo puni-los, enquadrando-os segundo o formato do homem normal; a tecnologia do biopoder se dirige aos homens como uma massa global, afetados por processos próprios à vida, como nascimento, morte e doença. O biopoder se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie (Foucault, 2002, p. 289).

### **Breves Considerações**

Ao que vemos, no decorrer da história ideais normativos foram balizando a construção da loucura no imaginário contemporâneo e, reflexo da normatividade imposta por uma sociedade disciplinar, ocorre com a loucura o que Foucault, em

História da Loucura (2005) chamou de naturalização, ou seja, progressivamente o saber sobre a loucura se esquece de seu ponto de partida moral e se vê dispensado de repensar o poder que exerce.

Ainda reduzida a uma dimensão biológica, a loucura, nessa sociedade que execra a expressão da diferença e da criatividade, continua sendo álibi para o controle e a adequação social, para a promoção de violências sobre os corpos e, sobretudo, para a medicalização da vida.

O rompimento de ideais cristalizados, a desconstrução de posicionamentos fiéis ao normativo, a reflexão diária a respeito de modelos conservadores e a aceitação do que difere, não como o negativamente valorizado em relação a mim, mas como uma expressão da diversidade e da alteridade, me parece ser o caminho mais curto para um mundo destituído de sofrimento, exclusão e ainda mais diversificado no que diz respeito às formas de existir.

## Referências

- AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense. 2002
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes. 2005.
- MANSANERA, A. & Silva, L. **A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil**. *Psicologia em Estudo* Vol 5, nº1, 2000.
- RÉGIO, J. **Poemas de Deus e do Diabo**. Lisboa: Portugália, 1926
- SILVEIRA, L. **Fazer falar a loucura**. *Mnemosine* Vol.5, nº2, 2009.
- SANTOS, D. M. A. DE A. P. DOS. Das ervilhas de mendel à bioinformática: E os princípios éticos? **Revista Processando o Saber**, v. 14, n. 01, p. 16-30, 18 maio 2022.
- SILVA, M-M. **A Saúde Mental e a Fabricação da Normalidade: Uma Crítica aos Excessos do Ideal Normalizador a Partir das Obras de Foucault e Canguilhem**. *Interação em Psicologia*, 2008.

**Recebido em:** 21/10/2022

**Aprovado em:** 20/03/2023

# A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE A PALESTINA ENTRE 2000 E 2021: PESQUISAS E ABORDAGENS

*BRAZILIAN ACADEMIC PRODUCTION ON  
PALESTINE BETWEEN 2000 AND 2021: RESEARCH  
AND APPROACHES*

**Carolina Ferreira de Figueiredo**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Nina Fernandes Cunha Galvão**

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico da produção brasileira sobre o tema da Palestina. Para isso, delimitou-se este mapeamento para as publicações de dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas a partir do ano 2000 até o ano de 2021 em universidades federais e algumas instituições estaduais e/ou privadas. Desta maneira, procura-se visualizar os caminhos de investigação sobre a Palestina a partir do Brasil, analisando as áreas de estudo, a distribuição geográfica dos trabalhos, os núcleos de pesquisa e as temáticas angariadas, sinalizando um possível crescimento do campo e das perspectivas críticas a ele relacionadas. Encaminha-se também para uma reflexão sobre os desafios atuais para o estudo da Palestina no Brasil e as

**Abstract:** This article aims to present a bibliographical survey of the Brazilian production on the theme of Palestine. For this purpose, this overview took into consideration the publications of master's dissertations and P.h.D theses from the year 2000 to 2021 in federal universities and some state and/or private institutions. We aim to visualize the paths of investigation into Palestine from Brazil, analyzing the areas of study, the geographical distribution of the material, the research centers and the themes raised, signaling a possible growth of the field and critical perspectives related to it. It also leads to a reflection on the current challenges for the study of Palestine in Brazil and the potential for expanding the field in Brazilian academia.

**Keywords:** Palestinian Studies in

potencialidades do alargamento do campo na academia brasileira.

Brazil; Theses and Dissertations; Question of Palestine.

**Palavras-chave:** Estudos palestinos no Brasil; Teses e Dissertações; Questão da Palestina.

## 1. Introdução

Os estudos sobre o Oriente Médio em geral, e sobre a Palestina mais especificamente, têm se ampliado nos últimos anos no âmbito da pesquisa acadêmica, ainda que se mantenham marginais em muitos cenários brasileiros. Assim, este artigo propõe um mapeamento inicial de pesquisadores que dedicaram parte de suas investigações ao estudo da Palestina, abarcando diferentes abordagens temáticas com recorte contemporâneo, a partir do século XIX. Mais especificamente, o levantamento está circunscrito às dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas a partir do ano de 2000 até 202 em universidades federais brasileiras, além de instituições estaduais e/ou privadas, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), entre outras, como será detalhado nas próximas páginas. Vislumbramos, a partir deste levantamento, analisar as pesquisas em termos das áreas, temáticas e distribuições geográficas destes trabalhos, refletindo sobre o campo de estudos sobre a Palestina de maneira ampla, de modo a situar as iniciativas e desafios para o alargamento da área na academia brasileira.

A partir deste mapeamento, pudemos observar que antes de 2000 existem poucos trabalhos que tratam especificamente da questão da Palestina. Isto pode ser analisado através de uma miríade de questões, que vão desde o acesso às fontes, o contato com a língua árabe e traduções, até a disponibilidade de áreas de pesquisa e orientação neste tema. Entretanto, é possível inferir que, do ponto de vista da produção do conhecimento, as transformações na historiografia e no campo epistemológico contribuíram para uma ampliação do interesse e da possibilidade de estudo. Por exemplo, o campo dos estudos do “terceiro mundo” ou do “sul global” tem promovido aproximações analíticas em estudos de regiões diferentes, proporcionando, por um lado, visualizar situações e contextos pouco trabalhados até então (como a região do Oriente Médio, o continente africano e asiático), e por outro, dimensionar os pontos de contato destes com relação aos processos sociais

vividos no Brasil. Ainda que seja necessário cautelas teórico-metodológicas nesta via, como aponta Chandra Mohanty (1991) ao dissertar sobre a universalização das experiências das “mulheres de terceiro mundo”, por exemplo, há também potencialidades nestas conexões transnacionais, especialmente no que diz respeito à historicização destes contextos diversos ao longo dos séculos XX e XXI e em que medida estes podem se relacionar. Nesse âmbito, não somente os contextos históricos têm sido aproximados, mas a própria articulação conceitual em torno do eurocentrismo (ou “ocidocentrismo”), da modernidade, do capitalismo, entre outros.

Relacionado a este processo de mudança epistemológica, podemos refletir sobre a importância da teoria pós-colonial para a investigação de diferentes locais do mundo, e neste caso, da Palestina, e como isto se reflete em uma produção crítica acerca do processo histórico palestino, especialmente para o contexto a partir do fim do século XIX, bem como no questionamento de narrativas hegemônicas e oficiais sobre a constituição do Estado de Israel e acerca da população palestina. Nesse sentido, os escritos de Edward Said são significativos, considerando seu trabalho seminal, *Orientalismo* (2007), em que o autor discute a invenção do Oriente pelo Ocidente, e tantos outros que dialogam com esta temática geral, como o livro *Cultura e Imperialismo* (2011), e mais diretamente, o livro *A Questão da Palestina* (2012). Said, ele mesmo palestino, coloca no centro de sua reflexão os efeitos do imperialismo e colonialismo na região do Oriente Médio, e no caso específico da Palestina, examina o estado de não reconhecimento da população nativa da região palestina – e porquanto da (não)historicidade do território –, dissecando a construção de um imaginário de interiorização de árabes e palestinos em detrimento do apoio ao projeto etno-religioso sionista por parte da Europa, especialmente a Inglaterra, e posteriormente os Estados Unidos.

Outra categoria fundamental é o próprio conceito da Nakba, termo em árabe que designa a catástrofe que significou para os palestinos a criação do Estado de Israel em 1948. Ao dimensionar a Nakba como um processo central (e violento), a produção historiográfica questiona as narrativas sionistas para a criação de Israel, como a ideia de uma “guerra de independência”, ou do suposto destino religioso do território, bem como examina a constituição da própria ideologia sionista, compreendida como um processo político colonial recente, tal como faz o historiador

palestino Nur Masalha (1992). Ademais, as múltiplas dimensões da Nakba vêm sendo desenvolvidas junto das noções de marginalidade e subalternidade próprias da teoria pós-colonial, com investigações que procuram inquirir sobre diferentes aspectos da realidade palestina, e cada vez mais a partir de uma perspectiva nativa. Neste âmbito, é possível destacar o trabalho de Rosemary Sayigh (1992), com o trabalho etnográfico no campo de refugiados de Shatila, no Líbano, as reflexões em torno das espacialidades e da memória a partir do livro organizado por Lila Abu-Lughod e Ahmad H. Sa'di (2007), e, ainda, as contribuições de Nur Masalha (2012) sobre o processo de apagamento histórico dos palestinos.

Ainda que não seja possível citar à exaustão os estudos contemporâneos sobre a Palestina neste momento, este breve cenário pode nos ajudar a compreender como os estudos supracitado impactam na produção historiográfica de modo geral, e como estas estão colocadas no espaço da academia brasileira; e a partir disso, investigar as formas pelas quais a Palestina vem sendo estudada nos últimos vinte anos no Brasil. Antes de adentrar no levantamento propriamente dito, é possível ainda mencionar os livros que foram lançados no âmbito da produção brasileira sobre a Palestina, situando um primeiro panorama da presença destes estudos. Em ordem de publicação, o primeiro deles é de André Gattaz (2003), intitulado, *A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada*, livro de 2003; também os livros *A Questão Palestina: guerra, política e relações internacionais*, de Marcelo Buzetto (2015) e *Al Nakba – um estudo sobre a catástrofe palestina*, de Soraya Misleh (2017), lançados em 2015 e 2017, respectivamente. E o mais recente, de 2020, organizado por Ashjan Sadique Adi e Fábio Bacila Sahd (2020), com capítulos de diversos autores, o livro intitulado *Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil: reflexões acadêmicas, marginais e críticas*. As obras realizam um apanhado histórico sobre a região a partir de uma miríade de abordagens e a mais recente, organizada por Adi e Sahd destaca-se em particular pela pluralidade de temas tratados e instrumental analítico mobilizados.

## **2. O levantamento: recortes do mapeamento**

Compreendendo a impossibilidade de realizar um levantamento completo neste espaço, nosso mapeamento seguiu alguns critérios específicos. Em primeiro

lugar, delimitou-se a pesquisa para as produções de dissertações de mestrado e teses de doutorado, partindo de publicações do ano 2000 até o ano de 2021. O recorte foi realizado para as universidades federais de todo o Brasil, as universidades estaduais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade de Campinas (UNICAMP); e do Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e as instituições privadas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), localizadas no Rio Grande do Sul (PUC-RS), Paraná (PUC-PR), São Paulo (PUC-SP), Minas Gerais (PUC-MG) e Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Deste conjunto, justificamos a seleção das universidades estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro por se apresentarem como instituições relevantes no cenário brasileiro e de grande porte (no sentido de financiamento, pesquisa e tamanho), e como veremos, algumas concentram uma quantidade expressiva de estudos sobre a Palestina. Da mesma forma, incluímos as PUCs, ainda que uma instituição privada. Ainda assim, entendemos a importância de realizar um levantamento das demais universidades estaduais do país, tendo em vista inclusive um panorama da produção de conhecimento descentrada do sudeste. Além disso, foi incluído o Programa San Tiago Dantas, um programa especial de Pós-Graduação em Relações Internacionais que está vinculado às instituições de ensino da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, e que conta com um número significativo de pesquisas no tema.

Para realizar as buscas nestas instituições e/ou programas, utilizamos as palavras-chave "Palestina", "palestino" e "palestinos". Cabe ressaltar que no processo de levantamento apareceram trabalhos que tratam mais especificamente da arqueologia na região e/ou do período da Antiguidade, associados ou não à estudos bíblicos, e que não foram inventariados por não tratarem do tema da história palestina contemporânea e tampouco da "questão da Palestina". Relacionado a isso, dissertações e teses que abordam com centralidade os temas do judaísmo, sionismo e Israel não foram selecionadas, por não discutirem mais detidamente a problemática da Palestina, ainda que apresentem alguma relação com o tema nas suas investigações. Da mesma forma, trabalhos de escopo amplo como "Oriente Médio" ou "Mundo Árabe", ainda que eventualmente citem a Palestina, não foram contabilizados por não se tratarem de abordagens específicas ao assunto.

Os locais de busca foram plataformas digitais, principalmente o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, um sistema online oficial do governo brasileiro para depósito de teses e dissertações, e que está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Consiste de uma base de dados obrigatória para o depósito de teses e dissertações, de modo que contém toda a produção acadêmica nacional, ainda que não forneça o texto completo dos materiais publicados. Também se buscou na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um mecanismo que integra as bibliotecas das universidades brasileiras que utilizam o sistema BDTD do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Ainda se pesquisou nas bases de dados das universidades, mais especificamente no banco de teses e dissertações de cada uma das instituições de ensino selecionadas.

### **3. Considerações preliminares sobre os estudos da questão da Palestina no Brasil**

Se não podemos dizer que há um grande predomínio de pesquisas a respeito da questão da Palestina no Brasil, tampouco parece sensato afirmar que se trata de uma produção exígua. A partir dos critérios expostos acima, o levantamento localizou um total de 100 trabalhos, 73 dissertações de mestrado e 27 teses de doutorado – o que, se não é muito, tampouco pode ser classificado como uma escassez de investigações sobre o tema. Naturalmente, trata-se de um recorte temático que dificilmente poderá alcançar uma popularidade entre pesquisadores brasileiros próxima à de estudos sobre história do Brasil ou aspectos da colonização portuguesa, por exemplo. Mas, tendo em vista a especificidade do assunto, que pode ser tomado inclusive como um sub-nicho dentro de estudos do “Oriente Médio” ou “Mundo Árabe”, consideramos o corpo de pesquisas realizadas ao longo das duas últimas décadas relevante. Cabe então traçar algumas considerações a respeito da distribuição temporal e geográfica das pesquisas, destacando pontos importantes relativos à concentração da produção em determinado período e região.

### **3.1. Distribuição Temporal**

Em primeiro lugar, é bastante significativo o número de trabalhos extremamente recentes. Das 73 dissertações de mestrado localizadas desde o ano 2000, 80% (58 trabalhos) foram defendidas após 2010, com 38 delas (mais da metade do total) tendo sido concluídas após 2015. Este pode ser um dos motivos pelos quais ainda não se observa grande continuidade nas pesquisas, com poucos estudantes fazendo mestrado e doutorado no tema (são apenas seis casos assim: Rafael Oliveira/UFPR, Luiz Salgado Neto/UFRJ, Bruno Huberman/San Tiago Dantas, Sônia Hamid/UNB, Liana Lopes/PUC-RJ e Claudia Stephan/UFPR). Muitos desdobramentos das pesquisas de mestrado concluídas nos últimos cinco ou seis anos podem estar ainda em andamento. Quanto às pesquisas de doutorado, observa-se tendência similar no que diz respeito à concentração nos últimos anos: 21 das 27 teses (78%) encontradas foram concluídas a partir de 2010, 15 das quais (55% do total) após 2015.

Ainda que este seja um levantamento inicial que merece ser aprofundado com um cruzamento de dados mais específicos – como uma periodização de acordo com cada grande área, recorte temático ou programas de pós-graduação, é possível levantar algumas hipóteses a respeito do expressivo aumento no número de trabalhos sobre a Palestina na última década e especialmente ao longo dos últimos cinco ou seis anos.

Tais estudos possuem, é claro, uma dinâmica própria, mas não deixam de dialogar com tendências comuns ao campo ampliado dos estudos sobre Oriente Médio, língua e cultura árabe e mesmo religião islâmica. Conforme apontou Murilo Sebe Bon Meihy (2014), a “grande área” como um todo viveu um salto tanto quantitativo como qualitativo nos últimos anos, com pesquisas cada vez mais empenhadas em “vencer as barreiras da excentricidade” que marcaram por décadas os discursos sobre o Oriente no Brasil. Podemos, portanto, situar o boom recente nas pesquisas dedicadas à Palestina no contexto de uma cena acadêmica e cultural particularmente efervescente envolvendo o Oriente Médio e o Mundo Árabe. Como destacou um artigo do *Le Monde Diplomatique Brasil* (2021) ao noticiar a recente fundação de um Clube de Leitura Mundo Árabe e Diásporas pelo Centro de Estudos Árabes e Islâmicos (CEAI) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), “uma tríade é

responsável por este momento – a recém-nascida editora Tabla, a nova geração de arabistas brasileiros (formados, principalmente, na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo) e eventos acadêmicos-culturais abertos e gratuitos, como a iniciativa do Ceai”.

Nesse sentido, o novo clube do livro – que já debateu uma obra palestina – pode ser colocado ao lado de outras iniciativas culturais como a Mostra Mundo Árabe de Cinema promovida anualmente desde 2008 pelo Instituto de Cultura Árabe (Icarabe), em São Paulo. Eventos culturais como esses, que muito frequentemente contam com produções estéticas palestinas, são de suma importância não somente por levar discussões sobre os temas propostos para um público cada vez mais amplo e extra-acadêmico, mas por colocarem em pauta questões que extrapolam os aspectos geopolíticos óbvios que envolvem o mundo árabe e a questão da Palestina, como suas dimensões culturais e estéticas. Ou seja, levantamos a hipótese de que, na medida em que as conversas em torno do mundo árabe e muçulmano e do Oriente Médio se tornam mais diversificadas e qualificadas, os trabalhos voltados especificamente para a questão da Palestina também tendem a ganhar em profundidade.

A este ponto soma-se a questão crucial do acesso a fontes e bibliografia sobre o assunto, pois se ainda temos dificuldade em encontrar materiais, especialmente em português, o cenário já é bem mais animador do que há vinte anos. Para isso contribuem definitivamente as novas gerações de arabistas mencionados acima e, talvez de maneira ainda mais crucial, o acesso facilitado a materiais e fontes de diversos tipos e em outros idiomas via internet, na forma de e-books ou artigos acadêmicos de livre acesso.

Por outro lado, podemos enxergar o movimento de ampliação no número de pesquisas sobre a Palestina a partir de um quadro de inserção dos debates sobre o tema dentro da Universidade através de especialistas. O Brasil vem formando pesquisadores que se dedicam especificamente a temas relativos ao Oriente Médio, mundo árabe e islâmico e a questão da Palestina, os quais passaram a ingressar nas universidades como professores e a criar laboratórios e grupos de estudos diretamente ligados a tais assuntos. Tal empenho tende, ao longo do tempo, a gerar interesse por parte dos alunos e agregar eventos e discussões sobre o tema. Ainda

que neste artigo não tenhamos nos debruçado sobre esse recorte específico – um dos motivos pelos quais ressaltamos o caráter preliminar de nosso levantamento –, parece razoável supor que entre a década de 1990 e o ano 2000 havia menos professores especialistas nestas áreas nas universidades brasileiras. Este ponto está também, com toda a probabilidade, ligado ao problema da (má) distribuição das pesquisas pelo território nacional, do qual trataremos adiante. Assim, as dissertações e teses encontradas parecem concentrar-se em (1) locais com especialistas e laboratórios que agrupam alunos com interesse no tema, potencializando o número de trabalhos; (2) locais onde não há especialistas, mas há interesses “isolados” de alunos, que acabam criando nichos de possibilidade de estudo, de modo que as pesquisas não se encontram circunscritas a algum professor-orientador específico.

Finalmente, ao avaliarmos o boom nas pesquisas ao longo da última década seria impossível ignorar o impacto dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 sobre a produção acadêmica nacional a respeito do Oriente Médio e do mundo árabe-muçulmano em geral, bem como da Palestina. Como registram os professores Samira Adel Osman (2020) e Murilo Sebe Bon Meihy (2014), as pesquisas relacionadas à região ganharam um importante fôlego a partir do início dos anos 2000. Parece-nos razoável supor que os resultados de tal explosão de curiosidade não foram imediatos, levando alguns anos até que os temas correlatos passassem a ser estudados de maneira mais recorrente e se consolidassem enquanto objetos de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento. Além disso, acontecimentos ainda mais recentes como a chamada Primavera Árabe e a Guerra Civil síria contribuíram para manter o interesse dos pesquisadores na região.

Em relação aos espaços acadêmicos onde se concentram as pesquisas, nota-se que, ao contrário do que poderíamos imaginar, os estudos sobre a Palestina não se desenvolvem apenas em programas de pós-graduação em História, Ciência Política ou Relações Internacionais, ainda que estas sejam as áreas de maior concentração de trabalhos encontrados (21, 12 e 19, respectivamente). As temáticas exploradas nas dissertações e teses levantadas serão melhor detalhadas mais adiante, mas por hora ressaltamos que é bastante instigante e animadora a perspectiva de que a questão da Palestina venha sendo estudada no Brasil sob prismas tão diversos quanto a Psicologia, Geografia Física e Humana, Antropologia, Teoria Literária, Comunicação e

Pedagogia do Teatro, para citar algumas dentre as trinta áreas de estudo nas quais foram encontradas pesquisas relacionadas ao tema.

### **3.2. Distribuição Geográfica**

Se as áreas nas quais se desenvolvem os estudos sobre Palestina mostram uma saudável diversificação, ao olharmos para a distribuição geográfica das pesquisas não podemos deixar de constatar um panorama bem menos animador – ainda que com indícios de alguns desdobramentos recentes promissores.

A concentração de trabalhos na região Sudeste é gritante: foram encontradas 47 dissertações de mestrado (26 em São Paulo, 16 no Rio de Janeiro, quatro em Minas Gerais e uma no Espírito Santo) e 23 teses de doutorado (14 em São Paulo, sete no Rio de Janeiro e duas em Minas Gerais), o que corresponde a 70% de todos os trabalhos encontrados, 64% das dissertações e impressionantes 85% das teses. Destaca-se ainda que a distribuição das pesquisas não é de modo algum equilibrada dentro da região: o estado de São Paulo concentra sozinho quase 40% das pesquisas de mestrado sobre Palestina no país e mais da metade das de doutorado, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo possuem, juntos, 57% das dissertações e quase 78% das teses.

A segunda região com maior número de pesquisas é o Sul, com 13 dissertações (cinco no Paraná, quatro no Rio Grande do Sul e 4 em Santa Catarina) e duas teses (ambas no Paraná), o que corresponde a 15% do total de trabalhos encontrados e 17% e 7,5% das pesquisas de mestrado e doutorado, respectivamente.

O Centro-Oeste conta com uma produção significativa: nove dissertações e duas teses. No entanto, seis das pesquisas de mestrado encontradas, assim como as duas de doutorado, foram realizadas na Universidade de Brasília (UNB). Em Goiás e no Mato Grosso encontramos, respectivamente, uma e duas dissertações de mestrado, enquanto o estado do Mato Grosso do Sul não conta com nenhuma produção no tema segundo os critérios utilizados no levantamento. Destaca-se ainda a escassez de trabalhos sobre a Palestina nas regiões Norte (apenas uma dissertação de mestrado, na Universidade Federal do Pará) e Nordeste (três pesquisas de mestrado encontradas, duas no Rio Grande do Norte e uma em Pernambuco) do país. Os estados do Amazonas, Tocantins, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Bahia,

Sergipe, Paraíba, Ceará e Maranhão não contam com nenhuma produção acadêmica no tema em suas Universidades Federais.

Tal disparidade na distribuição geográfica das pesquisas deve ser considerada, naturalmente, a partir da oferta de vagas e programas de pós-graduação em cada região do país, levando em conta principalmente a recente expansão do Ensino Superior no Brasil nas últimas duas décadas, com a criação de inúmeras novas instituições federais cujos programas de pós-graduação são ainda muito jovens. A gritante concentração de trabalhos no Sudeste, cujas instituições de Ensino Superior tendem a ser providas de muito mais recursos humanos e financeiros que em outras regiões do país, deve ser relacionada antes de mais nada a uma desigualdade regional estrutural e estruturante no meio técnico-científico-informacional brasileiro. Ou seja, não se trata de modo algum um problema restrito ao campo de pesquisa que examinamos aqui, e poderíamos fazer tal constatação em relação a muitos outros temas de estudos além da questão da Palestina. Além disso, é preciso ressaltar que essa pesquisa preliminar precisa ser aprofundada a partir do cruzamento de dados temporais e espaciais de várias naturezas- como por exemplo a existência de revistas e periódicos especializados vinculados às universidades de cada região- para obtermos um panorama mais aprofundado do atual cenário.

Feitas todas essas ressalvas, gostaríamos ainda assim de esboçar algumas considerações acerca do atual cenário de (má) distribuição geográfica das pesquisas a partir de um levantamento complementar em particular: dos laboratórios, núcleos, grupos e centros de pesquisa dedicados ao mundo árabe, Oriente Médio e áreas correlatas existentes nas instituições de ensino consideradas.

Tal investigação nos pareceu fundamental para tentarmos delinear as linhas gerais do processo de consolidação da questão da Palestina enquanto objeto de pesquisa no cenário acadêmico nacional, uma vez que, conforme mencionamos, a existência de núcleos e centros de pesquisa especializados no tema ou em áreas afins contribui substancialmente para a atração de novos pesquisadores. A grande concentração de pesquisas na região sudeste, e especialmente em São Paulo, pode portanto ser diretamente relacionada a uma maior presença e longevidade tanto de programas de pós-graduação consolidados como de especialistas docentes e núcleos e laboratórios de pesquisa específicos.

Foi realizado um levantamento nos portais eletrônicos de todas as universidades federais brasileiras, bem como das Universidades Estaduais e Pontifícias Universidades Católicas mencionadas no artigo. Buscaram-se registros tanto nos portais eletrônicos gerais das instituições de ensino quanto nos endereços de Institutos e Departamentos específicos, como História, Ciências Sociais e Relações Internacionais, além dos sites dos programas de pós-graduação em áreas nas quais costuma-se encontrar maior número de pesquisas ligadas aos temas mencionados. Tendo em vista que tais portais nem sempre são mantidos atualizados, é bastante plausível que algum grupo ou centro tenha escapado aos esforços de levantamento, especialmente no caso de iniciativas menores ou extremamente recentes que ainda não possuam qualquer tipo de registro oficial ou plataforma de divulgação. Ainda assim, podemos desenhar algumas considerações e tendências gerais a partir dos dados levantados.

Como vimos, São Paulo concentra, sob todos os parâmetros, o maior número de pesquisas relacionadas à questão da Palestina, o que não deve causar surpresa tendo em vista que o estado abriga a mais importante universidade do país, a USP. A universidade domina a produção acadêmica levantada tanto no âmbito estadual quanto nacional, contando com 16 dissertações de mestrado (mais de um quinto de todas as pesquisas no Brasil) e oito teses de doutorado (quase 30% do total nacional). Chama a atenção o fato de que a maioria dos trabalhos (27 dissertações e todas as teses) concentra-se na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), com apenas um trabalho, de 2017, defendido no Instituto de Relações Internacionais (IRI), área na qual poderíamos esperar encontrar um grande número de pesquisas relacionadas à Palestina. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de que o IRI-USP foi fundado apenas em 2001, e seu programa de pós-graduação em 2008, de modo que até então aqueles que pretendiam desenvolver pesquisas a respeito da Palestina dentro da área de relações internacionais convergiram inequivocamente para o Departamento de Ciência Política (DCP) da FFLCH. De fato, o DCP – cujo programa de pós-graduação, ademais, sustenta há duas medições trienais da CAPES a nota máxima de sete, atraindo muitos estudantes inclusive do curso de Relações Internacionais da USP – conta com quatro trabalhos, mesmo número do

Departamento de História, onde poderíamos esperar uma concentração muito maior de pesquisas no tema.

Ocorre que mesmo que o departamento de História conte com o Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) e, dentro dele, com um Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano (GTOMMM), tais espaços não parecem ter um potencial particularmente agregador para pesquisadores interessados no tema da Palestina. Assim, se os estudos voltados para geopolítica e relações internacionais parecem ter se concentrado no departamento de Ciência Política, as pesquisas de cunho historiográfico estão mais presentes no departamento de Letras Orientais, tanto entre os estudos de Língua e Literatura Árabe quanto de Língua e Literatura Hebraica. O que também não causa surpresa, uma vez que o departamento oferta disciplinas específicas, inclusive na graduação, a respeito da Palestina, como Literatura Palestina e História da Palestina Moderna (I e II). Como já foi mencionado anteriormente, o Centro de Estudos Árabes (CEArusp) do Departamento de Letras Orientais, ao qual está vinculado o Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM), consolidou-se como importante núcleo de formação tanto de pesquisadores quanto de tradutores da língua árabe, os quais tiveram papel fundamental na expansão do campo nas últimas décadas.

Destaca-se ainda na Universidade de São Paulo o Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (DIVERSITAS), que possui seu próprio programa de pós-graduação interdisciplinar e onde foram realizadas duas das pesquisas sobre Palestina encontradas neste levantamento – uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. Finalmente, existe na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto o GRACIAS - Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes, vinculado ao departamento de psicologia.

Se a USP se destaca pela profusão de trabalhos levantados, a UNICAMP, segunda principal universidade do estado, chama a atenção por sua produção exígua: apenas uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado, desenvolvidas em unidades de ensino diferentes. Não nos parece coincidência o fato de não ter sido encontrado qualquer laboratório, centro, grupo ou núcleo de pesquisa dedicado ao Oriente Médio, continente asiático ou mundo árabe/islâmico em toda a universidade.

No entanto, é importante apontar que a UNICAMP participa, junto com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e a UNESP, do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, de criação recentíssima (2003), o qual conta com cinco trabalhos que têm a Palestina como objeto de pesquisa, sendo duas teses de doutorado, ambas defendidas em 2020. Destes, quatro foram orientados pelo professor Reginaldo Nasser, coordenador, junto do professor Paulo Pereira, do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI), ao qual parecem estar vinculados muitos dos pesquisadores do programa que estudam o tema.

Por sua vez, a PUC-SP destaca-se não apenas por integrar o programa San Tiago Dantas mas por contar com uma produção independente relevante, com quatro dissertações de mestrado e duas teses de doutorado, ainda que não tenham sido encontrados laboratórios, núcleos, grupos ou centros de pesquisa ligados ao tema e áreas correlatas. Quanto à UNESP, o curso de Relações Internacionais do campus de Marília conta com o Observatório de Conflitos Internacionais (OCI), com um núcleo dedicado ao monitoramento dos conflitos no Oriente Médio, incluindo a questão da Palestina; mas nenhum dos dois trabalhos dedicados ao tema levantados na universidade foram defendidos no curso.

Por fim, cabe mencionar em relação ao estado de São Paulo que a Unifesp, ainda que conte com a Cátedra Edward Said – criada em 2014 em parceria com o Icarabe –, tem apenas um trabalho de pesquisa defendido sobre a Palestina. A universidade, no entanto, tem três trabalhos de conclusão de curso recentes sobre o tema, todos na área de história, o que pode ser um indício de futuras pesquisas. A Cátedra também lançou em 2020 a *Exilium - Revista de Estudos da Contemporaneidade*, que sem dúvida poderá acolher trabalhos relacionados à questão da Palestina nos próximos anos. O lançamento é digno de nota diante da escassez de periódicos e publicações especificamente voltados para temas como Oriente Médio, mundo árabe e correlatos no Brasil.

O Rio de Janeiro é o segundo maior polo de concentração de produções acadêmicas a respeito da Palestina, com dezesseis dissertações de mestrado e sete teses de doutorado. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) contam cada uma com sete trabalhos, distribuídos em uma miríade de áreas do conhecimento como História, Antropologia,

Comunicação e Economia. Na UFRJ encontramos centros dedicados ao estudo do Oriente Médio/mundo Árabe em três departamentos distintos: no Departamento de Ciência Política (o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a África, Ásia e as Relações Sul-Sul/NIEAAS, que declara uma “ênfase na civilização árabe-islâmica” nas suas pesquisas); no Departamento de Letras Orientais e Eslavas da Faculdade de Letras (o Setor de Estudos Árabes, existente desde 1969); e no Departamento de História, que conta com o Laboratório de Estudos Orientais – Azimute, com potencial para congregar pesquisas no tema. Espaço correlato encontramos na UFF no departamento de Antropologia, o Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM), criado em 2003, além do Centro de Estudos Asiáticos (CEA), que congrega pesquisadores de diferentes temas. Não foram encontradas iniciativas do tipo na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) nem na PUC-Rio, ainda que estas contem, respectivamente, com quatro e cinco pesquisas sobre a questão da Palestina.

Ainda no Sudeste, em Minas Gerais foram levantados quatro (dentre cinco) trabalhos na área de Relações Internacionais da PUC-MG com o mesmo orientador, o professor Danny Zahreddine, que tem experiência em estudos do Oriente Médio – ainda que seu doutorado tenha sido realizado em outra área, suas pesquisas atuais têm relação com o assunto e com o tema do refúgio. Além disso, o professor é líder do Grupo de Pesquisa Oriente Médio e Magreb (GEOMM). Destaca-se ainda, com alguma surpresa, que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) conta com apenas dois trabalhos sobre o tema, um de mestrado e um de doutorado, realizados em áreas distintas. Nem aqui nem em nenhuma das outras onze universidades federais do estado encontramos laboratórios, núcleos, centros ou grupos de pesquisa dedicados ao estudo do Oriente Médio, mundo árabe e áreas correlatas. Ocorre o mesmo no Espírito Santo, mas mencionamos que a UFES conta com um único trabalho sobre a Palestina.

Examinando a situação no Centro-Oeste nota-se, como já foi apontado, a absoluta concentração das pesquisas encontradas na Universidade de Brasília (UNB), onde foram defendidas seis dissertações de mestrado e duas teses de doutorado sobre a Palestina. Trata-se de uma quantidade relevante de trabalhos, distribuídos em diferentes áreas como Antropologia Social, Relações Internacionais, Comunicação Social e História. Não parece haver um núcleo ou grupo de estudo interdisciplinar

conectando todos os estudos, e apenas uma professora (Kelly Cristiane da Silva, do departamento de Antropologia) orienta mais de um trabalho. Cabe destacar dois espaços acadêmicos presentes na UNB que poderiam fomentar estudos na área, o Núcleo de Estudos Asiáticos (NEASIA), pertencente ao CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares) e o Núcleo de Estudos do Oriente do Instituto de Relações Internacionais, dedicado a investigações “relacionadas com as dinâmicas do Mundo Árabe e do Extremo Oriente”. No entanto, enquanto o primeiro é definitivamente focado em estudos do leste da Ásia e do Pacífico, o segundo não parece estar particularmente ativo no momento. Nas Universidades Federais de Goiás e do Mato Grosso, ainda que estas possuam, respectivamente, um e dois trabalhos sobre a Palestina (no caso da UFMT, ambos no Instituto de Linguagens), não foram encontrados quaisquer laboratórios ou grupos de pesquisa que possam ser associados ao tema.

No Sul do país temos a segunda maior concentração de trabalhos, o que merece uma atenção aprofundada. Cabe destacar, em primeiro lugar, a significativa contribuição do Paraná, com cinco dissertações de mestrado e três teses de doutorado defendidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR). A instituição conta com o Núcleo de Estudos dos Processos Identitários, das Etnias, das Crises e da Cultura Árabe, sob coordenação do professor Jamil Zugheib Neto, do departamento de Psicologia – ainda que nenhum dos trabalhos encontrados tenha sido desenvolvido na área, pode vir a atrair pesquisadores interessados no tema. Nos parece especialmente relevante a constatação de um nicho de pesquisa promissor na Faculdade de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Os trabalhos identificados ali – três dissertações de mestrado – não foram computados no saldo geral do levantamento por não se adequarem aos critérios propostos, mas ainda assim merecem a menção. A UEL conta, além disso, com o Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social – departamento onde também já foi realizada uma pesquisa de mestrado sobre o tema da Palestina. Destaca-se ainda que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), possui, sob a coordenação do professor Mamadou Diallo, um Núcleo de Estudos Árabe, Arabismo e Islamismo, que poderá

tornar-se um importante polo de atração para futuros pesquisadores interessados na área.

Quanto aos demais estados da região, em Santa Catarina foram encontradas quatro dissertações na UFSC, cada uma defendida em uma área distinta. A instituição conta com dois centros de pesquisa relevantes relacionados ao tema, o Núcleo de Estudos do Oriente Médio, vinculado ao curso de Direito, e o Laboratório de Estudos das Histórias Asiáticas – LEHAs, no departamento de História. Já o Rio Grande do Sul aparece com quatro dissertações de mestrado, duas defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – que conta com o Núcleo de Pesquisa sobre as Relações Internacionais do Mundo Árabe (NUPRIMA), do Departamento de Economia e Relações Internacionais – e duas na PUC-RS. Chamamos a atenção especialmente para o fato de que o NUPRIMA, bem como o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais ao qual está vinculado, é bastante recente, tendo sido registrado junto ao CNPq em 2018. Assim, pode-se considerá-lo também um promissor polo para o desenvolvimento de pesquisas no futuro. Finalmente, cabe mencionar que a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ainda que não conte com pesquisas de mestrado e doutorado relacionadas à questão da Palestina, desenvolveu entre 2019 e 2020 no curso de Relações Internacionais o projeto de pesquisa “Memórias de Gaza – As Percepções da Violência no Território Palestino Ocupado”, sob coordenação do professor Fábio Duval.

Na região Nordeste, ainda que encontremos pouquíssimos trabalhos – apenas três dissertações de mestrado, uma na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e duas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – destacam-se algumas iniciativas recentes bastante promissoras. Por um lado, existe na Universidade Federal da Bahia (UFBA) o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), o qual, ainda que centrado em estudos afro-brasileiros, pode vir a atrair pesquisas sobre Oriente Médio ou o mundo árabe e islâmico no futuro. Caso parecido é o da Coordenadoria de Estudos da Ásia (CEÁSIA), antigo Instituto de Estudos da Ásia, da UFPE, a qual permanece por enquanto definitivamente focada em estudos relacionados ao Extremo Oriente e Leste da Ásia. Por fim, cabe destacar enfaticamente o recente Centro de Estudos Árabes e Islâmicos (CEAI) da Universidade Federal de Sergipe, uma iniciativa inter-departamental coordenada pelo professor

Geraldo de Campos, do curso de Relações Internacionais. Criado em 2019, o Centro tem como um de seus objetivos justamente descentralizar os estudos acadêmicos na área, excessivamente concentrados no sudeste do Brasil – Campos, aliás, defendeu em 2019 na Faculdade de Filosofia da USP sua tese de doutorado sobre cinema palestino – e pretende envolver no futuro alunos, pesquisadores e instituições de outros estados do Nordeste e do restante do país. Destaca-se ainda que o Centro tem a Palestina como uma das suas quatro principais linhas de estudo, de modo que ainda que a UFS não conte com trabalhos neste levantamento preliminar, é bastante provável que venha a se tornar ao longo dos próximos anos um importante pólo de difusão de conhecimento acerca da questão da Palestina no Brasil.

Finalmente, devemos mencionar que foi encontrada uma única pesquisa relacionada ao tema em toda a região Norte, uma dissertação de mestrado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Tal escassez, somada ao fato de não ter sido encontrado qualquer laboratório, núcleo, grupo ou centro de pesquisa dedicado ao Oriente Médio, mundo árabe e islâmico ou áreas correlatas em qualquer universidade da região torna patente a urgente tarefa de descentralizar os estudos no campo que, a despeito da sua crescente popularidade, permanece excessivamente concentrado nas regiões Sul e Sudeste do país, em particular em São Paulo e no Rio de Janeiro.

### **3.3. Os recortes temáticos**

Apresentado e discutido este panorama geral, podemos partir agora para a visualização das propostas temáticas deste conjunto de dissertações e teses. Cabe ressaltar que, ainda que não seja viável destrinchar as escolhas teórico-conceituais de cada trabalho especificamente, nossa análise permite encaminhar algumas divisões de acordo com as diferentes abordagens e problemáticas levantadas dentro dos estudos palestinos desenvolvidos no Brasil.

Como vimos, há uma diversidade de instituições que apresentam dissertações e/ou teses sobre a história da Palestina contemporânea, bem como diferentes áreas e programas de pós-graduação a que estão vinculadas. A partir deste universo, foi possível delinear tópicos mais recorrentes, de modo a agrupá-los nos seguintes grandes temas: (a) “análise sobre marcos políticos e/ou processos históricos”; (b)

"estudos sobre a cultura palestina"; (c) "migração e refúgio de palestinos ao Brasil e na América Latina"; (d) "ocupação, cidadania e direitos humanos"; (e) "estudos sobre memória, história e etnografia"; (f) "mídia brasileira e internacional na cobertura da questão palestina"; (g) "estudos comparados entre Brasil e Palestina"; (h) "política externa brasileira"; e (i) "questões teóricas". Estes segmentos foram delineados de maneira ampla a considerar a temática principal de cada pesquisa, valendo-se também das palavras-chave contidas nos resumos de cada dissertação e/ou tese. Evidentemente, vários trabalhos poderiam ser direcionados a mais de um eixo de estudo, sendo a divisão aqui proposta uma sistematização didática, que objetiva compreender alguns caminhos de pesquisa e "preferências" temáticas. Nesse sentido, trata-se antes de uma divisão dimensionadora do que de uma distribuição rígida.

As pesquisas que tratam de "análises sobre marcos políticos e/ou processos históricos" são os que formam a maior parte do levantamento, com 30 trabalhos. É significativo que estes representem uma grande fatia do mapeamento realizado, podendo indicar a relevância de se pesquisar a constituição histórica palestina a partir do século XIX de maneira crítica, buscando angariar bibliografia ainda pouco acessível no Brasil para pautar um debate nacional sobre estes processos – e trazer questões teórico-metodológicas de uma historiografia palestina importante para a discussão nacional –, tratando de questões políticas e econômicas e de um cenário global. Assim, são pesquisas que discutem a questão da Palestina em sua perspectiva histórica, geralmente dando enfoque a eventos ou processos específicos, como o período do Mandato Britânico, os antecedentes até a criação do Estado de Israel em 1948, a primeira Intifada, os Acordos de Oslo e a chamada "Primavera Árabe".

Dentre estes recortes, encontramos um trabalho para cada um dos temas que investiga o Mandato Britânico, a primeira Intifada e a Primavera Árabe, enquanto que a maior parte dos trabalhos se concentra em discutir a constituição de Israel, os Acordos de Oslo e o período pós-Oslo, a partir de diversas abordagens. Para as dissertações e teses que tratam do período do contexto da criação de Israel, situamos sete trabalhos, de instituições como USP, UNESP, UFF, UNB e PUC-RS, e com publicações de 2001, 2003, 2005 e 2009 e mais recentes, como 2013 e 2020. Para as pesquisas que tratam dos Acordos de Oslo especificamente, há duas dissertações e uma tese. Soma-se, ainda, mais sete trabalhos sobre os contextos do pós-Oslo –

incluindo temas como a política entre 1990 e 2000 e negociações de paz, a Autoridade Nacional Palestina e a política palestina, a luta palestina dentro de Israel e a realidade palestina a partir do contexto do neoliberalismo e capitalismo, esta última com duas dissertações e uma tese, da USP, PUC-SP e San Tiago Dantas, respectivamente.

De outra parte, há trabalhos que tratam de problemáticas específicas inseridas na abordagem histórica, como o “lugar” que ocupa a cidade de Jerusalém, com duas dissertações, a questão da água e recursos hídricos, com uma dissertação e uma tese, bem como a abordagem que situa a possibilidade de um estado binacional ou de dois estados para a “solução” do impasse no território, com duas teses. Estas pesquisas estão distribuídas em três instituições: USP, PUC-MG e UFSC.

Muito próximo desta ampla temática está o tópico que denominamos de “ocupação, cidadania e direitos humanos”, que contabiliza 11 trabalhos, mas que de certa forma estão associados ao eixo anterior por apresentar convergências analíticas, direcionadas para a dimensão histórica da questão palestina. Neste segmento encontramos pesquisas que discutem a temática dos refugiados palestinos no Oriente Médio, a atuação das Nações Unidas e outras ONGs, além de investigações que tratam da ocupação de Israel, do processo de judaização dos territórios ocupados na Palestina, das condições de mobilidade e cerceamento da população palestina e dos sentidos de cidadania dentro de Israel e em campos de refugiados. São pesquisas alocadas em instituições distintas como USP, San Tiago Dantas, UFRJ, UFF, PUC-MG, PUC-RS e UFPR – três somente nesta última, na área de Ciência Política, e de um modo geral, recentes, publicadas em 2014, 2015, 2017, 2018, 2020 e 2021. Podemos perceber que são assuntos tidos como pontos de discussão das circunstâncias contemporâneas e mais atuais da questão da Palestina. Portanto, aqui também destacam-se trabalhos que envolvem problemáticas recentes do pós-Oslo, situando, possivelmente, uma demanda por investigações acerca dos desdobramentos deste processo, devido aos seus resultados compreendidos, de modo geral, como negativos para a população palestina, tendo levado ao aprofundamento da ocupação por parte de Israel a partir dos projetos de anexação do território palestino. Por fim, cabe destacar ainda que estão inseridos, em ambos

os tópicos, dois pesquisadores que realizaram suas pesquisas de mestrado e doutorado na área.

O segundo tema com maior recorrência é o de “estudos sobre a cultura palestina”, com 20 dissertações e teses. São trabalhos que centram suas investigações em diferentes aspectos da cultura, incluindo o cinema, a literatura, as artes (gráfica e plástica) e expressões corporais. Destaca-se a recorrência de cinco investigações acerca das produções de Joe Sacco sobre a Palestina na forma de quadrinhos, dando origem a trabalhos de pesquisadores de instituições diversas, como UFRJ, UFES, UNB, UFG e UFMT. Outro foco expressivo de investigação é visualizado a partir da literatura, com seis dissertações tratando de autores palestinos como Mahmoud Darwish, Ghassan Kanafani, Fadwa Tuqan e Susan Abulhawa. Além disso, outras pesquisas ainda se debruçaram sobre a arte, com uma dissertação, e cinema e documentário, com dissertações e teses da UFMG, USP e UNIFESP de publicações recentes: 2018, 2019 e 2020, respectivamente. Para as expressões corporais, há um trabalho que explora o teatro e outro que trata da prática esportiva. Este é um eixo de pesquisa que nos permite problematizar, por exemplo, a possibilidade de acesso às fontes, tanto no que diz respeito ao formato quanto à sua disponibilidade, se pensarmos em circulação online, por sites ou streaming. Ainda, um caso particular de debate acerca da própria comunicação visual, que tem um tratamento metodológico específico, e um potencial de estudo que não passa, necessariamente, por impor a compreensão estrita de uma fonte documental em língua árabe ou outra língua estrangeira.

Considerando o tópico “migração e refúgio de palestinos ao Brasil e na América Latina”, que totaliza 18 trabalhos do levantamento, percebe-se que pesquisadores de instituições diversas focalizaram nesta investigação para compreender os processos migratórios e construção de identidades nas várias regiões do país. São abordados palestinos em Santa Catarina, com dois trabalhos, e este mesmo número para palestinos no Rio Grande do Sul. A maior parte dos estudos se concentra em São Paulo, incluindo a capital e cidades do estado, com quatro pesquisas, valendo-se de problemáticas próprias, como resistência, política, culinária, entre outros. Para pesquisas que focalizaram em Brasília, encontramos três trabalhos, incluindo uma dissertação e tese de uma mesma pesquisadora da UNB,

publicadas em 2007 e 2012, respectivamente. Para outras regiões, há estudos sobre a migração palestina no Rio Grande do Norte, em Manaus, e em Barra do Garças/MT. Por fim, destacamos os trabalhos que tratam de aspectos gerais da imigração palestina ao Brasil, com três trabalhos realizados na USP, UFSC e UFPE.

Nota-se, deste conjunto, que há uma concentração relativamente grande de trabalhos anteriores a 2010, publicados em 2000, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 (além de outros em datas próximas, como 2011 e 2012), indicando, possivelmente, que a temática é um importante ponto de aproximação analítica na relação entre Brasil e Palestina, que não teve um crescimento abrupto recente porque se manteve relevante ao longo dos anos (e claro, é necessário considerar os aspectos de desenvolvimento de pesquisa também). Assim, é um segmento de estudo que permite reflexões sobre as formas de deslocamento contemporâneo, os impactos das migrações para os sujeitos e a relação histórica e cultural deste com as diferentes histórias "locais" no Brasil. Este tema também pode partir de uma demanda de produção de conhecimento ligado a alguma comunidade árabe e palestina no Brasil, uma vez que a imigração árabe se destaca dentro da formação histórica da sociedade brasileira. Nesse âmbito, é possível ressaltar a existência de uma historiografia brasileira sólida que tem se dedicado ao estudo dos processos migratórios do Oriente Médio ao Brasil, como mencionado anteriormente (OSMAN, 2021), buscando compreender tanto as migrações do final do século XIX e início do XX, quanto os deslocamentos mais recentes, com suas particularidades nas formas de deslocamento, justificativa, grupo étnico e religioso, entre outros

Outros tópicos também apresentam abordagens com aproximação do Brasil, ainda que sejam menos recorrentes em quantidade de trabalhos. São as temáticas que tratam da "mídia brasileira e internacional na cobertura da questão palestina", "estudos comparados entre Brasil e Palestina" e "política externa brasileira", com cinco, quatro e quatro trabalhos, respectivamente. Com relação à mídia, há somente um trabalho que discute a cobertura jornalística de uma israelense nos Territórios Ocupados (justificando o recorte também "internacional" deste tópico), sendo que as outras pesquisas se dedicam a analisar a cobertura e/ou a "representação" dos palestinos em periódicos e agências de notícias brasileiras. De maneira similar, o tópico sobre a política externa é abordado a partir de um recorte governamental

e/ou de prática política. Por fim, os trabalhos que se valem de uma metodologia comparada se concentram em analisar aspectos de ocupação, violência e guerra em regiões específicas do Brasil e da Palestina. Existem dois trabalhos que comparam as favelas do Rio de Janeiro com realidades palestinas, além de um trabalho que compara Palestina e Ceilândia, no Distrito Federal; e por fim, outro que ainda relaciona estes cenários com Portugal. São dissertações e teses produzidas em 2009, 2013, 2017 e 2018, e que apresentam abordagens que podem potencializar os diálogos do sul global, tratando de questões da realidade contemporânea mundial, utilizando ferramentas teórico-metodológicas compartilhadas.

Um outro âmbito de estudo vem sendo desenvolvido, que diz respeito a pesquisadores que fizeram trabalhos de campo na Palestina, com resultados em suas pesquisas que tratam diretamente desta vivência. Destacamos, nestas teses e dissertações, um total de seis a partir deste mapeamento, uma abordagem etnográfica e construída por meio de entrevistas e aspectos da história oral, e que se debruçam sobre dimensões dos processos de memorialização, experiências e resistências palestinas. Aqui se abre a possibilidade de pesquisa *in loco*, potencializando observações diretas da questão da Palestina a partir de pesquisadores brasileiros. Apesar da distância geográfica e das possíveis dificuldades de deslocamento, iniciativas recentes têm aproximado a Palestina do Brasil, contribuindo para uma ampliação de interesse e estudo na região.

Para finalizar esta divisão temática, destacamos a presença de dois trabalhos que tratam de abordagens teóricas sobre a Palestina a partir de estudos sobre as obras de Edward Said e os diálogos com a teoria pós-colonial. Ainda que com pouca ocorrência, é uma área importante a ser explorada, que instiga o aprofundamento da compreensão da história palestina contemporânea potencializada por uma base de (re)formulação epistemológica, que por sua vez, pode nos auxiliar a compreender processos históricos do próprio Brasil, ou de outros contextos.

#### **4. Considerações finais**

Ao final deste percurso, visualizamos um cenário próspero para os estudos da questão da Palestina no Brasil, especialmente por sua potencialidade de ampliação. Ainda que lacunar em muitas localidades e instituições – ao que deve ser remetido

também às questões mais amplas do Ensino Superior brasileiro, como abordamos –, percebemos um crescimento expressivo de trabalhos sobre a Palestina, especialmente a partir de 2015, de modo que podemos vislumbrar o surgimento de mais teses e dissertações, resultantes não só de interesses individuais, mas fruto de articulações internas e de diálogos entre laboratórios, núcleos de estudo e instituições diversas.

De maneira a concluir, ressaltamos que este artigo se apresenta como um levantamento inicial com análises preliminares, que objetivou contribuir para uma visualização dos estudos palestinos no Brasil, partindo do ano 2000. Nesse sentido, entendemos que pode e deve ser ampliado em pesquisas futuras, a partir de outros critérios tais como a inclusão de outras instituições de ensino e/ou outros recortes temporais, ou, ainda, do ponto de vista da análise das dissertações e teses, um estudo que proponha investigar as estruturas dos trabalhos, as metodologias empregadas, as referências conceituais e as fontes utilizadas, entre outros. Como foi mencionado acima, também seria de suma importância um cruzamento dos dados aqui expostos com outros indicadores tais como a existência já consolidada e o surgimento de novas publicações acadêmicas (revistas e periódicos) especializadas vinculadas às instituições de pesquisa aqui referenciadas. Todos esses pontos são essenciais para um mapeamento completo e coerente da produção acadêmica a respeito da Palestina no Brasil, bem como para a visualização do quadro teórico-metodológico no qual esses trabalhos estão inseridos.

## Referências

ABU-LUGHOD, Lila; SA'DI, Ahmad (ed.). **Nakba**: Palestine, 1948, and the Claims of Memory. New York: Columbia University Press, 2007.

ADI, Ashjan Sadique; SAHD, Fábio Bacila (Orgs.) **Oriente Médio e Palestina pesquisados a partir do Brasil**: reflexões acadêmicas, marginais e críticas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

AYIGH, Rosemary. **Too many enemies**: the palestinian experience in Lebanon. London: Zed Books, 1992.

BUZETTO, Marcelo. **A Questão Palestina - Guerra, Política e Relações Internacionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CAPES. "Catálogo de Teses e Dissertações". <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso: 27 nov. 2022.

GATTAZ, André. **A Guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2003.

MASALHA, Nur. **Expulsion of the Palestinians**: the concept of "transfer" in Zionist Political Thought (1882-1948). Washington, DC: Institute for Palestine Studies, 1992.

MASALHA, Nur. **The Palestine Nakba**: Decolonising History, Narrating the Subaltern, Reclaiming Memory. London: Zed Books, 2012.

MEIHY, Murilo Sebe Bon. "'Arabia Brasiliensis': Os estudos árabes e islâmicos no Brasil", **Hamsa** [Online], 1, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/hamsa/865>. Acesso: 27 nov. 2022.

MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia. "Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações". <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso: 27 nov. 2022.

MISLEH, Soraya. **Al Nakba** – um estudo sobre a catástrofe palestina. São Paulo: Sundermann, 2017.

MOHANTY, Chandra; RUSSO, Ann; TORRES, Lourdes (ed.). **Third World Women and the Politics of Feminism**. US: Indiana University Press, 1991.

OSMAN, Samira Adel. "A imigração árabe no Brasil: balanço da produção acadêmica (1970-2020)". **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, p. 236-255, 2020.

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/1058/pdf>. Acesso: 27 nov. 2022.

SAID, Edward. **A Questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SÉ, Letícia. "Universidade funda clube do livro árabe em meio à cena crescente de traduções". **Le Monde Diplomatique Brasil**. 2 de Julho de 2021. <https://diplomatique.org.br/universidade-funda-clube-do-livro-arabe-em-meio-cena-crescente-de-traducoes/>. Acesso: 27 nov. 2022.

**Recebido em:** 30/11/2022

**Aprovado em:** 10/03/2023

# A PESQUISA HISTÓRICA NA TRILOGIA DO ROTEIRO DOS MARTÍRIOS DE FRANCISCO MARINS<sup>1</sup>

*HISTORICAL RESEARCH IN THE MARTIDOM TRILOGY OF FRANCISCO MARINS*

**Gustavo Aidar Pigossi**

UNIP - Universidade Paulista

**Resumo:** Francisco Marins apresenta em suas obras a fusão entre fatos históricos e ficção tendo como base temas genuinamente brasileiros. É considerado o autor brasileiro que mais vendeu livros infantis depois de Monteiro Lobato. O objetivo deste estudo é investigar as fontes bibliográficas utilizadas para a produção dos livros que integram a trilogia do Roteiro dos Martírios composta por "Expedição aos Martírios", "Volta à Serra Misteriosa" e "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta". O estudo revelou que as obras foram produzidas no âmbito de um projeto político e cultural paulista, sofrendo influência da historiografia produzida na primeira metade do século XX.

**Palavras-chave:** Francisco Marins; Manoel Rodrigues Ferreira; historiografia brasileira.

**Abstract:** Francisco Marins presents in his works the fusion between historical facts and fiction based on genuinely Brazilian themes. He is considered the Brazilian author who sold the most children's books after Monteiro Lobato. The objective of this study is to investigate the bibliographical sources used for the production of the books that integrate the trilogy of Search for the Gold Mines of Martírios. The study revealed that the works were produced within the scope of a political and cultural project in São Paulo, influenced by the historiography produced in the first half of the 20th century.

**Keywords:** Francisco Marins; Manoel Rodrigues Ferreira; brazilian historiography.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte do trabalho de curso apresentado como requisito para graduação em História (Licenciatura) na UNIP – Universidade Paulista. Engenheiro Agrônomo. MSc em Engenharia de Produção. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo/ Coordenadoria de Defesa Agropecuária, gustavo.pigossi@sp.gov.br.

## 1. Introdução

Autor de romances para jovens e adultos, Francisco Marins (1922-2016) tem como característica marcante em suas obras a fusão entre fatos históricos e narrativa fictícia, tendo como base temas genuinamente brasileiros. Seu primeiro livro, "Nas Terras do Rei Café" (1945), obteve enorme sucesso editorial e de público. Posteriormente, Marins foi reconhecido como um dos principais escritores da literatura infantojuvenil brasileira sendo considerado o autor que mais vendeu livros infantis depois de Monteiro Lobato (SOUZA, 2001), tendo sido publicadas em diversos países e línguas.

Dessa forma, dada a relevância das obras de Francisco Marins para o desenvolvimento da literatura infantojuvenil brasileira e o papel de seus livros como obras paradigmáticas junto às políticas de Estado direcionadas à educação, o objetivo deste estudo é investigar, em seu contexto histórico, as fontes bibliográficas utilizadas pelo autor na produção dos livros que integram a trilogia do Roteiro dos Martírios composta por "Expedição aos Martírios" (1952), "Volta à Serra Misteriosa" (1956) e "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta" (1958).

Para a criação das narrativas, Marins realizou extensa pesquisa sobre as ações dos paulistas entre os séculos XVI e XVII em direção às regiões oeste e norte do Brasil. Assim, uma vez que os livros apresentam uma linearidade narrativa, tanto em seu segmento ficcional como no segmento histórico, torna-se oportuna a análise da obra sob a perspectiva didático/pedagógica e sob a perspectiva histórica.

## 2. Metodologia

A metodologia de pesquisa utilizada foi a de levantamento e revisão bibliográfica direcionada inicialmente à leitura dos livros infantojuvenis do autor, objetivando a compreensão global da proposta de sua obra direcionada à juventude. Nesse sentido, ficou estabelecida uma linha divisória entre os livros direcionados ao público infantil e os pensados para o público juvenil.

No primeiro grupo temos a série Taquara-Póca, livros com clara influência de Monteiro Lobato e da temática da literatura infantil do início do século XX com cenários ainda ligados à fantasia, ao imaginário popular e ao folclore brasileiro. São eles:

Nas Terras do Rei Café (1945), Os segredos de Taquara-Póca (1947), O Coleira-Prêta (1949) e Gafanhotos em Taquara-Póca (1950).

No segundo grupo, encontramos os livros com temática histórica e tramas alicerçadas no aspecto didático/pedagógico característico da literatura juvenil do período. Algumas destas as publicações apresentam duas narrativas paralelas: a trama fictícia com fundo histórico e, em tipos diferentes, episódios da história do Brasil. Assim, com a proposta de investigar as fontes utilizadas pelo autor para a criação das tramas fictícias e, principalmente, para a criação das narrativas históricas, a pesquisa buscou analisar as obras referenciadas como apêndices dos livros da chamada trilogia do Roteiro dos Martírios, recorte deste estudo na obra de Francisco Marins.

A maior parte das publicações listadas e identificadas como "Obras consultadas para a parte histórica desta narrativa" pelo próprio escritor, puderam ser encontradas em versão digitalizada a partir do acervo de bibliotecas sob a guarda do poder público, como os volumes disponibilizados no site da Biblioteca Digital do Senado Federal. Outras importantes fontes de pesquisa foram as bibliotecas digitais de universidades públicas com destaque para a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, vinculada à Universidade de São Paulo e Biblioteca Digital de Obras Raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outras fontes utilizadas foram a Biblioteca Digital SEADE<sup>2</sup>, Biblioteca Digital Luso-Brasileira a Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, além dos arquivos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sem a disponibilização online e gratuita destas obras, este trabalho de pesquisa não seria possível uma vez que se tratam de volumes raros e esgotados tendo sido publicados, em sua maior parte, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

### **3. Resultados e discussão**

Francisco Marins nasceu na Vila da Prata, atual Pratânia, em 23 de novembro de 1922. Filho e neto de pequenos agricultores, frequentou os primeiros anos do antigo ensino primário em escola rural. Formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo em 1946 (DALLANORA, 2010).

---

<sup>2</sup> Fundação Sistema estadual de Análise de Dados. <https://www.seade.gov.br/>.

Seu primeiro texto publicado foi a novela "O Tesouro", escrita em 1937 e ilustrada por Oswaldo Storni. O trabalho rendeu a Marins seu primeiro prêmio literário pela revista "O Malho", estabelecendo o início da relação entre o escritor e o artista. Posteriormente, Storni seria responsável por ilustrar todos os livros de Marins (SOUZA, 2001).

Integrou a Academia de Letras da Faculdade, o que lhe proporcionou o contato com acadêmicos e intelectuais da época e a oportunidade de publicação de artigos em jornais e revistas que se voltavam, sobretudo, à discussão da identidade do povo e do desbravamento do oeste brasileiro.

Nesta mesma época, Marins escreveu notas sobre as publicações da Companhia Melhoramentos de São Paulo com circulação na imprensa paulista, sendo posteriormente convidado para trabalhar na editora sob a tutela Lourenço Filho<sup>3</sup>, educador pioneiro do movimento da Escola Nova<sup>4</sup> que viria influenciar seu pensamento e também a sua produção literária (DALLANORA, 2010). A influência de Lourenço Filho na obra de Marins deve ser ainda considerada a partir da perspectiva deste como um dos expoentes da produção e da análise da história, teoria e crítica da literatura infantil e juvenil (BERTOLETTI, 2012).

Em seus livros, Marins entrelaça os fios da história e da ficção, tendo como temas fundamentais os fatos históricos brasileiros enfocando, particularmente, a expansão territorial paulista decorrente da ação dos bandeirantes e a decadência da cultura cafeeira no interior do estado de São Paulo (SOUZA, 2001). Para Leonardo Arroyo<sup>5</sup>, o escritor aborda com rara habilidade literária temas genuinamente brasileiros, tornando a história tão fantástica quanto às próprias aventuras imaginárias (MARINS, 1958).

---

<sup>3</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970) foi um educador e pedagogo brasileiro conhecido por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova. Buscou a transformação e a organização da sociedade brasileira de modo a engajá-la nas mudanças sociais que acompanhavam os processos acelerados de modernização a partir da década de 1920 (COELHO, 2014).

<sup>4</sup> No final do século XIX, devido aos desenvolvimentos científicos da Biologia e da Psicologia, que apresentaram uma nova compreensão das necessidades da infância, surge na Europa e nos Estados Unidos, um novo movimento de renovação do ensino denominado de Escola Nova ou Educação Progressiva. Representando um conjunto de ideias e realizações voltadas para a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas, esse movimento propôs um novo método de ensino pautado na relação ensino-aprendizagem. A Escola Nova visava fazer da escola um espaço irradiador do progresso e do desenvolvimento nacional (FIGUEIRA, 2010).

<sup>5</sup> Leonardo Arroyo (1918-1986) foi jornalista, contista, ensaísta, autor de livros infantis e poeta. Dentre seus livros publicados está "Literatura infantil brasileira", lançado originalmente em 1968 e uma das principais referências para estudiosos do tema (ASSIS, 2016).

Francisco Marins faleceu em 10 de abril de 2016 e sua memória tem sido paulatinamente perdida. A antiga residência do escritor em Botucatu, sede da Academia Botucatuense de Letras e do Espaço Cultural "Convivium", foi demolida em 2020<sup>6</sup> (FOGUEAL, 2020).

### **3.1. História e literatura brasileiras nas obras de Francisco Marins**

Algumas das obras de Francisco Marins se caracterizam por utilizar eventos históricos como fundo para as narrativas fictícias. São elas: *Viagem ao mundo desconhecido: A fabulosa aventura de Fernão de Magalhães* (1951), *Expedição aos Martírios* (1952), *A Aldeia Sagrada* (1953), *Território de Bravos* (1954), *Volta à Serra Misteriosa* (1956) e *O Bugre-do-Chapéu-de-Anta* (1958).

Com exceção da trilogia do Roteiro dos Martírios e de "A Aldeia Sagrada", as demais obras seguem como parte da série Taquara-Póca, tendo os personagens e a escola do sítio como elo de ligação. Assim, por meio do Professor Justino, "Viagem ao mundo desconhecido" aborda as viagens de Fernão de Magalhães e "Território de bravos" dramatiza a vida de Plácido de Castro e seu papel na anexação do território do Acre ao Brasil.

No livro "A Aldeia Sagrada", Marins remete à "Os Sertões" (1902) de Euclides da Cunha e "Vidas Secas" (1938) de Graciliano Ramos para mesclar em sua narrativa sobre Didico, um órfão retirante, a história da Guerra de Canudos e a questão da seca no nordeste brasileiro. Integrada à história de Didico, temos o relato da descoberta e transporte do meteorito Bendegó do interior baiano até a capital do país, Rio de Janeiro.

### **3.2. As obras de Francisco de Marins e o mercado editorial brasileiro de literatura infantojuvenil**

A literatura infantil brasileira sofreu rápido crescimento a partir das décadas de 1940 e 1950 respondendo às crescentes exigências do mercado consumidor em expansão e refletindo o processo de modernização da sociedade brasileira. Tal panorama proporcionou avanços no ramo editorial, tanto no que tange a avanços tecnológicos como no aumento do consumo, resultando na profissionalização e especiali-

---

<sup>6</sup> Notícias Botucatu (19 de agosto de 2020). História de Botucatu se perde após demolição de casarão onde morou Francisco Marins.

zação de escritores e editoras direcionados à literatura para infância que se esforçaram por atender às demandas do mercado (CUNHA, 2014).

Considerado o escritor que mais vendeu livros infantis depois de Monteiro Lobato, foi em 1945 com "Nas terras do Rei Café" que Francisco Marins ganhou visibilidade no campo literário. Indicado como "excelente recurso para o aperfeiçoamento da linguagem", pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o livro foi inserido no promissor mercado do livro didático dos anos 1940 no âmbito do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando as publicações infantis se caracterizavam pelo direcionamento didático e pedagógico. Souza (2001) avalia que os livros das séries Taquara-Póca e Roteiro dos Martírios tiveram mais de 2.100.000 exemplares vendidos, contados de suas primeiras publicações nas décadas de 1940 e 1950 até 2001, ano em que finalizou seu estudo sobre a obra infantojuvenil do autor.

Dallanora (2010) a partir do estudo de Coelho (1987) aponta a existência de períodos distintos da literatura infantil e juvenil brasileira. Monteiro Lobato pertenceria ao Primeiro Período (1920-1945), considerado didático moralista e, Marins, ao Segundo Período (1945-1960), caracterizado pelo realismo documental. Embora os escritores não pertençam ao mesmo período convencionalizado, suas obras são apontadas como didáticas e pedagógicas, perspectiva que corresponde à influência de Lourenço Filho na obra de Marins.

Para Lajolo e Zilberman (2007), nesta época em que o Brasil caminha na direção de um projeto de modernização industrial e de avanço do capitalismo no campo, a literatura infantil torna-se porta-voz de uma política econômica que considera a agricultura a viga mestra de sustentação financeira do país, e o homem do campo, seu principal agente. Marins com seus livros sobre Taquara-Póca se junta a este esforço de integração do campo à modernidade industrial, focado na sobrevivência da pequena propriedade por meio da modernização da produção com a adoção insumos químicos e novas técnicas de cultivo (DALLANORA, 2010).

Ainda dentro da proposta didático pedagógica da literatura infantojuvenil do período, o passado colonial brasileiro foi tema recorrente de inúmeros autores, não apenas por fornecer material de cunho histórico, mas por corresponder às exigências de ação e aventura próprias ao gênero. Essas narrativas se afinam a um fenômeno da época: a ocupação de regiões do Brasil até então intocadas e, portanto, não integra-

das às diretrizes econômicas do país. A transfiguração desse projeto numa mitologia que reunisse elementos históricos e imaginários é uma tarefa assumida pela literatura infantil, contribuindo para a divulgação desses ideais (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007). Além disso, o tema se beneficiava do livre trânsito na escola das décadas de 1940 e 1950 com uma notável particularidade: a preferência pela história dos bandeirantes<sup>7</sup>.

Mas após décadas de expansão, o mercado do livro infantojuvenil começou a sentir os efeitos da revolução cultural e tecnológica, observada mais fortemente no Brasil a partir da década de 1960, com a popularização de novas formas de entretenimento de massa e a conseqüente retração do mercado (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007).

Para Cunha (2014), a literatura infantil das décadas de 1940 e 1950 ressentia-se do conservadorismo e do predomínio da perspectiva moralista e pedagógica, acarretando na diluição dos valores estéticos e na conseqüente perda de interesse do público consumidor. Assim, a partir das novas perspectivas institucionais e de mercado, os autores optaram por novas formas de narrativa, elegendo novos temas e abandonando a tradição didática que resultou no chamado "boom" da literatura infantojuvenil das décadas de 1970 e 1980.

No entanto, dentro desta nova realidade, as publicações de Marins se encontravam em relativa desvantagem no mercado, uma vez que a temática de suas obras se mostrava distante da realidade do jovem leitor urbano. O Brasil de 1945, ano em que publicou seu primeiro livro, era definitivamente diferente do Brasil dos anos 1980, onde o vínculo com o campo havia sido profundamente impactado pela rápida industrialização do país e pelo êxodo rural no âmbito do processo de modernização no campo.

Nesse sentido, é possível verificar alterações significativas realizadas tanto pelas editoras como pelo próprio autor que apontam para uma tentativa de adaptação das publicações frente à nova realidade do mercado. Assim encontramos, a partir da década de 1980, edições reduzidas em conteúdo e formato, com textos mais concisos, novas ilustrações (SOUZA, 2001) e a eliminação dos episódios históricos.

---

<sup>7</sup> Tornando o bandeirante o modelo para a construção dos heróis, os livros encampam temas que se desprendem da história: o alargamento do território nacional e a abundância natural do Brasil, fonte inesgotável de riqueza. Assim, ao promover a transfiguração dos acontecimentos passados em propaganda nacionalista, contribuem para a difusão de alguns mitos, como os do heroísmo inato dos bandeirantes, líderes que contribuíram de forma não proposital para a expansão territorial brasileira (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007).

Prestes a completar oitenta anos no mercado da literatura brasileira, a obra de Francisco Marins permanece viva, tendo sobrevivido com sucesso à diversos ciclos de expansão e retração do mercado editorial, crises econômicas, revoluções culturais e políticas. Reflexo de sua perenidade a Amazon, loja líder mundial do E-commerce, oferece em seu catálogo mais de uma dezena de livros do autor com destaque para as edições mais recentes das publicações direcionadas ao público jovem.

### **3.3. Sinopses dos livros**

Publicado em 1952, "Expedição aos Martírios" inaugura a chamada trilogia do Roteiro dos Martírios, posteriormente completada pelos livros "Volta à Serra Misteriosa" (1956) e "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta" (1958). O tema central das narrativas é a busca pelas lendárias minas dos Martírios que impulsionou levadas de aventureiros ao sertão inexplorado do Brasil.

Os livros são narrados em primeira pessoa sob a forma das reminiscências de Tônico, menino tropeiro que vive na vila de São Paulo de Piratininga no ano de 1924. Órfão de pai, Tônico trabalha no transporte de mercadorias pelos perigosos caminhos da Serra do Mar. O núcleo familiar é formado pela mãe, Donana e pelo Tio Juvenal, frequentemente perdido em aventuras pelo sertão.

Em "Expedição aos Martírios" Tônico vê seu tio partir em busca das lendárias minas de ouro na companhia do Bugre-do-Chapéu-de-Anta, mestiço de má reputação. Passados anos da partida e sem notícias de Juvenal, o tropeiro e amigo da família Oscar Perova leva Tônico a Porto Feliz, tradicional porto de partida das bandeiras paulistas, em busca de trabalho pois dali sairia uma expedição científica e exploratória para o interior do Brasil. Durante a noite, dão abrigo a um menino indígena escravizado, Pixuíra, e decidem partir como integrantes da Expedição do Barão Langsdorff em direção à Cuiabá onde esperam encontrar notícias de Juvenal.

Com a presença sinistra do Bugre a lhes acompanhar, resolvem alcançar a aldeia de Pixuíra em busca de Juvenal e, após semanas de penosa caminhada, o encontram perdido e enlouquecido no arraial abandonado de Amaro Leite Moreira. Enquanto se recuperam para o regresso, são capturados pelo Bugre-do-Chapéu-de-Anta que os aprisiona em uma mina abandonada. Graças a ajuda de um indígena centenário, Muiraquitã, conseguem escapar e decidem então voltar à civilização le-

vando Juvenal e o ancião que carrega consigo uma panelinha de barro gravada com estranhos sinais.

Após vagarem semanas sem rumo nas matas guiados por Muiraquitã, este revela que os está levando às minas lendárias das quais só ele sabe o caminho. Um dia testemunham um cenário macabro: no fundo de um vale se encontram as ossadas de vários homens, vítimas do ataque de índios da região. Pendurado em um arbusto, balança ao vento um chapéu de couro de anta. Abalados, tomam de uma canoa e descem um rio desconhecido até serem apanhados por forte tempestade. Entre raios e relâmpagos em sequência, presenciam um incrível espetáculo: “Na sucessão das faíscas que estralavam ameaçadoramente no céu, vimos distante uma montanha azulada e as rochas descomunais de uma cidade ciclópica. As pedras pareciam sinos gigantescos, escadas, torres, cravos (...)”.<sup>8</sup>

Nesse instante Juvenal tem um breve momento de lucidez, mas, emocionado com a visão dos Martírios, desequilibra a canoa lançando todos na água. Tônico é salvo por Perova e Pixuíra e constata que somente os três sobreviveram. Milagrosamente, no fundo na canoa ainda está a panelinha de Muiraquitã. Os Martírios permaneceriam intocados com suas riquezas e mistérios.

“Expedição aos Martírios” ainda não apresenta as narrativas históricas paralelas que serão características dos livros subsequentes, embora faça menções introdutórias aos Martírios e aos Bandeirantes Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva Júnior à partir de referências do Padre José Manuel de Siqueira e de viajantes do Brasil colonial como Karl von den Steinen.

“Volta à Serra Misteriosa” retoma a história de Tônico, Perova e Pixuíra que, perdidos na selva, tentam voltar à civilização em meio à fome, sede e doenças quando finalmente atingem a aldeia dos Caçunungas. A tribo rapidamente reconhece a panelinha de Muiraquitã como um objeto sagrado onde está gravado o roteiro para as minas dos Martírios. O portador da relíquia, Pixuíra, deveria ser o próximo líder da aldeia mas o pajé, desejoso de poder, os acusa de terem assassinado Muiraquitã. Pixuíra deveria, portanto, provar por meio de provas de inteligência, coragem e força, ser de fato merecedor da posição de cacique. Após vencer com perícia os desafios

---

<sup>8</sup> Expedição aos Martírios (MARINS, 1952, p. 131).

impostos pelo ambicioso pajé, Pixuíra sela a paz com a tribo dos Motucas se tornando o novo Cacique dos Caçunungas.

Neste livro Marins introduz a narrativa histórica impressa em tipos diferentes para contar a história do Arraial de Amaro Leite Moreira nos Araés e do Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Júnior em sua jornada pelo interior do Brasil em busca dos Martírios. Em uma narrativa paralela, Tônico e Perova se juntam a uma expedição militar de abastecimento com destino ao Forte do Príncipe da Beira<sup>9</sup>.

No terceiro e último livro da série, "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta" de 1958, encontramos Tônico e Perova vivendo pacatamente em Goiás quando Pixuíra os encontra com terríveis notícias: a panelinha de Muiraquitã, desapareceu e uma enorme onça pintada, chamada pelos índios de gato rajado, passou a atacar sistematicamente a aldeia. Para espanto de Tônico e Perova, o cacique dos Caçunungas revela que ao lado dos rastros do animal encontrara sinais de chinelas de couro como as usadas pelo Bugre-do-Chapéu-de-Anta.

Na aldeia dos Caçunungas, saem à caça do gato rajado e conseguem seguir os rastros do perigoso animal até uma fantástica região formada por enormes pedras a semelhança de uma cidade de gigantes. Ali, descobrem que o Bugre de fato estava vivo e que enloquecera com a solidão, tendo desenvolvido estranha ligação com o animal assassino. A panelinha, escondida pelo velho Cacique no alto de uma montanha, é encontrada, mas o Bugre incendeia a mata procurando atingir seus inimigos. Encurralado pelas chamas sopradas pelo vento, o Bugre perece junto com o gato rajado. Durante a fuga, a panelinha é irremediavelmente perdida. Os Martírios permaneceriam para sempre distantes da cobiça dos homens.

A narrativa histórica do último volume da série retoma a história de Bartolomeu Bueno da Silva Júnior, o segundo Anhanguera, após o retorno de sua jornada ao sertão em busca dos Martírios e de sua luta frente ao governo de Portugal para fazer valer os direitos de exploração das riquezas encontradas.

---

<sup>9</sup> Considerado a maior edificação militar portuguesa construída fora da Europa, o Forte do Príncipe da Beira foi inaugurado em 20 de agosto de 1783 na margem direita do rio Guaporé em Rondônia e batizado em homenagem a dom José de Bragança, o Príncipe da Beira. Empreendimento de imenso custo, a construção do forte representava uma iniciativa da coroa portuguesa e da política do Marquês de Pombal para proteger as fronteiras do centro-oeste do Brasil nas disputas com a Espanha (SILVA, 2019). Em "Volta à Serra Misteriosa", Oswaldo Storni retrata o portal do Forte já abandonado e tomado pela vegetação. O artista provavelmente se valeu de fotos de sua redescoberta em 1913, data posterior aos eventos do livro que ocorrem em 1830. Embora Barcelos (2018) registre que em 1815 o abandono do forte já era sentido, foi apenas após a Proclamação da República em 1889 que este foi definitivamente desativado.

### 3.4. Referências históricas e literárias na trilogia dos Martírios de Francisco Marins

Para fins de análise do referencial teórico utilizado por Marins na criação da trilogia do Roteiro dos Martírios e, uma vez que o presente estudo não tem o objetivo de realizar uma investigação aprofundada sobre cada uma das fontes referenciadas, a pesquisa buscou dividi-los em grupos específicos no que diz respeito à data da publicação e à natureza temática dos títulos. Também fazem parte das referências teóricas, artigos publicados no século XIX pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Alguns dos títulos mencionados por Marins no apêndice dos livros foram simplificados pelo autor e não correspondem de forma exata ao título original das obras.

No primeiro grupo foram incluídas obras do século XIX escritas por brasileiros e, principalmente, por estrangeiros viajantes e integrantes de expedições científicas que, pela primeira vez em séculos, tinham permissão para visitar o Brasil colonial. Chamamos este grupo de "Obras do século XIX – Expedições científicas e exploratórias" (Tabela 1).

---

**Tabela 1 - Obras do século XIX, Expedições científicas e exploratórias no Brasil colonial**

---

Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas – Hercule Florence – 1829

Viagem ao Interior do Brasil – João Emanuel Pohl – 1832

Revista do Instituto Histórico Brasileiro – Tomos IX 1847 e XXXVIII 2ª Edição 1869

Viagem ao Araguaia – General Couto de Magalhães – 1863

O Selvagem – Gal. Couto de Magalhães – 1876

Viagem ao Redor do Brasil – João Severiano da Fonseca – 1880

O Brasil Central – Dr. Karl von den Steinen – 1886

A Cidade do Ouro e das Ruínas – Visconde de Taunay – 1891

Goiás – Visconde de Taunay – 1891

Entre os aborígenes do Brasil Central – Dr. Karl von den Steinen – 1894

---

Fonte: Marins (1952), Marins (1956)

No segundo grupo encontramos os principais referenciais históricos utilizados por Francisco Marins em suas narrativas históricas e fictícias. Chamamos este grupo

de “Obras da primeira metade do século XX – Construção da memória e da historiografia bandeirante” (Tabela 2).

---

**Tabela 2 - Obras da primeira metade do século XX – Construção da memória e da historiografia bandeirante**

---

Datas mato-grossenses – E. Mendonça – 1919

História Geral das Bandeiras Paulistas – Affonso de E. Taunay - 1924 -1950

As Raias de Mato Grosso – Virgílio Correia Filho – 1924

Vida e Morte do Bandeirante – Alcântara Machado - 1929<sup>10</sup>

Capitania Paulista – Washington Luís – 1938

No tempo dos Bandeirantes – Belmonte – 1939

História das Fronteiras do Brasil – Hélio Vianna – 1948

Apontamentos Históricos da Província de São Paulo – Azevedo Marques – 1952

Relatos Monçoeiros – Affonso de E. Taunay – 1953

Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil – Francisco de Assis Carvalho Franco – 1953

---

Fonte: Marins (1952), Marins (1956).

“Relatos de sertanistas no caminho da Expedição Roncador-Xingu<sup>11</sup>” é o terceiro grupo proposto e se constitui de relatos e diários, muitas vezes autobiográficos, de autores que direta ou indiretamente participaram da chamada “Marcha para o Oeste” (Tabela 3).

---

**Tabela 3 - Relatos de sertanistas no caminho da Expedição Roncador-Xingu**

---

Pelos sertões do Brasil – Cel. Amílcar A. Botelho Magalhães - 1941

Encantos do Oeste – Agenor Couto de Magalhães - 1945

Terras e Índios do Alto Xingu – Manuel Rodrigues Ferreira - 1952

Entre os Índios do Xingu – Ayres Câmara Cunha - 1960

---

Fonte: Marins (1952), Marins (1956).

---

<sup>10</sup> Nos anos 1920 e 1930 houve um incremento na produção de obras de história sobre o passado colonial de São Paulo. Impulsionados pela publicação de documentos antigos, diversos autores elaboraram suas versões sobre a história dos bandeirantes. Entre eles estava Alcântara Machado (1875-1941) que com seu livro “Vida e morte do Bandeirante” se insere na tradição historiográfica de escritos sobre o passado paulista (VALLE, 2015).

<sup>11</sup> Até a década de 1940 a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste, já habitadas por povos indígenas, constituía um desafio para o governo central. Mapear e colonizar essas regiões, reeditando a empreitada dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII, era um dos objetivos do Estado Novo (1937-1945) instaurado por Getúlio Vargas. O projeto de interiorização do desenvolvimento, que se denominou Marcha para o Oeste, pretendia criar novas vias de comunicação e fixar núcleos populacionais com a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior. Gerenciada pela Fundação Brasil Central, a Expedição Roncador-Xingu representou a principal frente do projeto, culminando com a criação do Parque Indígena do Xingu (BRUNIERI, 2015; GALVÃO, 2011).

Finalmente, classificamos um único volume como “Romance histórico”. Trata-se de “O Ouro de Cuiabá” de Paulo Setúbal<sup>12</sup>, publicado em 1933 (Tabela 4).

---

**Tabela 4 - Romances históricos**

---

O Ouro de Cuiabá – Paulo Setúbal - 1933

---

Fonte: Marins (1952), Marins (1956).

### **3.5. Obras do século XIX - Expedições científicas e exploratórias no Brasil colonial**

As expedições artísticas e científicas no Brasil colonial, em geral organizadas e integradas por estrangeiros, tiveram no século XIX o seu momento de maior expansão. Até os séculos XVI e XVII a descoberta e a pesquisa científicas realizaram-se de modo esporádico e as informações sobre o Brasil se resumiam a relatos de aventureiros e exploradores. A partir do século XVIII, viagens exploratórias inspiradas pelo iluminismo passaram a apresentar uma visão mais próxima da ciência buscando identificar potencialidades econômicas para Portugal, identificando espécies da flora e fauna, mapeando rios e levantando dados mais precisos para a delimitação de fronteiras (ELIAS et al, 2018; ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017)

O ano de 1808 é o marco inicial da história da investigação científica nacional com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. A abertura dos portos nesse ano revoga a restrição das viagens de estrangeiros pelo país e expedições artísticas e científicas são realizadas para registrar e coletar espécimes naturais e objetos, sendo que parte deles é encaminhado à museus e instituições européias iniciando um ciclo de viagens e missões científicas que dão impulso ao desenvolvimento artístico e científico no Brasil.

É dentro deste novo panorama que homens como o naturalista inglês Charles Darwin, o botânico August de Saint-Hilaire, o médico e explorador Karl von den Steinen e João Emanuel Pohl, chegam ao Brasil para registrar aspectos de sua população, território e riquezas naturais.

---

<sup>12</sup> Paulo Setúbal de Oliveira (1893-1934), advogado, jornalista, ensaísta, poeta e romancista. Membro da Academia Brasileira de Letras. Destaca-se pelo gênero do romance histórico. Sabia como romancear os fatos do passado tornando-os vivos e agradáveis à leitura. Os sucessivos livros que escreveu sobre o ciclo das bandeiras tinham o sentido social de levantar o orgulho dos paulistas na fase pós-Revolução constitucionalista de 1932) (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2022).

Neste grupo também foram incluídos os relatos do Padre José Manoel de Siqueira, "Memórias a respeito do descobrimento dos Martírios", publicadas originalmente em 1847 na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as referências do Visconde de Taunay<sup>13</sup> aos Martírios encontradas em "A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875" de 1876, relato em forma de reportagem sobre a história, riquezas minerais, fauna, flora e rios de Goiás, apresentado uma análise da Região assim como seu projeto pessoal para futuro para a província.

### **Obras da primeira metade do século XX - A Construção da memória e da historiografia bandeirante**

"A história da Capitania de São Vicente será a história geral do Brasil".<sup>14</sup>

"O espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira alma da nação brasileira e São Paulo, esse foco de lendas e tradições, o coração do país".<sup>15</sup>

Vários autores se ocuparam, na primeira metade do século XX, por recuperar e resgatar parte da história do Brasil, em particular a que se refere as entradas e bandeiras e a ocupação e desbravamento do interior do país. Encabeçados por Afonso Taunay<sup>16</sup>, foram responsáveis por construir a memória e a historiografia dos bandeirantes e da expansão do território nacional.

Para Anhezini (2021), estes esforços de produção do conhecimento histórico estão representados na publicação do livro *Curso de Bandeirologia* que recebeu a contribuição de muitos historiadores vinculados em grande parte ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao Museu Paulista, Academia Paulista de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Academia Brasileira de Letras.

<sup>13</sup> Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay (1843-1899). Militar, escritor, artista, músico e político durante o Brasil Império. Descendente direto de Nicolas Antoine Taunay que chegou ao Brasil como integrante da Missão Artística Francesa que acompanhava a Imperatriz Leopoldina. Escritor integrante do romantismo brasileiro, é autor de "Inocência" de 1872. Pai de Afonso d'Escragnolle Taunay. (CRUZ, 2012).

<sup>14</sup> Anais da Província de São Paulo - Visconde de São Leopoldo (MARQUES, 1976, p. 6).

<sup>15</sup> O Brasil e as Colônias - Oliveira Martins (WASHINGTON LUIS, 1938, p. 7).

<sup>16</sup> Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958). Membro de Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras, professor da Universidade de São Paulo e Diretor do Museu Paulista. Filho do Visconde de Taunay, neto do pintor Félix-Émile Taunay e bisneto do pintor francês Nicolas-Antoine Taunay (ANHEZINI, 2011). Sua produção sobre a memória bandeirante foi influenciada por Capistrano de Abreu, Washington Luís, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, Frei Gaspar da Madre de Deus e Auguste de Saint-Hilaire (OLIVEIRA JR, 1994).

De acordo com Schneider (2019), os autores desta história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas se inseriam numa complexa rede de sociabilidade nacional, onde o tema da expansão para o oeste na primeira metade do século XX foi constantemente perseguido. Durante o período da Primeira República, o desenvolvimento da província de São Paulo como principal centro econômico do país, vinculado à agroexportação cafeeira e a criação de uma matriz industrial, trouxeram à tona para a elite intelectual paulista a relevância da afirmação da importância da história de São Paulo na consolidação das propostas republicanas, levando a produção de uma narrativa que justificasse essa posição de predomínio político e econômico sobre a nação. No momento em que se procurava romper com o atraso material brasileiro, a província apresentava-se como original exemplo de progresso material (FERRETI, 2004; COPPES JUNIOR, 2016).

Nesse sentido, o ano de 1922 representou um importante salto a fim de se estender para o campo cultural e histórico a influência que o estado já exercia na política e na economia brasileira. Eventos como as comemorações do centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna uniram artistas, intelectuais e acadêmicos vinculados ao ideário modernista, responsáveis em grande parte pela historiografia de São Paulo em torno de sua promoção ao status de locomotiva econômica do país a partir da imagem do bandeirante empreendedor, desbravador de riquezas e responsável pela expansão territorial do Brasil (SODRÉ, 2016).

As comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo em 1954 foram um marco da história do município, com a inauguração de monumentos como o Parque do Ibirapuera, o Monumento as Bandeiras e a Catedral da Sé, palco do início das festividades em 9 de julho, data que, não por acaso, marca o início da Revolução Constitucionalista de 1932, outro símbolo do espírito paulista que se pretendia destacar (SILVA; BERLINI, 2016).

Data deste período a republicação de obras ligadas ao tema em edições comemorativas do IV Centenário da fundação de São Paulo como a “Biblioteca Histórica Paulista” impressa pela Livraria Martins Editora S/A e organizada por Affonso Taunay em 13 volumes, com obras de Pedro Taques, Frei Gaspar, Azevedo Marques e do próprio Affonso Taunay e o “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil” de Francisco de Assis Carvalho Franco. “História das Bandeiras Paulistas” de Affonso

Taunay, publicada originalmente em onze volumes, foi republicada pela Melhoramentos em três volumes por ocasião das comemorações do IV Centenário conforme introdução do autor:

A aproximação da efeméride gloriosa de 1954 levou-me a considerar que, ao se comemorar a passagem do quarto centenário da fundação da capital das bandeiras, conveniente seria proporcionar ao público uma exposição, abreviada, dos feitos daqueles que... pelo Brasil com forte braço/ Ganharam os sertões de imenso espaço/ Para o ânimo seu inda pequenos.<sup>17</sup>

### **3.6. Manoel Rodrigues Ferreira e a busca pelos Martírios além da lenda**

Os primeiros relatos sobre os Martírios, lendárias minas onde o ouro, são provenientes das expedições de Manuel de Campo Bicudo e de Bartolomeu Bueno da Silva que entre os anos de 1723 e 1725 adentraram as terras do Brasil Central em busca da captura e escravização de indígenas destinados ao trabalho nas lavouras do planalto paulista. Ferreira (1952) realizou extenso estudo sobre o tema reunidos no livro "Terras e índios do Alto Xingu". Algumas versões sobre os Martírios relatam que se trata se uma serra com formações rochosas semelhantes aos elementos dos martírios de Cristo no calvário com as formas de cravos, coroas, galo, cruz, escadas. Outras versões citam inscrições em pedra com os motivos da paixão de Cristo. Ferreira (1952) aponta que os relatos inicialmente orais dos bandeirantes sofreram alterações ao longo do tempo tendo elementos suprimidos e incorporados.

Historiador, jornalista, engenheiro, professor, fotógrafo documentarista e escritor brasileiro, Manoel Rodrigues Ferreira (1915-2010) foi um incansável investigador da história das bandeiras paulistas e da lenda das Minas dos Martírios. Pioneiro em jornadas para cobertura jornalística pelo interior do Brasil, participou da Expedição Rocador-Xingu e se tornou amigo de Orlando Villas-Bôas, participando da criação do Parque Indígena. Seu documentário de 1949 apresentado no Museu de arte Moderna de São Paulo, "Aspectos do Alto do Xingu", é considerado o primeiro filme cinematográfico colorido realizado no Brasil. Trocou correspondência com intelectuais como Stephen Hawking e Câmara Cascudo (JOTABÊ, 2013; FERREIRA, 2005).

<sup>17</sup> História das Bandeiras Paulistas, Tomo I (TAUNAY, 1950, p. 1-2).

Tornou-se historiador por vocação enquanto conhecia a região do Brasil central e se interessou pela pesquisa sobre os bandeirantes paulistas e a lenda dos Martírios. Ferreira relata em sua autobiografia:

Em 1945, quando estive com a Bandeira Mackenzie no Brasil Central, subimos o Rio das Mortes até um local denominado Araés, antiga vila fundada exatamente duzentos anos antes, isto é, em 1745 por Bandeirantes, que a abandonaram em 1789. Ali estávamos pois em 1945, no Araés, onde nada mais havia, senão vestígios das catas de ouro e da presença dos índios Xavante. Fiquei profundamente impressionado, emocionado com o que via, por isso, quando voltei a São Paulo, decidi conhecer a História do Araés. Eu começava pois a fazer pesquisa histórica, estava me tornando um historiador sem saber. Mas a História do Araés, levou-me a outra história, o enigma dos Martírios, legado pelos Bandeirantes. Descobri que os Martírios ficavam no Rio Paraupava, um rio que nem o historiador Pedro Taques de Almeida Pais Leme soubera onde ficava. Mas resolvi, não obstante, pesquisar. Doze anos depois, em Janeiro de 1958, estando certo dia na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao comparar dois documentos da Bandeira de André Fernandes (1613-1615), levei um susto e exclamei emocionado: - Rio Paraupava era o nome do hoje Rio Araguaia! Eu resolvera assim, o velho enigma deixado pelos Bandeirantes: - Os Martírios ficam no Rio Araguaia! Abria-se para mim uma nova era na História das Bandeiras Paulistas [...]. E continuei as minhas pesquisas visando a descobrir em que local do Rio Araguaia ficavam os Martírios.<sup>18</sup>

Manoel Rodrigues Ferreira de fato localizou as inscrições que deram origem ao mito das minas dos martírios. Estas se encontram na região do atual Parque Estadual de Serra dos Martírios/Andorinhas, também projeto do escritor. Pereira (2008) e Nunes e Leite (2012), publicaram pesquisas detalhadas sobre as inscrições que se localizam no Estado do Pará, levantando o potencial arqueológico da região e os potenciais riscos para o patrimônio histórico. Além do georreferenciamento do sítio arqueológico, as pesquisas apresentam um rico banco de imagens.

Foi a partir dos artigos escritos para o jornal "A Gazeta" que Ferreira publicou seu livro mais conhecido, "A Ferrovia do Diabo. História da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré" de 1962, a partir da sugestão de publicação de Francisco Marins, então Editor Chefe da Melhoramentos (FERREIRA, 2005; JOTABÊ, 2013). A estreita relação do livro de Ferreira, "Terras e índios do Alto Xingu", com a obra de Francisco Marins, es-

---

<sup>18</sup> Autobiobiografia (FERREIRA, 2005, p. 31 e 32).

pecificamente no que tange aos livros que integram a trilogia dos Martírios, é registrada em sua autobiografia:

Francisco Marins, escritor, em seu conhecido livro de ficção para a juventude, *Expedição aos Martírios* de 1952, assim o ofereceu-me: Ao prezado amigo Manoel Rodrigues Ferreira que, com seu magistral livro sobre o Xingu e os Martírios, tornou possível esta novela. Um abraço do Francisco Marins. S.P. 31/07/1952.<sup>19</sup>

Em seu livro mais recente [...] Francisco Marins ofereceu-me um exemplar com os dizeres: Ao meu estimado Manoel Rodrigues Ferreira que, com seus belos e aprofundados estudos e sua busca pessoal dos Martírios, inspirou estas narrativas despreziosas, mas que, certamente, divulgam entre os jovens, o tema que você tão bem vem tratando. Homenagem e abraços do Francisco Marins 1995.<sup>20</sup>

São inequívocas as similaridades entre as obras de Marins e o livro de Ferreira, tanto na estruturação dos capítulos e na temática das narrativas como na caracterização dos personagens e paisagens. As edições de bolso de *Expedição aos Martírios* de 1980 trazem como apêndice as reproduções das inscrições encontradas no Parque Estadual de Serra dos Martírios/Andorinhas com referência à pesquisa de Manoel Ferreira.

O livro de Ferreira é segmentado em duas partes. A primeira, *Terras dos Martírios*, é resultado da pesquisa detalhada do autor sobre o avanço dos paulistas em direção ao norte do país com a descoberta e exploração das primeiras lavras de ouro de Goiás e Cuiabá. Em ordem cronológica, os eventos históricos são descritos conforme Prefácio da obra: "Quando julguei oportuno, procurei dar certo colorido à descrição, o que, entretanto, não altera o rigor com que me ative aos fatos históricos."<sup>21</sup>

Marins se baseou fortemente neste segmento do livro de Ferreira para a criação das narrativas históricas transpondo passagens inteiras, com uma nova leitura e adaptadas para o público jovem, para sua trilogia cujo primeiro livro *Expedição aos Martírios*, foi publicado no mesmo ano, 1952, de *Terras e índios do Alto Xingu* tendo como editor de ambos na Melhoramentos o próprio Marins.

A segunda parte de *Terras e índios do Alto Xingu* relata a experiência de Manoel Ferreira em sua viagem à região central do Brasil, documentando a cultura e

---

<sup>19</sup> Autobiobiografia (FERREIRA, 2005, p. 92).

<sup>20</sup> Autobiobiografia (FERREIRA, 2005, p. 92).

<sup>21</sup> *Terras e índios do Alto Xingu* (FERREIRA, 1952, p. 7).

os costumes dos indígenas enriquecida com farto material fotográfico. No segmento, encontramos aspectos específicos dos povos indígenas abordados por Francisco Marins nos livros "Volta à Serra Misteriosa" e "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta" como a pesca com o cipó timbó, ritos religiosos, organização social, além da caracterização da paisagem, dos indivíduos, instrumentos musicais, ferramentas e habitações materializados nas ilustrações de Oswaldo Storni.

Ferreira inclui ainda como Apêndice do livro, o relato de Hercule Florence<sup>22</sup> sobre a Chapada dos Guimarães que serviu como inspiração para a cidade de pedras presente no livro "O Bugre-do-Chapéu-de-Anta".

### **3.7. As ilustrações de Oswaldo Storni: dando vida aos personagens e às principais cenas**

A Oswaldo Storni que fez viver os tipos e as cenas principais.<sup>23</sup>

A relação entre o escritor Francisco Marins e Oswaldo Storni começou com a publicação da novela "O Tesouro" em 1937 e se consolidou posteriormente quando o artista se tornou funcionário efetivo da Editora Melhoramentos quando se ligou de forma definitiva às publicações da empresa.

Senhor de uma técnica apurada nos desenhos em preto e branco a bico de pena (CARDOSO, 2013) suas ilustrações remetem às épicas pranchas de Gustave Doré no contraste entre luz e sombra, exatidão anatômica, perspectiva, dinamismo e dramaticidade. Exímio paisagista, Storni criou para as publicações da Melhoramentos cenários paradoxais, capazes de levar o leitor como passageiro em uma pequena canoa que desliza monotonamente na imensidão dos rios do Brasil central ou como prisioneiro do interior úmido e claustrofóbico das matas virgens em uma perfeita sintonia entre texto e imagem.

Nascido no Rio de Janeiro em 1909, Oswaldo Storni iniciou sua atividade profissional aos 16 anos de idade e, embora não tivesse estudado desenho regularmente, era filho de Alfredo Storni, um mestre da caricatura. Como o pai, foi um dos mais importantes artistas de "O Malho" e de "O Tico-Tico", pioneira publicação infantil

---

<sup>22</sup> Terras e índios do Alto Xingu (FERREIRA, 1952, p. 147-150).

<sup>23</sup> O Bugre-do-Chapéu-de-Anta (MARINS, 1958, p. 5).

surgida em 1905, criando uma enorme gama de personagens além elaborar capas e quadrinizar heróis como o Tarzan de Edgar Rice Burroughs (DOURADO, 2019). Escreveu inúmeros contos para crianças como “A Medalha” e iniciou na “O Tico-Tico” o gênero de aventuras nos moldes americanos (CARDOSO, 2013).

Apesar de sua importância como ilustrador e artista pioneiro do quadrinho brasileiro, são poucas as referências encontradas sobre Oswaldo Storni. Assim, nesta breve análise, a pesquisa buscou relacionar a construção das ilustrações materializadas pelo artista com as prováveis fontes utilizadas para a representação da indumentária, dos utensílios, da fauna, da flora e das paisagens presentes nas obras estudadas como, por exemplo, o acervo do Museu Paulista.

De acordo com Marins (2020), Afonso Taunay, enquanto Diretor do Museu Paulista, foi um dos principais idealizadores do processo de figuração do bandeirante que se caracterizou pela disseminação de uma série de convenções visuais construídas com base em propostas formuladas no Museu. Para o pesquisador, a criação da imagem do bandeirante, assim como ocorria com a escassez de informações documentais relativas ao período, se referia também à falta de referências de imagens contemporâneas da aparência dos bandeirantes e de seu aparato material nos quais os pintores de história pudessem se basear. Assim, Taunay a partir de 1903 encomendou para o Museu uma série de obras que estabeleceram um conjunto de caracteres definidores dessa personagem. A primeira dessas obras de arte foi o retrato de Domingos Jorge Velho criado por Benedito Calixto, que estabeleceu alguns dos itens que comporiam a base de representação dos bandeirantes como a presença de barbas, o chapéu de abas largas, as botas de cano alto, o porte de armas de fogo e armas brancas.

Além da iconografia do Museu do Ipiranga, uma das possíveis referências de Storni para a criação das ilustrações é a obra “No tempo dos Bandeirantes” do artista Benedito Carneiro Bastos Barreto, mais conhecido como Belmonte, publicada originalmente em 1939. Belmonte<sup>24</sup> é conhecido por seu trabalho como chargista e caricaturista tendo também publicado livros e artigos sobre a história da capital paulista fazendo parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (SILVA, 2007). Para a

---

<sup>24</sup> Belmonte nasceu em São Paulo em 15 de maio de 1896 e faleceu em 19 de abril de 1947. Celebrizou-se entre as décadas de 1910 e 1940 por meio das charges publicadas nos principais jornais e revistas do Brasil e em periódicos do exterior. Informações sobre a produção artística e intelectual de Belmonte são encontradas em Silva (2007): “O traço de Belmonte desvelando São Paulo e o Brasil (1922-1924)”.

produção de “Nos Tempos dos Bandeirantes” Belmonte se baseou principalmente em documentos da época como atas da Câmara local e documentos da Igreja Católica. Outras importantes fontes de informação do autor foram os testamentos e inventários de onde retirou a maior parte das referências aos armamentos e indumentárias utilizados pelos paulistas da época.

Além da pesquisa histórica e iconográfica, importante característica de Oswaldo Storni como ilustrador é a utilização de referências fotográficas evidenciadas nas ilustrações do transporte do meteorito Bendegó<sup>25</sup> extraídas do livro “A Aldeia Sagrada”. Na obra sobre o Arraial de Canudos escrita por Marins em 1953 e que descreve o difícil transporte do meteorito do sertão da Bahia até o Rio de Janeiro, o artefato é retratado já com o corte realizado em 1887 após sua chegada ao Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro para fins de estudos de sua origem e composição.

Exemplo do cuidado de Storni com a criação de ilustrações a partir da narrativa fictícia de Marins são aquelas que imaginam a cidade de pedra presentes no livro “O Bugre-do-Chapéu-de-Anta”. Marins toma o relato de Hercule Florence em “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829”, quando este visitou a Chapada dos Guimarães em Mato Grosso como integrante da Expedição Langsdorff, como referência para criar sua cidade de pedras. Florence ficou profundamente impactado pelo local e desenhou algumas das paisagens<sup>26</sup> que remetem ao trabalho de Storni para o livro.

Oswaldo Storni faleceu em 10 de julho de 1972 e seu trabalho permanece ligado de forma indelével aos quadrinhos e à literatura brasileira sendo merecedor de pesquisas mais aprofundadas.

#### **4. Considerações finais**

Escritor e advogado, Francisco Marins foi membro da Academia Paulista de Letras, Presidente da Câmara Brasileira do Livro e Editor Chefe da Melhoramentos, uma das mais importantes empresas do setor editorial brasileiro. Suas obras escritas entre 1952 e 1958 correspondem a um período onde o passado colonial brasileiro foi tema

---

<sup>25</sup> Descoberto em 1784 no sertão da Bahia. O meteorito Bendegó é uma massa de ferro e níquel com 5.360 kg. Encontrava-se exposto no Museu Histórico Nacional, sendo um dos poucos itens que sobreviveram ao incêndio de 2018. A história do meteorito pode ser conhecida com detalhes no artigo de CARVALHO et al (2011), “O Meteorito Bendegó: história, mineralogia e classificação química”.

<sup>26</sup> FLORENCE, Hercule. Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829. Página 221.

recorrente de inúmeros autores da literatura infantojuvenil, que abordaram a ocupação de regiões inexploradas do Brasil, em particular, a história dos bandeirantes, matéria que encontrava grande aceitação no ensino das décadas de 1940 e 1950. O tema foi potencializado na época pelo interesse do público brasileiro com o projeto de interiorização do desenvolvimento do país.

Tal fenômeno editorial foi resultado da grande mobilização nacional observada a partir dos anos 1920 e 1930 com o aumento do interesse na produção de obras de história com metodologia positivista sobre o passado colonial de São Paulo, quando as elites políticas e intelectuais passaram a reclamar com maior intensidade o protagonismo paulista na história do Brasil. Dentre estas obras figura com destaque a publicação dos volumes de "História das Bandeiras Paulistas" escritos por Afonso E. Taunay entre os anos de 1924 e 1950 e que se constitui como uma das principais referências de Manoel Rodrigues Ferreira e Francisco Marins para a criação das obras analisadas.

Dentro deste panorama, o presente estudo sugere que os livros que integram a trilogia do roteiro dos Martírios foram pensados e produzidos no âmbito de um amplo projeto político e cultural paulista que teve como base a historiografia produzida na primeira metade do século XX, além da influência da realização de eventos de grande importância histórica, cultural e política como as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo realizadas em 1954, período em que inúmeras publicações ligadas ao tema foram reeditadas.

É seguro afirmar, dadas as evidentes similaridades entre as obras, que os livros que integram a trilogia do roteiro dos Martírios prestam tributo, sobretudo em seu segmento histórico, à obra de Manoel Rodrigues Ferreira, escrita com proposta diversa mas inserida no mesmo panorama político e cultural. Longe de diminuir seu valor literário e pedagógico, a ligação entre os livros de Marins e o livro de Ferreira evidencia uma bem sucedida adaptação da literatura documental adulta para a linguagem direcionada ao público jovem.

### **Referências**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia de Paulo Setúbal**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/paulo-setubal/biografia>. Acesso em 20 de abr. de 2022.

ANHEZINI, K. **Entre o imperativo do arquivo e a retórica bandeirante: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista**. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 349–372, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1708. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1708>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ASSIS, Viviane Bessão de. **A contribuição de Leonardo Arroyo (1918-1985) para a história da literatura infantil brasileira**. 2016. 299 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/145526>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BARCELOS, Giovani da Silva. **Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação**. 2018. 206 f. Dissertação de Mestrado (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BARCELOS\\_Giovani-Dissertacao\\_Mestrado.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BARCELOS_Giovani-Dissertacao_Mestrado.pdf). Acesso em: 16 mai. 2022.

BELMONTE, Benedito Carneiro Bastos Barreto. **No tempo dos Bandeirantes**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 19\_\_\_. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6839>. Acesso em 28 de dez. 2021.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e literatura infantil e juvenil**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. ISBN 9788539303748 Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113716>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRUNIERI, Celina M. **Como tudo começou. Expedição Roncador-Xingu instala núcleos de povoamento, abre campos de pouso e chega às cabeceiras do Xingu; a experiência de contato com os povos do Alto Xingu inspira a criação do parque indígena**. São Paulo: Revista Entreteses, edição 5, novembro de 2015. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/1916-onde-tudo-comecou>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARDOSO, Athos Eichler. **Pernambuco, o marujo - Um personagem para não ser esquecido**. NP 24 – História em Quadrinhos, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125567600306502983745449811570995932306.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

CARDOSO, Athos Eichler. **Memórias d’O Tico Tico Juquinha, Giby e Miss Shocking**. Quadrinhos brasileiros 1884 – 1950; pesquisa e texto Athos Eichler Cardoso. Brasília: Senado Federal, volume 123, 2013. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/memorias-d-o-tico-tico-juquinha-giby-e-miss-shocking-vol-123>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CARVALHO, Wilton Pinto de, et al. **O Meteorito Bendegó: história, mineralogia e classificação química**. *Revista Brasileira de Geociências*. 41(1): 141-156, março de

2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjgeo/a/8NzyKcyk4ynJfXBWhvWpZgM/?lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2021.

COELHO, Selma Cotta Chauvet. **A reforma da escola com Manoel Bergstrom Lourenço Filho e as bases de uma nova escola no Brasil**. Revista Teias V.15, n. 38. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24464/17442>. Acesso em: 21 out. 2021.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil**. 4ª ed. rev., São Paulo: Quiron, 1987.

COPPE JUNIOR, Gerson Ribeiro. **Definir os limites com história, preencher com história os limites: um estudo da construção de São Paulo como região na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895-1949)**. 2016. 143 f. Dissertação (Pós-Graduação em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/145525>. Acesso em: 21 out. 2021.

CORREA FILHO, Virgílio. **As Raias de Mato Grosso**. Universidade da Califórnia, 1924.

CRUZ, Emília Nascimento. **Dimensões do espaço: Uma abordagem de Inocência, de Visconde de Taunay**. 2012. 184 f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras/ Estudos Literários, da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2012. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/12/2021/01/Dimens%C3%B5es-do-espao%C3%A7o-uma-abordagem-de-Inoc%C3%Aancia-de-Visconde-de-Taunay.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CUNHA, Ayres Câmara. **Entre os Índios do Xingu**. Melhoramentos, 1960.

CUNHA, Eliete Aparecida de Paula. **Ruptura e renovação no conto de fadas brasileiro: Emília, Clara Luz e leitor em parceria lúdica**. Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

DA CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta. **Os Sertões**. Martin Claret; 1ª edição. 2019.

DALLANORA, Cristina. **Nas terras de Taquara-Póca: cultura caipira na obra de Francisco Marins**. 2010. 117 f. Dissertação (Pós-Graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103313/276714.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 17 dez. 2021.

DOURADO, Francisco. **Oswaldo Storni**. Voos n'Ó Tico-Tico 2, 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/41223674/OSWALDO\\_STORNI](https://www.academia.edu/41223674/OSWALDO_STORNI). Acesso em 12 dez. 2021.

ELIAS, Simone Santana R.; MARTINS, Décio Ruivo; MOREIRA, Ildeu de Castro. **As expedições naturalistas e cartográficas no Brasil dentre as práticas científicas no Brasil do século XVIII**. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmen-

tal Science v. 7, n.1, jan.-abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2716>. Acesso em: 05 mai. 2022.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Terras e Índios do Alto Xingu**. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1952.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **Autobiografia**. Fonte Digital. Documento do autor. 2005. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/biomanoel.html>; Acesso em 04 out. 2021.

FERRETI, Danilo José Zioni. **A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)**. 2004. 398 f. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Danilo-Jose-Ferreti/publication/305766981\\_A\\_Construcao\\_da\\_Paulistanidade\\_identidade\\_Historiografia\\_e\\_Politica\\_em\\_Sao\\_Paulo\\_1856-1930/links/579fc87208ae100d38065c3c/A-Construcao-da-Paulistanidade-identidade-Historiografia-e-Politica-em-Sao-Paulo-1856-1930.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Danilo-Jose-Ferreti/publication/305766981_A_Construcao_da_Paulistanidade_identidade_Historiografia_e_Politica_em_Sao_Paulo_1856-1930/links/579fc87208ae100d38065c3c/A-Construcao-da-Paulistanidade-identidade-Historiografia-e-Politica-em-Sao-Paulo-1856-1930.pdf). Acesso em: 05 jun. 2022.

FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. **Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24464>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FLORENCE, Hercule. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução do Visconde de Taunay. Edições do Senado Federal – Vol. 93, Brasília, 2007. Disponível em <https://livraria.senado.leg.br/viagem-fluvial-do-tiete-ao-amazonas-de-1825-a-1829-vol-93>. Acesso em: 27 dez. 2021.

FOGUERAL, Flávio. **História de Botucatu se perde após demolição de casarão onde morou Francisco Marins**. Notícias Botucatu, 19 de agosto de 2020. Disponível em: [noticias.botucatu.com.br/2020/08/19/historia-de-botucatu-se-perde-apos-demolicao-de-casarao-onde-morou-francisco-marins/](https://noticias.botucatu.com.br/2020/08/19/historia-de-botucatu-se-perde-apos-demolicao-de-casarao-onde-morou-francisco-marins/). Acesso em: 04 fev. 2022.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil**. Typographia Pinheiro. Rio de Janeiro, 1880, 2º Volume. Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242429>. Acesso em: 30 dez. 2021.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil Séculos XVI, XVII, XVIII**. Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. São Paulo, 1953. Internet Archive. Disponível em: <https://archive.org/details/dicionario-bandeirantes-e-sertanistas>. Acesso em 23 dez. 2021.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – AN-

PUH. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981\\_ARQUIVO\\_MarchaparaoOeste.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf). Acesso em 07 dez. 2021.

ITAÚ CULTURAL. **Expedições Artísticas e Científicas do Século XIX**. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3783/expedicoes-artisticas-e-cientificas-do-seculo-xix>. Acesso em: 15 nov. 2022.

JOTABÊ, Medeiros. **Raridades do Alto Xingu**. Jornal o Estado de São Paulo. Caderno Cultura publicado em 21 de abril de 2013. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,raridades-do-alto-xingu-imp-,1023688>. Acesso em: 15 out. 2021.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias**. Editora Ática, 6ª edição, 2007.

WASHINGTON LUÍS. **Capitania de São Paulo – Governo de Rodrigo César de Menezes**. 2ª Edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1938. Biblioteca digital de obras raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/193>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. Fundação Darcy Ribeiro, São Paulo, 2013. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nxce5ev>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. **Encantos do Oeste**. Imprensa Nacional, 1945.

MAGALHÃES, Coronel Amilcar Armando Botelho de. **Pelos sertões do Brasil**. Brasileira, Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, 1941. Biblioteca digital de obras raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/279?locale=es>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MAGALHÃES, Coronel José Vieira Couto de. **O Selvagem - Trabalho preparatorio para aproveitamento do selvagem e do solo por elle ocupado no Brazil**. Typographia da Reforma. Rio de Janeiro, 1876. Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182909>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MAGALHÃES, General José Vieira Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Edição definitiva. São Paulo, 1902. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: [http://biblio.wdfiles.com/local--files/magalhaes-1902-viagem/magalhaes\\_1902\\_viagem.pdf](http://biblio.wdfiles.com/local--files/magalhaes-1902-viagem/magalhaes_1902_viagem.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.

MARINS, Francisco. **Nas terras do Rei Café**. São Paulo. Melhoramentos, 1945.

MARINS, Francisco. **Os segredos de Taquara-Póca**. Melhoramentos, 1947.

MARINS, Francisco. **O Coleira-Prêta**. Melhoramentos, 1949.

MARINS, Francisco. **Gafanhotos em Taquara-Póca**. Melhoramentos, 1950.

MARINS, Francisco. **Viagem ao mundo desconhecido: a fabulosa aventura de Fernão de Magalhães**. São Paulo. Melhoramentos, 1951.

MARINS, Francisco. **Expedição aos Martírios**. São Paulo. Melhoramentos, 1952.

MARINS, Francisco. **A aldeia sagrada**. São Paulo. Melhoramentos, 1953.

MARINS, Francisco. **Território de bravos**. São Paulo. Melhoramentos, 1954.

MARINS, Francisco. **Volta à serra misteriosa**. São Paulo. Melhoramentos, 1956.

MARINS, Francisco. **O Bugre-de-chapéu-de-anta**. São Paulo. Melhoramentos, 1958.

MARINS, Paulo César Garcez. **Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista**. Tempo, Niterói Vol. 26 n. 2 Maio/Ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260207>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. Tomos I e II. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Livraria Martins Editora. São Paulo, 1976. Biblioteca Digital SEADE. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MENDONÇA, Estevão de. **Datas mato-grossenses**. Escola Typ. Salesiana, 1919. 2 volumes. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2579>. Acesso em: 28 dez. 2021.

NUNES, Luiz Coimbra; LEITE, Héliida Joane Viana. **Arte pré-histórica na Serra dos Martírios/Andorinhas-PA**. Notícias Pré-históricas do Presente, 2012. Disponível em: <https://pedraescrita.wordpress.com/2012/05/16/arte-pre-historica-na-serra-dos-martiriosandorinhas-pa/>. Acesso em: 02 out. 2021.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante de. **Affonso d'E. Taunay e a construção da memória Bandeirante**. 1994. 216 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: [https://www.academia.edu/10322335/Affonso\\_dE\\_Taunay\\_e\\_a\\_constru%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_mem%C3%B3ria\\_bandeirante](https://www.academia.edu/10322335/Affonso_dE_Taunay_e_a_constru%C3%A7%C3%A3o_da_mem%C3%B3ria_bandeirante). Acesso em: 10 out. 2021.

PEREIRA, Edithe. **Arqueologia na região da Serra das Andorinhas**. In: Paulo Sérgio de Souza Gorayeb. (Org.). Parque Martírios-Andorinhas: conhecimento, história e preservação. 1ed. Belém: UFPa, 2008, v. , p. 130-153. Disponível em: [https://www.academia.edu/27337656/ARQUEOLOGIA\\_NA\\_REGI%C3%83O\\_DA\\_SERRA\\_DAS\\_ANDORINHAS](https://www.academia.edu/27337656/ARQUEOLOGIA_NA_REGI%C3%83O_DA_SERRA_DAS_ANDORINHAS). Acesso em: 25 set. 2021.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao Interior do Brasil**. Itatiaia, 1976.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Martin Claret, 1ª edição. 2017.

R. IHGB. **Revista Trimestral de História e Geographia**. Typographia de João Ignacio da Silva. Rio de Janeiro, 1847. Tomo IX. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>. Acesso em: 28 dez. 2021.

R. IHGB. **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1875. Tomo XXXVIII, 2ª Edição, 1869. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>. Acesso em: 28 dez. 2021.

SCHNEIDER, Alberto Luiz; ALMEIDA, Thays Fregolent de. **A Expedição Roncador-Xingu: (novos e velhos) bandeirantes na conquista da Fronteira Oeste**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 49, n. 3, nov. 2018/fev. 2019, p. 243–287.

SILVA, Carlos André Lopes. **O “descobrimento” do Forte do Príncipe da Beira: a expedição de 1913 do almirante José Carlos de Carvalho**. Portal Brasileira Fotográfica. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=16160>. Publicado em 09 de agosto de 2019. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA, Fernanda Correia; BERLINI, Cintia Stela Negrão. **O acervo do IV Centenário da Cidade de São Paulo: da organização à exposição dos 60 anos do Parque do Ibirapuera**. VII Seminário Nacional do centro de Memória, Unicamp. 26 a 28 de julho de 2016. Campinas-SP.

SILVA, Zélia Lopes da. **O traço de Belmonte desvelando São Paulo e o Brasil (1922-1924)**. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 163-179, jul.-dez. 2007.

SODRÉ, João Clark A. **A Casa Bandeirista de Luiz Saia no IV Centenário de São Paulo: Restauração e Preservação da Identidade Paulista**. Revista **Docomomo Brasil**. 2016. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/070R.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SOUZA, Claudete Cameschi. **Apresentação de Francisco Marins: A literatura infantil e juvenil brasileira de 1940 a 1960**. Texto extraído da tese de doutorado qualificada em 22 de junho de 2001. UNESP/ Marília, 2002. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais13/arquivos/seminarios/souza\\_claudete.htm](https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais13/arquivos/seminarios/souza_claudete.htm). Acesso em: 10 nov. 2021.

STEINEN, Karl von den. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. Separata renumerada da Revista do Arquivo n. XXXIV a LVIII. Departamento de Cultura. São Paulo, 1940. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:steinen-1940-aborigenes>. Acesso em: 28 dez. 2021.

STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central – Expedição em 1884 para exploração do Rio Xingu**. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. Companhia Editora Nacional, 1942. Biblioteca digital de obras raras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/439>. Acesso em: 28 dez. 2021.

TAUNAY, Afonso d'Escragolle. **Relatos Monçoeiros**. Biblioteca Histórica Paulista IX. Livraria Marins Editora S/A. São Paulo, 1976. Biblioteca Digital SEADE. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011597&parte=1>. Acesso em: 27 dez. 2021.

TAUNAY, Afonso de d'Escragnolle. **Na era das bandeiras**. Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1922. 195 p. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6964>. Acesso em: 29 dez. 2021.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **História Geral das Bandeiras Paulistas, Tomo 1**. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1953?. 3 volumes. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6957>. Acesso em: 23 dez. 2021.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **História Geral das Bandeiras Paulistas, Tomo 2**. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1953?. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6956>. Acesso em: 23 dez. 2021.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle. **A Província de Goyaz na Exposição Nacional de 1875**. Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1876. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4868>. Acesso em: 23 dez. 2021.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle, Visconde de. **A Cidade de Matto-Grosso (antiga Villa Bella) o rio Guaporé e a sua mais ilustre victima - Estudo Histórico**. Companhia Typographica do Brazil. Rio de Janeiro, 1891, 116 p. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4858>. Acesso em: 27 dez. 2021.

VALLE, Franco Della. **Vida e morte do bandeirante: Alcântara Machado e a produção da história paulista**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

VIANNA, Hélio. **História das Fronteiras do Brasil**. Ministério da Guerra, Biblioteca Militar. Gráfica Laemmert, Limitada. Rio de Janeiro, 1948. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/439940>. Acesso em: 27 dez. 2021.

**Recebido em:** 22/11/2022

**Aprovado em:** 21/02/2023

# JEAN BODIN E JEAN DE NYNAULD: DISCURSO E IDEOLOGIA NOS TRATADOS JURÍDICOS E MÉDICOS FRANCESES DO SÉCULO XVI E XVII

*JEAN BODIN AND JEAN DE NYNAULD: DISCOURSE  
AND IDEOLOGY IN FRENCH LEGAL AND MEDICAL  
TREATIES 16<sup>TH</sup> AND 17<sup>TH</sup> CENTURY*

**Gabriela Pereira da Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

**Resumo:** O presente artigo busca realizar uma análise de como diferentes ideologias podem ser vistas dentro dos discursos, nesse caso, principalmente a religiosa, mas também ideologias médicas e jurídicas marcantes nos períodos estudados. Estas, encontradas nos tratados *De la demonomanie des sorciers* (1580), de Jean Bodin e *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers* (1615), de Jean de Nynauld. Para isso, utilizaremos as postulações de Michel Pêcheux e Eni Orlandi acerca da Análise de Discurso (AD) e a concepção de ideologia e distorção de Ernesto Laclau para analisar a linguagem utilizada nos tratados, a qual pode ser entendida como uma mediação entre o homem e a realidade na qual o mesmo está inserido. Torna-se importante,

**Abstract:** This article seeks to carry out an analysis of how different ideologies can be seen within the discourses, in this case, mainly the religious one, but also medical and legal ideologies that were important in the periods studied. These are found in the treatises *De la démonomanie des sorciers* (1580), by Jean Bodin and *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers* (1615), by Jean de Nynauld. For this, we will use the postulations of Michel Pêcheux and Eni Orlandi about Discourse Analysis (DA) and Ernesto Laclau's conception of ideology and distortion to analyze the language used in the treatises, which can be understood as a mediation between man and the reality in which it is inserted. It is important, in this regard, the historical context in

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES. Orientada por: Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior. E-mail: [gabrielapereira09@outlook.com](mailto:gabrielapereira09@outlook.com).

nesse quesito, o contexto histórico no qual os autores se inserem, as condições de produção das obras, as posições que ocuparam, os objetivos e a recepção dos escritos na sociedade e suas respectivas repercussões.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; Ideologia; Jean Bodin; Jean de Nynauld.

which the authors are inserted, the conditions of production of the works, the positions they occupied, the objectives and reception of the writings in society and their respective repercussions.

**Keywords:** Discourse Analysis; Ideology; Jean Bodin; Jean de Nynauld.

## Introdução

Segundo Helena H. N. Brandão<sup>2</sup>, é no discurso onde encontramos a materialização da ideologia. Partindo disso e tendo em mente que a linguagem é uma característica fundamental dos discursos ideológicos, buscamos analisar as postulações de Jean Bodin e Jean de Nynauld. Ambos os autores escreveram e publicaram suas obras na França, entre os séculos XVI e XVII. Permeados por questões demonológicas, mágicas e filosóficas, os tratados possuem diversas características centrais da época em que foram escritos, além de demonstrar as diferentes posições sobre mesmos temas, como a licantropia<sup>3</sup>, magia natural e preceitos religiosos.

Para exemplificar uma das discordâncias entre os autores, podemos tratar da transformação de homens e mulheres em lobos. Jean de Nynauld encarou a metamorfose em lobo como uma doença clínica que deturpa os sentidos de homens e mulheres e que, por isso, deve receber um tratamento terapêutico adequado. O autor foi um médico francês, do qual não possuímos, até o momento, informações sobre o ano de vida, morte e o decorrer de sua jornada. Podemos supor, a partir do ano de publicação de *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers*

<sup>2</sup> BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 46.

<sup>3</sup> Nesse caso, utilizamos a definição de licantropia dos autores citados, ou seja, a possibilidade, através de diversos meios, de seres humanos se transformarem em lobo. Além disso, entendemos a metamorfose de homens em lobo como uma crença e também um discurso, devido às vivências reais e a transposição das experiências no mundo por diferentes agentes sociais. A crença não será foco de análise neste artigo, mas podemos notar a partir dela algumas discordâncias ideológicas dos autores. Para uma revisão bibliográfica sobre o tema, acessar artigo de minha autoria, A crença em lobisomens: visões acerca da metamorfose de homens em lobo, de minha autoria, presente na Revista Cadernos de Clío.

(1615)<sup>4</sup>, que ele tenha vivido entre o final do século XVI e parte do XVII. Diante disso, o que podemos apresentar são as ideias existentes em sua obra, a qual segue principalmente os preceitos aristotélicos e hipocráticos acerca da natureza e da medicina. Mantendo uma postura reticente a crença – comum a muitos escritores do período<sup>5</sup> –, ou seja, considerando a licantropia impossível, o autor difere do pensamento humanista apresentado pelo jurista Bodin.

Jean Bodin (1529/30-1596), enxergou a licantropia como uma possibilidade, nesse caso, corpos humanos poderiam se transformar completamente em feras e para sustentar suas afirmações, apresentou diferentes casos de transformação e atribuiu tal poder às mãos de demônios e de Satã, cedido a ele pelo próprio Deus. O jurista nasceu em Angers, na França, em uma família moderadamente abastada, que o enviou para um mosteiro carmelita quando tinha por volta dos quinze anos. Depois, possivelmente frequentou a Universidade de Paris, onde teve contato com discussões intelectuais diversas e correntes filosóficas que estavam em grande circulação no período. Perto dos seus vinte anos, se voltou para o estudo do direito, primeiramente em Angers e depois em Toulouse, local onde fervilhavam ideias humanistas e no qual frequentaram grandes nomes do movimento. Na década de 1560, Bodin foi admitido como advogado pelo Parlamento de Paris e em 1570 passou a ser comissário para a reforma de posses na Normandia<sup>6</sup>. O autor ficou conhecido pelos seus contemporâneos principalmente após a publicação da obra *Six livres de la Republique* (1576), na qual teorizou sobre uma noção de soberania indivisível e absoluta, alertando sobre os conflitos civis que ocorriam no país nesse período e sobre a lei de Deus e da natureza que agia sobre os monarcas<sup>7</sup>. Para a nossa análise, utilizamos o tratado *De la demonomanie des sorciers* (1580)<sup>8</sup>, que foi,

---

<sup>4</sup> *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers* é um tratado médico, escrito pelo doutor em medicina Jean de Nynauld e publicado pela primeira vez em 1615, em Paris. A obra conta com mais uma edição no mesmo ano e os dois editores responsáveis pelas edições são respectivamente Jean Millot e Nicolas Rousset, ambas contêm o mesmo conteúdo. Na obra, Nynauld apresentou sua visão acerca da licantropia, definindo a mesma como uma doença mental que poderia ser produzida de diversas formas, mas principalmente advinda do desequilíbrio dos humores. Dividido em oito capítulos, o médico reservou a última parte da obra para refutar os postulados de Jean Bodin acerca da metamorfose em lobo, o que torna mais interessante a análise e comparação dos discursos dos autores.

<sup>5</sup> Citamos como exemplo Pietro Pomponazzi (1462-1525), Johann Wier (1515-1588), Thomas Erastus (1524-1583)

<sup>6</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 9.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> *De la démonomanie des sorciers*, é um tratado jurídico escrito pelo teólogo e jurista Jean Bodin que foi publicado pela primeira vez em 1580 e conta com a discussão dos mais variados temas que envolvem o campo da demonologia. A bruxaria e o envolvimento com os chamados espíritos malignos são grandes focos do jurista, que

na sua época, amplamente reimpressa, sendo traduzida para o latim, italiano e alemão. A partir das obras dos dois autores citados, buscaremos analisar as ideologias presentes na formulação desses discursos, utilizando das discussões promovidas pelos mesmos, como no caso da licantropia, para estabelecer as principais diferenças entre as posturas de Bodin e Nynauld. Nesse caso, trataremos inicialmente da Análise de Discurso de forma teórica, depois das ideologias e como as mesmas se portam e são utilizadas pelos sujeitos e como a partir desse meio podemos compreender a linguagem produzida pelos autores. Por fim, passaremos para análise dos escritores citados, encontrando em suas postulações as marcas de diferentes ideologias.

Apoiados em escritos anteriores e motivados pelas características dos seus grupos, a análise de seus escritos nos mostra o desenvolvimento de diferentes discursos ideológicos, sejam eles apoiados nas chamadas leis naturais, na religião ou nas correntes médicas do período. Sendo um jurista e um médico, seguindo as postulações de Orlandi<sup>9</sup>, podemos classificá-los como portadores de um discurso jurídico e terapêutico. Entretanto, uma grande marca do período é a influência do discurso religioso sobre diferentes campos do conhecimento. De tipo autoritário, encontramos no discurso religioso, segundo Althusser<sup>10</sup> a submissão daqueles interpelados em sujeitos ao Sujeito, onde a Palavra tem grande importância, como verdade universal. O que pode limitar e interferir na produção das obras do período, como veremos adiante.

Para o desenvolvimento desta análise, aplicamos os preceitos da chamada Análise de Discurso (AD) de Michel Pêcheux, pioneiro no campo e Eni P. Orlandi, importante precursora da AD no Brasil. Nesse caso, a partir da leitura de obras dos autores citados, entendemos a linguagem como uma prática, que produz significados, classificações e divisões, impregnada de elementos ideológicos que fazem parte da estrutura do discurso, demonstrando que uma postulação não é

---

têm dentre os objetivos fornecer explicações e informações para que aqueles acusados dos crimes citados sejam julgados adequadamente, dentre eles encontramos os chamados licantropos. Para a nossa análise, utilizamos a edição de 1587, impressa por Jacques du Puys, devido a sua melhor digitalização e conservação, além de contar com tradução para o espanhol de Fabián Alejandro Campagne. Dividido em diversos livros, é no segundo em que encontramos o capítulo seis, *De la lycanthropie, et si les Esprits peuvent changer les hommes en bestes*, responsável pelo repúdio de Jean de Nynauld.

<sup>9</sup> ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 244

<sup>10</sup> Ibidem, p. 242.

única nem descolada de ditos anteriores. Nesse caso, é interessante ressaltar que a interpretação proposta pelos autores não é livre de determinações, existem possibilidades para o seu desenvolvimento e neste encontramos a importância da memória. Ambos os autores interpretaram o mundo de acordo com as memórias discursivas disponíveis. Sendo assim, utilizaremos do campo da AD para entender a construção do discurso dos escritores e, nessas instâncias, compreender que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”<sup>11</sup>.

Orlandi, no livro *Análise do discurso: princípios e procedimentos* (2012), postula dispositivos de análise, que segundo a autora,

tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.<sup>12</sup>

Tais dispositivos buscam uma observação atenta do discurso estudado. Os discursos, segundo a autora, também são práticas, que em conjunto com outras constituem a sociedade. Ademais, buscamos entender os processos discursivos empreendidos pelos autores, focando na ideologia e na forma pela qual os mesmos empregam diferentes significados a um mesmo objeto.

Além da *Análise de Discurso*, utilizaremos as postulações de Ernesto Laclau, principalmente a ideia de distorção vinculada aos discursos ideológicos. Movendo o olhar para os sujeitos, entendemos que os mesmos são interpelados por diferentes ideologias que, ao final, são articuladas e resultam em discursos ideológicos empreendidos por atores sociais diversos<sup>13</sup>. Formulando seus enunciados, os sujeitos estão intrinsecamente imbuídos de ideologia, de acordo com a comunidade e meio ao qual pertencem, buscando uma totalidade em um constante jogo de disputas de significações. Esse movimento resulta no que Laclau chama de distorção, na qual “um

<sup>11</sup> ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 17.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 59

<sup>13</sup> MARINO, Paula Rodríguez; SHTIVELBAND, Ernesto; TERRILES, Ricardo. Ideología, discurso, subjetividad. La reconfiguración de la problemática de la hegemonía en la obra de Ernesto Laclau. **Revista de Filosofía y Teoría Política**, n. 39, 2008, pp. 3.

sentido primário se apresenta como algo diferente do que é<sup>14</sup>. Com base nas postulações descritas acima, buscamos entender as ideologias presentes nas fontes e, a partir das mesmas, contribuir para o conhecimento de uma realidade complexa.

### **A Ideologia dentro da Análise de Discurso**

Entendemos, assim como afirma Laclau, que não existe a possibilidade de analisar a ideologia presente em um texto de forma extra discursiva. Segundo o autor<sup>15</sup>, afirmar que tal ato pode ser feito já se configura como uma “ilusão ideológica”. A linguagem utilizada nos discursos e ela enquanto tal, não é neutra, como veremos a seguir na análise dos tratados de Bodin e Nynauld. Segundo Brandão<sup>16</sup>, ela é “o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. Advinda do meio social, a linguagem é configurada pelas interações e disputas que permeiam a realidade de homens e mulheres, compreender a linguagem utilizada pelos autores é imprescindível.

Campo de constantes confrontos, torna-se importante um olhar atento para as condições de produção dos textos estudados. Uma análise das ideologias dominantes da época, mostra como que de forma direta, indireta, explícita ou não, os escritores são atravessados por diferentes elementos ideológicos.

Entre as hipóteses apresentadas por Althusser para as ideologias, encontramos: 1. “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de vida”; 2. “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”; 3. “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”<sup>17</sup>. Em meio a essas ideias, enxergamos a relação do ser humano com as suas condições de vida, a participação em práticas dentro de aparelhos ideológicos e a interpelação e reconhecimento dos sujeitos ao se inserirem em determinadas práticas. Tais elementos, fazem com que a ideologia seja eterna, já que não haveria a possibilidade de escapar dos jogos ideológicos e do que os mesmos implicam. Nessa perspectiva, existe, segundo Laclau, “um não-reconhecimento

---

<sup>14</sup> LACLAU, Ernesto. Muerte y resurrección de la teoría de la ideología In: **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 26, tradução nossa.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>16</sup> BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 11.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 24-26.

necessário, independente de qualquer tipo de configuração social"<sup>18</sup>, da estrutura social na qual o indivíduo está inserido, produzida por sistemas simbólicos.

Nesse campo, encontramos as distorções, elemento importante para o autor e que pode contribuir para uma análise mais profunda dos tratados estudados. Segundo Laclau<sup>19</sup>, a distorção é constitutiva da objetividade social e para ela determinados elementos se fazem necessários: a distorção de um sentido primário e que tal operação se torne visível por algum meio. Ou seja, é pela mediação discursiva que elementos como "originalidade" e "internalidade dos efeitos" são subvertidos. Além disso, encontramos uma ocultação implicada nesse processo, em que se idealiza em determinada identidade a dimensão de fechamento de determinado elemento. Nesse caso, a distorção ideológica projeta sobre diferentes objetos uma impossibilidade de plenitude da comunidade, já que seu alcance nunca ocorrerá. Para compreender a configuração das distorções, nos cabe entender as colocações de encarnação e deformação postuladas pelo autor. No caso das representações ideológicas, entendemos deformação como a busca por tornar um conteúdo/objeto equivalente a outro e, no caso da encarnação, como o uso de "um objeto diferente de si mesmo como meio de representação"<sup>20</sup>. Segundo Laclau, tal jogo se encontra dentro de todos os processos ideológicos. Todos os apontamentos feitos pelo autor e a alegação de vivermos em constante contato com níveis diferentes de distorções, de uma forma ou de outra, "nos garante que continuaremos a viver num universo ideológico"<sup>21</sup>.

Em semelhante postulação, Michel Pêcheux afirma que "todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica"<sup>22</sup>, frisando as relações de diferentes classes. Para o autor, os aparelhos ideológicos do Estado, tratados por Althusser, são o local onde a ideologia da classe dominante realiza sua atuação, através de diferentes práticas que constituem uma ideologia. Frisando que nem todas as ideologias se manifestam de maneira igualitária, Pêcheux cita que as mesmas podem se desmembrar em regiões, dentre elas "Deus, a moral, a lei, a justiça, a família, o

---

<sup>18</sup> LACLAU, Ernesto. Muerte y resurrección de la teoría de la ideología In: **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 25, tradução nossa.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 30, tradução nossa.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>22</sup> PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997, p. 92.

saber, etc.”<sup>23</sup>. As quais exercem umas sobre as outras relações de desigualdade e insubordinação, resultando na luta ideológica de classes.

Nesse ponto, nos cabe apresentar uma diferenciação feita pelo autor, entre “as ideologias” e “a Ideologia”. Segundo Pêcheux<sup>24</sup>, as diversas ideologias são constituídas por histórias próprias, o que não é o caso da Ideologia no geral, apresentando-se de forma imutável no decorrer da história. Como já tratamos, as ideologias agem de forma concreta, por meio de diferentes práticas em que atuam os sujeitos. Essa movimentação se dá a partir da interpelação do indivíduo em sujeito, seja pela submissão do mesmo através de sua ignorância, seja pela apreensão advinda da “agudeza de espírito”. O sujeito ideológico é então aquele vinculado a alguma norma identificadora, que o caracteriza junto aos demais do seu grupo. Nesse caso, encontramos uma diversidade de regras/deveres que devem ser desempenhadas por aqueles que estão inseridos naquele meio. Como trata Pêcheux, a ideologia dispõe de elementos que “todo mundo sabe”, caracterizando assim palavras e enunciados de acordo com os conteúdos ideológicos.

Ou seja, os sentidos de diferentes expressões e palavras não existem de forma pré-concebida e estática, são definidos de acordo com as posições ideológicas que são aplicadas durante as lutas de classificações e denominações. Por isso, uma mesma palavra pode receber significados diferentes. Dentro das imposições e implicações derivadas das ideologias, encontramos o que Pêcheux chama de formação discursiva, que limita o que pode ou não ser dito pelos sujeitos, a partir da formação ideológica estabelecida. No caso dos discursos, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina”<sup>25</sup>. A mesma fornece/impõe sentidos a realidade dos sujeitos a partir da universalidade, que como vimos anteriormente com Laclau, passa por uma constante de impossibilidade e tentativa, parte ativa das ideologias. Pêcheux também trabalha com concepções parecidas com as de Laclau, no âmbito da encarnação e deformação. O escritor da Análise de Discurso utiliza noções de equivalência e implicação. No primeiro, encontramos uma substituição de palavras/expressões que possuem um mesmo sentido em determinada formação

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 163.

discursiva. Já no segundo, a substituição é orientada e os elementos não possuem um mesmo significado.

Por fim, nos cabe salientar que encontramos nesses discursos ideológicos o chamado intradiscurso, definido por Pêcheux como “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois”<sup>26</sup>, conecta-se também com os discursos postulados por seus semelhantes, seja de tempos anteriores ou contemporâneos ao sujeito em questão. Ou seja, torna-se importante uma análise das condições de produção e possíveis interferências externas – o chamado interdiscurso, uma memória discursiva de sentidos que já foram ditos anteriormente e que podem reaparecer sendo utilizados com significados diferentes ou semelhantes<sup>27</sup> – que circundam as obras estudadas, atentando-se para o fato de que o discurso não é uma produção individual, nem está sob controle daquele que o enuncia, já que pode ser utilizado de diferentes maneiras por outros, seja por seus pares ou adeptos de ideologias conflitantes. Tais elementos podem ser vistos na ideologia religiosa, a qual foi analisada por Orlandi (1987) em estudo do discurso religioso e que também adentra os tratados estudados.

### **Os casos de Jean Bodin e Jean Nynauld**

Voltando-se para a ideologia presente no discurso religioso, Orlandi<sup>28</sup> trata do mesmo como possuindo um caráter autoritário, diferente dos discursos lúdico e polêmico, onde encontramos uma disputa/interação entre locutores. No discurso religioso, o agente coloca-se como exclusivo, buscando frear a polissemia – multiplicidade de sentidos – que se faz presente em todos os discursos, como visto acima. Assunto que também é tratado por Althusser<sup>29</sup>, onde o mesmo afirma que, posto como único e insubstituível, o sujeito no meio religioso é assujeitado ao Sujeito, Deus.

Além do discurso religioso, Orlandi elenca outros tipos de discursos que são válidos para a nossa análise, sendo eles o discurso jurídico, político e o terapêutico, os quais podem ser encontrados nos tratados de Jean Bodin e Jean de Nynauld.

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 166.

<sup>27</sup> ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 59.

<sup>28</sup> ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 240.

<sup>29</sup> PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997, p. 171.

Segundo a autora, os padres, juristas, médicos e outros sujeitos se apropriam dos discursos ideológicos, tornando-se representantes das disciplinas e instituições. No caso da religião cristã, “a voz do padre é a voz de Deus”<sup>30</sup>. Os sujeitos podem, com exceção dos discursos autoritários, interpretar de diferentes formas e se apropriar das palavras, entretanto, sempre existe certo limite que não deve ser ultrapassado. Ou seja, o livre arbítrio pregado pela religião, por exemplo, é contraditório, já que os sujeitos estão sob coerção e limitados às práticas e formação discursiva do seu grupo. Todavia, existem certas margens de manobra.

Cabe ressaltar, que diferentes discursos podem conter elementos semelhantes, utilizando de traços ideológicos comuns, mas divergindo em determinados pontos<sup>31</sup>. Elemento que pode ser visto nos tratados que analisamos. Ambos os autores se localizam em um contexto semelhante, a França dos séculos XVI e XVII, permeada por disputas filosóficas, jurídicas, mágicas, demonológicas e religiosas que podem ser visualizadas em maior ou menor medida nas produções da época. Elemento que pode ser notado no caso de Jean Bodin, quando o mesmo se colocou contra alguns preceitos da corrente escolástica<sup>32</sup> e de outros autores, buscando

(...) demonstrar a partir da filosofia princípios religiosos fundamentais: que o mundo não é eterno (contra Aristóteles), e, contra os epicuristas, Averróis e, mais recentemente o aristotélico italiano Pomponazzi, que a alma pessoal é imortal (e, ele mostra no processo, corpórea).<sup>33</sup>

O jurista é denominado por Fabián Alejandro Campagne<sup>34</sup> como um teórico que se apoiou em diversas correntes diferentes, dentre elas o monismo<sup>35</sup> e o neoplatonismo<sup>36</sup>, enquanto criticou outras. Entretanto, Bodin também utilizou

<sup>30</sup> ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 244.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 260.

<sup>32</sup> Concordamos Ricardo Pinilla (2015, p. 541) na seguinte definição da corrente escolástica “*conciliación de la fe y la verdad revelada en las Sagradas Escrituras con la razón, no dudó en entrar en diálogo en diversas etapas con lo más granado de la filosofía griega, de los pensadores y retóricos romanos, y también de los sabios judíos y árabes*”. A corrente teve grandes inspirações nos escritos creditados a Aristóteles - alvo de diversas críticas de Jean Bodin - e Tomás de Aquino foi o principal representante escolástico.

<sup>33</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 6-7, tradução nossa.

<sup>34</sup> CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **Bodin y Maldonado: la demonología como fenómeno de masas en la Francia de las Guerras de Religión**. Buenos Aires: Biblos, 2018, p. 353.

<sup>35</sup> Ideia de que o universo é regido por um princípio único.

<sup>36</sup> Corrente a qual pertenceram diversas doutrinas inspiradas em Platão. No renascimento, a corrente tornou-se conhecida devido a tradução produzida por Marsilio Ficino, chamada *Platonis Opera Omnia* (1484), um dos

elementos de correntes as quais criticava. Por exemplo, quando mesmo o autor tecendo diversas críticas ao aristotelismo, não minou a estrutura da disciplina, o que é muito comum entre seus contemporâneos<sup>37</sup>. Tal como quanto concordou com Aristóteles acerca do absurdo que é considerar que as causas inferiores podem ditar as superiores<sup>38</sup>. Ou seja, durante as disputas de classificação do mundo, nas quais os sujeitos se apropriam de diferentes correntes, Bodin utilizou em grande medida a ideologia religiosa e discursos de correntes filosóficas diversas.

Nesse caso, é importante salientar que Bodin fez parte da ordem dos Carmelitas, o que pode justificar alguns de seus ideais, principalmente sua preocupação com a piedade e moral. Segundo Howell A. Lloyd<sup>39</sup>, a ordem enfatizou a luta pela pureza de coração e uma espiritualidade intensa, buscando uma experiência de iluminação. Bodin acabou deixando a ordem e partiu em 1550 para Toulouse, visando o estudo do direito, entretanto, elementos da ordem ainda podem ser encontrados em seus escritos, principalmente quando o autor buscou utilizar seu tratado para conter uma crescente onda de impiedade que ocorria na França, a partir da adoração ao Criador<sup>40</sup>. Além disso, o jurista encontrava-se em um meio humanista, tendo contato com o movimento principalmente em Toulouse, local onde inúmeras correntes intelectuais se fizeram presentes. Entretanto, nos cabe frisar que no local citado também encontramos uma oposição a esse meio, onde regentes, médicos, advogados, inquisidores e outros sujeitos que “deviam sua posição a convenções sociais e intelectuais arraigadas, incluindo o domínio de modos de aprendizagem”<sup>41</sup>, buscaram manter suas posições.

Nesse caso, podemos notar as influências e o caráter humanista de Bodin quando o mesmo utilizou em larga escala de fontes e traduções de obras gregas e romanas, apresentou uma grande preocupação com a educação e com o andamento

---

objetivos do autor era estabelecer ligações entre a fé cristã e a filosofia platônica para gerar uma alternativa às outras filosofias do período (HANEGRRAFF, 2006, p. 841).

<sup>37</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 29.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>39</sup> LLOYD, Howell A. **Jean Bodin 'This pre-eminent man of France'**. An intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017, p. 5.

<sup>40</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 3.

<sup>41</sup> LLOYD, Howell A. **Jean Bodin 'This pre-eminent man of France'**. An intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017, p. 21, tradução nossa.

e ordem da República. Seguindo os postulados de Ramus<sup>42</sup>, embora a educação desempenhasse um propósito moral e espiritual, ela também proporcionava artifícios para carreiras prósperas, como na medicina, direito, teologia e outros. Além disso, desempenhava um papel muito importante na promoção de uma cidadania ativa e responsável, grande preocupação de Bodin, que buscava restabelecer a ordem e harmonia em um local permeado por guerras, principalmente as religiosas<sup>43</sup>. Segundo Ann Blair, o medo da irreligião e do vício estava presente nos escritos de diversos autores. Além disso, para Bodin, “Os quatro pecados de arrogância, blasfêmia, idolatria e superstição são manifestações do mesmo orgulho humano e falta de vontade de reconhecer a transcendência de Deus”<sup>44</sup>, eram uma das causas da desordem vivida por ele e seus contemporâneos. Eles constituem a impiedade tão criticada pelo jurista e resultariam nos confrontos e guerras pelas quais a França estava passando, como uma punição divina.

Ambos os autores citaram as Escrituras, principalmente para glorificar as obras de Deus e seus eleitos. No caso de Jean de Nynauld, por exemplo, quando o médico apresenta tudo aquilo que é impossível para o diabo

Deste poder nosso Senhor Jesus Cristo fez menção, quando disse que Deus era capaz de levantar filhos das pedras a Abraão; quais coisas com um milhão de outras são impossíveis ao Diabo, de acordo com as Escrituras, e o consenso comum dos teólogos: pois ele não pode dar a menor virtude ou propriedade a qualquer coisa: ainda menos ele pode fazer algo do nada; nem poderia transmutar um corpo em sal, como Deus transmutou a esposa de Ló: Ele não pode verdadeiramente transmutar varas em dragões, nem água em sangue, nem engendrar rãs, nem transmutar o pó da terra em piolhos, nem rasgar o mar para passar pelas ondas, nem tornar doce a água salgada, ou trazê-la para fora tocando contra a pedra; Todas as coisas, no entanto, foram feitas por Moisés: Ele também não pode magnificar coisas pequenas, como geralmente vemos acontecer com sementes e outras coisas criadas por Deus: Ele não pode devolver a vista aos cegos, ressuscitar os mortos, transformar água em vinho por sua virtude, dar vida a qualquer coisa, como o punho nosso Senhor Jesus Cristo.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup> Petrus Ramus (1515-1572), humanista e reformador educacional francês.

<sup>43</sup> LLOYD, Howell A. **Jean Bodin 'This pre-eminent man of France'**. An Intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017, p. 38.

<sup>44</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 151, tradução nossa.

<sup>45</sup> Jean de NYNAULD. **De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615, p. 8-9, tradução nossa.

E Bodin quando, seguindo o mesmo caminho de Nynauld, discorre sobre como as Escrituras alertam sobre os elementos falsos produzidos por Satã. Segundo o autor, “[...] a Escritura fala, [...] como o espírito mau deseja falsificar as maravilhas de Deus, e fazer compreender que ele conhecia as coisas futuras”<sup>46</sup>.

Nesse caso, Orlandi<sup>47</sup> aponta que a Palavra possui um poder extremamente marcante dentro do discurso religioso, atestando um poder através da linguagem e da ação que nela pode ser encontrada. Por esse motivo, o discurso religioso possui um traço diferente dos demais, já que no discurso jurídico, por exemplo, encontramos a apropriação da fala pelo juiz e o próprio exerce o saber e a justiça. No caso da religião, o padre é apenas um porta-voz, um representante para fins maiores, os quais já estão dados e não podem ou devem ser modificados, não existe a apropriação.

Tal elemento pode ser notado nos tratados de ambos os autores, onde mesmo que eles utilizem de discursos religiosos e busquem debater sobre os mesmos, existem certos limites que não devem ser ultrapassados, principalmente aqueles que podem questionar a validade ou veracidade das Escrituras. Como quando Nynauld discorreu sobre feitos extraordinários, negando a possibilidade que os mesmos ocorram na realidade. Entretanto, quando a análise passa para os milagres, o autor aceitou-os, mesmo que o seu discurso médico buscasse explicar tudo a partir da natureza. Segundo ele

Além disso, não quero negar que Deus por si mesmo e seus servos fizeram muitos milagres, e que espíritos malignos e mágicos ele enfrentou, ou permitiu que enfrentassem, e fez muitas coisas admiráveis e maravilhosas em sua honra e para a salvação dos bons e a cegueira dos réprobos, e não o contrário.<sup>48</sup>

Ou seja, assim como vimos anteriormente em Laclau, mesmo que os sujeitos encontrem maneiras de apreender as ideologias, eles não deixam de ser sujeitos das mesmas, submetidos a forças maiores. Caso o contrário, podem ser considerados uma ameaça, transgressores ou heréticos, terminação muito utilizada no período estudado. A utilização de elementos religiosos, principalmente ligados às Escrituras,

---

<sup>46</sup> Jean BODIN. *De la démonomanie des sorciers*. 1587, p. 15, tradução nossa.

<sup>47</sup> ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 252.

<sup>48</sup> Jean de NYNAULD. *De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers*. 1615, p. 78, tradução nossa.

também pode servir como uma forma de colocar mais autoridade e validade aos textos, já que é um elemento importante na Idade Moderna.

No caso de Bodin, o autor buscou não definir especificamente a doutrina a qual ele estava ligado, utilizando em seus escritos princípios fundamentais que são universais, como a onipotência divina, a providência e a justiça promovida por Deus. Na opinião de Blair, a posição tomada por Bodin, além de um ato de proteção, também se deu devido a indiferença do jurista frente a certas questões teológicas que eram debatidas no período, as quais deveriam resolver problemas propostos, mas acabavam gerando mais atritos. Sobre as discussões entre protestantes e católicos, para Bodin “havia apenas uma religião verdadeira, em defesa da qual ele criticava bruxas, magos naturais, filósofos naturais arrogantes e os “ímpios” em geral”<sup>49</sup>. Além disso, acreditava que a posição moral de toda a comunidade era crucial para uma boa vida de todos.

Entretanto, o autor acabou por ceder a algumas obrigações colocadas pelo contexto em que vivia. Como por exemplo, quando o Tribunal de Paris decretou que seus membros deveriam reafirmar sua ortodoxia religiosa ou seriam retirados de seus cargos. Nesse caso, segundo Lloyd, “Entre os nomes de 402 advogados em todos os que fizeram o juramento necessário, o nome de ‘Jehan Bodin’ ocorre duas vezes como tendo feito a profissão de fé no dia designado”<sup>50</sup>. Mesmo sofrendo essas pressões, Bodin buscou em seus escritos bases para promover uma estabilidade através das diferenças doutrinárias, – por exemplo, quando utiliza princípios fundamentais – como uma solução para as guerras que perpassam seus séculos de vida<sup>51</sup>. Também podemos perceber que o discurso ideológico dos autores, baseado nos preceitos cristãos, pode ser encontrado em muitas outras obras do período<sup>52</sup>, o que nos mostra um tom já citado por Orlandi, onde “para os que crêem, o discurso religioso é uma promessa, para os que não crêem é uma ameaça”<sup>53</sup>.

<sup>49</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 146-7, tradução nossa.

<sup>50</sup> LLOYD, Howell A. **Jean Bodin ‘This pre-eminent man of France’**. An intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017, p. 53, tradução nossa.

<sup>51</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 12.

<sup>52</sup> Citamos como exemplo Pietro Pomponazzi (1462-1525), Johann Wier (1515-1588), Thomas Erastus (1524-1583), Jean Bodin (1530-1596), Giambattista della Porta (?-1615), e outros.

<sup>53</sup> ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 250.

Seguindo a explanação, no caso de Bodin e Nynauld, encontramos duas visões acerca daqueles que são os outros, denominados por eles como ignorantes. Dentre os objetivos do jurista, encontramos a “decisão de passar rapidamente pelas impiedades que são cometidas em cada caso, não prejudicamos os ignorantes, que devem ser advertidos para se precaver de tais perigos”<sup>54</sup>. Para o autor, as metamorfoses e mais especificamente a licantropia, poderiam ocorrer devido ao poder cedido por Deus aos demônios e ao Satã e nesse caso, seriam ignorantes aqueles que sabendo que tais coisas pudessem acontecer, não buscassem um meio de evitá-las. Outro elemento importante é que Deus usaria dos demônios e de Satã para realizar ações por Ele pretendidas, ou seja, até mesmo as transformações em lobo eram planejadas pelo próprio Criador. Ou seja, para o jurista, Deus atuava constantemente na natureza e nos assuntos dos seres humanos, como forma de punir e recompensar os indivíduos de acordo com suas ações. Pensar que seriam os demônios e Satã que arquitetavam e realizavam tais feitos seria um tipo de idolatria, como solução, Bodin sugeriu a obediência dos súditos, a erradicação da feitiçaria e o reconhecimento universal dos princípios da onipotência divina, providência e justiça<sup>55</sup>.

Além disso, o jurista criticou aqueles que por incredulidade não acreditavam nos diversos relatos de licantropia. Nesse caso, Nynauld é representante daqueles que consideraram a licantropia uma ilusão no campo médico. Bodin tratou da medicina como sendo o estudo do corpo humano<sup>56</sup>, já a física, segundo o autor, seria o estudo do corpo físico<sup>57</sup>. Fazendo tais distinções, para o jurista, os princípios da física seriam mais certos do que os da medicina. A postura adotada pelo autor demonstra certa disputa entre as disciplinas e a busca pela autoridade de classificação e explicação do mundo. Sendo assim, o jurista, utilizando da física para explicar tais eventos, estaria mais correto do que os médicos que buscavam explicá-los de outra forma. Segundo Bodin,

---

<sup>54</sup> CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **Bodin y Maldonado: la demonología como fenómeno de masas en la Francia de las Guerras de Religión**. Buenos Aires: Biblos, 2018, p. 397, tradução nossa.

<sup>55</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 12.

<sup>56</sup> Bodin não explica de forma clara essa divisão, para ele o corpo humano estaria sujeito a justiça divina constantemente, devido ao livre arbítrio. Entretanto, isso não explica o motivo da medicina ser responsável por este estudo (BLAIR, 1961, p. 46).

<sup>57</sup> “Assim, o sujeito da física é o corpo físico; não é a natureza, nem a matéria, nem a substância, para que não façamos das substâncias incorpóreas e corpóreas o assunto da mesma ciência, que não pode ser admitida sem confundir as coisas naturais e divinas” (BLAIR, 1961, p. 43, tradução nossa).

Muitos médicos, diante de uma coisa tão estranha cuja razão desconhecem, e para que não pareça que [há algo que] ignoram, disseram e deixaram por escrito que a licantropia é uma doença de homens doentes que pensam que são lobos e que saem para correr pela mata. (...) É muito ridículo medir as coisas naturais com as sobrenaturais ou comparar as ações dos animais com as dos espíritos e demônios. É ainda mais absurdo atribuir uma doença à pessoa do licantropo e não a quem os vê transformar de homens em bestas e depois recuperar sua figura original.<sup>58</sup>

Assunto que merece maior desenvolvimento em pesquisas posteriores.

Já o médico configurou o conteúdo da sua obra como “Na qual os truques do Diabo são tão óbvios que é quase impossível, mesmo para os mais ignorantes, serem seduzidos de antemão”<sup>59</sup>. Novamente, seriam ignorantes aqueles que se deixassem ser seduzidos pelo diabo, mesmo após terem conhecimento dos seus atos. Além disso, aqueles que fossem adeptos à bruxaria, segundo Bodin e Nynauld, deveriam ser perseguidos e julgados por tal crime, assim como defendeu a Igreja Católica. Ou seja, encontramos um processo de exclusão, onde aqueles que não compartilhassem de uma mesma ideologia, ou melhor, não se submetessem a determinados discursos, passariam a não pertencer à comunidade ou, deveriam tornar-se submissos a tal discurso a qualquer custo. Novamente é visível que tanto o discurso médico quanto o jurídico promovido pelos autores, são extremamente influenciados pela ideologia religiosa do período. O que é compreensível quando pensamos no período estudado, já que a Igreja Católica desempenhava um grande papel na sociedade. No caso das profissões, também é interessante lembrar que no início dos cursos de medicina grande parte dos estudantes eram religiosos, ou seja, os campos se entrelaçavam, já que conhecer o corpo humano era também conhecer a Deus e sua criação. A presença da ideologia religiosa no discurso de Bodin vem de antes da sua atuação como jurista, já que como vimos, antes de atuar no direito ele formou-se como teólogo.

Em outro ponto, notamos que o discurso de Bodin, em determinados momentos, desconsiderou os limites impostos pela ideologia cristã do período, como quando afirmou que Deus daria poder ao inimigo da cristandade. Ou quando

---

<sup>58</sup> CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **Bodin y Maldonado: la demonología como fenómeno de masas en la Francia de las Guerras de Religión**. Buenos Aires: Biblos, 2018, p. 477, tradução nossa.

<sup>59</sup> Jean de NYNAULD. **De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615, p. 1.

elaborou sua teoria da alma intelectual, que foi expurgada pelas autoridades católicas no contexto da Contra Reforma<sup>60</sup>. O autor teve grande preocupação com o futuro da França e como a bruxaria poderia de alguma forma destruir as ordens já estabelecidas. Além disso, ele buscou, assim como outros humanistas do período, reiterar “como a justiça enquanto justiça era informada pela razão e, portanto, pela lei da natureza em conjunto com a vontade de Deus”<sup>61</sup>. Elemento que não se distancia das teologias naturais, por exemplo, que “[...] enfatizam o arranjo providencial da natureza em seu curso normal e cumpridor da lei”<sup>62</sup>. Ou seja, o autor moveu-se dentro de determinados limites e quando os ultrapassou, foi repreendido pelas autoridades, mesmo que grande parte dos seus posicionamentos exaltassem o poder e a onipotência divina, demonstrando como a ideologia dominante atuou.

Nynauld considerou o jurista um ignorante<sup>63</sup>, já que para o médico a licantropia não passa de um quadro clínico, que deve ser tratado de forma terapêutica e que Deus jamais daria a Satã ou qualquer outro ser demoníaco o poder de realizar tais monstruosidades. Segundo ele

(...) ele, e os seus seguidores, estando mal-informados tanto na fé cristã como na filosofia natural, não podem admitir que isto seja ilusório, mas sendo demasiado crédulos, assumem que tal transformação é realmente feita pelo Diabo, pressionados novamente pela impotência do Diabo, recorrem à permissão de Deus, pela qual descubrem cada vez mais a sua ignorância.<sup>64</sup>

Além disso, sua posição se estendeu a tudo que a população em geral atribuiu aos demônios, que para ele seriam meras ilusões, fruto da ignorância. Como vimos, essa postura foi de forma geral criticada por Bodin. Movimentação que demonstra as disputas entre diferentes discursos e ideologias. Nesse caso, é interessante notar que a crítica de Bodin não atingiu somente os médicos, mas também outros indivíduos céticos, dentre eles os próprios juristas, que no momento de julgar aqueles acusados

<sup>60</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 142.

<sup>61</sup>LLOYD, Howell A. **Jean Bodin ‘This pre-eminent man of France’**. An intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017, p. 55, tradução nossa.

<sup>62</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 18, tradução nossa.

<sup>63</sup> Como podemos ver, Nynauld dirige uma crítica direta a Bodin, entretanto, cabe frisar que não encontramos uma discussão entre os autores durante o decorrer da vida do jurista, o ataque do médico é feito após a morte do jurista.

<sup>64</sup> Jean de NYNAULD. **De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615, p. 83.

de licantropia ou envolvimento com os demônios, consideravam os réus ignorantes, desequilibrados, entre outros. Por isso, Jonathan L. Pearl<sup>65</sup> defende que, no caso da França, dezenas de obras demonológicas foram dirigidas aos incrédulos da elite, para convencê-los dos perigos do envolvimento com a bruxaria.

Além disso, aqueles que tratavam de assuntos demonológicos não costumavam adotar posturas extremas, expressando visões que são amplamente difundidas nos contextos em que viviam, já que demônios e Satã tinham parte importante na religião cristã. Ou seja, questionar esses elementos era também "questionar a crença no céu e no inferno e, de fato, na doutrina crucial da imortalidade da alma"<sup>66</sup>. Quem o fazia, corria o risco de ser considerado herege, sujeito a perseguição e julgamento.

Em contraste, os livros daqueles que assumiram posturas comuns ao discurso e ideologia cristã, foram produzidos principalmente por clérigos e leigos que buscavam defender a ortodoxia católica e fornecer artifícios para a luta contra as artimanhas do diabo. Por isso, buscavam a "[...] definição de uma posição ortodoxa correta que sustentasse as doutrinas centrais da fé católica e que capacitasse os pregadores a ensinar seus rebanhos e os juízes a punir aqueles que transgredissem"<sup>67</sup>. Elemento que pode ser encontrado na escrita de Bodin. Posição também adotada por Pierre de Lancre (1553-1631)<sup>68</sup>, também jurista, o qual afirmou que não é necessário empregar tudo aos demônios, como fazem os platônicos, mas é necessário ser cristão e seguir aquilo que está nas Sagradas Escrituras. Alinhando os ideais de sua profissão aos preceitos da Igreja Católica. Para ele, o ceticismo entre as classes eruditas era muito mais perigoso do que a credulidade popular. Para Pierre Crespet<sup>69</sup>, que também tocou no tema dos juristas céticos e foi influenciado por Bodin, a incredulidade dos mesmos fazia com que hereges, bruxas e malfeitores fossem bem-vindos na França, prejudicando a vida de pessoas boas, que seriam afetadas por meio das artes do mal.

---

<sup>65</sup> PEARL, Jonathan L. - French Catholic Demonologists and Their Enemies in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Centuries. **Church History**, Vol. 52, No. 4, Dez., 1983, pp. 457.

<sup>66</sup> Ibidem, p. 462, tradução nossa.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 459, tradução nossa.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 461.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 464.

Segundo Laclau<sup>70</sup>, a ideologia se faz presente sempre que algo é apresentado mais do que ele de fato é. Além do que já tratamos acima, podemos notar a ideologia presente no discurso dos autores quando ambos dirigem-se à questão feminina. Para Nynauld, seriam as mulheres as mais afetadas pelas mudanças dos humores, que causariam a impressão de transformação em lobo. Nesse caso, por serem mais frágeis e inconstantes, suscetíveis a quaisquer interferências demoníacas ou tentação diabólica. Segundo ele, isso aconteceria principalmente com as “velhas, por causa da imbecilidade do calor natural”<sup>71</sup>.

Já no caso de Bodin<sup>72</sup>, as bruxas, aquelas que realizam pactos satânicos e provocavam diversas coisas horríveis, nunca poderiam ser boas súditas ou cidadãs, ou seja, nunca seriam subordinadas ao Estado, nem a ideologia cristã, e por isso seriam uma grande ameaça. Além disso, eram as mais suscetíveis aos ataques demoníacos, para o autor

Também lemos que os maus espíritos de outrora enganavam, como ainda hoje o fazem, em dois tipos, um abertamente, com pactos expressos, em que quase só os mais pesados, e as mulheres, eram levados: o outro tipo era enganar os homens virtuosos, e bem-nascidos, por idolatria, e sob o véu da religião, para que Satã se fizesse adorado, e para desviar os homens da adoração de um verdadeiro Deus.<sup>73</sup>

Ou seja, podemos perceber, a partir das postulações dos autores, como as mulheres eram vistas e tratadas a partir, principalmente, da ideologia religiosa, que implica ao feminino uma inferioridade que é inerente às mesmas<sup>74</sup>. Segundo Pearl<sup>75</sup> tal visão foi comum a diversos escritos que trataram do tema da demonologia, onde as mulheres seriam portadoras de uma credulidade cega – que era empregada a população em geral, mas no caso das mulheres era mais preocupante –, que poderia levar a consequências perigosas. Dentre aqueles que tratam do tema, podemos citar os

<sup>70</sup> LACLAU, Ernesto. Muerte y resurrección de la teoría de la ideología In: **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 29.

<sup>71</sup> Jean de NYNAULD. **De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615, p. 18, tradução nossa.

<sup>72</sup> CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **Bodin y Maldonado: la demonología como fenómeno de masas en la Francia de las Guerras de Religión**. Buenos Aires: Biblos, 2018, p. 381.

<sup>73</sup> Jean BODIN. **De la démonomanie des sorciers**. 1587, p. 16, tradução nossa.

<sup>74</sup> HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 101-2.

<sup>75</sup> PEARL, Jonathan L. - French Catholic Demonologists and Their Enemies in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Centuries. **Church History**, Vol. 52, No. 4, Dez., 1983, pp. 459.

(...) escritores, homens eruditos típicos de seu tempo, concordavam que as mulheres eram mais facilmente levadas à superstição do que os homens. Sebastien Michaelis afirmou que "as mulheres são fáceis de todas as persuasões por causa da simplicidade natural de seu sexo", e isso as levou a serem facilmente enganadas pelo diabo. De acordo com Valderama, um jesuíta espanhol cuja obra foi traduzida para o francês em 1619, as mulheres eram mais facilmente enganadas porque eram "mais fracas, mais curiosas e mais ignorantes do que os homens".<sup>76</sup>

Ademais, podemos perceber a influência da ideologia cristã na forma como os escritores do período se portaram frente aos milagres, como já vimos no caso de Nynauld. Autores como Thomas Erastus<sup>77</sup> e Pietro Pomponazzi<sup>78</sup> também se colocaram contra a possibilidade de produção de feitos extraordinários e rituais supersticiosos, que para eles eram apenas ilusões. Entretanto, ambos aceitaram os milagres produzidos por Deus e seus eleitos, mesmo que tenham se demonstrado céticos acerca do assunto. Por fim, nos cabe lembrar que o discurso empreendido pelos autores não é único, ambos seguiram discursos semelhantes aos seus, como de Aristóteles, no caso de Nynauld, e Santo Agostinho, no de Bodin e também de contemporâneos a eles. Reafirmando aquilo já tratado por Orlandi, no qual "todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro"<sup>79</sup>.

### **Considerações Finais**

A partir do que foi apresentado acima, podemos perceber que todos os sujeitos são interpelados pela ideologia, assim como Jean Bodin e Jean de Nynauld. Ambos lançam um olhar sobre a licantropia, mas a enxergam de diferentes formas, a partir de suas formações discursivas, sendo sujeitos das ideologias que os interpelam. A oposição do médico ao discurso do jurista, nos demonstra como as ideologias e, por conseguinte, os discursos ideológicos encontram-se sempre em disputa uns com os outros. As refutações são muito comuns nesse período, o próprio Bodin refutou, em um capítulo do tratado estudado, os postulados do médico Johann Wier. Sua crítica se destinou principalmente devido às concepções de Wier acerca da fuga

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 461, tradução nossa.

<sup>77</sup> WALKER, Daniel P. **Spiritual and Demonic Magic**. From Ficino to Campanella. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 2000, p. 162.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>79</sup> ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 62.

momentânea da alma, a qual é defendida como possível pelo jurista francês<sup>80</sup> e pelas críticas que Wier fez acerca das autoridades poéticas utilizadas pelos demonologistas para afirmar, por exemplo, a veracidade das transformações<sup>81</sup>. Para o médico, estas não passariam de fábulas.

Como apresenta a AD, os discursos ganham sentido pois se articulam a determinada formação ideológica dominante naquele dado momento<sup>82</sup>. Sendo assim, encontramos no discurso produzido pelos autores estudados a ideologia cristã que foi marcante na França dos séculos XVI e XVII – período em que ocorrem as guerras religiosas e perseguição daqueles que eram contrários aos preceitos dominantes, movidas pela própria ideologia que citamos – e que, como vimos, se faz presente no discurso produzido por outros escritores.

Além disso, podemos perceber como o discurso religioso do período foi utilizado por diferentes disciplinas, no nosso caso, a medicina e o direito. A religião é um tópico muito importante para os autores, o que provavelmente se deve ao caráter autoritário e ao controle que a mesma exercia frente às produções do período. Como sabemos, o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos), estava repleto de obras que de alguma forma questionaram e ultrapassaram os limites do que era aceitável para a Igreja Católica. Nesse período, segundo Blair<sup>83</sup>, as guerras de religião aumentaram o horror da incredulidade, e o discurso religioso do período, unido com a ideologia cristã, buscou repreender aqueles que rejeitavam de alguma forma a religião. Entretanto, também é importante frisar que seus postulados não são somente resultado das pressões externas, os escritores acreditavam nas suas teorizações, assim como buscaram que mais pessoas compartilhassem de tais visões.

Por fim, podemos perceber o quão importante pode ser o conceito de ideologia para o entendimento das obras acima citadas, já que as mesmas são permeadas pelos discursos ideológicos. Nesse caso, a Análise de Discurso proposta por Pêcheux e Orlandi, aliada às concepções de Laclau, tornaram-se importantes aliadas para uma melhor compreensão das fontes.

---

<sup>80</sup> WAGNER, R. Léon - Le vocabulaire magique de Jean Bodin: dans la démonomanie des sorciers. **Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance**, T. 10, 1948, pp. 111.

<sup>81</sup> MCPHAIL, Eric. Jean Bodin and the romance of Demonology. **Análisis. Revista de investigación filosófica**, vol. 4, n.º 2, 2017, pp. 270-1.

<sup>82</sup> ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p. 63.

<sup>83</sup> BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961, p. 22-3.

## Referências

### Fontes primárias

JEAN DE NYNAULD. **De la lycanthropie, transformation et extase des sorciers**. 1615. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8706864v.image>. Acesso em: 01 dez 2021.

JEAN BODIN. **De la démonomanie des sorciers**. 1587. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8626167g/f5.item>. Acesso em: 01 dez 2021.

### Bibliografia

BLAIR, Ann. **The Theater of Nature. Jean Bodin and Renaissance Science**. New Jersey: Princeton University Press, 1961.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**. Vol. 15, n. 1, 2011, pp. 171-182.

CAMPAGNE, Fabián Alejandro. **Bodin y Maldonado: la demonología como fenómeno de masas en la Francia de las Guerras de Religión**. Buenos Aires: Biblos, 2018.

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179.

HANEGRAFF, Wouter J. **Dictionary of Gnosis & Western Esotericism**. Boston: Brill, 2006.

HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.

LACLAU, Ernesto. Muerte y resurrección de la teoría de la ideología In: **Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 21-50.

LLOYD, Howell A. **Jean Bodin 'This pre-eminent man of France'**. An intellectual Biography. UK: Oxford University Press, 2017.

MARINO, Paula Rodríguez; SHTIVELBAND, Ernesto; TERRILES, Ricardo. Ideología, discurso, subjetividad. La reconfiguración de la problemática de la hegemonía en la obra de Ernesto Laclau. **Revista de Filosofía y Teoría Política**, n. 39, 2008, pp. 31-51.

MCPHAIL, Eric. Jean Bodin and the romance of Demonology. **Análisis. Revista de investigación filosófica**, vol. 4, n.º 2, 2017, pp. 265-276.

MULZA, Giovana Eloá Mantovani - De la demonomanie des Sorciers: a caça às bruxas na concepção de Jean Bodin. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº16, jan-jul, 2019. pp. 211-221.

ORLANDI, Eni P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**. Vitória da Conquista, n.1, 2005, p. 9-13.

ORLANDI, Eni P. O discurso religioso. In: ORLANDI, Eni P. **A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OROBITG, Christine. La lycanthropie dans la prose doctrinale du XVIe et du XVIIe siècle espagnol. **Bulletin Hispanique**, Vol. 117, nº 2, dez. 2015, pp. 549-568.

PEARL, Jonathan L. - French Catholic Demonologists and Their Enemies in the Late Sixteenth and Early Seventeenth Centuries. **Church History**, Vol. 52, No. 4, Dez., 1983, pp. 457-467.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997.

PINILLA, Ricardo. Introdução. **PENSAMIENTO**, vol. 71, núm. 267, 2015, p. 541-542.

WAGNER, R. Léon - Le vocabulaire magique de Jean Bodin: dans la démonomanie des sorciers. **Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance**, T. 10 (1948), pp. 95-123

WALKER, Daniel P. **Spiritual and Demonic Magic**. From Ficino to Campanella. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 2000.

**Recebido em:** 13/01/2023

**Aprovado em:** 05/03/2023

# VENALIDADE E ARRENDAMENTO DE OFÍCIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA: APONTAMENTOS SOBRE A COMARCA DE PERNAMBUCO NO REINADO DE D. JOÃO V

*VENALITY AND LEASING OF SERVICES IN  
PORTUGUESE AMERICA: NOTES ON THE DISTRICT  
OF PERNAMBUCO IN THE REIGN OF D. JOÃO*

**Pedro Botelho Rocha**<sup>1</sup>

Professor da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas – SEDUC-AL

**Resumo:** Este artigo pretende abordar mais um uso frequente destas ocupações, que acarretaram implicações não só de cunho local, intensificando acordos e compensações – dessa vez, menos acordos políticos e mais de interesses financeiros –, mas que também traziam novas maneiras de lidar com as provisões do funcionalismo luso-brasileiro a partir das diretrizes da própria Coroa, sobretudo durante o reinado de D. João V, onde ocorreram significativas mudanças e novos arranjos nos quadros de funcionários régios, fossem eles em instituições reinóis ou ultramarinas. Este referido uso divide-se em duas modalidades: a venda e o arrendamento de ofícios dentro do império pluricontinental lusitano.

**Abstract:** This article aims to address another frequent use of these occupations, which brought implications not only of local nature, intensifying agreements and compensations - this time, less political agreements and more of financial interests - but also brought new ways of dealing with the provisions of the Luso-Brazilian civil service from the guidelines of the Crown itself, especially during the reign of King João V, where there were significant changes and new arrangements in the staff of royal officials, whether in royal or overseas institutions. This use is divided into two modalities: the sale and the lease of offices within the Lusitanian empire.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Pernambuco - ProfHistória UFPE. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Email: pedro.botelho.rocha@gmail.com.

**Palavras-chave:** Antigo Regime; Justiça; Período Colonial.

**Keywords:** Antigo Regime; Justice; Colonial Period.

## **Introdução**

A historiografia tem desenvolvido incipientes estudos sobre o tema da venalidade e arrendamento de ofícios, que se integra não de forma exclusiva para o cenário da América Portuguesa e outras porções coloniais, mas que vale principalmente para a compreensão estrutural do Antigo Regime e o alcance e influência das vendas como estratégias de dinamismo social. Com alguns escritos sem muitos aprofundamentos e algumas contribuições pontuais e bastante importantes para o tema, procuraremos demonstrar que a mentalidade venal estava em voga desde muito tempo, já se desenhando firmemente no século XVII e que alcança uma considerável intensidade na primeira metade do XVIII, acompanhando também os movimentos de abertura e também tolhimento destas possibilidades de “aluguel” e venda direta e indireta destes ofícios.

A partir da divisão em duas partes, retrataremos os campos de ação venal na provisão dos ofícios auxiliares da justiça colonial, mais uma vez, enquadrando a observação na comarca de Pernambuco. Primeiramente, discutiremos o conceito de venalidade como parte dos esquemas de provisões no Antigo Regime português, sancionado pela Coroa e que juridicamente estava acobertado, inclusive nas Ordenações. Isto acabava confrontando as lógicas nobiliárquicas e seus valores de tradição, procedência, honra e outros, mas que encontrava na discrição e no segredo, o cenário para as vendas de cargos públicos. Na segunda parte deste trabalho, veremos como D. João V estabelece medidas que vão favorecer não somente a prática das venalidades, mas que instituirá novas formas de provimento e a recondução da centralidade na concessão das mercês, tentando resgatar ou instituir, o monopólio das parcelas do poder régio no âmbito local.

## **O poder econômico e a compra de cargos na Coroa portuguesa**

Quando realizamos a leitura de obras que versam sobre as venalidades de ofícios no Antigo Regime ibérico, percebemos que a historiografia, tanto para o caso hispânico quanto para a realidade lusitana, remete-nos recorrentemente a um

artifício dos homens que estavam envolvidos nestas investidas por meio financeiro: o segredo. É ponto pacífico que a prática era largamente utilizada, principalmente em momentos de crise nos cofres reais, quando sempre se reorganizava a partilha de bens da Coroa como estratégia de recuperação e se manifestava de mais de uma maneira. Porém, embora existisse, lhe faltava dar as caras como forma “oficial” de provimento de ofícios, alcançando os patamares regimentais ou plenamente definidos e aceitos nos corpos sociais do império português. Não faltam provas da sua contrariedade, da abominação de eleger um servidor que tenha se utilizado do bolso, e não da honra, pois muitos súditos criticavam a ausência de procedência ou a exclusividade da riqueza como atributo social fundamental.

Essa discrição da prática representa o maior obstáculo para se trabalhar e conceituar os mecanismos da compra e venda de cargos nas monarquias ibéricas, tendo em vista que os vestígios documentais pouco demonstram ou quase sempre omitem a realização de depósitos e investimentos nos cofres reais para a nomeação de alguma ocupação régia. Francisco Andújar Castillo comenta que tal fenômeno de “silenciar la presencia del dinero como principal mérito fue, en numerosas ocasiones, objeto de pacto explícito cuando se negociaban operaciones de cargos públicos” (CASTILLO, 2012, p. 178). Parece-nos que as práticas venais, das quais percorreremos ao longo deste trabalho, se ajustavam para a manutenção da omissão, despistando até mesmo a influência da Coroa no processo, remetendo quantias às tesourarias em forma de donativos despretensiosos. O conhecimento dos valores das transações para a posse e venda de certos cargos é bastante precário, principalmente para aqueles que eram diretamente nomeados pelo rei ou estavam nos grandes circuitos de poder, e também para os de âmbito local, pois os arquivos notariais constituem os poucos e únicos registros disponíveis. Menos fácil ainda seriam os mecanismos indiretos de compra, mediados por terceiros e que passavam por cima de qualquer cadastro oficial nos livros da Coroa, na contramão de qualquer legalidade disponível nos códigos hispânicos ou portugueses (CASTILLO, 2012, p. 180).

Trabalhar o tema das venalidades de ofícios é percorrer uma trilha escura, com pouco tato para se resgatar considerações maiores e mais sólidas. Há uma clara dependência de cruzamento de informações e de apontamentos indiretos por parte da documentação, que contribui para a dificuldade de análise dos estudos de caso e

das transações ocorridas. Castillo defende a concepção de uma metodologia própria para o tema, com diversas etapas que se estabelecem como linhas complementares de análise para a observação da venalidade e suas manifestações, fosse enquanto ferramenta difundida, isto é, uma prática institucionalizada, como veremos acontecer no reinado de D. João V, mas também enquanto vendas dos cargos em que as perspectivas venais eram, em teoria, impossíveis de se manifestarem, sobretudo para aqueles postos de maior destaque em toda monarquia ibérica.

A metodologia indicada pelo autor é interessante e cabe aqui retratá-la para nortear as perspectivas de análise deste texto. Ao todo são seis etapas elencadas: o cruzamento múltiplo de fontes documentadas; análise indireta das fontes; comparação com casos "cursus honorum"; a mudança da perspectiva macro para a micro; o estudo da documentação notarial e, por fim, o estabelecimento da integralidade da ação venal.

A perspectiva das fontes documentais sobre as mercês régias trata sempre de desenhar um quadro onde os vassallos do rei estão sempre engajados num ciclo de honoráveis ações e retribuições que não se encaixam na recompensa, mas sim no valor da graça, o atributo máximo do exercício monárquico. A pretensão do real serviço, de acordo com as linhas dos requerimentos e nomeações, jamais abriria espaço para as compensações financeiras, pois se tratava de uma ação tipicamente burguesa e desproporcional aos valores dos corpos sociais nobiliárquicos. É aí que surge a primeira e também a segunda parte dessa metodologia da venalidade das monarquias ibéricas propostas por Francisco de Andújar Castillo: o cruzamento diversificado de fontes e a análise indireta destas.

Os mais valorosos feitos eram registrados nas cartas de postulação de títulos, cargos de mais pedidos à Coroa que circulavam pelo Conselho Ultramarino. Como de costume, as campanhas e carreiras militares eram os preferidos a serem devidamente descritos para a realidade da América Portuguesa, sobretudo para a realidade pernambucana depois da segunda metade do século XVII. Quando não se podia ser notado pelas qualidades da espada, se mostrava os dotes de bom servidor contando o zelo na administração do governo, justiça ou fazenda. No entanto, estes papéis poderiam significar apenas parte das justificativas para o ganho de uma mercê, escondendo o poder que o dinheiro teria a oferecer no momento da decisão de

nomear um indivíduo para um bom ofício. O cruzamento de documentos diversos sobre a carreira de um mesmo personagem pode resgatar traços de ações venais, como a feitura de donativos, o patrocínio de obras, contratos e outros tipos de depósitos financeiros, que poderia pender para qualquer decisão favorável. Na prática, a honra se misturaria com a moeda, agindo em conjunto no cumprimento do real serviço, mas as duas forças seguiriam distintos caminhos na documentação oficial, tendo o valor tradicional da nobreza servido de “esconderijo” para a compra de cargos e títulos.

A discrepância entre indivíduos que recebiam titulações, patentes e cargos na burocracia régia também poderia indicar pontos fora da curva para determinadas instituições, o que, a partir dos primeiros métodos acima descritos, poderia determinar quem ascendia com o uso do dinheiro e quem cumpria o curso “padrão” da carreira de agente do Real serviço, tal qual a economia das mercês tem explicado recorrentemente. A chegada de personagens “sem méritos” ou sem grandes feitos, segundo Francisco Andújar Castillo, geram apontamentos indiretos de manifestações das venalidades, sobretudo para a Coroa espanhola. Portanto, para a melhor compreensão destes recursos de análise, o uso de fontes intercaladas e as considerações indiretas, é importante também cruzar as trajetórias dos agentes de uma mesma instituição, na busca de particularidades, facilidades e outros modos de ascensão que não correspondiam necessariamente aos rituais e feitos bem estabelecidos ou aceitos para a concessão de mercês. Esta perspectiva de trabalho condiz totalmente com o método prosopográfico<sup>2</sup>, inclusive assinalado pelo autor e defendido como uma ferramenta que abre possibilidade para se complementar os recortes macro e micro do conjunto de indivíduos e casos particulares que manifestaram no dispêndio financeiro suas motivações de acumulação de postos públicos.

Para a realidade deste trabalho, onde os personagens que articularam as propriedades e serventias dos ofícios auxiliares de justiça em Pernambuco na primeira metade do século XVIII não desenvolveram uma farta quantidade de documentos, pelo menos não em sua totalidade, a organização de uma biografia coletiva, baseada no método sugerido por Francisco Andújar Castillo, fica

---

<sup>2</sup> Para uma conceituação geral do método ver: STONE, Lawrence. Prosopografia. In: Rev. de Sociol. Polit. Volume 19, nº 39. P. 115 – 137. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2011.

demasiadamente dificultosa, principalmente por uma heterogeneidade no aporte documental, pois temos casos em que dispomos de um bom número de correspondências com o Conselho Ultramarino, porém outros não atingem qualquer profundidade além dos requerimentos da mercê das serventias, renúncias dos cargos em propriedades e outros elementos mais básicos, porém não menos importantes. Deste modo, para o estudo de um estrato pouco explorado pela historiografia, sobretudo se tratando dos serventuários, a metodologia das venalidades deve ser empregada na interpretação dos casos específicos, compreendendo as limitações dos vieses interpretativos e conectando-os com as possibilidades de ações destes sujeitos que por vezes se desprenderam de seus direitos como proprietários destes cargos judiciais e partiram para a nomeação de um lugar-tenente, isto é, o serventuário. Outro obstáculo é a exata contabilização das transações possíveis para a compra dos cargos da justiça local em Pernambuco, com quase nenhum indicativo de investimentos pessoais no sustento de tropas e do erário ou construção, reedificação e reformas em prédios e instituições vinculadas à Coroa. Destarte, o manuseio das fontes e sua compreensão a partir da ótica da compra e venda de cargos do funcionalismo auxiliar luso-brasileiro pode despertar apontamentos sobre sua manifestação, um feixe de luz nos esconderijos do poder financeiro de um Antigo Regime moldado nos valores da nobiliarquia medieval e aparentemente contrário às interferências do acúmulo de capital. O desenho destes fenômenos, para a realidade deste trabalho, acompanha também a carestia de maiores detalhes estatísticos em uma escala total para os indivíduos estudados. No entanto, o corpo de auxiliares da justiça colonial parece ter encontrado no cenário das venalidades um movimento tão condizente quanto os demais cargos e títulos da monarquia portuguesa, isto é, um movimento que integrou as formas venais de provimentos não somente na América Portuguesa, mas por toda a extensão do império português.

Mas vale a pergunta: o que era a venalidade para a Coroa de Portugal? Para este questionamento, devemos recordar o que a historiografia tem dito sobre sua desconformidade com a realidade hispânica e quais considerações legais e processuais existiram ao longo da constituição deste sistema de vendas e aquisições de bens régios. Alguns destes elementos norteadores sobre a venda de cargos muitas vezes se confundiu e escondeu, propositalmente, diga-se, com aquilo que se

explicou sobre a economia das mercês. Devemos recorrentemente nos preocupar em desvencilhar aquilo que se manifestou como venalidade e aquilo que fazia parte das estratégias de carreira e honras feitas pelo Real Serviço, conforme os moldes tradicionais da própria relação sociopolítica existente entre a monarquia portuguesa e seus súditos.

As formas com que as coroas ibéricas lidaram com a concessão de benesses reais através de compensações financeiras foram disformes, embora seguissem um mesmo caminho para o estabelecimento desta prática. Foram disformes exatamente pela tipologia particular de cada realidade para o provimento de ofícios e titulações diversas. Alguns historiadores preferem destacar que o papel dos reis espanhóis na atuação e fiscalização dos seus provimentos foi muito mais incisivo e amplamente difundido quanto ao uso do poder financeiro para a nobilitação e preenchimento dos ofícios burocráticos, além da venda de patentes militares. Seguidamente, tem-se em conta que o caso lusitano seria um trajeto contrário ao espanhol. Curto, direto, sem contornos e escondido nas brechas legais, pois seria uma vergonhosa prática usar do aporte monetário para angariar títulos e ofícios nas instituições do Antigo Regime. O vizinho hispânico, em teoria, protagonizou as venalidades, usando deste artifício para reafirmar pactos políticos, sobretudo para as possessões coloniais onde a fiscalização não se fazia tão presente, além de valer-se de uma fonte de renda alternativa, sempre de grande importância nos momentos de beligerância, como foi durante a Guerra de Sucessão Espanhola. Ao que as visões mais gerais da historiografia das venalidades podem sugerir, a discrepância seria gritante para que uma prática fosse mais escancarada que a outra, uma mais difundida, outra escondida, uma com a participação ativa do príncipe, a outra negada por ele.

No entanto, devemos tratar um estudo comparativo entre Espanha e Portugal longe de uma dualidade antagônica para as vendas e compras dos bens públicos. Nas suas devidas proporções e diferenças, Portugal ratificou este artifício de provimento similarmente ao cenário hispânico, como descrito por Francisco Ribeiro da Silva, citando Roland Mousnier:

Apenas na França, com as "survivances" do século XVI e a "paulette" no século XVII, o fenômeno se tornou "completo, oficial e legalizado". Mas em outros países como a Espanha, os territórios italianos, a Prússia e a Inglaterra conheceram a venalidade, cuja prática foi, aliás,

fomentada pelos respectivos reis e príncipes. Outro tanto nas colônias americanas bem como nas sociedades turca e chinesa. (SILVA, 1988, p. 203)

Portanto, para o autor, a Coroa Portuguesa também estaria no mesmo padrão de venalidade que a Espanha, como prática fundamentada e de certa abrangência, embora não totalmente arregimentada nos códigos e difundida como motor explícito da concessão de mercês régias, como no caso francês.

A criticidade dos discursos contra a venda de cargos no próprio seio do Estado moderno português não invalidava que certos corpos sociais ganhassem destaque pela compra de sua autonomia para se mesclarem aos grupos dominantes, hierarquicamente rígidos. Na verdade, a nobreza civil ou política se esquivava totalmente do choque de valores entre a lógica nobiliárquica e o poder pecuniário, principalmente quando integrava a prática do Real Serviço com a moeda para atingir certos objetivos, como a obtenção de títulos de maior honraria e cargos de maior prestígio e poder. Para alguns historiadores do tema, a manifestação da venalidade tendia a gerar um mecanismo novo para o Antigo Regime lusitano, uma alternativa que modernizava as relações de preenchimento do quadro de agentes burocráticos (SILVA, 1988, p. 204) e que, com a devida flexibilização do conceito, provocava uma abertura para a mobilidade social, ou o rearranjo individual e familiar no universo de corpos sociais da monarquia corporativista portuguesa. Para a realidade da América Portuguesa, não é por acaso que se manifesta uma ascensão de grupos mercantis nas sociedades coloniais e que ganham destaque na sua constituição como classe local dominante a partir da compra de ofícios, patentes e influência com autoridades superiores. A praça do Recife no início do século XVIII se desenvolveu politicamente quando seus comerciantes expandiram e fortaleceram suas atividades, galgando espaços antes reservados aos proprietários rurais, sendo muitos dos elementos conquistados na base da compensação financeira.

Então, quando e como existiu a venalidade de ofícios na monarquia portuguesa? Sabe-se que Rafael Bluteau, no seu dicionário de 1728 já remete venalidade à venda de ofícios, o que parece que já estava assentada a prática por muito mais tempo que se supunha na cultura da sociedade do Antigo Regime lusitano, embora anexe ao verbete o complemento da venalidade da justiça, que o autor chama de “peste da Monarquia, a venalidade dos méritos”. Seria esse um

demonstrativo de que a justiça se corromperia quando ela não era conduzida pelos notáveis servidores que construíram no mérito sua carreira na magistratura? É difícil extrair nas linhas do glossário nada mais que isso, nem atingir por este meio o pensamento mais comum do que se argumentava contra a venalidade de ofícios, sobretudo os de justiça. Mas para adequarmos a concepção da compra e venda de ofícios públicos, é primordial que de início precisemos articular as argumentações encontradas nas obras de Roberta Stumpf, Alberto Gallo, Antônio Manuel Hespanha e do já citado Francisco Ribeiro da Silva, na tentativa de delimitar de forma mais concreta o conceito fundamental de venalidade.

Para este último, apoiado nos estudos de outras monarquias europeias, “existiu venalidade pública sempre que o rei vendeu um ofício ou quando, por razões de penúria do tesouro, em vez de dinheiro, pensão, gratificação ou indenização, deu a alguém um posto público na pressuposição de que este o pudesse vender a um terceiro” (SILVA, 1988, p. 204). Não foram poucas as vezes em que os cofres do Estado português estiveram em precárias condições, embora a concessão de tenças, soldos e outros tipos de pagas sempre fosse algo corriqueiro nas formas de mercês régias. Ademais, conceder benesses financeiras para súditos dos quatro cantos do império ultramarino era uma tarefa impossível para a gestão do Erário, sendo por isso bastante comum conceder menos daquilo que se esperava quando um servidor requeria uma mercê, seja ela qual fosse. A negociação das premiações fazia parte da tônica das relações entre Coroa e vassalo, e era de se esperar que nos momentos de crise do Estado, a resiliência para superar o desequilíbrio das contas viesse no abrandamento da venalidade privada e na recompensa de ofícios e títulos para aqueles que socorressem com dinheiro.

Na visão de Roberta Stumpf, deve-se destacar dois aspectos importantes: primeiro o papel da Coroa quando esta retribuía com títulos e cargos os súditos que se mostravam presentes nos momentos de crise, não somente no ato de conceder mediante dinheiro. Segundo, que o sustento de certas despesas públicas não seria encarado como forma de investimento em algum bem futuro, pois algumas destas práticas estavam previstas em regimentos de determinados ofícios, inclusive os militares. Portanto:

Por mais que pudessem se valer futuramente dos 'sacrifícios de sua fazenda' para exaltar o zelo para com a monarquia, este era um dever do ofício, que só aparece como um atributo merecedor de recompensas quando considerado excessivo, vale dizer, maior do que aquele exigido aos titulares dos cargos. (STUMPF, 2012, p. 280)

Diante disso, o cenário das venalidades desenvolve uma dinâmica própria, diversificada, afinal, sua heterogeneidade pressupõe um conjunto de práticas não delimitadas por uma codificação específica. Eram pactos que correspondiam a partilha dos bens régios através da contribuição do súdito. Ela assume os trejeitos da economia das mercês, incluída nos ritos de feitos – financeiros, diga-se. – e requerimentos dos vassalos do rei, que atendiam aos chamados da Coroa para se reparar, manter ou construir as instituições do Antigo Regime. E assim como as incertezas das premiações pelo Real Serviço existiam, a compra de ofícios não estaria efetivamente garantida para aqueles que se preocupavam em investir dinheiro nas obras da Coroa. Era preciso se destacar no auxílio financeiro, encomendar sua recompensa com quantias de largo vulto, da mesma maneira que os personagens que executavam grandes campanhas ou prestavam serviços burocráticos de proporções significativas eram premiados com as maiores fatias das mercês negociadas pela monarquia. Não é estranho que, assim como nos requerimentos de mercês, pedissem mais de um título, foro ou cargo, para si ou para herdeiros, mesmo que fosse muito acima do contributo exercitado em nome do rei. Havia também, da mesma maneira que certas campanhas de interesse do poder central eram firmadas, a encomenda de certos auxílios financeiros, onde a Coroa estipularia uma tarefa específica a ser cumprida, envolvendo logicamente a utilização de quantias em dinheiro, e que também seria ajustado os valores da posterior recompensa.

Destarte, podemos conceber a venalidade de ofícios sempre enraizada nas formas tradicionais do provimento de ofícios e títulos, um campo específico desta área, isto é, da gestão dos bens régios para com a população da monarquia portuguesa. Uma parte deste sistema que não teria sido totalmente difundida como uma via oficial e tradicional, mas que encontrava seus momentos de abertura e estava incluída nos planos de certos personagens interessados nos investimentos pecuniários para a obtenção de vantagens maiores e aquisição de bens simbólicos de prestígio, honra, poder e maiores possibilidades de riquezas e outros ganhos.

Porém, assim como já mencionado, a prática venal requeria o silêncio, o segredo e, sempre que possível fosse, a combinação do poder monetário com uma boa carreira de prestador de serviços à Coroa, a fim de despistar possíveis apontamentos de que a moeda superava o valor do suor, sangue e comprometimento com a justiça e bom governo. Assim, as instituições responsáveis pelos provimentos elencariam indivíduos capazes de amortecer os impactos negativos da venda de cargos segundo a opinião dos diversos corpos sociais do Antigo Regime português que se envolviam neste processo, e que certamente disputavam alguns destes postos de governo ou dominavam o conhecimento jurídico capaz de sancionar ou coibir os acordos venais. Por isso, os historiadores do tema recorrentemente têm caracterizado a venalidade como uma prática que deveria ser encarada como último recurso:

Quando os compradores eram homens de prestígio e experiência, que bem poderiam ter sido providos em tais cargos por seus serviços, aos benefícios trazidos à Fazenda Real somava-se a garantia que a administração régia na América continuaria nas mãos de homens qualificados. Em suma, quando foi necessário vender ofícios, nada nos permite dizer que os monarcas abusaram desta prerrogativa; a cautela e a prudência parecem ter sido regra comum. (STUMPF, 2012, p. 283)

Quando nos referimos à venalidade de ofícios como um dos trajetos possíveis para a concessão de bens públicos, estando ela inserida no sistema de provimentos entre a Coroa e seus vassallos, estabelecemos duas fontes claras para que a compra e venda se concretizassem: as propriedades e serventias de ofícios. Alguns autores se debruçaram nestas duas modalidades de preenchimento do oficialato para que pudessem ressaltar o poder do dinheiro nas relações internas entre estes dois tipos de agentes do governo, atuando em um âmbito mais local e que acabavam dialogando entre si, manipulando os acordos políticos e financeiros; e trataram também do *modus operandi* do recebimento e confirmação das mercês entre os vassallos e as instituições centrais, quando esses investiam quantias no benefício de obras da Coroa. Portanto, é na questão do provimento de ofícios que se escondia as transações monetárias, com bastante semelhança do tradicional concurso para o recebimento de titulações e cargos. Para nosso estudo, cabe-nos trazer para a

realidade da América Portuguesa a representação da venda de cargos enquanto serventias ou propriedades.

Tendo em mente as duas categorias de nomeação para o oficialato régio, podemos estabelecer o que a legislação portuguesa poderia indicar em relação à venalidade. Ela não era essencialmente clara quanto ao comércio de títulos, foros, patentes e ofícios da monarquia, o que pode gerar duas interpretações diferentes quanto o cotidiano das transações pecuniárias ocorridas no Antigo Regime português. A primeira visão é de que se pode interpretar a existência de uma abertura jurídica encontrada pela própria Coroa e seus vassallos interessados nas venalidades, não totalmente baseada na autonomia do Direito Comum, mas sim na própria hermenêutica das Ordenações Filipinas, que atribuíam certos aspectos onde o rei advogaria a passagem de cargos mediante o dinheiro. A segunda possibilidade diz respeito ao afastamento do código legislativo, partindo para uma prática venal configurada na necessidade extraoficial do uso monetário na concessão de benesses régias, sobretudo em momentos de baixa na arrecadação, guerras e situações emergenciais, como forma de ganhar recursos e reafirmar pactos políticos.

Para Francisco Ribeiro da Silva, é necessário analisar a compra e venda de bens públicos sob a perspectiva do código português, o Direito Comum e a prática destes dois primeiros termos de forma integral. Isto é levado em conta pela conjuntura da própria Justiça do Antigo Regime português, afinal, todo o arcabouço jurídico português passava muito mais além do que pela compilação legislativa em si, de forma nacional, padronizada, pois se respeitava o autogoverno dos corpos sociais e políticos através do direito costumeiro, prevendo que estas partes constituíam não apenas o território do reino de Portugal, mas também as possessões ultramarinas. Estas eram características de uma disposição social corporativa, que admitia a gestão de um emaranhado de agrupamentos, categorias e divisões heterogêneas, multiformes e que deveriam se complementar através da distribuição da justiça. A prática em si tornava-se dinamizada por um conjunto de forças onde a legislação codificada buscava uma centralidade e a autonomia de júízo funcionava de maneira multifacetada, sendo, então, fundamental para o estudo da venalidade como uma abertura jurídica condicionada pela prática política de reorganização de bens públicos da Coroa através do poder monetário. A junção de todos esses fatores pode

nos fazer acreditar, equivocadamente, na existência de uma autonomia indiscriminada em relação ao código português, principalmente do oficialato jurídico.

Segundo Hespanha:

Para quem se debruça sobre o sistema político moderno, ou pelo menos sobre o sistema político moderno em Portugal, a sensação dominante – mais do que a autonomia jurídico-política das ordens ou mesmo das cidades – é a da autonomia e franquias dos oficiais e dos corpos administrativos (conselhos, tribunais) e da indisponibilidade prática da sua jurisdição por parte da coroa. (HESPANHA, 1982, p. 385)

De qualquer modo, o que constava tanto nas Ordenações Manuelinas, inicialmente publicadas em 1514, e nas Ordenações Filipinas, substitutas do primeiro código a partir de 1605, era que se proibia a venda de cargos públicos, com penas propostas para quem comprava e vendia:

O tit. 46 do Livro 2º das Ordenações Filipinas (e o título 41 do Livro 4º das Manuelinas) vedava totalmente aos senhores de terra que tivessem poder para nomear pessoas para cargos públicos, a possibilidade de vender ou receber dinheiro por cargos determinados a saber: juiz dos Órfãos, escrivão dos Órfãos, escrivão da Câmara, escrivão da Almotaxaria e outras funções municipais. A infracção dessa norma, não criando prescrição no decorrer do tempo, punia severamente ambas as partes: o vendedor era privado para sempre do direito de dar o ofício; ao comprador era-lhe retirado o cargo adquirido e confiscado seus bens. (SILVA, 1988, p. 205)

Citado também por Hespanha, vejamos então o que o título 46 das Ordenações, “Que as pessoas, que têm poder de dar Offícios, os não vendam, nem levem dinheiro por os dar”, dizia sobre a proibição velada de acumular dinheiro em prol do comércio de ofícios:

Nenhuma pessoa, de qualquer stado, preeminência, sorte e condição que seja, que poder tenha para dar, e em qualquer maneira que seja, prover Offícios que à nossa Fazenda ou Justiça toquem, não venda, nem mande vender nenhum dos ditos Offícios, nem levem dinheiro algum por os dar. [...] E isso mesmo pessoa alguma os não compre, postoque vendidos lhe sejam, sob pena de quem os comprar, ou der dinheiro por elles, perder o tal Officio para quem o accusar, e mais toda a sua fazenda, ametade para quem o accusar, e a outra para nossa Camera. E além disso ficara a dada do dito Officio devoluta a Nós, para dahi por diante ser dado per Nós. E aquelle que o vendem,

ou levou dinheiro por o dar, nunca o mais poderá dar. E ao que tal Officio, ou Officios comprar, lhe poderão ser demandados em toda sua vida, e a dita pena sem se poder ajudar de prescrição de tempo algum. (ALMEIDA, 1870, p. 477)

Existiam ordens expressas e penas claras para caso ocorresse as venalidades de ofícios públicos, sem quaisquer dúvidas. Inclusive, se retirar a prerrogativa de dar seria algo de bastante impacto negativo, tendo em vista que o direito em si de atribuir provimento era um fator político e social de bastante relevância; perdê-lo seria também abrir mão de gerir certas influências e acordos particulares nos circuitos de poder, além de ameaçar a própria autonomia dos senhorios do Reino, ferindo os princípios do autogoverno da nobreza provinciana portuguesa, ou dos donatários. É interessante notar que o código sugere que, para fins exemplares e de boa aplicação da justiça, a transgressora prática da compra deve ser similarmente penalizada da venda dos ofícios, alcançando tanto quem possuía o interesse de se empossar num ofício utilizando o poder monetário quanto quem se utilizava da concessão régia de prover parte do oficialato público.

Outro ponto além da negativa resolução sobre a venalidade que se apresentava na legislação portuguesa era a orientação de que se deveria conduzir os proprietários dos ofícios a servirem neles. Este ponto pode ser visto nas diversas documentações, fossem nas correspondências, alvarás e demais papéis dos funcionários da Coroa, inclusive aqueles tramitados pelo Conselho Ultramarino; a preferência do proprietário servir, e não o serventuário em seu lugar, era uma forma de coibir o arrendamento de ofícios, ou venda indireta. Por isso, havia uma dura constância de leis adicionais que visavam proibir o aumento no número de serventias, reforçando o caráter já registrado nas Ordenações Filipinas:

Sabemos que a lei nem sempre era acatada. Talvez por isso, de tempos em tempos, tais princípios eram retomados em legislação avulsa. Um alvará de 1612 determinava que os proprietários de todos os Ofícios da Justiça de todos os Juízos e Tribunais do Porto e Lisboa e das Comarcas do Reino, comparecessem, no prazo de um mês a servir pessoalmente nos seus lugares. No caso de não cumprirem ou não apresentarem impedimento capaz, o ofício seria considerado vago e o proprietário privado do direito a qualquer indenização. (SILVA, 1988, p. 207)

O modelo de transação das serventias foi bastante importante, amplamente utilizado na América Portuguesa, pois era fruto de acordos particulares, quase sempre no âmbito local, sem alardes ou grandes correspondências, envoltos de segredos e firmados entre o dono de determinado posto e seu locatário, sendo também praticado por autoridades com direito de passagem de serventias para postos vagos, e seriam igualmente envolvidos na prática venal e outros tipos de troca de favores, assim como qualquer proprietário assim faria. A Coroa, por incansáveis vezes, legislava em função da inibição do aluguel de cargos, o que também servia para diminuir o poder do dinheiro na nomeação de agentes da burocracia do estado português, sendo, deste modo, um reforço para cessar as venalidades, fossem diretas ou indiretas. Podemos enxergar que a própria permissividade para transmitir familiarmente o ofício, quase sempre de forma semiautomática, tendia para a diminuição de longas vacâncias no quadro de proprietários no funcionalismo local quando se passava para o herdeiro masculino a posse daquela ocupação. Ainda que se continuassem chegando os pedidos de renúncia para a nomeação de um serventuário, o Conselho Ultramarino poderia mediar os trâmites visando a atuação do proprietário no local que lhe foi resignado, excetuando aqueles vassalos que possuísem mais de um ofício em suas mãos.

Frear as transações financeiras por arrendamento era uma forma de recobrar o poder político da Coroa para com seus súditos, resgatando a gestão dos bens públicos, que nada mais eram que pequenas partes do próprio poder monárquico do Estado português. De fato, muito desses acordos escapavam do controle da Coroa e a problemática da nomeação de pessoas de “pouca nobreza”, respaldando o poder do dinheiro na garantia de mercês, era sempre revalidada, voltando a assombrar os valores da monarquia portuguesa, temerosa de que a moeda valesse mais que a honra. Porém, a principal causa da preocupação da Coroa era mesmo a centralidade administrativa dos bens dessa monarquia, um monopólio das mercês que era constantemente quebrado pelo fator econômico e pela própria estrutura de poder do Antigo Regime português. A procura por este controle absoluto das mercês, que nunca fora conseguido, por mais esforços que pudessem ser feitos, pressionava e afrouxava os mecanismos de venalidades, afinal sua utilização ou não pelos corpos centrais do poder monárquico dependeu muito do seu período histórico e seu

contexto. Mas que em termos gerais, encontrava sua negação repousada no código português.

Contudo, o campo da prática pulverizava quaisquer chances de existência de um centralismo por parte da Coroa na proibição da venda de cargos de seu próprio quadro de funcionários. Aliás, a própria ação do poder monárquico ignorava certas leis e arquitetava uma nova saída para reorganizar a condução do provimento de ofícios. As estratégias superavam a rigidez jurídica, o que nos move a encarar a venalidade de ofícios como um fator que não era de desconhecimento dos reis e que por eles não foi combatida, pois, como anteriormente foi dito, houve momentos de tolhimento e permissividade para tal ato.

A interpretação das Ordenações abria espaço para que a venalidade pudesse ter maior respaldo, embasamento, sendo permitida ou tolerada, e ainda reproduzisse os períodos de menor intransigência, contrariando as concepções dos muitos juristas que negavam o provimento de ofícios, títulos e benesses através de recursos financeiros. Um outro título do código Filipino conduzia a tudo isso, e que era a chave para conectar venalidade, Coroa e legislação; o título 96 do livro primeiro diz que:

Mandamos, que os Tabeliães, scrivães e quaisquer outros nossos Officiaes, não possam vender os Officios, que de Nós tiverem, nem trespassar, nem renunciar em outrem sem nossa special licença. E vendendo-os, perca o vendedor o preço que receber, ou sperar de receber, e mais o dito Officio, e o comprador o não possa haver, e fique a Nós, para darmos a quem for nossa mercê.

[...] 2. Outrosi, não poderá renunciar, nem vender, postoque para isso tenha nossa auctoridade, quando nelle tiver feitos alguns erros, porque o deva perder. E renunciando-o, ou vendendo-o, poderá ser acusado pelos ditos erros, posto que o Officio já stá em poder de outro Official, a quem tenhamos feito mercê delle per virtude da dita renunciação.

As entrelinhas desta legislação entregam algo importante para que as coisas não saíssem do controle da Coroa e que, como já dissemos, importava e muito centralizar a concessão das mercês, uma incessante tentativa de monopolizar os provimentos, mesmo que outras autoridades tivessem prerrogativas em seus regimentos. De fato, a venalidade de ofícios era realmente proibida, mas na condição de que fosse para aqueles que não obtivessem a licença régia para praticar tal ato

(SILVA, 1988, p. 205). Sancionado pelo monarca, o oficial poderia renunciar em prol de terceiros, vendendo ou arrendando seu posto, ainda que fosse moralmente incompatível com a ideologia da honra e tradição da nobiliarquia. A concessão era necessária pela justa procura de impor uma fiscalização do poder central sobre todas as benesses régias que eram repartidas e investidas em particulares, inclusive para dotes e heranças, sendo, por isso, uma transmissão semiautomática, como dito mais acima. A venda e compra de cargos deveriam ser observadas e, dado o desejo da Coroa, sancionadas, da mesma forma que a passagem familiar de propriedade também deveria ser. Mais uma vez, os provimentos por mérito e família – estes que muitas vezes se confundiam no mercado das mercês régias – acabavam se encontrando com aqueles que foram obtidos por investimentos, patrocínios e transações arrendatárias.

Não obstante, podemos citar uma figura que demonstrava a influência do dinheiro nas movimentações de serventias e propriedades em Pernambuco do século XVIII, sobretudo o poder da praça mercantil do Recife e sua ascensão como um forte grupo político local: o capitão Francisco Gomes da Fonseca. O poderoso comerciante demonstrou os vieses possíveis para expandir sua influência, seus negócios contratuais com a Coroa, além de acumular um imponente capital político. Sua trajetória pôde demonstrar também como funcionava toda sua relação e versatilidade com as instituições locais e centrais da burocracia do império português. Não apenas como funcionava a administração de seus serviços em troca de novas e importantes mercês para a construção de sua imagem individual e consolidação de sua família na esfera da elite pernambucana, mas também nos pode revelar como seus negócios acabaram partindo para o campo das venalidades, de maneira bastante prática e explícita.

Francisco Gomes da Fonseca adquire o posto de tabelião do público, judicial e notas de Olinda após a desistência de Luís Marreiros de Sá, proprietário deste ofício, na tentativa de livrar da cadeia seu filho Luís Marreiros de Mello, que atuava como seu fiador<sup>3</sup>. O comerciante recifense é nomeado conforme suas qualidades como

---

<sup>3</sup> REQUERIMENTO dos proprietários dos ofícios de Escrivão da Auditoria e Ouvidoria Geral, e Tabelião do Público, Judicial e Notas de Olinda, capitão Luís Marreiros de Sá, ao rei [D. João V], pedindo a faculdade para poder renunciar aos seus ofícios para livrar da cadeia o seu filho Luís Marreiros de Melo, seu fiador em diversas dívidas. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 43, D. 3883. Ver também: CARTA do ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, Antônio Rodrigues da Silva, ao rei [D. João V], sobre o requerimento do proprietário dos ofícios de Escrivão da Auditoria e

servidor da Coroa, mas também por se tratar de um homem com uma considerável riqueza em suas mãos. Cabe-nos revelar algumas considerações básicas sobre este caso. Primeiramente, tratou-se de uma compra direta que, embora não esteja explícita seu valor, teve no dinheiro o seu respaldo final. As contribuições feitas por Francisco Gomes da Fonseca para o Real Serviço foram levadas em conta, mas está na observância do dinheiro advindo de sua mercancia que de fato carimbou sua elegibilidade e conseqüente posse do referido ofício. Ademais, adquirir a propriedade mediante quitação das dívidas de Luís Marreiros de Mello incorria numa troca direta da renúncia de seu pai pelo cancelamento do débito, que o poderia livrar do encarceramento. Tudo isso sob os olhos da Coroa, passando pelo Conselho Ultramarino, sancionado tanto por autoridades do Reino como da própria localidade, que registraram a posse do novo proprietário mascate. O dinheiro foi a força motriz dessas relações que cercaram o mesmo provimento do tabelionato do público, judicial e notas da vila de Olinda. A falta de capital e conseqüentemente a contração de dívidas por parte da família Marreiros obrigou a saída drástica de se livrar de uma mercê régia, renunciar um cargo de grande importância e que abria muitas possibilidades de ganhos financeiros diversos por parte dos emolumentos e que também conferia um notório prestígio social a quem o possuísse. Ao passo que os débitos tenham impulsionado uma ação de bastante gravidade, o comerciante compra o ofício de maneira prática, num provimento de claro aspecto venal dentro do jogo das mercês da América Portuguesa e incluídas na permissividade e controle da monarquia.

Nas palavras de Francisco Ribeiro da Silva, as interpretações jurídicas que abriam espaço para as vendas de ofícios era de que “no fundo, o que a Lei portuguesa pretende acautelar é o controlo absoluto do Rei nesta matéria – o qual, em linhas gerais, foi efetivamente conseguido”. A concessão de ofícios durante todo o Antigo Regime português, buscava, como dissemos, uma centralidade para que a gestão régia arbitrasse no repartimento desses poderes e ocupações, agindo sempre na manutenção desta força política que o mecanismo de concessão possuía. É certo que para a América Portuguesa o Conselho Ultramarino servia efetivamente de

---

Ouvidoria Geral, e Tabelião do Público, Judicial e Notas de Olinda e Recife, Luís Marreiros de Sá, pedindo alvará para poder renunciar aos ditos ofícios em pessoa que possa concorrer com a quantia necessária para livrar da cadeia o seu filho Luís Marreiros de Melo, fiador de suas dívidas. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 45, D. 4030.

controladoria para que a Coroa fiscalizasse a distribuição dos ofícios e a manifestação, ou não, das venalidades. No entanto, o domínio absoluto era burlado sobretudo durante os reinados daqueles governantes que reafirmavam a mentalidade do uso do poder financeiro como sinônimo de incompetência, preferindo a carreira de fidalgos e demais vassallos com um currículo extenso para o provimento de determinados ofícios.

Por muitas vezes as venalidades foram negadas como um artifício dinâmico e de bom uso para solucionar a arrecadação da Coroa, levando este mercado a girar em torno dos tratos particulares de renúncias e arrendamentos sigilosos e que, ainda tramitados pelos órgãos da monarquia, passavam por cima dos anseios do rei. Em alguns pontuais momentos o poder central agiu na forma de favorecer o provimento de quem prestava socorro aos cofres régios, levando o jogo de interesses a atuar na força do fator monetário em uma sociedade corporativa, mas ainda pautada nas relações nobiliárquicas feudais. Os vassallos quem dispendiam quantias significativas e desenvolviam suas carreiras no Real Serviço acabavam privilegiados com maiores fatias de poder simbólico, embora nunca deixasse de existir o velho discurso contra a compra e venda de ocupações públicas, levando a prática a operar no silêncio dos reis e de seus súditos interessados nestas trocas. Demora até o raiar do século XVIII para o Antigo Regime português conhecer seu momento mais célebre na querela das venalidades de ofícios. É a partir do governo de D. João V que esta realidade encontra um novo panorama, uma reorganização da economia das mercês e do preenchimento dos quadros burocráticos das instituições, com significativas modificações na gestão das concessões régias e agindo direta e indiretamente para a organização da compra e venda de ofícios públicos tanto no Reino como nas demais possessões coloniais.

### **As reformas joaninas e a venalidade permitida na América Portuguesa**

Se voltarmos a observar que o campo onde a venda e compra de ofícios públicos aconteciam era justamente no preenchimento de propriedades e serventias do funcionalismo do Antigo Regime português, perceberemos que o reinado de D. João V ganhou um importante destaque na aplicação de um conjunto legislativo para esta matéria em específico, isto é, o provimento destes cargos, e também para certas

políticas fiscais nos ganhos cotidianos inerentes ao exercício das funções. Diante destas medidas estrategicamente definidas para reassumir o controle sobre as mercês régias, veremos que as venalidades, a partir de 1741, ganham uma nova amplitude, sendo substancialmente permitida, quase escancarada, e que antes disso, o arrendamento de ofícios também se configurou de maneira bastante sólida. Portanto, o período joanino na primeira metade do século XVIII será de fundamentais transformações sobre os aspectos do poder financeiro e a nomeação de oficiais na burocracia do império português.

Fazia parte da atenção da Coroa tomar certas providências para que os ofícios públicos em propriedade que foram concedidos não fossem livremente usados em transações diversas independentes ou algo que escapasse o constantemente citado controle régio sobre estes instrumentos de poder. Além disso, a própria ótica negativa aos oficiais que adquiram seus cargos por meio do dinheiro se manifestava constantemente, alertando uma relação de que muitos maus servidores pudessem adentrar no funcionalismo régio. E como já dissemos, até mesmo a transmissão por herança e dote matrimonial passava pelo crivo das instituições centrais do Reino, garantindo uma forma semiautomática de passagem, fruto do receio de se perder a gerência dos seus oficiais. Porém, isso não escapou que certas mercancias de cargos de justiça, governo e fazenda pudessem ocorrer. E em alguns momentos a Coroa soube se valer deste artifício, principalmente quando certas causas de extrema gravidade e urgência estavam em jogo, o que demandavam uma atenção maior ou o abrandamento do combate às venalidades:

Que os ofícios não deviam constituir uma mercadoria livremente transacionada pelos proprietários, sob o risco da Coroa se ver rodeada de maus servidores, parece ter ficado claro. Mas, quando as circunstâncias exigiam, o monarca soube olhar para estes súditos cujas qualidades já haviam sido julgadas no centro político aquando dos seus encartes. Em alguns casso, os tribunais régios foram favoráveis à alteração das normas, consentindo com todas as letras a venda de cargos entre particulares, no Reino ou nas conquistas, principalmente quando era a honra dos proprietários ou de sua família que estava ameaçada. (STUMPF, 2012, p. 288)

Ao que parece, D. João V esteve ciente desta conjuntura de coisas, isto é, a necessidade de administrar mais firmemente as mercês régias, os negócios entre

proprietários e serventuários, assim como direcionar as venalidades ao favor dos objetivos da Coroa, aproveitando parte dos capitais investidos nestas formas de conquista de provimentos régios e também correspondendo aos requerimentos dos súditos que desejavam renunciar seus ofícios mediante venda e arrendamento – sempre por motivos maiores que as proibições impostas –. Diferentemente dos monarcas anteriores que advogaram contra a prática, como foi a figura de D. Pedro II e sua ação contra a venalidade por parte das câmaras municipais (STUMPF, 2012, p. 290), D. João V se aproveitou de um momento de relativa prosperidade e inspirou uma reorganização para esta área da administração régia, com algumas consequências importantes para as relações políticas entre os oficiais americanos e o Reino.

Tanto Roberta Stumpf quanto Alberto Gallo nos dão referenciais para a discussão da importância deste período no aspecto das venalidades de ofícios públicos, tendo o mesmo ponto de partida escolhido por ambos para suas observações: as serventias. E além de ter em mente as mudanças em relação à ocupação temporária de ofícios, é interessante destacar também dois momentos que são decisivos para entender como o período joanino pôde conduzir a compra e a venda no funcionalismo público a um nível quase sistemático e plenamente difundido: o estabelecimento das Terças, em 1722, e dos Donativos, em 1741.

Para a autora, deve-se questionar os motivos que puseram a venalidade de ofícios a uma permissividade incentivada pela Coroa, indo além da noção de que, admitindo a força do poder econômico nas relações dos provimentos, os cofres reais estariam mais cheios com esta prática. Obviamente os ganhos financeiros foram importantes para o poder régio, mas está na contribuição política das vendas de cargos o trunfo maior da Coroa:

Mesmo considerando que os benefícios econômicos influenciaram a decisão da Coroa em vender ofícios americanos, também o leilão de cargos americanos poderia trazer vantagens políticas à monarquia. Para o historiador italiano Alberto Gallo, um ponto merece destaque: o ensejo em centralizar no Reino as nomeações dos funcionários régios do Ultramar sobretudo por estar em consonância com a tendência centralizadora que caracterizou a política portuguesa como um todo no Setecentos. (STUMPF, 2012, p. 294)

Mais uma vez, a tendência monopolizadora das mercês surge como uma força nas decisões da Coroa em relação aos provimentos. Ainda que regimentalmente muitos oficiais diretivos na América Portuguesa pudessem prover serventias, tais como governadores das capitanias, vice-reis, ouvidores etc., a Coroa tenta conter estas prerrogativas, recobrando a liderança nestas questões. Especificamente para as realidades coloniais, era de considerável importância reunir esforços para trazer de volta as nomeações para o lado do Reino, isto é, delimitando o movimento que estabelecia o provimento de ofícios, do centro para os cenários locais, levando a necessidade de que os vassalos das possessões ultramarinas deveriam se religar às instituições de Lisboa.

O discurso contrário a prática da compra e venda de ofícios insistia na obrigatoriedade de nomeação de pessoas de nobreza, honra e aptidão para o exercício dessa função, A riqueza deveria ser uma consequência, um fator adicional que complementaria o currículo de um requerente, mas nunca um meio para atingir um título, ofício ou outra benesse real. No entanto, esta concepção não era posta em prática na realidade da América Portuguesa com o seu preenchimento do funcionalismo colonial. Pelo menos dois fatores pulverizaram as chances de que a carreira no Real Serviço ou a procedência de quem concorria a um ofício pudesse diminuir a incidência das práticas venais nas serventias, foram eles: a abertura da concessão de provimentos para autoridades americanas e a própria ação da Coroa com o estabelecimento dos donativos, em 1741.

A descentralização do poder de conceder serventias para os ofícios vagos ameaçava os interesses da monarquia na escolha de seus próprios servidores, tendo em vista a existência de várias manifestações de favorecimento local, isto é, trocas de favores e influências entre as autoridades das capitanias com os postulantes aos cargos públicos sem proprietário, além da ausência de uma efetiva fiscalização por parte da Coroa. A autonomia que era conferida legitimamente a estas figuras de governo certamente estimulava certos personalismos, selecionando partidários e protegidos aos postos vagos, ao contrário do requisito de nomear serventuário aqueles que fossem de melhor qualidade. Os vícios de uma arbitrariedade baseada no peso da influência e da proteção política impedia os desígnios da ideologia do

bom e nobre servidor, ainda que nem estejamos tratando da venalidade em si. Como descreveu Roberta Stumpf:

Depois de tantos anos em que se pode aprender com a experiência [do livre provimento das autoridades coloniais], como se dizia, já não era possível acreditar que as autoridades locais ao proverem os funcionários cumpriram esta premissa, recorrentemente lembrada nas leis e nos provimentos efetuados no Reino. (STUMPF, 2012, p. 294)

Da mesma forma que havia as disparidades entre os oficiais nomeados em solo americano pelas grandes autoridades e o ideal projetado contra os vassallos que buscavam no poder econômico suas garantias de ascensão e manutenção social, a própria ação da Coroa, determinadamente no reinado de D. João V, alargou ainda mais o afastamento da realidade praticada e do perfil imaginado do oficial da burocracia do Antigo Regime português. Se os caminhos do funcionalismo local na América Portuguesa eram constantemente alterados e redesenhados pelo jogo de poderes e interesses de vários personagens interligados entre si, fossem nas câmaras, ouvidorias e demais esferas de poder, tal manifestação era algo há muito difundido na expansão da administração régia nos Trópicos; pois quando o governo de Lisboa decide estimular a compra e a venda de cargos, principalmente a partir de 1741, aparece uma nova perspectiva para a concessão de serventias e propriedades de ofícios públicos, dessa vez admitindo o fator financeiro na prática, escancarando que a riqueza é um determinante prioritário, e, mais tarde, fundamental e quase único para que um indivíduo possa sair vitorioso nos leilões das benesses régias. Com os donativos, não mais o auxílio financeiro indireto será a única forma de venalidade considerada pela Coroa, mas inclusive deixada em segundo plano, pois o arremate direto dos ofícios está explícito e devidamente aceito pelo centro e pelos vassallos. A partir dessa nova prática, cai por terra mais uma vez o padrão tradicional de carreira do Real Serviço:

Se o teor da provisão exigia que as nomeações recaíssem em pessoas aptas, a Coroa e os tribunais do centro pouca atenção deram a este ponto, que até então não era um mero detalhe. Se observarmos os alvarás de serventia emitidos pela Chancelaria régia, os provimentos efectivados mediante pagamento de donativo a partir de então justificavam-se unicamente em função do montante oferecido. A

importância social ou a experiência no serviço da monarquia, que por ventura pudessem ter os novos titulares, não são referidos. Era só o dinheiro, e apenas este, que servia de base à concessão dos novos cargos dados em serventia. (STUMPF, 2012, p. 294-295)

O que podemos reforçar aqui é o caráter completamente inovador e difuso que D. João V assumiu juntamente com as demais instituições centrais de governo, contrariando a antiga tendência dos monarcas portugueses da dinastia de Bragança ou do período filipino, que tratavam a venda e compra de ofícios e títulos como medidas de força maior, quase sempre aliadas ao conceito de eleger vassallos aptos e preparados, assim como o intenso segredo e mascarar de provas e tramitações destas práticas. Com as reformas promulgadas durante seu reinado, o monarca aproximou-se de outras experiências europeias, que se valeram muito mais da concessão de benesses mediante quantias em dinheiro, remates e socorros financeiros em prol das Coroas. O Antigo Regime português não conheceu o arremate de propriedades de ofícios, ou seja, a compra direta em leilão da posse vitalícia de postos do funcionalismo. Como fora dito, o sistema de donativos criado em 1741, assim como as venalidades indiretas por renúncia de proprietários ou por mercês mediante auxílios e sustentos de empreitadas régias, foi designado para os ofícios temporários, as serventias. Durante o período pombalino a ótica será completamente invertida, cerceando a concessão de serventias, mas privilegiando as vendas diretas das propriedades de ofícios, administrando também seus acessos. Por isso, é necessário, aprioristicamente, voltarmos a explanar de forma mais sistemática as demais medidas adotadas para conter as transações particulares de propriedades e serventias e retomar o controle da Coroa na matéria das venalidades.

Em 1723, D. João lança um alvará régio em que estabelece a cobrança das chamadas terças, que significavam a terceira parte dos rendimentos anuais dos serventuários dos ofícios públicos de toda a burocracia do Antigo Regime português, uma tarefa de longo alcance e que demandava uma vultuosa rede de fiscais. Era uma quantia bastante significativa para aquilo que o ofício conseguia acumular, e também não era a única taxa a ser paga por um serventuário, pois incidia diversas outras obrigações nas chancelarias, câmaras e demais instituições que encartavam o oficial temporário, naquele tempo, provido por três anos. Alberto Gallo estima que 43% dos rendimentos anuais acabavam investidos nos cofres régios através de impostos

(GALLO, 2000, p. 103). Da mesma forma que as venalidades, de modo geral, acabavam gerando fatores econômicos e políticos, a cobrança deste novo direito implicou na expansão da fiscalização da Coroa no oficialato colonial, e que, aparentemente, houve uma taxa de sucesso efetiva nesta questão, favorecendo o controle de Lisboa sobre o oficialato colonial. Tal cobrança prendia o corpo de serventuários ao fisco do rei, que não aparenta apenas uma ligação financeira, mas também política:

La iniciativa de 1722-23 es importante ya que confirma lo que se puede deducir de otros indicios, esto es, que ya desde el inicio del reinado de D. João V (1706-1750) se estaba produciendo una progresiva reorientación de la política de la Corona portuguesa em matéria de provisión de ofícios, en el sentido de que se les iba reconociendo una creciente importancia a los objetivos financieros, respecto de los tradicionales 'políticos' y clientelares (GALLO, 2000, p. 103)

Muito tempo antes das reformas elaboradas durante o reinado de D. João V, as avaliações eram os documentos comprobatórios que interessavam aos proprietários de ofício por estabelecer a noção de quanto de rendimento seu posto conferia anualmente, a fim de que, a partir desta estimativa oficial, pudesse cobrar a terça parte que lhe cabia do serventuário que em seu lugar estava servindo. Notemos que as terças estipuladas em 1723 se caracterizam como uma taxa cobrada dos serventuários para a propriedade régia dos ofícios, isto é, a própria Coroa. Para aqueles ofícios que possuíam donos particulares, os substitutos continuavam pagando os direitos que anteriormente já se pagavam. As avaliações deveriam ser executadas pelos funcionários da provedoria, especificamente o almoxarife da Fazenda, e muitas vezes acabavam terminando em litígio judicial, tendo em vista que tanto serventuários quanto os proprietários poderiam atrasar a elaboração da avaliação ou cobrar uma nova após alguma passagem de tempo para estimar uma determinada ocupação, cada um com seus interesses próprios. Os substitutos dos proprietários quase sempre desejavam a defasagem da contagem dos rendimentos, pois implicaria em uma menor taxa anual que deveria ser paga por eles, e neste caso aplica-se a mesma perspectiva para os serventuários dos ofícios administrados pela própria Coroa. Já os proprietários, assim como o poder régio, poderiam assumir um papel de maior rigor na estimativa dos rendimentos, pois a eles interessavam

aumentar as quantias que seriam depositadas como arrendamento do ofício. Alberto Gallo conta que:

Las estimaciones – las avaliações - a cargo de los ministros competentes (juices, en l caso de los oficios de justicia, provedores en el caso de los de hacienda), eran, por punto general, harto complacientes. La retención teórica del 43% de la renta anual se podía reducir, en los hechos, a la mitad, a un cuarto o incluso a mucho menos, según cuanto hubiera estado subestimada la renta del oficio en la avaliação. En Lisboa bien se sabía que las avaliações de los oficios americanos estaban subestimadas (lo mismo sucedía en el Reino), con lo cual la restricción fiscal resulta menos desconsiderada de lo que podría parecer a primeras. (GALLO, 2000, p. 104)

Para entendermos o efeito desta medida e sua propagação na realidade da América Portuguesa, vemos que em Pernambuco, cerca de nove requerimentos de avaliações de ofícios foram tramitados no Conselho Ultramarino após a promulgação das terças, entre 1724 a 1736, além daqueles emitidos diretamente pela ação da Coroa, antes e depois do estabelecimento do imposto. A distribuição dos requerimentos pelas esferas de poder estava equilibrada, tendo os ofícios da Alfândega e Justiça equiparados com quatro documentos para cada área<sup>4</sup>. E em um desses casos, encontramos na ouvidoria de Itamaracá o ofício de escrivão, que pertencia ao capitão Francisco Xavier de Miranda e que demonstra a importância das avaliações para o desenrolar das relações entre serventuários e proprietários. Como se encontrava ausente de avaliação, o proprietário deu entrada em seu requerimento ao Conselho Ultramarino queixando-se de não receber as partes financeiras que lhe cabem dos serventuários, pois estando o ofício não avaliado, não se tinha uma estimativa clara de quanto valeria um terço dos rendimentos anuais, resultando que “os serventuarios delle lhe duvidão satisfazer penção alguma”<sup>5</sup>. Desta forma, as avaliações tornavam-se um norte para regulamentar a fiscalização dos rendimentos e a cobrança efetiva das terças partes, tanto para a Coroa como para os proprietários que arrendavam seus cargos. Claramente, para o benefício dos interesses de Lisboa, o poder régio conseguiu de maneira rápida e sistemática se recolocar nas relações

<sup>4</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 30, D. 2716; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 33, D. 3017; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 35, D. 3229; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 40, D. 3650; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 40, D. 3654; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 43, D. 3836; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 43, D. 3887; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 49, D. 4339; AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 50, D. 4440.

<sup>5</sup> REQUERIMENTO do proprietário do ofício de escrivão da Ouvidoria da capitania de Itamaracá, capitão Francisco Xavier de Miranda, ao rei [D. João V], pedindo ordem para avaliação do rendimento do dito ofício. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 33, D. 3017.

entre os que possuíam ocupações em propriedade e seus substitutos, o que era um dos objetivos das reformas do período joanino e que ter em mãos o poder de regular e monitorar os arrendamentos de ofícios foi algo bastante desejado. O peso político dessas estratégias teve como maior consequência a fiscalização por parte do centro dos antigos e novos arrendamentos de ofícios particulares e também os vagos da época.

O panorama político e fiscal dos provimentos de ofícios do Antigo Regime português, sobretudo para aqueles cargos das possessões coloniais, encontrava-se gradativamente encaminhado para que fosse projetada a percepção do fator econômico como elemento de suficiência para a postulação de indivíduos no Real Serviço da Coroa. Duas décadas após a cobrança das terças partes dos rendimentos, mais precisamente em 25 de março de 1741, D. João V lança o alvará que estabelece os já citados donativos, para as serventias dos cargos sem proprietários e de três anos de duração. Aqueles que, a partir daquela data, tentassem concorrer a uma serventia, deveriam oferecer o maior donativo para sua nomeação, criando um sistema abertamente pautado no arremate, através das quantias em dinheiro. Já os que estavam devidamente em exercício de seus cargos, também deveriam oferecer um donativo definido pelos agentes da Cora. Gallo acredita que as décadas que se seguiram após as terças não foram de massivas vendas de cargos públicos, embora algumas venalidades possam ter acontecido, e que a Coroa possivelmente desejava alargar ainda mais a extensão desta prática. A influência da riqueza propriamente dita, enquanto fruto de acúmulo, gestão e lucro, a partir desta medida, assumia uma força que antes encontrava respaldo nos acordos secretos e discretos entre particulares e reis embaraçados em escandalizar os provimentos que geriam. A venda e compra direta de ofícios se manifestará até 1757, quando retornam a concessão de mercês aos valores tradicionais de serviço e carreira.

Se tomarmos consideração de que esta prática foi plenamente regulamentada pelas legislações avulsas elaboradas no período joanino, abrindo espaço para a realização de um verdadeiro mercado de serventia de ofícios, podemos dizer também que a constância, perenidade, foi um dos atributos que estiveram presentes no recolhimento das rendas da Coroa portuguesa por via das venalidades. Os ganhos com donativos de ocupações temporárias não eram pequenos, muito pelo contrário,

ainda que fossem de muito menor valor que as vendas das propriedades de ofício, mas que de todo modo significavam um caminho seguro para fortalecer os cofres da monarquia. Em um comparativo entre serventias e propriedades, estas primeiras se sobressaíam em regularidade e amplitude, além de que as possibilidades de renovação aumentavam o valor arrecadado com o passar dos mandatos de três anos (GALLO, 2000, p. 106).

Além disso, cabe aqui dizer que as vendas de serventias geraram uma repercussão pouco negativa, sem grandes impactos conflitantes e que não desestabilizava as relações vassálicas entre Coroa e seus súditos que praticavam o Real Serviço, dentro da economia das mercês, na esperança de desenvolverem suas carreiras e atingirem maiores títulos, benesses e cargos públicos. De fato, a posse vitalícia era um direito de importante prestígio social, sem estabelecer distinções de ofícios intermédios ou diretivos, fossem quais fossem, e que entregava ao indivíduo que o obtivesse uma ampla possibilidade de ações e capitalização de poder simbólico e político. Diante desta perspectiva, arrematar um ofício em propriedade, ao invés de merecê-lo por suas qualidades de servidor da Coroa, era muito mais negativo do que a abertura que a venda das serventias possuía.

Se a Coroa desejava reaproximar a rede de provimentos dos ofícios da América Portuguesa de volta ao poder de Lisboa, conseguindo um êxito efetivo com as terças e os donativos das serventias, uma pequena diferença na concessão dos ofícios dinamizava o pagamento do postulante ao cargo. A análise da candidatura de algum vassalo era feita no Reino, intermediada pelo Conselho Ultramarino, que considerada não apenas o maior donativo oferecido, mas a aptidão do servidor para o desempenho da função pretendida. No entanto, o pagamento do donativo e demais taxas que deveriam ser incorporadas não seria efetuado diretamente para Lisboa, mas sim no Brasil, nas provedorias das fazendas da capitania que o ofício postulado estivesse subordinado, em seis parcelas semestrais. Da mesma forma com os débitos que deveriam ser recolhidos em solo americano, especificamente in loco, os fiadores também eram apresentados na mesma instância em que o serventuário deveria tomar posse. O fiador era uma figura que deveriam se responsabilizar em assumir as taxas caso o postulante a serventia não cumprisse com o acordo.

Gallo, no entanto, contrapõe as configurações dos arremates, tratando especificamente das venalidades das propriedades dos ofícios americanos, quando cita as principais consequências destas medidas. Uma delas foi a criação de um verdadeiro mercado especulativo que girava em torno destas nomeações mediante o dinheiro dos donativos. A partir do momento em que não se delimitava o início do pagamento dos remates, e que também não acarretava em punições ou censuras, muitos oficiais forçavam um alto valor estipulado, não depositavam e forçavam os interessados na serventia destes ofícios a aceitar um arrendamento elevado. Embora este mecanismo explorasse indivíduos dispostos a conquistar a nomeação temporária do serviço, o fato é que a Coroa acabou se beneficiando de forma completamente indireta, pois duplamente lucrava com a alta nos preços das candidaturas, tanto dos proprietários quanto dos serventuários. A reação negativa contra os proprietários especuladores, que eram quase sempre moradores do Reino para ofícios da América Portuguesa, fez com que a Coroa decretasse um tempo mínimo para registrar a propriedade ou a serventia em questão, e estimulou que os oficiais das provedorias da Fazenda colaborassem coma fiscalização e devido registro dos pagamentos de donativos e outras cobranças de Lisboa. Porém, muitos destes oficiais que faziam o intercâmbio dos negócios régios em solo americano acabavam envolvidos nos jogos locais de interesse e influenciados pelas demais forças, o mercado especulativo demorou a encontrar sua inibição.

#### Considerações finais

Em muitos aspectos, ainda que as práticas e arbitrariedades regionais dos Trópicos impedissem a vontade de centralismo, é certo que as estratégias usadas por Lisboa contribuíram para que a fiscalização da Coroa conseguisse incidir sobre as trocas particulares e as concessões diretas dos ofícios públicos. Estas primeiras quase sempre foram motivos de dor de cabeça dos monarcas anteriores a D. João V, preocupados em cessar a gestão das mercês que escapava o julgo régio e que manchavam um funcionalismo baseado, ainda que em teoria, nas qualidades de honra, tradição, limpeza de mãos e outros valores nobiliárquicos. Já as vendas das serventias e das propriedades trouxeram uma nova perspectiva para a expansão administrativa na América Portuguesa, donde os ofícios auxiliares de justiça encontravam uma importante posição neste aspecto.

Conclusivamente, a venalidade de ofícios praticada durante o reinado de D. João V, ou seja, no alvorecer até meados do século XVIII, torna-se uma das peças fundamentais para compreender as diversas possibilidades nas relações que se estabeleciam entre os possuidores vitalícios dos ofícios públicos, sobretudo aqueles intermédios da Justiça, e os que eram nomeados temporariamente no lugar destes proprietários ou para aqueles cargos vagos. De todo modo, a inovação que aproximava a monarquia portuguesa de outros exemplos do Antigo Regime europeu ganhava uma repercussão e modos próprios de agir na América Portuguesa. Diante do que fora posto, as venalidades conviveram e fizeram contrapontos significativos no provimento de cargos régios e também estavam presentes nos interesses dos vassallos e do Reino quando estes agiam em prol da manutenção social individual e familiar, coexistindo com os movimentos de transmissão destes ofícios, fosse por herança ou dote matrimonial.

### Referências

- ALMEIDA, Cândido Mendes de (Org.). **Ordenações Filipinas. Livro 2º. Tit. 46.** Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Philomathico, 1870.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FRAGOSO, João & GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos – A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário Portuguez e Latino.** Coimbra/Lisboa: Colégio das Artes/Pascoal da Sylva. Vol. VIII. 1728.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva. 2007.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL. 1989
- CASTILLO, Francisco Andújar. Venalidad de oficios y honores. Metodologia de investigación. In: STUMPF, Roberta Giannubilo. CHATURVEDULA, Nandini (Orgs). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII).** Lisboa: Centro Histórico de Além-Mar, 2012.
- CHATURVEDULA, Nandini; STUMPF, Roberta (Org.). **Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII).** Lisboa: Centro de História de Além-Mar. 2012.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- GALLO, Alberto. La venalidad de oficios públicos en Brasil durante el siglo XVIII. In: BELINGERI, Marco. **Dinámicas de Antigo Régimen y orden constitucional: representación, justicia y administración en Iberoamérica, siglos XVIII-XIX.** Turin: Otto Editore, 2000.

GUEDES, Roberto (Org.). **Dinâmica Imperial no Antigo Regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados: séculos XVII – XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

HESPANHA, Antônio Manuel. **Às vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal – séc. XVII**. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_. Direito Comum e direito colonial. **Panóptica**, ano1, n. 03. 2006.

\_\_\_\_\_. **Imbecillitas – As Bem-aventuranças da Inferioridade nas Sociedades de Antigo Regime**. São Paulo: Annablume, 2010.

\_\_\_\_\_. **História das Instituições – Épocas medieval e moderna**. Coimbra: Livraria Almedina, 2003.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. **Uma elite em crise: a açúcarocracia de Pernambuco e a Câmara Municipal de Olinda nas primeiras décadas do século XVIII**. 2003. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora. 2001.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Venalidade e hereditariedade dos ofícios públicos em Portugal nos séculos XVI e XVII: alguns aspectos. **Revista de História**, nº8. 1988.

SOUZA, G. F. C. **Tratos e mofatras: o grupo mercantil no Recife colonial (c. 1654 - c.1759)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1994.

**Recebido em:** 09/11/2022

**Aprovado em:** 23/03/2023

# A TRADIÇÃO DE PESQUISA EM LÍNGUAS DE SINAIS NO/DO BRASIL (1980 A 2019): UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

*THE TRADITION OF RESEARCH IN SIGN LANGUAGES IN BRAZIL (1980 TO 2019): A HISTORIOGRAPHIC ANALYSIS*

**Marcelo Alessandro L. dos Anjos**<sup>1</sup>

Universidade Federal do Piauí

**Rodrigo Alves Silva**<sup>2</sup>

Universidade Federal do Piauí

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar um breve mapeamento acerca da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil, no período de 1980 a 2019. Neste artigo, em específico, pretende-se: i) analisar, segundo o princípio da contextualização (KOERNER, 2014), os fatores sociais, políticos e históricos que favoreceram o desenvolvimento dos estudos sobre línguas de sinais no Brasil, a partir de 1980; ii) mapear teses e dissertações na área defendidas entre 1980 a 2019; iii) identificar os principais grupos de especialidade (MURRAY, 1994) e os cursos de Letras Libras implementados nas universidades. Para tanto, utiliza-se os princípios teórico-metodológicos

**Abstract:** This research aims present a mapping (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021) about the production of knowledge on sign language in Brazil, from 1980 to 2019. This article specifically aims to: i) analyze, according to the principle of contextualization (KOERNER, 2014) the social, political and historical factors that favored the development of studies on sign language in Brazil, since 1980; ii) mapping theses and dissertations in the area defended between 1980 and 2019; iii) identify the main scientific group (MURRAY, 1993) and Letras Libras courses implemented in universities. Therefore, the theoretical-methodological principles of Linguistic Historiography are used, based on

---

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua, como professor Associado I, na Universidade Federal do Piauí, onde coordena, desde 2014, o Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português (NUPEP/UFPI). E- mail: marcelodosanjos@ufpi.edu.br.

<sup>2</sup>Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Membro do Núcleo de Pesquisa e Ensino do Português (NUPEP/UFPI). E - mail: rodrigoalvessilva@hotmail.com.br.

da Historiografia Linguística, baseando-se em autores como Swiggers (2019), Altman (2004[1998]) e Batista (2007; 2013).

**Palavras-chave:** Historiografia Linguística. Línguas de Sinais. Mapeamento.

authors such as Swiggers (2019), Altman (2004[1998]) and Batista (2007; 2013).

**Keywords:** Linguistic Historiography. Sign language. Mapping.

## 1. Introdução

Entendida como uma metaciência (BATISTA, 2007), a Historiografia Linguística (doravante HL) se detém a examinar e apresentar a história da Linguística em seus diversos campos de estudo, entre os quais estão aqueles que incidem sobre as línguas de sinais. Desse modo, este trabalho tem o objetivo de apresentar um *mapeamento* (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021) da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil, no que chamamos de *Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais (TPLS)*, a partir do conceito de *tradição de pesquisa* proposto por Laudan (2011 [1977]), o qual afirma que toda disciplina intelectual, científica ou não, tem uma História repleta de *tradições de pesquisa*, e de Feyerabend (2011[1978]), para quem todas as tradições são válidas e não podem ser consideradas boas ou más, a menos quando julgadas do ponto de vista de uma outra *tradição*.

Este *mapeamento* é parte dos resultados da tese intitulada *A Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais no/do Brasil (1980 a 2019): uma análise historiográfica a partir de teses e dissertações*, realizada no âmbito de Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (quadriênio 2019-2023), junto ao grupo de pesquisa *Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas*<sup>3</sup>, coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo dos Anjos.

A tese citada tem o objetivo geral de construir uma narrativa historiográfica acerca da produção de conhecimento sobre línguas de sinais no/do Brasil. Para tanto, elegeu-se como recorte temporal o período que abrange a década de 1980, em que

<sup>3</sup> Mais informações do grupo de pesquisa em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2196204928483826](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2196204928483826).

se iniciam, no Brasil, as pesquisas linguísticas na área, e a década de 2010 (até 2019), período em que se encontrou as últimas teses e dissertações registradas no repositório da CAPES quando da elaboração do projeto. Partindo desse recorte temporal, optou-se por fazer um *mapeamento* das teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, bem como um levantamento dos cursos de Letras Libras implantados desde 2006, ano de inauguração do primeiro curso de Licenciatura em Letras Libras, a distância, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além dos cursos, fez-se também um levantamento dos grupos de pesquisa na área da Linguística de línguas de sinais cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Neste trabalho, foi estabelecido o seguinte percurso: primeiramente, discute-se a respeito da história dos estudos sobre línguas de sinais, num cenário macro, para só então adentrar no contexto brasileiro. Em seguida, faz-se uma breve *contextualização* (KOERNER, 2014[1995]) dos fatores sociais, políticos e históricos que favoreceram o desenvolvimento dos estudos sobre línguas de sinais no Brasil, a partir de 1980, período em que surge o *movimento social surdo* (BRITO, 2021). Posteriormente, são apresentados os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, baseando-se em Swiggers (2019), acerca das fases do trabalho historiográfico, e em Coelho, Nóbrega e Alves (2021), sobre a técnica do *mapeamento*, mostrando o quantitativo de teses e dissertações produzidas no Brasil entre 1980 a 2019. Ademais, discorre-se sobre os cursos de Letras Libras implantados nas universidades federais e estaduais brasileiras e os principais *grupos de especialidade* (MURRAY, 1994) da área. Esses dados, além de evidenciarem a produção e a institucionalização de conhecimentos da *TPLS* no cenário da pesquisa linguística brasileira, servem de fontes a pesquisadores da área, já que, “no contexto dos estudos da linguagem no Brasil, ainda há muita dispersão, lacunas e desorganização de fontes” (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021, p. 15).

## 2. Breve histórico dos estudos de línguas de sinais

O campo de estudos linguísticos de línguas de sinais é mais recente no quadro de trabalho de estudos da linguagem, muito embora, conforme Oviedo (2007), as primeiras reflexões filosóficas remontem à Antiguidade Clássica. Além disso, o autor argumenta que, no século XVIII, filósofos do Iluminismo estavam em busca da linguagem universal e, por isso, se interessavam, de algum modo, pelas línguas de sinais. Segundo Armstrong (2022[2008]), filósofos iluministas franceses da segunda metade do século XVIII, como Condillac, Diderot e Rousseau, estavam cientes do trabalho de educadores de crianças surdas, como Pereire – e parece ter havido um diálogo entre os filósofos e o Abade de l'Épée, fundador da primeira escola para jovens surdos na França no final do século XVII:

Eles viam a língua sinalizada como mais natural e transparente que a fala e, portanto, menos capaz de ser corrompida e manipulada pela classe dominante. Eles também questionaram se ela poderia ser usada para pensamentos e discursos verdadeiramente abstratos (ARMSTRONG, 2022[2008], p. 7651).

A ideia de uma linguagem universal, por seu turno, pode ser percebida ainda no século XVI, pois, consoante Trabant (2020), estando a Europa imersa no contexto da formação dos estados nacionais e diante de uma diversidade linguística que ameaçava a soberania do latim, surgiram algumas maneiras de lidar com essa situação: a busca pela unidade profunda entre a diversidade das línguas, tentando resgatar a língua das origens com a pesquisa histórica; a procura pela unidade estrutural profunda, a gramática geral; e a busca por uma teoria linguística que ateste a existência de uma linguagem universal. Esses posicionamentos teóricos vão de encontro ao pensamento de que cada língua compreende uma diversidade cognitiva, ou seja, as visões de mundo podem ser distintas a depender da língua que se utiliza, teoria que, no século XX, atinge seu ápice com os estudos de Benjamin Lee Whorf (TRABANT, 2020).

Quanto às línguas de sinais, já no século no século XIX, houve um abandono de seus estudos, devido à associação do “gestual” com o “primitivo”, motivada pela disseminação da teoria darwinista que apregoava a ideia de que os organismos vivos se tornaram mais complexos e capazes de sobreviver ao longo do tempo e, dessa forma, povos “primitivos” usavam um tipo de linguagem fundamentalmente gestual em contraste com os povos mais evoluídos, os quais se utilizavam da escrita. Conforme Baynton (2002):

Os professores do século XIX, por outro lado, não falavam de “língua de sinais”, mas sim de “a linguagem de sinais”. A língua de sinais para eles era uma linguagem universal que apareceu entre diversos povos ao longo da história. A língua de sinais dos surdos americanos era a mesma usada pelos surdos britânicos, russos ou chineses, ou pelos índios americanos. Embora estivessem bem cientes das diferenças entre eles, viam-nas como indicações de variações superficiais de uso, em vez de línguas distintas (BAYNTON, 2002, p. 17).<sup>4</sup>

Com efeito, Rocha (2019, p. 32) afirma que “línguas orais e línguas de sinais fazem parte do repertório humano, da vida em sociedade. É preciso apostar nas possibilidades dialógicas, na mistura. Uma língua não deveria ser confinada a uma circunscrição, ou a um domínio”. Desse modo, o interesse pela descrição e sistematização de aspectos linguísticos das línguas de sinais tem seu apogeu na década de 1960, na Universidade de Gallaudet, com o trabalho de William Stokoe, intitulado *Sign Language structure. An outline of the visual communication systems of the American deaf*. Seu pioneirismo, porém, é questionado, já que, ainda na primeira metade do século XIX, o francês Auguste Bébien (1789-1839), maestro e professor de surdos, e um grande defensor da escola bilíngue na França, se dedicou à descrição da Língua de Sinais Francesa (LSF) e publicou, em 1825, a *Mimographie*, uma proposta de escrita de sinais de base fonética. Segundo Oviedo (2009), é possível perceber muitas se-

---

<sup>4</sup> Tradução livre para: Nineteenth-century teachers, on the other hand, did not speak of “sign language,” but rather of “the sign language”. Sign language for them was a universal language that appeared among diverse peoples throughout history. The sign language of American deaf people was the same as that used by the British, Russian, or Chinese deaf, or by American Indians. While they were well aware of the differences among them, they saw these as indications of superficial variations in usage rather than distinct languages (BAYNTON, 2002, p. 17)

melhanças entre o *Mimographie* e os estudos de Stokoe, desvelando uma aparente influência do primeiro sobre o segundo.

Os estudos de Stokoe, por sua vez, impulsionaram as pesquisas linguísticas acadêmicas, legitimando o estatuto linguístico de uma “nova” modalidade de língua no quadro de estudos da Linguística. Conforme Garcia (2019), na ocasião do *Simpósio Nacional de Pesquisa de Língua de Sinais*, a primeira conferência nacional sobre linguística das línguas de sinais ocorrida em outubro de 1980 em Boston, Massachusetts, disseminou-se o trabalho de Stokoe em nível nacional, reverberando, posteriormente, em nível internacional.

Nesse cenário, o Brasil já era um dos países que incentivava a educação de surdos e o ensino de línguas de sinais desde a fundação do então *Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos*, em 1856, no Rio de Janeiro, o atual Instituto de Nacional de Educação de Surdos (INES), o qual esteve integrado historicamente a uma rede de instituições de educação de surdos, que se iniciou no século XVIII, com as escolas alemã e francesa. Já no século XIX, havia quase quatrocentas instituições distribuídas pelos cinco continentes, e o instituto brasileiro teve como sua principal referência, para o desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, o Instituto de Jovens Surdos de Paris (ROCHA, 2019).

Ligada à escola de surdos francesa, a instituição de educação de surdos do Brasil, ainda no século XIX, adotava uma metodologia que utilizava sinais para a comunicação de surdos e com foco no desenvolvimento da linguagem escrita. No entanto, na ocasião do Congresso de Milão, em 1880, decidiu-se que o uso dos sinais fosse deixado de lado nas instituições de educação de surdos, e que os projetos educacionais focassem, prioritariamente, na aquisição da linguagem oral. Rocha (2019, p. 23) ressalta que, nesse contexto, o então diretor do instituto brasileiro, Dr. Tobias Leite, cuja gestão ocorreu entre 1868 e 1896, defendia a aquisição da linguagem escrita, pois, para ele, a finalidade dos institutos era oferecer uma formação que “levasse ao surdo a possibilidade de estabelecer relações com a sociedade na qual estava inserido”. Desse modo, as línguas de sinais permaneciam em um plano secundário.

As lutas a favor do uso das línguas de sinais pelos surdos, associadas aos debates sobre as concepções filosóficas de educação de surdos e o avanço nas pesquisas linguístico-descritivas da *American Sign Language* (ASL), foram determinantes para que as línguas de sinais fossem de fato reconhecidas como língua. No Brasil, esse reconhecimento/legitimação se dá, pelo menos, por duas vias: a legal, ocorrida no ano de 2002, com a sanção da Lei nº 10.436/2002 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, resultado de um longo processo histórico de reivindicações do *movimento social surdo* (BRITO, 2021), iniciado na década de 1980; e a científica, através dos estudos linguísticos realizados e publicados, dentro e fora do Brasil, a partir da década de 1970 e, mais proeminentemente, a partir da década de 1980, por linguistas brasileiros, como Lucinda Ferreira (1945-), fundadora do primeiro grupo de pesquisa sobre línguas de sinais. Garcia (2019) aponta que:

O trabalho na Língua Brasileira de Sinais começou nos anos de 1970, quase simultaneamente com os desenvolvimentos nos EUA. Stokoe foi o pioneiro da linguística da língua de sinais e seu trabalho tornou-se um ponto de partida para pesquisadores de língua de sinais em outros países. O papel da linguista Lucinda Ferreira Brito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é tido como pioneiro e importante entre os linguistas da língua de sinais brasileira. Ela iniciou discussões fundamentais considerando o uso da língua de sinais e o português na educação de surdos (GARCIA, 2019, p. 16-17).

Desse modo, o que se disse a respeito das línguas de sinais do Brasil, seja no aspecto social, político e, sobretudo, linguístico, o modo como essas ideias circularam e os desdobramentos desse clima de opinião são questões caras à investigação que se alicerça no aporte teórico-metodológico da HL. No entanto, como já dito, este trabalho trará apenas alguns resultados parciais do levantamento e do *mapeamento* que se fez como parte integrante da análise historiográfica. Antes, cumpre discorrer a respeito das questões sociais e políticas que serviram de pano de fundo para o início do reconhecimento das línguas de sinais no Brasil.

### **3. O movimento social surdo e a luta pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais**

O período inicial do recorte temporal adotado neste trabalho é a década de 1980, momento em que o debate sobre as “deficiências”<sup>5</sup> e as políticas de inclusão se acentuaram, tanto no contexto nacional quanto internacional. Por conta disso, optamos por analisar, mais precisamente, esta década e os desdobramentos dela nos anos seguintes. Iniciamos a *contextualização* com o estabelecimento do ano de 1981, pela Organização das Nações Unidas, como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, com o lema “Participação plena e igualdade”. A ONU também considerou o período entre 1983 a 1993 como a “Década das Pessoas Deficientes”.

Além da promulgação do ano de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, determinou-se que esse ano seria apenas o início de todo um trabalho a ser desenvolvido ao longo de toda a década. Viu-se, então, a necessidade de uma elaboração de planos de ação a longo prazo dos países membros, os quais foram discutidos, no contexto da América Latina, entre 5 a 11 de novembro de 1980, no *Seminário Regional da Comissão Económica para a América Latina – CEPAL*, em Santiago, no Chile (BRASIL, 1981).

Esse contexto de política de inclusão e valorização das pessoas com deficiência reverberou também no Brasil, através do Decreto 84.919, de 16 de julho de 1980, que instituiu a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD). Conforme o Art. 1º deste Decreto, a CNAIPD teria a missão de “planejar e coordenar, a nível nacional, os programas relativos ao ‘Ano Internacional das Pessoas Deficientes’, a ser celebrado em 1981, conforme Resolução nº 31/123, da Assembléia Geral das Nações Unidas” (BRASIL, 1980).

A Comissão também foi composta por membros representantes de diferentes esferas administrativas, a saber: Ministério da Educação e Cultura (2 membros); Minis-

---

<sup>5</sup> O termo “deficiência” suscita várias discussões dada a sua complexidade, como afirma Diniz (2007). Neste capítulo, contudo, utilizamos o termo “deficiência” e “deficiente”, seguindo o princípio da *imanência* de Koerner (2014[1995]), pelo fato de ele ser comum na década de 1980, período em que surgem esses movimentos sociais. Em outros momentos do mesmo capítulo, utilizamos o termo “pessoa com deficiência”, termo disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, quando fizermos referência ao contexto mais recente.

tério da Previdência e Assistência Social (2 membros); Ministério da Saúde (1 membro); Ministério do Trabalho (1 membro); Ministério das Relações Exteriores (1 membro); Secretaria de Planejamento (1 membro); Secretaria de Comunicação Social (1 membro); entidade não governamental de reabilitação e educação de deficientes (1 membro); entidades não governamentais interessadas na prevenção de acidentes no trabalho, no trânsito e domésticos (1 membro) (BRASIL, 1981).

Nesse sentido, era atribuição da CNAIPD trabalhar de forma conjunta e descentralizada, mediante parceria com comissões estaduais e municipais criadas com o intuito de pôr em prática o Plano de Ação a curto, médio e longo prazo, além da participação de órgãos do governo, entidades não governamentais e membros da comunidade (BRASIL, 1981).

No que concerne aos surdos, a CNAIPD previu, em uma de suas ações do Plano de Ação, "ampliar e reestruturar o atendimento pré-escolar do INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INÊS [sic] e do INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT — IBC, visando transformá-los em serviços modelo" (BRASIL, 1981, p. 14), ação inserida no eixo "Educação", e "estabelecer condições para o fácil acesso das pessoas deficientes com dificuldade de comunicação (cegos e surdos) às fontes públicas de informação" (BRASIL, 1981, p. 16), quanto à "Remoção de barreira arquitetônicas". Percebe-se, então, no contexto dos anos iniciais da década de 1980, um *clima de opinião* sensível à "reabilitação" (sendo mais próximo à visão da época) das pessoas com deficiência, incluindo as pessoas surdas. Isso, de certo modo, pôde dar ainda mais espaço para um *movimento social surdo* (BRITO, 2021) em busca dos direitos da pessoa surda, sobretudo, o direito linguístico.

Um dos grandes esforços desses movimentos foi a mudança de visão em relação à pessoa com deficiência, do *modelo caritativo* ao *modelo social*. De acordo com Lanna Júnior (2010), o *modelo caritativo* tem origem no cristianismo da Idade Média e concebe a "deficiência" com um déficit e as pessoas são dignas de pena e vítimas da própria condição. O modelo social, no entanto, defendido pelo movimento das pessoas com deficiência baseia-se na ideia de que a interação entre a pessoa com

deficiência e o modo como a sociedade está organizada é que condiciona a funcionalidade, as dificuldades, as limitações e a exclusão das pessoas. Ou seja: o déficit não está atrelado à pessoa com deficiência, unicamente, à relação entre o sujeito e a estrutura organizacional da sociedade, em seus diferentes aspectos. Com isso, a luta das pessoas com deficiência deixou de estar apenas no campo do assistencialismo e passou a situar suas demandas no campo dos Direitos Humanos.

Outro grande impasse na história dos movimentos sociais das pessoas com deficiência foi a mudança terminológica, já que a palavra está carregada de ideologias e valorações a respeito do sujeito. Em função disso, na busca de romper com o uso de termos genéricos como "inválidos", "incapazes", "aleijados", "defeituosos", as pessoas com deficiência buscaram utilizar a denominação "pessoas deficientes", motivados sobretudo pelo AIPD, instituído pela ONU em 1980. Segundo Lanna Junior (2010), a inclusão do termo "pessoa" objetivou evitar a ideia de coisificação da pessoa com deficiência. Em seguida, passou-se a utilizar a expressão "pessoas portadoras de deficiência", com o objetivo de identificar a "deficiência" como um detalhe da pessoa. Apesar de amplamente adotada, inclusive na Constituição Federal de 1988, a condição de "portador" passou a ser questionada pelo movimento por transmitir a ideia de que a "deficiência" é algo que se porta e, por isso, não faz parte da pessoa. Além disso, enfatiza a "deficiência" em detrimento do ser humano (LANNA JUNIOR, 2010).

Atualmente, embora se reconheça a complexidade do conceito de "deficiência" (DINIZ, 2007), o termo mais utilizado tem sido "pessoas com deficiência", consagrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, e presente também na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Conforme a Lei, é considerada pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015, n.p). Importante salientar que a "deficiência" está atrelada não à pessoa, mas às barreiras que lhe são impostas,

sejam elas urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e na informação, atitudinais e tecnológicas (BRASIL, 2015), o que tem segregado tais pessoas na vida plena em sociedade.

No contexto de movimentos sociais da década de 1980, em que a voz desses grupos precisava ser ouvida, CNAIPD representou um dos principais meios de ascensão do movimento social das pessoas com deficiência, devido a sua ampla divulgação nos meios de comunicação, como a mídia televisiva e a imprensa escrita, como relatam alguns depoimentos de ativistas do movimento (BRITO, 2021). Alguns eventos também foram marcantes nesse período de movimento e luta das pessoas com deficiência: o *1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes*, que aconteceu em Brasília, entre 22 e 25 de outubro de 1980.

O movimento de luta da comunidade surda emergiu da luta das pessoas com deficiência, que incluía não somente surdos, mas também cegos, pessoas em cadeira de rodas e hansenianos. Esse grupo teve expressiva mobilidade na década de 1980, a partir da divulgação do AIPD, que garantia direitos às pessoas com deficiência. Após várias reuniões e encontros desse movimento, a comunidade surda decidiu criar o próprio movimento, que contemplasse apenas surdos, para que suas reivindicações peculiares fossem atendidas, já que os movimentos de pessoas com deficiência, como um todo, não atendiam às suas especificidades.

É possível perceber, no movimento das pessoas com deficiência, unidade e divisão, consensos e dissensos, amor e ódio. Parte desses conflitos são criados pelo fato de que novos movimentos sociais são, também, movimentos que buscam criar uma identidade coletiva para determinado grupo, seja em oposição a outros segmentos, seja em oposição à sociedade. Um dos objetivos dessa afirmação identitária é dar visibilidade e alterar as relações de força no espaço público e privado. O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém, unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas.

A unidade é ameaçada por fatores como a disputa pelo poder, pela legitimidade da representação e pela agenda da luta política (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 13).

Conforme Lanna Júnior (2010), havia uma tensão, nos primeiros debates nacionais organizados no início da década de 1980, no grupo de movimentos sociais das pessoas com deficiência, uma vez que o grupo era constituído de cegos, surdos, pessoas em cadeira de rodas e hansenianos. Esses diferentes grupos elegeram como estratégia a criação de uma única entidade que respondesse por todos eles, a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes. O impasse, então, ocorreu no momento em que se percebeu a necessidade de atendimento às especificidades de cada "deficiência", o que não era possível a partir de um grupo único. Com isso, houve a criação de federações nacionais por tipo de "deficiência", o que ajudou a fortalecer ainda mais os debates sobre novas atitudes em relação às pessoas com deficiência (LANNA JÚNIOR, 2010). Na visão de Lia Crespo, uma das militantes do movimento à época, em seu depoimento ao trabalho de Lanna Júnior (2010), essa divisão enfraqueceu o movimento, conforme se vê a seguir.

Em 1982, houve um racha no movimento nacional e a Coalizão acabou. Foram criadas organizações nacionais por tipos de deficiência. A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) passou a representar nacionalmente os surdos; a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (Onedef), os deficientes físicos, etc. Acho que, de alguma maneira, isso enfraqueceu o movimento. O NID não participou do Encontro que decidiu pela divisão do movimento. Nós sempre fomos a favor de uma coalizão que continuasse tendo organizações representativas de vários tipos de deficiência [...] Acho que tinha a ver com o fato de que sempre houve uma hegemonia, na liderança do movimento, das entidades de deficientes físicos. Pela característica da deficiência física, a gente tinha mais condições de comunicação. Tínhamos mais acesso à informação porque não tínhamos dificuldade em recebê-la. Ao passo que existia muito pouca informação em Braille para os cegos. O surdo recebia menos informação ainda, e isso era agravado pelo fato de os surdos terem mais dificuldade para se comunicar com a sociedade, com os jornalistas, com a mídia (CRESPPO *apud* LANNA JÚNIOR, 2010, p. 133-134).

A partir deste depoimento, percebe-se que os surdos participantes do movimento tinham pouco acesso à informação devido à dificuldade de comunicação, já que era feita em língua portuguesa e não nas línguas de sinais. Esse foi (e continua sendo, em alguns casos) o grande entrave na surdez, que são as barreiras comunicativas causadas pelo desconhecimento e desuso das línguas de sinais. Isso justifica o fato de, ainda na década de 1980, os surdos buscarem organizar um movimento independente, que reivindicava direitos que atendessem às suas necessidades peculiares, como o reconhecimento legal da Libras, o que aconteceu apenas em 2002.

Esse movimento de pessoas surdas é designado por Brito (2021) de *movimento social surdo*. O autor destaca o movimento social como um conjunto de ações coletivas por um grupo social pertencente a uma identidade coletiva. Com base nessa ideia, o Brito (2021) analisa a luta coletiva de ativistas da comunidade surda brasileira pelo reconhecimento legal da Libras.

Atrelado ao *movimento social surdo* pelo reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, o que ocorreria apenas em 24 de abril de 2002, com a sanção da Lei Ordinária Federal 10.436, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, havia um grupo de especialistas em pesquisas sobre descrição e ensino da Libras, que também ajudou a fortalecer o *movimento social surdo*, inclusive com pareceres técnico-científicos que atestam o estatuto linguístico das línguas de sinais, como foi o caso da linguista Eulalia Fernandes (UFRJ), que elaborou o *Parecer sobre a Língua de Sinais usada nos Centros Urbanos do Brasil*, anexo ao projeto de lei para o reconhecimento da Libras. Assim, conforme Brito (2021):

Na condição de especialistas em suas respectivas áreas, muitos desses intelectuais participaram da discussão de políticas governamentais, atuando junto a órgãos públicos, principalmente na área da educação e de direitos da pessoa com deficiência. Desse modo, agiram em reuniões comissões, assessorias e trabalharam na elaboração de pareceres técnicos [...] (BRITO, 2021, p. 46).

Ainda conforme Brito (2021), na década de 1980, esse grupo de especialistas era formado basicamente por ouvintes. Posteriormente, com o passar dos anos, aumentou o número de estudantes surdos que se formavam nas universidades e desenvolviam pesquisas em programas de pós-graduação, sendo, então, partícipes influentes nos movimentos sociais.

Nesse contexto de lutas sociais, as pesquisas linguísticas sobre línguas de sinais começaram a se desenvolver no Brasil com mais intensidade, como visto anteriormente, não só no meio acadêmico, mas também no contexto religioso. A propósito, as instituições religiosas foram uma das principais responsáveis pelo ensino e propagação das línguas de sinais no Brasil, sobretudo na década de 1980, com a elaboração de obras lexicográficas e manuais de descrição de línguas de sinais (SILVA, 2013). As pesquisas nas universidades, iniciadas também no fim da década de 1970, foram importantes para a legitimação das línguas de sinais e para a formação de grupos de pesquisas, responsáveis pela propagação e estabelecimento dessa *tradição de pesquisa*. Os dados que serão apresentados posteriormente mostram como se deu esse avanço, em termos quantitativos, de pesquisas na área. Antes, cumpre delinear-se, no tópico seguinte, o percurso metodológico adotado para o levantamento dos dados relacionados à produção e à institucionalização do conhecimento acerca das línguas de sinais.

#### **4. Metodologia em HL e o mapeamento de teses e dissertações**

A HL possui categorias e métodos que possibilitam uma compreensão adequada da história da Linguística e a construção de uma narrativa historiográfica. Tal narrativa precisa ser mediada por conceitos e métodos que formam uma espécie de *framework*, que não deve ter um caráter normativo, mas apresenta-se como uma possibilidade metodológica, já que é fruto das regularidades das pesquisas em HL.

Desse modo, como explicou Pierre Swiggers, em uma mesa-redonda intitulada *Historiografia Linguística: métodos*, transmitida no *youtube* pelo canal Abralín, em

04 de outubro de 2021<sup>6</sup>, a HL possui uma flexibilidade metodológica, em razão dos períodos históricos que se estudam, das diversas possibilidades de documentação e das situações culturais, institucionais e ideológicas. Além disso, a metodologia pode se modificar em função das perguntas que são feitas ao material documental ou em função das escolhas do historiógrafo no quadro de opções: intenção (ideias/fatos); extensão: duração (sincronia/diacronia); extensão: amplitude (conteúdos/contextos) (HISTORIOGRAFIA, 2021).

Ainda no quadro teórico da HL, Swiggers (2019) afirma que o trabalho historiográfico se delinea a partir de três procedimentos globais, que são: a) fase heurística: que consiste na etapa de seleção e organização dos textos; b) fase hermenêutica: que se caracteriza pela interpretação do objeto de análise; c) fase expositiva: que é a própria exposição da análise.

Na fase heurística, optamos por selecionar teses e dissertações a fim de compor o *corpus* de análise. O trabalho com teses e dissertações na pesquisa historiográfica é recente e têm contribuído para a reflexão acerca do método em HL. É possível citar, por exemplo, a tese de Oliveira (2021), que analisa teses e dissertações das áreas Fonética e Fonologia, defendidas entre 1949 e 2000; a tese de Santos (2013), cujo objeto de análise são teses e dissertações sobre tradução/interpretação de línguas de sinais no Brasil, defendidas entre 1990 e 2010; e a tese de Cavalcante (2016), que faz um estudo de teses e dissertações sobre Educação de Surdos, defendidas entre 1990 e 2010.

Neste primeiro momento, fizemos um *mapeamento* de teses e dissertações que tratam de línguas de sinais nos mais diversos campos do saber, por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Toma-se o *mapeamento* como um recurso metodológico que faz uma espécie de descrição inicial da documentação da pesquisa (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021).

---

<sup>6</sup> A mesa-redonda também teve a participação de Cristina Altman (USP) e Ronaldo Batista (UPM) e foi moderada por Leonardo Ferreira Kaltner (UFF). O objetivo da mesa foi discutir questões meta-historiográficas relacionadas à pesquisa em HL.

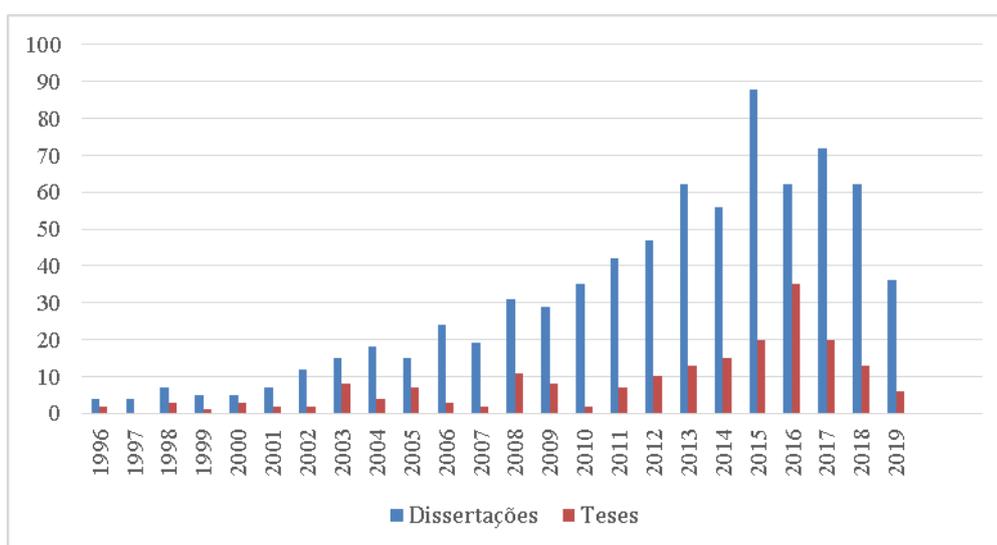
A composição de 'mapas' se dá por meio de um *levantamento de pretensão exaustiva* de fontes potenciais, como se fez com as teses e dissertações que versam sobre línguas de sinais: foram mapeadas e quantificadas as pesquisas registradas no catálogo da CAPES, a fim de verificar, em termos quantitativos, a produção de pesquisa em âmbito de Pós-Graduação sobre línguas de sinais.

Com efeito, mapear, em Historiografia Linguística, tem significado explicitar áreas, temas preferenciais de estudos, abordagens teóricas e metodológicas em disputa, tipos de objetos privilegiados, orientações gerais impressas nas fontes. Cavando um pouco mais, o mapeamento também tem mostrado grupos em competição, perfis institucionais, redes (mais ou menos formalizadas), entre outros aspectos da produção e da circulação do conhecimento linguístico (COELHO; NÓBREGA; ALVES, 2021, p. 24).

Nesse exercício de *mapeamento*, fez-se as primeiras consultas ao catálogo da CAPES, utilizando o filtro "língua de sinais". Com isso, o sistema apresentava, de imediato, um total de 1.020 teses e dissertações, publicadas entre 1996 e 2020. Optamos por trabalhar com esse quantitativo, inicialmente, pois, a partir dele, seria possível fazer um maior refinamento dos trabalhos que comporiam o *corpus* da tese.

Chamou-nos a atenção o fato de, em alguns refinamentos de busca, que podem ser feitos por anos, por área do conhecimento, por universidade, por orientador etc., os números resultantes da busca não convergiam com a primeira informação de 1.020 teses e dissertações. Desse modo, optou-se por contabilizar, manualmente, página por página, os trabalhos listados no sistema da CAPES, pois, uma vez que os números automaticamente apresentados pelo sistema não convergiam, concluiu-se que o melhor seria fazer uma contabilização manual. Com isso, obteve-se um total de 954 trabalhos (teses e dissertações), entre 1996 a 2019, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 1 – Total da produção (teses e dissertações), por ano, em números reais, entre 1996 a 2019, segundo o catálogo da CAPES**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da CAPES.

Nota-se, mediante o gráfico acima, a crescente produção de trabalho a respeito de línguas de sinais, em âmbito de pós-graduação, com destaque, em todos os anos, à produção de dissertações de mestrado. Essa quantidade pode ser vista também na tabela abaixo, que divide a produção por períodos, a fim de que se possa ter uma ideia geral da quantidade de trabalhos ao longo dos anos.

**Tabela 1: Quantidade de teses e dissertações, por períodos, entre 1996 e 2019**

Anos	Dissertações (Qtd./%)	Teses (Qtd./%)	Total
1996 – 1999	20 (77%)	6 (23%)	26
2000 – 2010	210 (80%)	52 (20%)	262
2011 – 2015	295 (82%)	65 (18%)	360
2016 – 2019	232 (76%)	74 (24%)	306
<b>Total</b>	<b>757</b>	<b>197</b>	<b>954</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da CAPES.

Uma das principais constatações desta primeira fase do *mapeamento* é que as línguas de sinais não são apenas objeto de estudos de pós-graduação em Letras ou

Linguística, mas também de outras áreas, como Ensino, Computação, Medicina, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, Comunicação, Engenharia etc., obviamente que abordando diferentes aspectos da língua. Utilizando o recurso de nuvem de palavras, é possível notar aquelas que são mais recorrentes nos títulos dos trabalhos, o que desvela os temas de maior interesse nesse universo de 954 trabalhos. Ei-la:

**Figura 1: Nuvem de palavras com base nos títulos das teses e dissertações**



Fonte: produzido a partir da ferramenta *Voyant Tools*.<sup>7</sup>

A nuvem de palavras destaca, como termo mais frequente no *corpus*, segundo a ferramenta *Voyant Tools*, a palavra *surdos*, com 429 ocorrências; em seguida, vem o termo *língua*, com 349; em terceiro lugar, vem a palavra *sinais*, com 335; *Libras*, com 251; e *ensino*, com 160 ocorrências. Além disso, é possível destacar os principais eixos temáticos abordados nos trabalhos mapeados, quais sejam: Educação de surdos; Descrição fonético-fonológica e morfossintática; Identidade e cultura surda; Tradução e interpretação; Inclusão de surdos; Psicologia e surdez; Léxico/lexicografia e dicionários de Libras; Escrita de sinais; Aquisição da linguagem e da escrita; Saúde e inclusão de surdos; Língua de sinais e computação/criação de software; Ensino de libras; Leitu-

<sup>7</sup> O *Voyant Tools* é um aplicativo disponível na *web* que auxilia na leitura de textos selecionados e pode gerar diversas informações, entre elas, a nuvem de palavras. A ferramenta está disponível em: <https://voyant-tools.org/?lang=pt>. O acesso para a criação da nuvem de palavras se deu em: 15 jan. 2022.

ra e escrita de surdos; Currículo; Língua de sinais, artes e corporeidade; Letramento; História dos surdos; Variação linguística; Discurso; Metáforas em línguas de sinais etc.

Num segundo momento, o trabalho de *mapeamento* seguiu com a seleção de trabalhos mais específicos da área de descrição linguística, para refinamento do *corpus*. Esse refinamento consistiu em definir, a partir da natureza do trabalho, que pesquisas estão no escopo da Linguística descritiva nos níveis fonético/fonológico<sup>8</sup>, morfológico, sintático e semântico, por entendermos que esses trabalhos estão em menor quantidade, já que pesquisas desses vieses são mais recorrentes em pesquisas de línguas orais.

Nesse processo de seleção de teses e dissertações do *corpus*, escolhemos os trabalhos cujo escopo principal é a linguística descritiva das línguas de sinais, a partir dos títulos dos trabalhos e dos resumos, chegando a um total de 146 teses e dissertações, defendidas entre 1980 e 2019, em universidades públicas brasileiras. Desse conjunto de trabalhos, foram listadas 42 teses e 104 dissertações, orientadas por diversos pesquisadores.

Entre os pesquisadores/orientadores identificados no *corpus*, há 23 que aparecem com mais de uma orientação. Deste levantamento, chegamos a um total de 23 (vinte e três) pesquisadores/orientadores, quais sejam, em ordem alfabética: Ana Regina e Souza Campello (1957-); Christiane Cunha de Oliveira (1967-); Daniele Marcelle Grannier (1943-); Dionei Moreira Gomes (1975-); Elena Godoi (não identificado); Enilde Leite de Jesus Faulstich (1947-); Evangelina Maria Brito de Faria (1957-); Evani de Carvalho Viotti (1955-); Fernando César Capovilla (1960-); Heloisa Maria Lima de Almeida Salles (1958); Jair Barbosa da Silva (1977-); Jairo Morais Nunes (1966-); Lucinda Ferreira (1945-); Maria Sueli de Aguiar (1961-); Marianne Rossi Stumpf (1973-); Miriam Lemle (1937-2020); Regina Ritter Lamprecht (1943-); Ronice Müller de Quadros (1969-); Sandra Maia Farias Vasconcelos (1962-); Sandra Pereira Bernardo (1961); Sa-

---

<sup>8</sup> Reconhecemos que Fonética e Fonologia podem ser consideradas áreas distintas e separadas, pois nem sempre houve consenso sobre essa distinção (OLIVEIRA, 2021). Notamos também que os trabalhos analisados aqui não buscam marcar posição em uma dessas áreas. Por isso, nesta pesquisa, optamos por tratá-las como áreas complementares, de modo que as teses e dissertações que abordam aspectos fonéticos e/ou fonológicos foram alocadas no mesmo subgrupo.

rajane Marques Peres (1974-); Tarcísio de Arantes Leite (1977-); e Telma Moreira Vianna Magalhães (1971-).

Além das orientações de pesquisa de pós-graduação, a implementação dos cursos de Letras Libras foi importante para a consolidação da área. Por isso, tem-se a seguir, um breve histórico de como se deu a criação dos cursos de graduação e o *mapeamento* das universidades que os ofertam.

## **5. Constituição e expansão da graduação em Letras Libras**

A crescente abertura de programas de graduação e pós-graduação que aconteceu a partir de 2007, com o programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI), lançado pelo MEC, bem como a determinação de abertura de cursos de formação de professores, instrutores e tradutores e intérpretes de Libras, pelo Decreto 5.626/2005, impulsionou a institucionalização dos cursos de Letras Libras, que deram ainda mais subsídios para pesquisas de línguas de sinais em âmbito acadêmico.

Segundo Sugiyama Júnior (2020), nos anos 2000 ocorreu, de um modo geral, uma ampla expansão dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação na rede federal de ensino. Segundo dados apontados pelo autor, na primeira década, foram criados 25 (vinte e cinco) cursos de graduação, 09 (nove) no Norte, 03 (três) no Nordeste, 02 (dois) no Centro-oeste, 07 (sete) no Sudeste e 04 (quatro) no Sul, um curso de graduação em Linguística (UFSCar, 2009), 06 (seis) programas de pós-graduação em Linguística e 18 (dezoito) programas de pós-graduação em Letras. Ademais, reitera:

Parte da criação desses cursos pode ser explicada pelo lançamento do programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior Federal- REUNI, lançado pelo governo em 2007. O repasse de novas verbas às universidades ficou vinculado com a adesão ao programa, que estabelecia, entre suas metas, a interiorização das universidades federais e o aumento da oferta de vagas (SUGIYAMA JÚNIOR, 2020, p. 99).

Além do programa REUNI, é possível atribuir ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 a explicação para o crescimento do número de estudos linguísti-

cos de línguas de sinais, como já mencionado anteriormente. Isso porque o referido Decreto, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina, em seu Art. 3º, a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, o Art. 4º e o Art. 12º, do mesmo Decreto, preveem que:

Art. 4º - A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

[...]

Art. 12º - As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, n.p).

A partir desse contexto legal, foi criado o primeiro curso de Licenciatura em Letras Libras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na modalidade a distância, em 2006, a fim de garantir a formação de novos profissionais na área de Libras. Nesse ano, foram abertos polos em Brasília (UnB), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (UFC), Goiânia (CEFET-GO), Manaus (UFAM), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), Santa Maria (UFSM), e São Paulo (USP), com o apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância (SEAD), da Secretaria de Educação Especial (SEESP) do MEC em 2006 e da CAPES, a partir de 2009. Conforme Quadros e Stumpf (2014):

A concepção do Curso de Letras Libras surgiu em 2002, quando o Laboratório de Ensino a Distância da UFSC entrou em contato com a

professora Ronice M. de Quadros, o professor Vilmar Silva e representantes surdos da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. Na época ainda não se tinha clareza quanto ao nível de formação que seria proposto. Em 2004, foi elaborado um projeto de criação do Curso de Letras Libras que tramitou institucionalmente pela Educação e pela Letras. Foi em 2005 que a criação do curso foi aprovada em todas as instâncias da UFSC, e foi decidida a submissão de um projeto para o oferecimento desse curso na modalidade a distância, com o apoio do Ministério da Educação. Neste mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 5.626 que regulamentou a Lei de Libras 10.436/2002. Entre as várias ações previstas neste decreto, constava a criação de cursos de formação de professores de Libras. O Curso de Letras Libras Licenciatura atendia diretamente a esta demanda legal, passando, portanto, a ser apoiado pelo Ministério da Educação (QUADROS; STUMPF, 2014, p. 10).

Com a criação do curso a distância, foi possível formar profissionais em todo o território nacional. A maior parte dos estudantes dos cursos eram surdos, atendendo à prioridade determinada pelo Decreto nº 5.626. Com isso, segundo Quadros e Stumpf (2014), profissionais tradutores e intérpretes ouvintes começaram a reivindicar participação nos cursos de Letras Libras e, então, em 2008, foi criado o curso de Bacharelado em Letras Libras, também a distância, a fim de atender a esses profissionais ouvintes. Nesta edição, foram abertos polos em Belém (UEPA), Belo Horizonte (CEFET-MG), Brasília (UnB), Campinas/SP (UNICAMP), Curitiba (UFPR), Dourados/MS (UFGD), Florianópolis (UFSC), Fortaleza (UFC), Goiânia (CEFET- GO), Natal (CEFET- RN), Porto Alegre (UFRGS), Recife (UFPE), Rio de Janeiro (INES), Salvador (UFBA), e Vitória (UFES).

Em 2009, tanto o curso de Licenciatura quanto o curso Bacharelado passaram a funcionar também na modalidade Presencial na UFSC. Além deste, implementou-se o curso de Licenciatura em Letras Libras na Modalidade Presencial, na Universidade Federal do Goiás (UFG).

Nesse ínterim, a UFSC atuou na aplicação do Exame de Proficiência em Libras - o ProLibras - a pedido do INEP e da Secretaria de Educação Especial. O exame, previsto também no Decreto 5.626/2005, ocorreu em cinco edições, de 2006 a 2010, e tinha o objetivo de certificar, com base nas capacidades tradutórias da Libras para o

português e do português para a Libras, tradutores e intérpretes de línguas de sinais e instrutores/professores de línguas de sinais. Tanto o ProLibras quanto os cursos de Letras Libras ajudaram a tornar a UFSC um centro de referência no conhecimento sobre línguas de sinais e na formação de profissionais - professores, instrutores, tradutores e intérpretes de Libras - em todo o Brasil, sobretudo nas regiões em que havia maior necessidade de atendimento aos surdos (QUADROS; STUMPF, 2014).

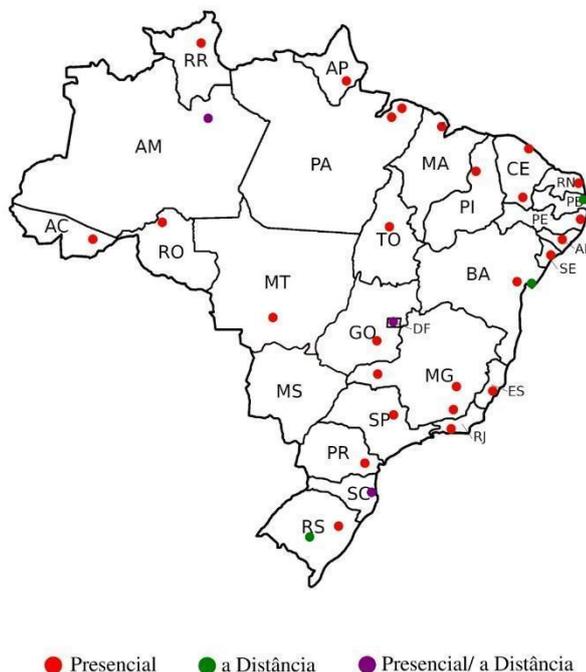
Ainda quanto à política de expansão de cursos, por um incentivo do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, vários outros cursos de Letras Libras foram implementados em instituições públicas brasileiras para a formação de docentes e de tradutores e intérpretes de Libras, conforme prevê a cartilha do Plano:

Para tornar realidade a educação bilíngue no Brasil, o Viver sem Limite prevê a criação de 27 cursos de Letras/Libras – Licenciatura e Bacharelado e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue. Por meio do plano, serão criadas 690 vagas para que as instituições federais de educação contratem professores, tradutores e intérpretes de Libras (BRASIL, 2013, p. 27).

Com isso, foram sendo implementados novos cursos de Letras Libras (Licenciatura e Bacharelado), nas modalidades presencial e a distância, em várias universidades brasileiras. O mapa a seguir apresenta um panorama dos cursos presentes em cada estado do Brasil, implementados entre 2006 e 2019<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Citamos aqui as Universidades Federais e as modalidades de curso conforme os dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior do MEC (Sistema e-MEC). Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 out 2020.

**Figura 2: Mapa dos cursos de Letras Libras nas Universidades Federais**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

Nota-se que ocorreu, ao longo dos anos, uma descentralização dos cursos. Em todos os estados, com exceção do Mato Grosso do Sul, o curso de Letras Libras foi implementado, seja na modalidade Licenciatura ou Bacharelado, presencial ou a distância. O curso mais recente foi criado no estado de Minas Gerais, na UFMG, com início na modalidade Licenciatura/Presencial em 2019. O quadro a seguir mostra as universidades correspondentes aos estados do mapa, listados pela ordem cronológica de início dos cursos, a fim de identificar a expansão da institucionalização ao longo dos anos:

**Quadro 1: Universidades com cursos presenciais de Letras Libras**

UNIVERSIDADE	MODALIDADE	ANO DE INÍCIO
UFAM	Licenciatura	2014
UnB	Licenciatura	2015
UFSC	Licenciatura e Bacharelado	2009
UFG	Licenciatura Bacharelado	2009 2014

UFRB	Licenciatura	2010
UFC	Licenciatura	2012
UFPA	Licenciatura	2012
UFRJ	Licenciatura	2013
UFRN	Licenciatura	2013
UFS	Licenciatura	2013
UFAC	Licenciatura	2014
UFAL	Licenciatura	2014
UFES	Bacharelado	2014
UFJF	Licenciatura	2014
UFMA	Licenciatura	2014
UFMT	Licenciatura	2014
UFPE	Licenciatura	2014
UFPI	Licenciatura	2014
UFRR	Bacharelado	2014
UFSCAR	Bacharelado	2014
UFU	Licenciatura	2014
UNIFAP	Licenciatura	2015
UFPR	Licenciatura	2015
UNIR	Licenciatura	2015
UFT	Licenciatura	2015
UFRA	Licenciatura	2018
UFRGS	Bacharelado	2018
UFCA	Licenciatura	2018
UFMG	Licenciatura	2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

Nas Universidades Estaduais, o número é bem menor: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) funciona como um dos polos do curso a distância da UFSC. Já a Universidade do Estado do Pará (UEPA) possui um curso de Licenciatura/Presencial, desde o ano de 2012. Veja no mapa a seguir:

**Figura 3: Mapa dos cursos de Letras Libras nas Universidades Estaduais**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema e-MEC e sites de universidades.

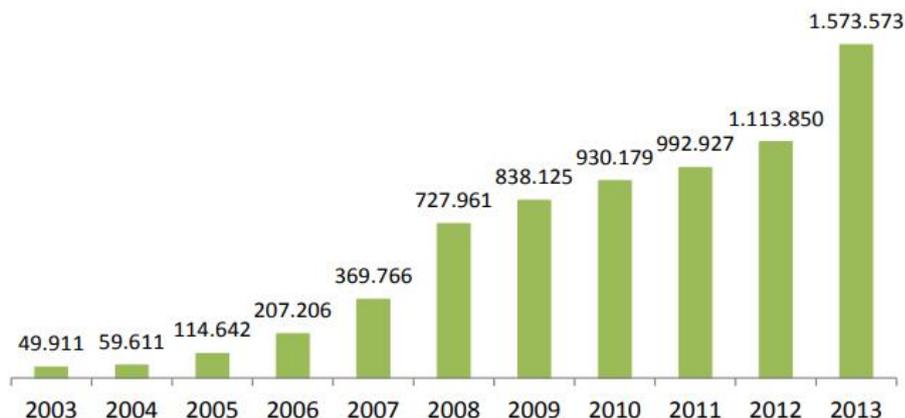
Observa-se, portanto, uma disparidade entre as instituições federais e estaduais no que tange à oferta do curso de Letras Libras. Embora tenha crescido o número de cursos ao longo dos anos, nota-se ainda a necessidade de políticas estaduais que incentivem a formação de profissionais da Libras, por meio dos cursos de graduação.

Como já mencionado anteriormente, o aumento na abertura e na oferta de cursos de Letras Libras está diretamente atrelado às políticas de expansão do Ensino Superior no Brasil. No período entre 2003 e 2014, que compreende os governos de Lula (1 de janeiro de 2003 - 1 de janeiro de 2011) e Dilma (1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016), o Ministério da Educação atuou com base numa política de expansão e interiorização de universidades, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, no intuito de democratizar o acesso ao Ensino Superior.

Além disso, houve uma diversificação na oferta de cursos, no intuito de atender às necessidades dos estudantes. Para tanto, uma das medidas adotadas para essa diversificação foi o fomento à educação a distância, a qual permite uma maior flexibi-

lidade de horários, baixo custo e um maior alcance de estudantes. Como resultado disso, os dados do relatório apontam para um crescimento expressivo no número de matrículas ao longo dos anos, conforme se vê no gráfico infra:

**Gráfico 1: Matrículas na graduação a distância, em termos absolutos, entre 2003 e 2013**



Fonte: Censo da Educação Superior- Inep/Mec

Fonte: site da Secretaria de Educação Superior (SESu).

Com vistas no gráfico, é possível notar que de 2003 a 2013 houve um aumento proeminente de cursos a distância, favorecendo a formação de profissionais de diversas áreas, incluindo a área da Libras, pois, segundo Quadros e Stumpf (2014), nas primeiras turmas, formaram-se 767 licenciados e 312 bacharéis, em Letras Libras, em 16 estados brasileiros.

A abertura e a expansão desses cursos, aliadas ao aumento dos programas de pós-graduação em Letras e a ascensão das línguas de sinais para o centro dos estudos linguísticos, fez com que muitas teses e dissertações fossem defendidas no Brasil, conforme se viu anteriormente. Com o desenvolvimento desses estudos, muitos linguistas passaram a concentrar sua atenção nas línguas de sinais do Brasil, ainda que as pesquisas de línguas orais continuem sendo majoritárias no quadro de pesquisas linguísticas. Tais pesquisadores têm se organizado em *grupos de especialidade*, nos termos de Murray (1994), conforme se verá a seguir.

## 6. Os grupos de especialidade

O termo *grupo de especialidade* pode se referir a um grupo científico academicamente organizado em torno de uma especialidade comum e que se reconhecem coesos e atuantes em determinada área de pesquisa e ensino (BATISTA, 2013). A formação de tais *grupos*, segundo Murray (1994), passa por alguns estágios. Inicialmente, os cientistas de uma determinada área da ciência formam o “invisible college”. Sobre essa terminologia, Murray (1994) comenta que

Foi utilizada, pelo menos no início do século XVII, para se referir aos cientistas que se reconhecem como competentes para julgar o bom trabalho da ciência. Tais cientistas não são invisíveis um para o outro. Sua colegialidade é “invisível” no sentido de que os participantes não estão reunidos em uma única organização formal, em locais específicos, e que partes importantes de suas comunicações são avaliações informais, não publicações formais (MURRAY, 1994, p. 10).<sup>10</sup>

Essa rede de relações informais entre cientistas permite que o conhecimento se desenvolva não só nas instituições organizadas, embora estas sejam essenciais para o fortalecimento de um *grupo de especialidade* e de um conjunto de ideias defendidas por ele. Murray (1994) chama a atenção ao fato de que a institucionalização não garante que tais ideias sejam verdadeiras, mas que elas sejam mais bem elaboradas, consolidadas e difundidas.

Murray (1994) descreve cada estágio do processo de formação de um grupo de especialidade. O primeiro deles seria o “estágio normal”, em que os cientistas estão espalhados por instituições distintas e mantêm poucas relações entre si. Também, nessa fase, o trabalho de coautoria é raro.

Após essa etapa, surge o estágio do “trabalho em rede”. Esse trabalho parte da atitude de um ou mais líderes intelectuais que propõem o reconhecimento de uma

---

<sup>10</sup> Essa e as demais traduções de excertos de Murray (1994) presentes neste trabalho foram sugeridas pelos membros do grupo *Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas* (CNPq/UFPI). Texto original: “The formulation ‘invisible college’ was hardly new. It has been used at least as early as the 17th century to refer to those science. Such scientists are not invisible to each other. Their collegiality is ‘invisible’ in the sense that the participants are not gathered in a single formal organization at a specific places and that important parts of their communications are informal assessments, not formal publications”.

nova perspectiva científica, devido a um novo problema de pesquisa. O papel desses líderes, então, consoante Murray (1994), é convencer os cientistas de que há algo novo a ser feito, segundo novas linhas. Com isso, forma-se um grupo de cientistas que trabalham com ideias semelhantes, assumindo ainda a missão de arregimentar novos cientistas, iniciantes ou experientes, a compor essa rede. Só então, após estabelecida certa coesão de ideias, é que se pode falar em *grupo* ou *cluster*. Para Murray (1994),

É mais apropriado dizer que um *cluster* é caracterizado pela consciência de que eles são um grupo. Isso pode acontecer espontaneamente dentro do grupo ou pode ser auxiliado por ser rotulado por pessoas de fora de grupo. A identificação como parte de uma perspectiva distinta promove uma nova atitude dogmática no estágio *cluster* (MURRAY, 1994, p. 15).<sup>11</sup>

Até chegar ao estágio de especialidade, o *cluster* pode ainda ser atacado por outros cientistas. Segundo o autor, isso pode ser um indicador de sucesso. Além disso, as ideias do novo grupo podem ser aceitas ou rejeitadas pelas instituições existentes. O fato é que, sendo aceito ou não, o novo grupo que se forma já pode ser considerado um *grupo de especialidade*, já que se distinguem das ideias coexistentes e as tais ideias vão sendo desenvolvidas pelos alunos que vão se formando e sendo “contratados” por suas instituições de origem, para assim manter a prática do grupo. Com isso, passa-se ao estágio acadêmico, que ocorre quando o desafio do novo paradigma foi bem-sucedido e se tornou a nova ‘ciência normal’ (MURRAY, 1994).

Importante ressaltar que o próprio Murray (1994) afirma não ser rígida a formação desses estágios. É possível que *grupos de especialidade* se formem seguindo etapas distintas. Isso foi constatado, por exemplo, por Altman (2004[1998]) ao tratar da institucionalização da Linguística no Brasil, quando diz: “No Brasil, a conscientização interna dos participantes das primeiras atividades ligadas à Linguística, de que

---

<sup>11</sup> Texto original: “It is more appropriate to say that a cluster is characterized by consciousness that they are a group. This may come about spontaneously within the group or may be aided by being labeled by outsiders. Identification as part of a distinctive perspective fosters a newly dogmatic attitude at the cluster stage”. A opção por não traduzir o termo *cluster* é feita na intenção de designar um grupo que assume essas características descritas por Murray (1994). Importante ressaltar que, mesmo abonado nos dicionários gerais Houaiss e Aurélio, o termo *cluster* não é definido do modo como se discute aqui.

constituíram um grupo à parte, foi posterior ao momento da sua institucionalização; ao contrário, pois, da escala prevista por Murray (1994)” (ALTMAN, 2004[1998], p. 265).

Quanto à formação de *grupos de especialidade* em estudos linguísticos sobre línguas de sinais, percebe-se que a formação dos grupos de pesquisa na área existentes nas universidades brasileiras parece ter passado por esses estágios tal qual descreve Murray (1994), considerando que: linguistas brasileiros, ligados a movimentos ativistas de surdos, em diferentes localidades, se interessavam pelo estudo linguístico-descritivo das línguas de sinais, a fim de evidenciar o estatuto linguístico dessa modalidade de língua e, assim, corroborar com as reivindicações dos movimentos sociais para o seu reconhecimento legal e acadêmico. Conforme Garcia (2019), um aspecto que difere o trabalho acadêmico do Brasil da experiência norte-americana em línguas de sinais é a criação de GTs (Grupos de Trabalho).

O primeiro grupo de pesquisa que se institucionalizou foi o *Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez* (GELES), criado por Lucinda Ferreira, em 1985, durante a *II Conferencia Latino Americana de Sordos*, ocorrida em Buenos Aires. Conforme Brito e Câmara (2019), a formação do GELES se deu justamente pela atuação de Ferreira nas diferentes universidades por onde passou: Universidade de Mogi das Cruz (1979-1981), Universidade Federal de Pernambuco (1985-1986) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987 – ?)<sup>12</sup>. De acordo com o relato de Felipe (2019):

O GELES teve a sua fase embrionária no estado de São Paulo em 1979, como consta na apresentação do seu Boletim 1, redigido, em Pernambuco, pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucinda Ferreira Brito e membros do GELES do Recife. Nessa fase embrionária, Ferreira Brito, professores e profissionais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)/ Centro de Reabilitação Prof. Dr. Gabriel da Silva Porto (Cepre é a sua sigla atual) começaram a desenvolver projetos de pesquisa na área da surdez, com foco para uma proposta de Educação Bilíngue para surdos: língua de sinais e português; depois, a partir de 1980, esses dois gru-

---

<sup>12</sup>Os anos de atuação em cada universidade foram informados com base no Currículo Lattes da pesquisadora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1695994704730655>. A última atualização do currículo ocorreu em 03/06/2008, por isso, não se pode ainda informar ao certo em que ano a professora encerrou sua atuação na UFRJ, haja vista que ela está, atualmente, desvinculada das atividades acadêmicas.

pos se consolidaram e fundaram o GELES, quando Lucinda Ferreira Brito estava na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como Professora Visitante (FELIPE, 2019, p. 64).

O grupo GELES foi responsável pela publicação de Boletins que divulgavam as pesquisas sobre os aspectos linguísticos, socioculturais e educacionais da surdez, no intuito de trazer a público os eventos científicos e os trabalhos de pesquisa nessa área. Foram cinco números de Boletins e um número de Revista: Boletim nº 1 (1985); Boletim nº 2 (1986); Boletim nº 3 (1988); Boletim nº 4 (1990); Boletim nº 5 (1990); Revista nº 6 (1992) (SANTOS; MONTEIRO, 2019).

Com o fortalecimento cada vez maior do grupo, Ferreira idealizou a criação do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez (GTLS) junto à ANPOLL, em 1988, tornando-se a primeira coordenadora. Segundo Felipe (2019), só em 2014 o GT passou a se chamar GT Libras, atendendo ao pedido feito pelos membros junto à Diretoria da ANPOLL. Contudo, o documento disponibilizado no site mostra que foi em 2015 que os membros do GT, cuja coordenação e vice-coordenação estavam sob responsabilidade das professoras Marianne Rossi Stumpf e Ronice Muller Quadros, respectivamente (biênio 2014-2016), concordaram e solicitaram a mudança. Importante destacar a justificativa dada para a mudança do nome, que consta no documento de solicitação:

Solicitamos a alteração do nome do GT Linguagem e Surdez para Língua Brasileira de Sinais – Libras, pois nós, membros do GT, acreditamos que o nome atual utilizado não mais reflete a atualidade. As pesquisas evoluíram, a área como um todo evoluiu e a nomenclatura mais utilizada atualmente nas pesquisas científicas é Libras, sendo assim, vemos essa necessidade de alteração, até mesmo para a consolidação da mesma.<sup>13</sup>

Observa-se, na justificativa, o reconhecimento de uma “evolução” nas pesquisas em línguas de sinais, o que normalmente ocorre na ciência, conforme Kuhn (2018 [1962]). Com o tempo, as pesquisas foram se modificando, definindo métodos pró-

---

<sup>13</sup> Extraído do documento de solicitação de mudança de nome do GT. Disponível em: <http://anpoll.org.br/gt/libras/wp-content/uploads/sites/24/2013/03/Alteracao-de-nome-de-GT.pdf>.

prios e princípios teóricos básicos, consolidando a *Tradição de Pesquisa em Línguas de Sinais*. Ainda quanto à mudança de nome do GT, Felipe (2019), uma das participantes do GT à época, tece o seguinte comentário:

Concordo com a mudança, mas essa proposta não foi refletida e partilhada com todos os membros do GTLS e, por isso, a minha sugestão é que repensemos essa nova denominação, uma vez que ela não contempla todas as linhas de pesquisa já existentes e as possíveis de serem criadas, pois o GT sempre existirá através das novas gerações de novos pesquisadores (FELIPE, 2019, p. 82).

Nota-se, a partir disso, uma aparente discordância da mudança de nome que ocorreu em 2015, embora o termo “concordo” esteja explícito. Isso mostra que, mesmo que haja um *cluster*, conforme os dizeres de Murray (1994), algumas ideias, teóricas ou administrativas, podem divergir dentro de um mesmo grupo, por membros que se reconhecem pertencentes a este grupo.

Além do GT da ANPOLL, outros grupos de pesquisa foram se formando nas universidades brasileiras. A seguir, apresenta-se, com base no levantamento que se fez para esta pesquisa, um panorama quantitativo desses grupos por regiões e as instituições vinculadas, conforme dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

**Tabela 1: Quantidade de grupos de pesquisa em instituições brasileiras (por regiões)**

REGIÕES	QUANT.	INSTITUIÇÕES
Norte	7	UFT, UFAC, UFPA, UEA, UFRR, UNIFAP
Nordeste	10	UESPI, UFAL, UFPE, UFS, UFRB, UFBA, IFBA, UFDPAr
Centro-Oeste	4	UNB, IFB, UFG, UEMS
Sudeste	10	Unicamp, UFRJ, UNIFESP, INES, UFMG, UNESP, UFS-CAR, UFF, USP
Sul	7	UFSC, UNIOESTE, UTFPR, PUCRS, IFRS
<b>Total</b>	<b>38</b>	

Fonte: elaboração própria com base nos dados catalogados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Acesso em jul. 2021.

Com base nos dados apresentados acima, chegou-se a um total de 38 grupos de pesquisa com área de concentração em Linguística das línguas de sinais, sendo que a maioria deles estão concentrados na região Sudeste (10 grupos) e na região Nordeste (10 grupos), em diversas instituições. As instituições que aparecem mais de uma vez na lista de grupos de pesquisa são, na região Nordeste, a UFPE (2), na região Sudeste, a Unicamp (2) e, na região Sul, a UFSC (3).

### **Considerações finais**

Diante do que foi exposto neste trabalho, percebe-se o expressivo desenvolvimento de pesquisas linguísticas sobre as línguas de sinais, sobretudo no contexto da pós-graduação. Partindo do princípio da *contextualização* (KOERNER, 2014[1995]), identificou-se, de um modo geral, as influências dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, em busca das políticas de inclusão, nos quais os surdos estavam inseridos. A principal reivindicação destes foi o reconhecimento legal da língua de sinais utilizada nos centros urbanos, que, a partir da Lei nº 10.436, de 22 de abril de 2002, passou a ser reconhecida, nacionalmente, como Libras.

No âmbito acadêmico, viu-se ainda como se deu a institucionalização do curso de Letras Libras e a expansão do Ensino Superior, no Brasil, promovendo a formação de professores e tradutores/intérpretes de Libras. Nessa conjuntura, o conhecimento sobre línguas de sinais foi ganhando mais espaço no campo da Linguística brasileira, a qual, tradicionalmente, privilegia os estudos de línguas orais. Ressalta-se, porém, que as pesquisas em línguas de sinais antecedem o período da criação do curso de Letras Libras, uma vez que, já nas décadas de 1980 e 1990, eram realizadas pesquisas de mestrado e de doutorado na área.

Ressalta-se ainda a relevância da pesquisa historiográfica para a resgate da história da Linguística e suas subáreas e *tradições*, uma vez que, conhecer a história de uma área, torna o pesquisador mais consciente do lugar que ocupa numa área de investigação e é também uma oportunidade de entender melhor as ciências contemporâneas da linguagem e das suas metodologias como um todo (ALTMAN, 2012).

Portanto, espera-se, a partir do estudo realizado, contribuir com as pesquisas na área da HL, mas também oferecer à comunidade acadêmica, sobretudo aos pesquisadores e estudiosos de línguas de sinais, uma narrativa dos principais desdobramentos históricos da *TPLS*.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.

ALTMAN, Cristina. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USPP, 2004[1998].

\_\_\_\_\_. História, estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, p. 14-37, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526/3488>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

ARMSTRONG, David F. A teoria gestual das origens da linguagem. Tradução: Pedro Henrique Witchs e Maria Vitória Witchs. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7649 - 7665, jan./mar. 2022[2008].

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A recepção à gramática gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico**. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BAYNTON, Douglas. The curious Death of Sign Language Studies in the Nineteenth Century. In: Armstrong, D., M.A. Karchmer y J.V. van Cleve (orgs.) **The Study of Signed Languages: Essays in Honor of William C. Stokoe**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2002, p. 13-34.

BRASIL. **Decreto nº 84.919, de 16 de julho de 1980**. Institui a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. 1980. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84919-16-julho-1980-434246-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e Cultura. **Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes**. Relatório de Atividades Brasil. Brasília, 1981. Disponível em: <<https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-6806/ano-internacional-das-pessoas-deficientes---1981>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 13.146, de 5 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 07 dez. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). **Viver sem limite** – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <[https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha\\_Plano\\_Viver\\_sem\\_Limite.pdf](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRITO, Fábio Bezerra de. **Movimento social surdo e luta pelo reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais**. Coleção: Educação Bilíngue de Surdos no Brasil: história, desafios e avanços, v. 3. Curitiba: CRV, 2021.

CAVALCANTE, Eleny Brandão. **Educação de surdos**: um estudo das teses e dissertações de 1990 a 2013. 238f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.

COELHO, Olga; NÓBREGA, Rogério, ALVES, Bruno Fochesato. A técnica de mapeamento de produção linguística: exemplificação em um estudo de caso. In: COELHO, Olga (org.). **Fontes para a Historiografia Linguística**: caminhos para a pesquisa documental. Campinas: Pontes Editores, 2021, p. 13-27.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FELIPE, Tanya Amara. Trinta anos na ANPOLL: do Geles, GT Linguagem e Surdez ao GT Libras – trajetórias e conquistas. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p.63-86.

FEYERABEND, Paul. **A ciência em uma sociedade livre**. Tradução: Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Unesp, 2011[1978].

GARCIA, Barbara Gerner de. Prefácio. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços, v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 15-17.

HISTORIOGRAFIA Linguística: métodos. 2021. 1 vídeo (2h29min). Publicado pelo canal **Abralin**. Disponível em: <https://youtu.be/Uj8Z47jDoz8>. Acesso em: 9 out. 2022.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. Questões que persistem na historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de Historiografia Linguística: estudos selecionados**. Tradução de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Centro de Estudos em Letras: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014 [1995], p. 45-63.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 2 reimpr. da 13 ed. de 2017. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <[https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097\\_arquivo.pdf](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/21097_arquivo.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2023.

LAUDAN, Larry. **O progresso e seus problemas**: rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1977].

MURRAY, Stephen O. Theory Groups in Science. In: \_\_\_\_\_. **Theory groups and the Study of Language in North America**: a social history. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 1994, p. 1-26.

OLIVEIRA, Karina Gonçalves de Souza de. **História da Fonética e da Fonologia no Brasil (1949-2000)**: aspectos do conhecimento em circulação em teses e dissertações. Tese (Doutorado). 286f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientadora: Olga Ferreira Coelho Sanzone, 2021.

OVIEDO, Alejandro. Unas notas sobre el estudio de las lenguas de señas antes de la era de Stokoe. **Cultura Sorda**, 2007. Disponível em: <<https://culturasorda.org/estudio-lenguas-de-senas-antes-de-stokoe/>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Vuelta a un hito histórico de la lingüística de las lenguas de señas: la *mimographie* de Bébian en el sistema de transcripción de Stokoe. **Lenguaje**, vol. 37, n. 2, 2009, p. 293-313.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi. Letras Libras EaD. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Letras Libras**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

ROCHA, Solange Maria da. O processo de produção de memória coletiva para a construção de uma historiografia contemporânea no campo da educação de surdos no Brasil. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da AN-POLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 19-36.

SANTOS, Deize Vieira dos; MONTEIRO, Myrna Salerno. Breve histórico dos estudos sobre a língua de sinais no Brasil do final dos anos 70 até o início da segunda década dos anos 2000: resgatando os surdos da marginalização. In: SOUZA, Regina Maria de (org.). **História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil**: contribuições do Grupo de Trabalho Língua(gem) e Surdez da ANPOLL. Coleção Educação bilíngue de surdos no Brasil: história, desafios e avanços. v. 2. Curitiba: Editora CRV, 2019, p. 10-12.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução/Interpretação de língua de sinais no Brasil**: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010. 313p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. 2013.

SILVA, César Augusto de Assis. O papel de agentes religiosos na surdez: considerações sobre a constituição da cultura surda. **Espaço**, Rio de Janeiro, n.39, jan./jun. 2013, p. 5-16.

SUGIYAMA JÚNIOR, Ênio. **O ensino de linguística no Brasil (1960-2010)**: efeitos do processo de institucionalização da disciplina na configuração curricular dos cursos de Letras e Linguística. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista argentina de historiografía lingüística**, n. 1, v. 1, p. 67-76, 2009.

\_\_\_\_\_. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. Tradução: Ronaldo de Oliveira Batista e Antônio Ackel Barbosa. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019.

TRABANT, Jürgen. **A linguagem, objeto do conhecimento**: breve trajeto pela história das ideias linguísticas. Tradução e apresentação: Carlos Piovezani, Luzmara Curcino, Marcio Alexandre Cruz. São Paulo: Parábola, 2020.

**Recebido em:** 07/12/2022

**Aprovado em:** 23/03/2023

# JOSÉ BARBOSA RODRIGUES E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA INFÂNCIA

*JOSÉ BARBOSA RODRIGUES AND THE  
CONSTRUCTION OF IDENTITY IN CHILDHOOD*

**Henry Alves Guimarães de Souza Santos<sup>1</sup>**

Mestrando em História (PPGH/UFGD)

**Resumo:** Apresenta-se nesse artigo uma análise historiográfica de *Campo Grande, meu amor* e *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau*, dois livros escritos por José Barbosa Rodrigues, no auge da criação de Mato Grosso do Sul e da elevação de Campo Grande à capital do novo estado. A criação de uma unidade federativa e a designação de uma nova capital trouxeram vários desafios para as instituições políticas e elites regionais. Foi preciso criar a região, para além dos recortes geográficos, repensando a política, a cultura, e, sobretudo, criar uma identidade regional e sentimentos de pertença coletiva. Além disso, era necessário legitimar Campo Grande como capital e construir um projeto coletivo, que unisse os diferentes grupos. Graças a sua influência política com as elites dirigentes, seus livros foram distribuídos nas escolas e serviram como manuais didáticos para os recentes eventos.

**Abstract:** The present article devotes itself to an historiographical analysis of *Campo Grande, meu amor* and *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau* – books written by José Barbosa Rodrigues, at the height of the establishment of Mato Grosso do Sul and the designation of Campo Grande as capital of the new state. With the creation of a federative unit and the nomination of a new capital, several challenges arose for the political institutions and regional elites. Consequently, it became necessary to create a region beyond geographical lines by rethinking politics, culture and, primarily, a regional identity and the feeling of collective belonging. Furthermore, it was imperative to legitimize Campo Grande as capital and construct a common project that would unite different social groups. Therefore, due to the author's political influence among the ruling classes, his books were distributed among schools and served as didactic manuals for recent events.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestrando na Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD), bolsista FUNDECT. E-mail: guimarãeshenry@hotmail.com.

**Palavras-chave:** Historiografia sul-mato-grossense; Mato Grosso do Sul; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

**Keywords:** Sul-mato-grossense historiography; Mato Grosso do Sul, Historical and Geographical Institute of Mato Grosso do Sul.

## Introdução

Esse texto apresenta uma análise historiográfica de dois livros escritos por José Barbosa Rodrigues: *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau* e *Campo Grande, meu amor: resumo histórico e geográfico do município*, ambos publicados em 1978. O objetivo foi analisar seus discursos, situando-os à época das escrituras, com seus problemas, anseios, olhares sobre o passado e projetos para o futuro e sua importância para a construção da identidade sul-mato-grossense e também afirmação de Campo Grande como capital. Pretende-se também enfatizar as apropriações das produções do autor por diferentes intelectuais, instituições e governos estaduais.

Como referenciais teóricos, utilizo os conceitos de região, de representação e de memória. Tanto as memórias nacionais como as regionais estão relacionadas a uma série de elementos que constituem uma nação/região, ou seja, sua trajetória oficial. Segundo Halbwachs (2004, p. 75), a memória individual não está isolada e busca como referências pontos externos ao sujeito, ou seja, às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. Ademais, ele comenta que a memória se apoia sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita” (HALBWACHS, 2004, p. 57-9).

Nesse sentido, a memória histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história de um país ou de uma região e é construída e reconstruída discursivamente e também por meio de rituais, emblemas, monumentos, mitos, entre outros. A partir da análise das obras, compreenderemos como José Barbosa Rodrigues fez isso em dois de seus livros.

O passado coletivo pode ser tanto recordado quanto reinventado, podendo ser criado e recriado, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem para os sujeitos individuais e para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais.

Em síntese, a memória de um indivíduo, de um país, de uma região ou de uma cidade está na base da formulação de identidades e de subjetividades. A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo, daí a diferenciação estabelecida entre Memória e História (HALBWACHS, 2004, p. 84). Já a região não é um dado prévio, um recorte espacial naturalizado, com um referente identitário que existiria por si, com um recorte político-administrativo e cultural. A região é construída por discursos, ações e por práticas não-discursivas que criam essas noções espaciais e são bases para dirigem projetos políticos, administrativos, culturais e estéticos, que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, regiões e nações.

Na construção da região, temos investimentos e discursos nas esferas do econômico, do social, do político, do religioso, do artístico e do moral, construídos a partir de investimentos de poder, de saber e de desejo, que produzem, trazem à existência aquilo que elas enunciam, como por exemplo: a escolha de uma determinada cidade como capital.

Para Albuquerque (2008), as regiões nascem da produção de sentidos que buscam organizar o mundo para melhor ordená-lo, classificá-lo e até mesmo dominá-lo. São invenções humanas que nascem de práticas de significação e de ordenação do mundo que trazem iminentes estratégias de poder, de domínio, de controle, de separação, de inclusão e exclusão. O regionalismo, ao inventar as regiões, forja subjetividades, fabrica a região e produz diferenças. Já para Michael Pollak, "a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros" (POLLAK, 1992, p. 204).

Por fim, a região é um objeto em constante construção e reconstrução e objeto de lutas entre as diferentes classes, grupos, instituições e por que não entre os historiadores. O historiador do regional desconstrói a história da constituição desses recortes, os saberes que lhe deram uma identidade, as fronteiras que foram criadas, as tradições culturais eleitas, entre outras. Ou seja, não irá repor acriticamente a pretensa identidade de uma região, mas desconstruí-la. Caso contrário, estaria a serviço das forças, dos interesses e projetos políticos que lhe deram forma ou que

sustentam um dado espaço dito e visto como regional.

De acordo com Albuquerque (2008, p. 64 e 66), fazer “história do regional [...] não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência”. O historiador do regional se volta contra qualquer cristalização do regional e que “encararia como um campo de luta, que implica em assumir posições, em ocupar lugares de sujeito, em se postar no meio da batalha de ações e de discursos, e apresentações e de representações da própria região”.

Dessa forma, os historiadores do regional investem no seu desmonte e se negam a falar em seu nome, em ser seus porta-vozes e se negam a colocarem-se na posição de sujeitos da região, evitando assumir qualquer discurso regionalista. Nessa perspectiva, devemos estar atentos para desconstruir e pôr em questão um dado recorte regional, a definição de suas fronteiras, suas identidades, a invenção de suas paisagens e dos seus habitantes, das escolhas que instituíram o que seriam suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos.

### **Mato Grosso do Sul: um breve panorama**

Compreender a divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul é uma tarefa árdua e complexa. Transcorridos mais de 40 anos, o evento ainda gera debates dentro da academia. Os motivos, razões e bastidores ainda são temas que necessitam de estudos profundos. Cabe destacar aqui algumas pesquisas importantes que contribuíram para essa temática, por exemplo, os trabalhos de Bittar (1999 e 2009); Ziliani (2000); Queiroz (2006); Amarilha (2006).

A historiografia sul-mato-grossense, a nível profissional e feita dentro dos programas de pós-graduação, é bastante recente. Foi a partir de 1999 que o estado teve seu primeiro curso de pós-graduação (mestrado) em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Dourados, posteriormente, em 2005, o campus foi desmembrado e criou-se a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Antes desse processo, muitos profissionais da história já realizavam suas pesquisas em outras universidades e programas de pós-graduação. Com a criação e desenvolvimento de outros programas, muitos debates e produções acerca da história do estado ganharam espaço.

Desde a sua criação em 1978, através da lei complementar n. 31, Mato Grosso

do Sul possui a presença de instituições ligadas às elites políticas dirigentes, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), fundado em 1978 com o intuito de construir uma história oficial do novo estado e Academia de Letras e História de Campo Grande (ALHCG), fundada em 1972, que, após a divisão, teve o nome alterado para Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL). Essas instituições construtoras de uma história oficial abarcavam uma grande quantidade de escritores, políticos, artistas e notáveis; dentre eles, uma categoria merece ser destacada: os memorialistas.

Entende-se como memorialistas um grupo de profissionais liberais (médicos, jornalistas, professores, advogados, escritores, engenheiros, entre outros) que dominavam o cenário político, cultural, econômico e social da região sul no contexto da divisão do estado de Mato Grosso. Com a divisão do estado, eles mantiveram suas posições e buscaram construir um pacto para forjar a identidade dos sul-mato-grossenses. Podemos citar como exemplo, Hildebrando Campestrini, Paulo Coelho Machado, Elpídio Reis, José Couto Vieira Pontes, José Barbosa Rodrigues, Demóstenes Martins, entre outros membros do IHGMS e ASL.

Para eles, comandar as narrativas regionais era uma espécie de dever patriótico. De acordo com Jacques Le Goff, a memória "é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia". Nesse caso, a memória coletiva, que mais nos interessa, o autor a vê como "um instrumento e um objeto de poder" (LE GOFF, 1990, p. 476).

Para Zorzato (2000), os memorialistas locais, dos quais José Barbosa Rodrigues fez parte, buscavam criar uma obra civilizadora. Esse processo tinha como objetivo "registrar para si o papel de civilizadores do sertão", assim, deram ênfase para "a figura dos primeiros advogados, religiosos, engenheiros, militares e outros que tinham formação técnico-científica", esses no futuro seriam responsáveis por exercer funções de "jornalistas, professores, burocratas, além das funções para quais se especializaram" (ZORZATO, 2000, p. 422).

Após a criação de Mato Grosso do Sul, essas instituições elaboraram uma narrativa anacrônica que defendia uma luta divisionista secular, ou seja, um movimento organizado e contínuo. Em *Notas sobre divisionismo e identidades em*

*Mato Grosso/Mato Grosso do Sul*, Queiroz (2007) nos apresenta que, na prática, o que existiu em Mato Grosso foram algumas tentativas e reivindicações por autonomia em relação às elites de Cuiabá. O autor ainda analisa alguns documentos de divisionistas sulistas da década de 1930, numa primeira tentativa de construção de identidade sul-mato-grossense. Essas discussões foram praticamente abandonadas e foram retomadas somente após a criação do novo estado, dentre elas, podemos citar os dois livros analisados nesse artigo.

Os discursos memorialistas são tão fortes na construção da história do estado, que perpassam as produções dos institutos e adentram a historiografia acadêmica. Ao refletir sobre a divisão de Mato Grosso, Marisa Bittar mencionou que “as duas porções cresceram separadas”, ela ainda comenta que “sul e norte, desde os tempos coloniais, viveram apartados” (BITTAR, 2016, p. 94).

Em narrativas memorialistas sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, Campestrini (2011) argumenta que, por cerca de dois meses, Mato Grosso vivera com dois governos distintos; esse acontecimento foi retratado por alguns memorialistas, entre eles José Barbosa Rodrigues, como a primeira divisão, sendo cunhado o termo *Estado de Maracaju* para se referir ao governo revolucionário instalado no sul de Mato Grosso. Todavia, esse termo foi criado de maneira anacrônica por Hildebrando Campestrini, ao comentar o assunto, Queiroz (2007, p. 145) afirma tratou-se de “uma versão fantasiosa”, o autor ainda complementa o que fora demonstrado por Bittar (1997), que o evento não estaria necessariamente ligado à separação do sul. Segundo ela, era possível “que houvesse a intenção de, caso vitorioso o movimento paulista de 1932, a capital de Mato Grosso permanecesse em Campo Grande com o estado uno” (BITTAR, 1997, p. 173).

Em 1977, a divisão ocorreria de fato, segundo Bittar (1999), como uma obra da ditadura militar e não como consequência de um movimento divisionista organizado. As motivações do regime militar para dividir Mato Grosso e criar Mato Grosso do Sul estariam ligadas em razões de ordem geopolítica, com garantia de *segurança nacional*<sup>2</sup>, por meio da ocupação das regiões de fronteira. Além disso, a divisão estaria ligada à conjuntura política do país; para ela, após a criação de Mato Grosso

---

<sup>2</sup> Sobre essa temática, ver: SANTANA (2009). Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuh\\_nacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuh_nacional/S.25/ANPUH.S25.1230.pdf)>. Acesso em 08.06.2023.

do Sul, o presidente Geisel “contaria com mais um governo e toda a estrutura política regional, a favor do regime, que já se encontrava em seus momentos de exaustão procurando uma auto-reforma para manter-se” (BITTAR, 1999, p. 126).

Nesse ínterim, a escolha do nome do novo estado a ser criado também esteve em jogo. Um dos nomes cogitados foi *Campo Grande*, defendido por José Barbosa Rodrigues e por políticos campo-grandenses. Porém, houve uma reação por parte do jornal *O Progresso*, publicado em Dourados, pelos políticos e pelas elites douradenses, que enviaram inúmeros telegramas para o presidente Ernesto Geisel, ao Senado, à Câmara Federal, em que alegavam que “somos mato-grossenses e pretendemos continuar mato-grossenses” e “[jamais] Estado de Campo Grande” (FURLANETO, 2018, p. 108-110).

Foram sugeridos como alternativa os seguintes nomes: Dourados, Maracaju, Mato Grosso do Sul e Bodoquena. Além de não aceitar Campo Grande para designar a nova unidade federativa, reivindicavam que Dourados fosse a capital, devido seu desenvolvimento agropecuário, pelo crescimento demográfico e urbano, pela capacidade eleitoral e pela marginalização política que seria imposta pelos políticos campo-grandenses.

Em meio a essas disputas, Rodrigues militou, por meio de seu jornal, o *Correio do Estado*, e junto aos políticos campo-grandenses, pela designação de Estado de Campo Grande. As disputas entre os políticos, as elites e a imprensa das duas cidades somente foram resolvidas a partir de agosto de 1977, quando foi noticiado que o presidente Ernesto Geisel teria optado pela designação *Mato Grosso do Sul* e por Campo Grande como capital. Mais tarde, essas informações foram confirmadas no dia 11 de outubro de 1977, com a assinatura da lei complementar n. 31<sup>3</sup>, que em seu primeiro artigo criou oficialmente Mato Grosso do Sul. As disputas entre as elites locais e a falta de consenso em torno da capital criava a necessidade de legitimar a indicação, afirmando sua importância.

Mato Grosso do Sul, ao ser criado em 1977, na visão dessas elites políticas, precisava de uma nova história e de uma nova identidade. Era preciso construir elementos que representassem os habitantes de um novo estado e de uma nova capital. Mas o que fazer com a história que já existia ali? Era necessário recriar a

---

<sup>3</sup> Para mais informações e acesso completo da lei, acessar: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp31.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm).

região, com recortes geográficos, políticos e culturais e, sobretudo, criar uma identidade regional e sentimentos de pertença coletiva. Afastando ligações com os mato-grossenses e projetando-se como um estado desenvolvido e promissor.

Além disso, era necessário legitimar Campo Grande como capital e construir um projeto coletivo, que unisse os diferentes grupos políticos. Nesse contexto, o governo estadual mobilizou instituições, grupos e intelectuais de diferentes campos para realizar tal feito. Dentre eles, estava o autor dessas duas obras, destinadas especificamente para crianças.

### **Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau**

Publicado em 1978, no auge da criação do estado de Mato Grosso do Sul, o livro *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* é um livro paradidático dedicado aos professores e crianças dos anos iniciais. O ineditismo da obra é apresentado logo em sua dedicatória, datada de março de 1978; nela, José Barbosa Rodrigues diz que visava oferecer subsídios para disciplina de Estudos Sociais. Em sua concepção, era “incompreensível que os alunos dessa série continuassem estudando o que há sobre o antigo Mato Grosso” (RODRIGUES, 1978, p.3), os estudantes deveriam conhecer o novo Estado, legalmente criado em 11 de outubro de 1978. O livro está entre as várias publicações do autor, que geralmente tratam de temáticas que envolvem Mato Grosso do Sul e Campo Grande.

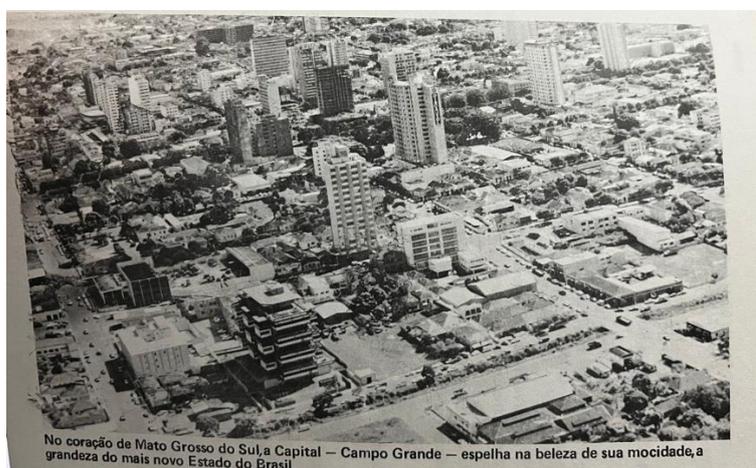
Com cerca de 40 páginas e 17 capítulos, sua configuração se assemelha bastante com *Campo Grande, meu amor: resumo histórico e geográfico do município* (1978), todavia as informações são apresentadas de maneira enxuta e em formato de pequenos tópicos. O próprio autor relata que, por ser um livro dedicado a crianças mais novas, ele optou por reduzir o volume de dados e conteúdos.

Algumas particularidades chamam atenção na leitura da obra, dentre elas, podemos citar a formatação em capítulos curtos, a escrita em tópicos e uma bateria de perguntas – ao final de cada capítulo – que deveriam ser feitas aos estudantes; geralmente cada pergunta corresponde a um tópico, numa nítida tentativa de memorização. Segundo (FREIRE, 2004), o modelo das perguntas se encaixa numa concepção de educação bancária, onde as respostas deveriam ser cópias dos tópicos abordados nos seus respectivos capítulos.

A presença de imagens, sejam fotografias ou mapas, também foi uma importante ferramenta utilizada pelo autor. As imagens contam com legendas que carregam importantes interpretações. A primeira é uma foto do dia 11 de outubro de 1977, data da assinatura da lei complementar n.31, dia oficial da criação do estado de Mato Grosso do Sul; na legenda o autor menciona que o presidente Ernesto Geisel “transformou em realidade o sonho da gente sul-mato-grossense” (RODRIGUES, 1978, p.7).

Esse tipo de construção por meio da imagem reafirma o discurso de uma luta divisionista secular e retira o caráter de uma divisão de gabinete, feita no contexto de uma ditadura militar sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional<sup>4</sup>. Ao longo da obra, em nenhum momento o processo e as razões que levaram à criação do estado são mencionados, assim, o que devia ser estudado é o presente; para o autor, o antigo Mato Grosso deveria ficar no passado.

Figura 1- vista aérea de Campo Grande



Fonte: RODRIGUES, 1978, p. 23

Partidário da escolha de Campo Grande como capital, o autor apresentou uma fotografia de uma vista aérea da cidade, enfatizando sua localização privilegiada. Segundo Rodrigues, Campo Grande estava no “coração de Mato Grosso do Sul”. Ao analisar a legenda e a foto, podemos compreender que o autor visava construir uma narrativa que confirmasse como acertava a decisão do Governo Geisel em escolher

<sup>4</sup> Sobre Doutrina de Segurança Nacional, ver: (BRUZIGUESSI, 2014). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/3311>.

Campo Grande como capital, em detrimento de outras cidades, como Dourados ou Corumbá. Além disso, para ele, essas características exemplificavam “a grandeza do mais novo Estado do Brasil” (RODRIGUES, 1978, p.23).

Até os dias de hoje, quando pensamos no estado de Mato Grosso do Sul, os aspectos naturais ainda aparecem no imaginário de boa parte dos brasileiros. No livro em questão, a natureza ganhou destaque com as imagens dos rios Paraná e Paraguai, o primeiro, descrito como teatro de aventuras de bandeirantes e monçoeiros, já o segundo, como aquele que ajuda a construir a riqueza do estado.

O bioma Pantanal, tão atual devido os incêndios noticiados a partir de 2020, aparece nas imagens, sendo descrito e associado a uma dádiva divina, ou seja, uma benção de Deus aos sul-mato-grossenses. Por fim, a obra ainda conta com um mapa administrativo do estado, com todas as suas fronteiras nacionais e internacionais; ademais, há uma lista com o nome dos 55 municípios<sup>5</sup> do estado.

Na leitura da obra, algumas temáticas trabalhadas por Rodrigues chamam a atenção, isso se deve a sua parcialidade e falta de respaldo nas fontes, suas afirmações tinham o intuito de instituir memórias e também promover esquecimentos.

Essa questão pode ser exemplificada no capítulo *Superfície e População*, ao decorrer desse segmento, o autor aborda os limites territoriais, tamanho do estado em quilômetros quadrados e também a composição da população em raças. Assim como pode ser notado em outros livros<sup>6</sup>, ele nega a existência e importância de alguns grupos étnicos, principalmente da população negra.

Para ele, dos 1,4 milhões de habitantes de MS, em 1978, a grande maioria seria de descendentes de raça branca, citando grupos ascendentes de portugueses, libaneses, espanhóis e italianos. Ao contrário do que escreveu em *Campo Grande, meu amor: resumo histórico e geográfico do município*, apresentou a presença de “mestiços”, que seriam formados por brancos e indígenas e brancos e pretos. No último tópico, a raça amarela aparece, com destaque aos japoneses, porém, a

---

<sup>5</sup> A quantidade de municípios é referente ao ano de 1978, data da publicação do livro e criação do estado. Atualmente, segundo o IBGE, o Estado de Mato Grosso do Sul conta com 79 municípios. Para mais informações, acessar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/historico>.

<sup>6</sup> Sobre o tema, ver: *Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado; História de Campo Grande; História de Mato Grosso do Sul*. Em todas essas obras, o autor nega ou menospreza a presença de descendentes de africanos no território que correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul.

principal questão é a reafirmação de que a raça “preta é inexpressiva” (RODRIGUES, 1978, p.11).

Ao promover essas afirmações, José Barbosa Rodrigues acaba por suprimir a história e a importância da população negra em Mato Grosso do Sul, isso ficou mais nítido em *História de Campo Grande* (1980), obra em que trata sobre a história da capital. Nela, elegeu José Antônio Pereira, um homem branco e mineiro, como fundador da cidade. Em nenhum momento o autor mencionou o debate historiográfico existente acerca da fundação da cidade ou outras possibilidades de fundação, como por exemplo, o papel de Eva Maria de Jesus, uma mulher escravizada.

Atualmente, em Campo Grande, no bairro Monte Castelo, existe uma comunidade de remanescentes quilombolas, reconhecida pela Fundação Palmares, que carrega o nome de *Tia Eva*, como era popularmente conhecida. Histórias de silenciamento acerca das populações afro-brasileiras infelizmente ainda são recorrentes na historiografia brasileira, sobretudo na construção da história de Mato Grosso do Sul. Vale destacar que muitos avanços foram conquistados nos últimos 20 anos, graças a ação de movimentos sociais, políticas públicas e leis como a 10.639/2003 e a 11.645/2008. Para Zorzato, ao tratar da identidade mato-grossense, os autores como Rodrigues resgatam somente “as origens europeias, silenciando-se sobre o lado indígena dos mato-grossenses” (ZORZATO, 2000, p. 422).

Há um grande enfoque na geografia do Estado, podendo ser vista nos capítulos *O clima; Relevo do Solo; Bacias e Rios Principais; Vegetação; Riquezas Principais e Pecuária*. De maneira geral, os aspectos positivos de todos os capítulos são exaltados, e aqueles que não possuíam tanto desenvolvimento são apresentados de maneira singela, ressaltando sempre o potencial de exploração. Por exemplo, o turismo para Rodrigues era uma área de atuação pouco explorada, porém contava com várias atrações turísticas importantes, como a gruta do Lago Azul em Bonito, os monumentos aos heróis da Retirada da Laguna em Nioaque, A Baía de Cáceres e o Forte Coimbra em Corumbá, entre outros na capital e demais cidades do interior.

A ferrovia Noroeste do Brasil (NOB)<sup>7</sup>, um importante marco para o desenvolvimento da porção sul de Mato Grosso<sup>8</sup>, teve um papel de destaque nessa obra, sendo citada diretamente em quatro capítulos. A associação entre a ferrovia e o progresso é automática, em *Cidades Principais*, com exceção da capital e de Dourados, todas as outras cidades eleitas como importantes são servidas por estrada de ferro. Para Queiroz, a ferrovia: "(...) estimulou, enfim, o crescimento de outra potencial concorrente da velha Cuiabá: a cidade de Campo Grande, que logo, aliás, suplantaria a própria Corumbá na condição de principal polo comercial do estado" (QUEIROZ, 2007, p. 142).

Em *Pecuária*, a Noroeste seria a responsável, junto com transportadoras rodoviárias, por transportar os bovinos para fora do Estado, contribuindo diretamente para essa atividade, que era a base econômica do estado. No capítulo dedicado aos Meios de Transporte, a NOB ganha destaque como integrante da Rede Ferroviária Federal S/A- RFFSA, sendo importante para o desenvolvimento de cidades como Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

### **Campo Grande, meu amor: resumo histórico e geográfico do município**

Em 1978, foi publicado o livro didático *Campo Grande, meu amor: resumo histórico e geográfico do município*, para ser utilizado nas escolas do município. Sua primeira edição foi de 3.000 exemplares, porém, devido à excelente recepção, logo se esgotou. Posteriormente, em 1981, foi publicada a segunda edição, que segundo o autor, teve pequenas modificações no que diz respeito a dados estatísticos<sup>9</sup>.

Segundo Rodrigues, a obra foi redigida "para crianças, mas teve aceitação por parte dos adultos". A boa aceitação do público, tanto infantil como adulto, foi justificada no fato de a cidade constituir um objeto de "bem querer de todos nós". Ele ainda complementou que seu objetivo, ao redigir o livro, era contribuir para que esse amor fosse cada vez maior (RODRIGUES, 1981, p. 5).

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a NOB, ver: *As Curvas do Trem e os Meandros do Poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil* (1997); *Uma Ferrovia entre Dois Mundos* (2004). Ambas escritas por Paulo Roberto Cimó Queiroz.

<sup>8</sup> Segundo QUEIROZ (2007), a definição do sul do estado de Mato Grosso tinha contornos imprecisos e não correspondia exatamente ao atual estado de Mato Grosso do Sul. O autor ainda complementa que MT possuía outras duas porções: o Norte, uma região mais propriamente amazônica e correspondente ao atual estado de Rondônia e o Centro, polarizada pela capital Cuiabá.

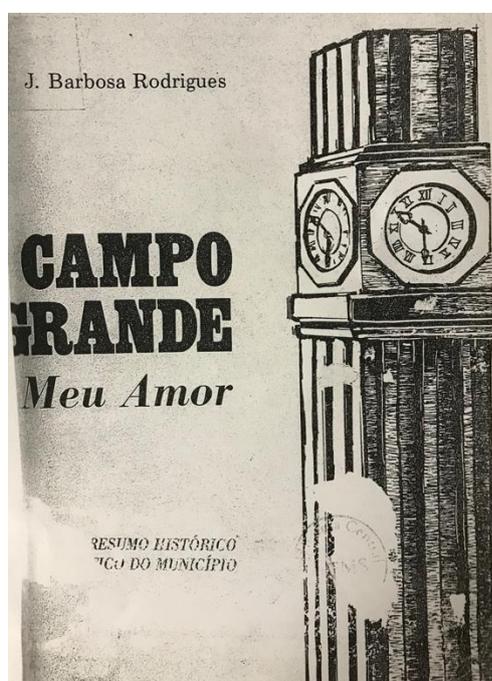
<sup>9</sup> Até o momento da escrita, não foi possível determinar se a obra teve outras edições publicadas.

O livro é subdividido em 36 capítulos, totalizando 47 páginas, em que foram apresentados um panorama geral sobre a História, Geografia, Economia, Política e Sociedade, além de dados estatísticos e de informações sobre os meios de comunicação do município. Ademais, a produção traz também dois resumos que recapitulam a história, a posição geográfica; neles, foram elencados os principais tópicos, os quais deveriam ser memorizados pelos estudantes, podendo ser cobrados em eventuais avaliações.

Inúmeras fotografias e mapas ilustram o manual, como por exemplo, um mapa parcial do estado de Mato Grosso do Sul. Rodrigues também incluiu o poema intitulado *Campo Grande*, de autoria do bispo D. Francisco de Aquino Corrêa, o hino de Campo Grande, a bandeira e o brasão do município, com seus respectivos significados, e uma lista com os nomes de 51 prefeitos.

A capa é simples e possui em seu plano central um esboço de um dos símbolos da cidade de Campo Grande e da identidade campo-grandense, o relógio da rua 14 de julho e, na margem esquerda, o título e nome do autor.

Figura 2- capa do livro *Campo Grande: Meu Amor*



Fonte: RODRIGUES, 1978

Segundo Choppin (2004), existem algumas funções específicas para o livro didático, dentre elas, a *função ideológica e cultural*. O autor menciona que, com a criação dos Estados Nacionais, o livro “se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura, e dos valores das elites dirigentes”. Também apresenta outros aspectos que são primordiais para se entender a produção de caráter historicista de Rodrigues, semelhante aos metódicos do contexto da consolidação dos Estados Nacionais. Para ele, o material didático é um “instrumento privilegiado de construção da identidade” e das subjetividades, ou seja, quando os indivíduos passam a se identificar e a se reconhecer como pertencentes àquela coletividade (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Foi justamente essa a intenção de José Barbosa Rodrigues ao criar materiais didáticos: forjar identidades e trabalhar com as subjetividades dos habitantes da recém escolhida capital de Mato Grosso do Sul, sempre justificando a escolha da mesma e o sentimento de pertencimento ao novo estado.

Na primeira parte da obra, foram apresentadas informações desde a fundação até a elevação de Campo Grande à capital de Mato Grosso do Sul. Além do mais, o autor dividiu os principais elementos fundantes em capítulos, como *A Primeira Roça*, *A Primeira Festa Religiosa*, *A Criação e Instalação da Comarca*, *a Elevação de Distrito a Município* e a escolha como *A Capital de Mato Grosso do Sul*.

Nos relatos do que seria *A Primeira Roça*, o autor elegeu José Antônio Pereira como o responsável pela fundação do que viria a ser Campo Grande e o dia 21 de junho de 1872 como a data inaugural de fundação. Outra data oficial a ser comemorada, segundo ele, é a elevação à categoria de vila no dia 26 de agosto de 1899 – data oficial atual do aniversário da cidade.

De acordo com Rodrigues (1981, p. 14), como em boa parte das cidades brasileiras, “Campo Grande cresceu à beira de cursos de água e à sombra de uma igreja católica”, durante essa e outras obras, o autor buscou fixar a religião como elemento que compõe a identidade regional. A importância do catolicismo se deu de tal modo que, em certo período, o ainda vilarejo tinha como nome Santo Antônio de Campo Grande da Vacaria. Esse pequeno distrito teria sido elevado a município com muita rapidez, devido aos progressos econômicos e ao crescimento demográfico. A velocidade de crescimento foi utilizada como um discurso que justificou a escolha da

cidade de Campo Grande como capital, ao invés de Dourados ou Corumbá, por exemplo.

A segunda parte da obra é dedicada ao *Resumo Geográfico do Município*, em que abordou diferentes temáticas. Inicialmente trouxe informações gerais, mantendo a divisão em capítulos para os assuntos que julgou mais importantes, sendo eles *Posição Geográfica*, *Os Limites*, *Superfície Territorial*, *População*, *Clima*, *Hidrografia* e *Educação*. Apesar de o município ter uma pequena área territorial e ocupar a décima terceira posição entre os 64 municípios<sup>10</sup> de Mato Grosso do Sul elencados por Rodrigues, para ele, Campo Grande tinha uma posição geográfica privilegiada, por ser central, sendo ponto obrigatório de passagem para as viagens regionais e nacionais.

O clima tropical de altitude seria bom e saudável e até mesmo a qualidade da água era considerada elevada, mesmo sem receber tratamento, contando com um fluxo de ribeirões e córregos, todos listados na obra. Assim como Rodrigues, outros autores<sup>11</sup> trabalham com as questões climáticas, mesmo que de forma subentendida, fazendo uma oposição a Cuiabá, vista historicamente como distante e com clima hostil.

Ao trabalhar com a população, mesmo sem apresentar fontes, afirmou que a população campo-grandense foi a que mais cresceu no estado, sendo estimada em 300.000 habitantes. Todavia, assim como foi visto no livro *Mato Grosso do Sul para a 3ª série do 1º grau*, Rodrigues omitiu a composição étnica dos campo-grandenses. O autor menciona que “em quase em sua totalidade os habitantes eram brasileiros” e havia também “algumas colônias de japoneses e paraguaios” (RODRIGUES, 1978, p. 23).

As populações indígenas e quilombolas, que historicamente habitam a região, não foram sequer mencionadas. De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Mato Grosso do Sul conta com a segunda maior população indígena do país. Além disto, segundo o site do MPF (Ministério Público Federal), Mato Grosso do Sul também

---

<sup>10</sup> O autor não fornece informações sobre fontes e de onde retirou a informação sobre a quantidade de municípios, a questão acaba ficando dúbia, visto que em *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau*, livro escrito no mesmo ano, o autor menciona que existiam 59 municípios em Mato Grosso do Sul.

<sup>11</sup> Sobre essa temática, ver (GALETTI, 2012).

possui atualmente 18 comunidades quilombolas<sup>12</sup>. A partir dessas informações, surgem alguns questionamentos: esses grupos apareceram após a escrita do livro? Por quais motivos o autor omitiu a presença de alguns grupos étnicos?

As indagações serão retomadas nas considerações finais desse trabalho, mas aqui já podemos afirmar que em nenhum momento do livro é possível notar a presença de indígenas, quilombolas e outras etnias vindas da Europa, como sírios, libaneses e armênios. Ao ler o manual, alheio aos dados que temos hoje, os estudantes poderiam ter a impressão de que esses grupos nunca existiram na cidade.

Em diversos momentos, o autor buscou explicitar o que compreendia ser as potencialidades de Campo Grande, seja pelo seu desenvolvimento econômico e demográfico, por sua localização geográfica central e privilegiada ou até mesmo por sua composição étnica. Tais escolhas não foram feitas ao acaso, visavam demonstrar como acertada a decisão de escolher a cidade como capital de Mato Grosso do Sul.

Ainda sobre esse tema, ele argumenta que a grandiosidade de Campo Grande podia ser comprovada através da excelência educacional, sendo considerado “um dos municípios mais alfabetizados do interior do Brasil”. Rodrigues complementa que todos os níveis de ensino são englobados, contando com escolas particulares, isoladas e rurais, que somadas comportam cerca de 25.000 mil alunos e 22 estabelecimentos responsáveis por ministrar o ensino médio, sejam eles públicos ou particulares. Conta-se também com o ensino superior, ministrado por grandes universidades, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT) e pelo Centro de Ensino Superior (CESUP), “com um total de 17 Faculdades frequentadas por mais de 4.000 acadêmicos”. Com uma visão de preparo para o futuro, ainda há “escolas profissionais e especializadas” responsáveis pela formação de mão de obra qualificada para os diversos setores da sociedade (RODRIGUES, 1981, p. 29).

José Barbosa Rodrigues se esmera em justificar o porquê da sua escolha, diante das disputas com as elites de Dourados, uma das principais cidades da porção sul e concorrente ao posto de capital. Ele militou ativamente por meio de seu jornal, o *Correio do Estado*, em oposição às elites douradenses do jornal *O Progresso*. Segundo Furlanetto (2018, p. 108-110), em reação à possibilidade do novo estado se

---

<sup>12</sup> Mapa Quilombolas. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/ms/atuacao/mapa-quilombolas>>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

chamar Campo Grande, os douradenses chegaram a enviar telegramas ao presidente Ernesto Geisel, Câmara Federal e ao Senado, alegando que “somos mato-grossenses e pretendemos continuar mato-grossenses” e “Jamais Estado de Campo Grande”. Foram propostos como alternativa: Dourados, Maracaju, Mato Grosso do Sul e Bodoquena. Além de não aceitar Campo Grande como nomenclatura da nova unidade federativa, requeriam que Dourados fosse a capital, por ser “celeiro do Brasil”, por seu desenvolvimento agropecuário, pelo crescimento urbano e demográfico, pela sua capacidade eleitoral e pela marginalização política que seria imposta pelos políticos campo-grandenses (FURLANETTO, 2018, p. 111).

Sobre os *Meios de Comunicação*, destacou a aviação, a ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), as rodovias e a imprensa. Com relação à *aviação* ressaltou que era desenvolvida e que várias companhias aéreas interligavam Campo Grande à Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e às demais regiões, transportando pessoas, mercadorias e correspondências. A cidade era servida de dois aeroportos e sediava a base aérea do Comando Militar do Oeste (CMO), contando com “regular tráfego de aviões militares, sendo frequente a presença de aviões estrangeiros no Aeroporto Internacional Antônio João” (RODRIGUES, 1981, p. 31).

A NOB ganhou um destaque na obra, com enfoque na história e na sua importância, com um ramal ferroviário que interligava Campo Grande à Ponta Porã. Enfocou também as rodovias, considerando que seria o município mais bem servido por estradas de rodagem, que a interligavam aos demais municípios e aos demais estados. Além dessas vias, havia as estradas municipais que ligavam a sede municipal à zona rural. Mesmo longe dos grandes centros, a cidade poderia ser considerada “uma das encruzilhadas do mundo” (RODRIGUES, 1978, p.31).

No aspecto econômico, destacou as diferentes atividades, dando ênfase à pecuária que “constitui o alicerce da atividade econômica”, a mesma tem “tomado grande impulso e potencial” (RODRIGUES, 1980, p. 37). Ademais, segundo ele, existia também grande variedade na produção de couro, além das atividades agrícolas, sendo cultivado arroz, feijão, algodão, amendoim, mamona, café, mandioca, entre outros.

Mesmo “relativamente pequena”, o funcionamento das indústrias caminhava no “sentido de expansão”, abrangendo vários setores, tanto para consumo interno

quanto para exportação. O setor terciário foi apresentado como a grande força motriz da economia campo-grandense, “destacando-se como o maior empório da região Centro Oeste”, servindo de ponto de abastecimento para “a maioria das cidades matogrossenses” e “algumas cidades paraguaias e bolivianas” (RODRIGUES, 1980, p. 36-38). As atividades econômicas também foram inseridas no contexto geopolítico de divisão e escolha da capital, colocando Campo Grande sempre como desenvolvida e próspera.

Assim como no primeiro tópico, há uma retomada dos assuntos mais importantes em uma lista chamada *Recapitulação Geográfica*. Esta é complementada por um panorama intitulado de *Campo Grande em 1981*, com dados populacionais, arrecadação e estatísticas sobre órgãos públicos e privados.

As inclusões dos símbolos cívicos do município são testemunhos da preocupação de Rodrigues com a construção do regionalismo e da identidade sul-mato-grossense. O *Hino à Campo Grande* mobiliza valores patrióticos em relação à cidade ao evocar um passado glorioso, cidadãos felizes, afetividade aflorada e o orgulho de pertença. Dessa maneira, a construção da identidade campo-grandense é feita em paralelo ao amor pelo município, e, se fosse o caso, como é mencionado no próprio hino: “morrerei pela pátria adorada” e “nosso afeto a ela sagremos” (RODRIGUES, 1980, p. 41).

A letra foi escrita e musicada por Trajano B. de Souza, em 1918, e já evocava um passado glorioso e narrava uma cidade com rápido desenvolvimento econômico e demográfico, tornando-se a mais progressista de Mato Grosso, o que pode ser demonstrado na letra: “outrora um deserto, transformou-se em cidade primor” (RODRIGUES, 1980, p.41).

Até a escrita da obra, antes da criação de Mato Grosso do Sul, o hino mencionava uma “trindade sagrada” composta por Mato Grosso, Brasil e Campo Grande. Essa era uma tentativa de evocar sentimentos de pertencimento em nível estadual, nacional e municipal, sentimentos estes que deveriam despertar orgulho diante da sua importância histórica, geográfica e política.

Segundo o site do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA)<sup>13</sup>, após a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, alguns versos foram adaptados por Henedina Hugo Rodrigues, esposa do autor dos livros aqui analisados, e Hildebrando Campestrini, à época presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), de modo que incorporasse *Mato Grosso do Sul* ao coro, sendo excluída a referência a Mato Grosso.

O uso do hino como forma de despertar sentimentos de pertença permanece até hoje. Em Campo Grande, no ano de 2019, com as reformas realizadas na rua 14 de julho a partir do projeto de revitalização do centro chamado *Reviva Campo Grande*, o canteiro da avenida Afonso Pena, principal avenida do município, ganhou uma placa com a letra do hino, apresentando as devidas referências a Trajano e Campestrini. A placa fica posicionada ao lado de outro importante símbolo da identidade campo-grandense, O Relógio da rua 14 de julho. Já mencionado aqui, o relógio estampado na capa desse livro ganhou uma versão modernizada com ponteiros digitais e estrutura de iluminação.

### Figura 3- brasão do município de Campo Grande.



Fonte: [www.campograndems.net/simbolos](http://www.campograndems.net/simbolos)

Outros elementos cívicos foram contemplados pelo autor, como o brasão do município, o qual apresenta, na visão de Rodrigues, a síntese do que seria a identidade campo-grandense, o escudo samnítico, evocando a raça latina "como primeira e principal formadora da nacionalidade brasileira"; a cor azul do escudo "é símbolo heráldico da justiça, elogio, nobreza, perseverança, zelo e lealdade, atributos

<sup>13</sup> Arquivo de Campo Grande (ARCA). Hino de Campo Grande. Campo Grande. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/hino-da-cidade>>. Acesso em 19 nov. 2019.

do povo campo-grandense que, pelo trabalho eficaz e realizador, constrói a grandeza da cidade” (RODRIGUES, 1980, p. 43).

O brasão conta ainda com duas faixas onduladas dentro do escudo, retratando os rios Prosa e Segredo, Rodrigues afirma que foi “na confluência dos quais, em 1872, foi erguido o primeiro rancho, a semente que germinou a cidade ora chamada Campo Grande” (RODRIGUES, 1980, p. 43).

A águia “é símbolo heráldico de poder, prosperidade e altruísmo”, segundo PLAYNE (*apud* RODRIGUES, 1980, p. 43)<sup>14</sup>, indica também altos desígnios, grandes empreendimentos, generosidade e liberdade”, além disso, “da condição de liderança conquistada através de sua evolução histórica, razão de se constituir na ‘Metrópole econômica da região sul-matogrossense’”. Pendurada em suas garras, há uma buzina de caça; para o autor, ela evoca no brasão a pecuária – esteio da economia municipal e de toda a região. Ao descrever o significado da bordadura, Rodrigues busca referências no período das cruzadas:

[...] símbolo heráldico de proteção, de favor e de recompensa é a alta distinção que serve de amparo àqueles que os príncipes querem assegurar com seu favor e contra seus inimigos; carregada com oito cruces páteas de goles (vermelho) e vazias de prata, que é o símbolo português usado nas cruzadas, símbolo dos navegadores e descobridores de terras, símbolo ostentado pela flâmula dos intrépidos bandeirantes em sua obra de conquista, que a tudo presidiu na evolução histórica do Brasil (RODRIGUES, 1980, p. 44).

A cor vermelha presente nas cruces seria o “símbolo heráldico de intrepidez, coragem, valentia, audácia, qualidades que identificam o pioneiro desbravador do agreste sertão brasileiro” (RODRIGUES, 1980, p. 45).

Já na faixa, constam os anos de 1872 e 1899, que significavam os anos que o primeiro “habitante original desta plaga aqui se fixou, [...] lançando as sementes da grande cidade”, e o segundo ano marcava a elevação de Campo Grande à categoria de Vila e Município. Para o autor, esse ano foi um marco e “ponto de partida para a arrancada gloriosa na senda do progresso, que em pouco tempo se tornaria a Cidade-Líder de um Estado”. Após o escudo, a tríade poder-prosperidade-altruísmo,

---

<sup>14</sup> Nessa citação, o autor menciona Baron Playne, entretanto não menciona o ano da publicação ou a obra em questão.

nas palavras dele, “é a sintetização de tudo o que o brasão representa” (RODRIGUES, 1980, p. 44).

Tais símbolos trazem em seu conteúdo uma visão de sociedade, de história, valores de ser humano, pois pretendem criar um imaginário coletivo. Segundo Queiroz (2007), ao apresentar aspectos sobre construção da identidade sul-mato-grossense, o autor elenca duas estratégias dos intelectuais do sul de Mato Grosso, a primeira se dava na tentativa de atribuir o que Galletti (2000)<sup>15</sup> chamou de “estigma da barbárie” aos cuiabanos. Já a segunda, seria a apropriação e a posterior transformação de alguns elementos da identidade mato-grossense, os quais seriam aplicados exclusivamente ou de maneira preponderante aos habitantes do atual Mato Grosso do Sul.

O poema *Campo Grande*, de autoria do bispo D. Aquino Francisco Corrêa<sup>16</sup>, destaca as qualidades do solo, do clima e dos campos, que aproximavam a cidade de um eldorado, ou seja, um local pródigo em riquezas e oportunidades. Como decorrência das potencialidades, teria um futuro glorioso, próspero, de muito progresso e civilização. J. Barbosa Rodrigues, ao incluir o poema em sua obra, pretendia despertar o orgulho de pertencer à coletividade campo-grandense, assim como os sentimentos de identificação com o local e o senso de que cada um dos munícipes teria de contribuir para seu engrandecimento.

Por se tratar de um material destinado às crianças, a inclusão de imagens foi uma estratégia para reforçar os conteúdos e as representações de progresso e modernidade, além de facilitar o aprendizado. Segundo Mayer (2001), aprendizagem multimídia envolve o uso de palavras e imagens. Assim, a história campo-grandense é construída visando que os estudantes enxergassem na cidade o que há de mais moderno, como por exemplo, as fotografias do *Edifício-sede da Prefeitura de Campo Grande*, da *Vista aérea de Campo Grande*, *Sede provisória do governo de Mato Grosso do Sul*; do *Córrego Segredo*, da *Igreja Matriz de Santo Antônio*, da *Catedral São José*, da *Cidade Universitária*, da *BR 262*, etc. As imagens reforçam e veiculam concepções de uma cidade progressista, modernizada, com ruas largas e movimentadas, prédios modernos, com uma economia pujante e com comércio

---

<sup>15</sup> Sobre isso, ver: (GALETTI, 2012)

<sup>16</sup> Dom Francisco de Aquino Corrêa foi um bispo católico, escritor e político brasileiro. Num contexto de agitação política, foi escolhido para o cargo de governador de Mato Grosso entre 1918 a 1922. Para mais informações, ver: (MARIN, 2018).

forte. Dessa forma, Campo Grande foi retratada como principal cidade do estado, justificando sua escolha como Capital. Com isso, despertava-se o orgulho de residir na cidade, que também era a capital de Mato Grosso do Sul.

Outras imagens destacavam alguns políticos que eram considerados por Rodrigues como importantes para a história recente de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, como o governador Pedro Pedrossian, o ex-governador Arnaldo Estevão de Figueiredo e o prefeito de Campo Grande, Levy Dias. Na escolha desses políticos em questão, podemos notar uma clara influência política, visto que todos os representados nas fotografias pertenciam ao grupo político do qual ele também fazia parte: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e posteriormente com a queda do bipartidarismo, ao Partido Democrático Social (PDS).

Em suma, o autor elencou heróis retratados nas grandes figuras políticas, datas oficiais, um pai fundador (José Antônio Pereira) e notáveis que se empenharam para fazer de Campo Grande uma cidade próspera e moderna. Cabe destacar a utilização da obra como material didático nas escolas, afirmando Campo Grande como capital e criando a coletividade e a identidade campo-grandense. Além do mais, reforçou a produção de sentimentos de pertencimento ao município e fomentou o regionalismo.

Os conteúdos apresentados não permitem compreender de forma crítica ao não propor uma problematização da História, da Geografia, da Cultura, entre outras. A História apresentada é protagonizada apenas por homens brancos e há silêncios sobre a presença das populações indígenas, da escravidão de africanos, de grupos quilombolas remanescentes e dos problemas sociais que até hoje persistem.

A abordagem de José Barbosa Rodrigues é factual, priorizando os fatos históricos, a legislação, os nomes de pessoas que ocuparam cargos políticos e as principais datas, que foram colocados numa sequência temporal linear. Segundo Hobsbawm (1998, p. 32-33), "o sentido do passado é construído como uma continuidade coletiva de experiências que visam fornecer a sensação de pertencer a uma tradição antiquíssima, permitindo satisfação emocional". Rodrigues não apresenta as fontes, ampara-se em sua posição social e constrói uma narrativa modelo acerca da história campo-grandense, instituindo datas e um calendário oficial a ser comemorado.

As recapitulações históricas destacaram os principais fatos, datas, leis e nomes de autoridades civis, militares e religiosas. A recapitulação geográfica enfatizou a localização do município, latitudes e longitudes, superfície, limites territoriais, dados econômicos sobre a agricultura, pecuária, comércio e indústria, além de dados sobre as escolas, jornais e vias de comunicação.

Esses conteúdos deveriam ser memorizados, pois sintetizariam os conteúdos que deveriam ser apreendidos pelos alunos. Todavia, de acordo com (GALVÃO, CÂMARA, JORDÃO, 2011, p. 632), a memorização é uma estratégia superficial e tem por característica a repetição enquanto procedimento para armazenamento da informação.

### **O papel de José Barbosa Rodrigues**

José Barbosa Rodrigues militou ativamente na construção da memória regional e da identidade sul-mato-grossense. Ele era o proprietário do jornal *Correio do Estado*, fundado em 1954, e tinha vínculos com políticos, empresários e profissionais liberais filiados à União Democrática Nacional (UDN) e, posteriormente, durante a ditadura militar à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, ainda, no Partido Democrático Social (PDS). Gozava de privilégios e voz autorizada devido às suas ligações com as elites econômicas e políticas.

Com a criação de Mato Grosso do Sul, engajou-se na consolidação do novo estado, não só nas disputas pelo poder no âmbito estadual, mas também ao criar uma memória regional e estruturar os alicerces da identidade. Ele acompanhou e participou da fundação da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), não apenas como membro (13ª cadeira), mas na sua estruturação, ao ceder uma das dependências do jornal para que funcionasse como sede da instituição.

Desde 1972, o *Correio do Estado* publicava o *Suplemento Literário*, que era dirigido pela Academia de Letras e História de Campo Grande (ALHCG) e, após 1978, pela ASL. Ele também ocupou, por dois mandatos, a presidência da ASL. Em 1982, foi criada a *Fundação Barbosa Rodrigues*, mantida pelo grupo *Correio do Estado*, que desenvolveu projetos na área social e na preservação documental e da divulgação do que o grupo entendia como a história de Mato Grosso do Sul e de Campo Grande, além de celebrar e eternizar a memória de Rodrigues e do jornal.

Hildebrando Campestrini, presidente do IHGMS, destacou o seu vanguardismo: “Ele buscava ser útil, tinha uma visão muito prática. Seus livros foram motivados por isso. Escreveu sobre aquilo que não havia conteúdo” (in ANDRADE, 2016). Rodrigues não estaria contribuindo apenas para a construção da memória e da identidade, mas estava articulando uma propaganda acerca de si e do jornal de que era proprietário, impondo determinadas autoimagens para seus contemporâneos, como também para a posteridade. Suas obras são os monumentos que evocam o passado, perpetuam as recordações – voluntárias ou involuntárias – e são legados à memória coletiva. Ou seja, são um produto da sociedade que as fabricou, segundo as relações de força daqueles que detinham o poder.

Suas produções foram celebradas e apropriadas por outros intelectuais, por instituições culturais, imprensa e governos estaduais, sendo tidas como referência obrigatória no estudo devido à importância e dimensão que tomou sua produção. Em *Boa história sobrevive da simplicidade*, de Enilda Mongenot Pires, a autora destacou o legado de Rodrigues, elogiando sua preocupação com a “comunicação imediata aos estudantes” e seu “estilo didático” (PIRES, 2004, p. 81-82). No mesmo texto, sua importância enquanto jornalista, escritor e historiador<sup>17</sup> é comparada com o historiador francês George Duby, este que “foi um dos mais renomados historiadores franceses da nova geração”, do mesmo modo que o francês seria referência nos estudos acerca da Idade Média “Barbosa Rodrigues está para a história sul-mato-grossense” (PIRES, 2004, p. 85-86).

Em *História da Literatura Sul-Mato-Grossense*, José Couto Vieira Pontes atribui inúmeras qualidades ao trabalho de Rodrigues. Segundo Pontes (1981, p. 176), o “Jornalista e historiador, o Prof. José Barbosa Rodrigues membro da Academia Sul-Matogrossense de Letras, cadeira nº 13, [...] É um homem de letras oriundas da tribuna jornalística, viveiro de tantos talentos”. Sua produção é comparada a de renomados escritores do cenário nacional, como Machado de Assis e Euclides da Cunha, além de ser proprietário do jornal *Correio do Estado*, foi um agente motivador de “valioso incentivo à cultura, em nosso meio” (PONTES, 1981, p. 176). Ele também foi creditado com “pesquisador incansável da nossa História” e com uma

---

<sup>17</sup> José Barbosa Rodrigues nunca teve formação em História, era na verdade, jornalista.

“biblioteca especializada em obras mato-grossenses e sul-matogrossense” (PONTES, 1981, p. 177).

Na matéria *José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo*, publicada no *Correio do Estado*, de 30 de junho de 2016, foram publicados os depoimentos de Hildebrando Campestrini (Presidente do IHGMS à época), Antônio João Hugo Rodrigues (seu filho), José Couto Vieira Pontes (um dos fundadores da ASL) e Reginaldo Alves de Araújo (presidente da ASL à época), que destacaram a importância de Rodrigues, assim como sua paixão pela escrita, pelo conhecimento, além das suas competências profissionais.

Tanto em vida, quanto após seu falecimento, José Barbosa Rodrigues recebeu diversas homenagens. No ano de 2017, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul criou a *Medalha de Mérito Jornalístico José Barbosa Rodrigues*, destinada a premiar profissionais de destaque na área das comunicações. O Departamento de História, antiga reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Cidade Universitária leva o nome “Espaço Prof.º J. Barbosa Rodrigues”, estabelecido pela resolução nº 93, de 20 de dezembro de 2010 do Egrégio Conselho Universitário, atual Faculdade de Ciências Humanas (FACH). Na cidade de Campo Grande, também recebeu homenagens, tendo seu nome em uma avenida, no Palácio das Comunicações dentro do Parque dos Poderes e em uma escola da rede estadual, localizada no bairro Universitário.

### **Considerações finais**

José Barbosa Rodrigues foi um dos primeiros a escrever sobre a história de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, logo após a divisão de Mato Grosso e a criação do novo estado. Desde 1978, o jornalista se manteve muito engajado na criação da identidade local e na justificativa da escolha do município como capital do mais recente estado brasileiro.

Seu principal interesse foi a construção de uma história oficial de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, fomentando o regionalismo e a identidade regional. As obras *Campo Grande meu amor: resumo histórico e geográfico do município* e *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* foram as primeiras sistematizações sobre a capital e o estado. Elas foram utilizadas e distribuídas nas

escolas da capital e do interior, com o objetivo de auxiliar professores e alunos a compreenderem os recentes acontecimentos. Além disso, buscava-se formar as futuras gerações já como sul-mato-grossenses, deixando para trás a ligação com Mato Grosso.

Ambos os livros contribuíram para produção de subjetividades, mitos fundadores e heróis, ou seja, aspectos comuns à coletividade, como as tradições. Tudo isso favoreceu a criação de laços identitários entre a população, auxiliando no processo no qual os mato-grossenses foram transformados em sul-mato-grossenses, e os campo-grandenses passaram a viver em uma capital.

As obras *Campo Grande meu amor: resumo histórico e geográfico do município* e *Mato Grosso do Sul para 3ª série do 1º grau* foram importantes pilares da historiografia regional, sendo utilizadas por outros pesquisadores, sobretudo aqueles ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e por memorialistas.

Suas bases são:

1. O município de Campo Grande estava destinado a ser capital de Mato Grosso do Sul desde o século XVI, pois para ele o início da história do estado também remete a esse período;
2. O destaque à figura dos bandeirantes paulistas como desbravadores e de portugueses como colonizadores; dessa forma, os habitantes atuais possuíam uma ascendência europeia ou paulista;
3. O silenciamento acerca das populações indígenas como etnias que compõem a população da região. Retratados como empecilhos do progresso, defesa e povoação, foram tratados por Rodrigues de maneira superficial;
4. O apagamento da população negra de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul: quase não existem menções acerca da presença de afrodescendentes. As poucas passagens presentes nos textos trazem contradições acerca da existência da escravidão ou negam sua expressividade. A população era, para ele, composta majoritariamente por brancos, descendentes de paulistas, portugueses, espanhóis, libaneses;
5. O enaltecimento dos pioneiros como representantes do progresso e da civilidade – essas populações foram primordiais para a constituição de uma cida-

de ordeira, com alto nível intelectual, dando destaque à figura de médicos, engenheiros, professores e advogados. Ao enaltecer os pioneiros acabava por legitimar as elites e o poder de mando;

6. A supressão das disputas entre as elites campo-grandenses e douradenses acerca da falta de consenso sobre escolha da capital do novo estado. Retratar a história municipal com parcialidade e com nítidas intenções de privilegiar um grupo político, justificando assim a escolha de Campo Grande como capital;
7. A criação de José Antônio Pereira como fundador do município, ignorando outros habitantes que já residiam na região. Esse foi importante elemento gerador de sentimentos de pertencimento à coletividade, assim como para a constituição de uma identidade campo-grandense;
8. A presença da religião católica como elemento de civilidade, ordem e prosperidade. Para Rodrigues, Campo Grande, assim como o Brasil, foi concebida a partir de ideais católicos, fé e uma moral cristã.

Enfim, deve-se considerar que José Barbosa Rodrigues tem uma narrativa factual e linear, que valoriza heróis, datas e fatos históricos importantes, geralmente ligados à história política. A memória regional constituída pelo autor retrata uma história harmônica e consensual, que excluiu a presença de negros e indígenas na sociedade contemporânea. Com um caráter memorialista, ele também cria elementos simbólicos que deviam ser comemorados e lembrados pelas futuras gerações campo-grandenses. Segundo Connerton, nossas "experiências do presente dependem, em grande medida, do conhecimento que temos do passado e que nossas imagens servem normalmente para legitimar a ordem social presente" (CONNERTON, 1999, p. 2).

Em suma, o autor teve um papel relevante para a construção da identidade e do regionalismo e deve ser lido e compreendido em seu recorte temporal, levando em conta suas subjetividades e contradições.

## Referências

- AMARILHA, Carlos Magno Mieres. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.
- ANDRADE, Thiago. **José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo**. Correio do Estado, Correio B, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-marcada-pelo-pioneirismo/281191/>. Acesso em 5 mai. 2019.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul – a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.<sup>[L1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado**. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. 2 v.
- BITTAR, Marisa. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas n. 15, out. 1999.
- BITTAR, Marisa. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas – Periódico das comunidades departamentais da UCDB, Campo Grande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.
- BOURDÉ, Guye* MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2016.
- CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e pesquisa, São Paulo, V.30, n.3, p.549-566, set/dez.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Tradução de Maria Manuela Rocha. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FURLANETTO, Vera Lúcia. **Mato Grosso do Sul: a criação de um estado pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado**. Dourados, 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Ciências Humanas.
- GALETTI, Lylia S. G. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: EdUFMT, Entrelinhas, 2012.<sup>[L1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- GALVAO, Afonso; CAMARA, Jacira; JORDAO, Michelle. **Estratégias de aprendizagem: reflexões sobre universitários**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 93, n. 235, p. 627-644, dez. 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.<sup>[L1]</sup><sub>[SEP]</sub>
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Companhia das letras, São Paulo. 1998.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.<sup>[L1]</sup><sub>[SEP]</sub>

MARIN, Jérri Roberto. **D. Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n.50, p.780-811, maio/ago. 2018. Disponível em: <acesse.one/kiDo4> Acesso em 09.06.2023

NORA, Pierre. **Entre a memória e história. A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, (10), dez. 1993.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. [1] [SEP]

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio)**. Revista Diálogos, Maringá: UEM, v. 10, n.2, p. 149-184, 2006.

RODRIGUES, José Barbosa. **Campo Grande meu amor: resumo histórico e geográfico do município**. São Paulo: Editora do Escritor, 1978.

RODRIGUES, José Barbosa. **Campo Grande meu amor: resumo histórico e geográfico do município**. São Paulo: Editora do Escritor, 1981.

RODRIGUES, José Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

SILVA, Ricardo Souza. **Mato Grosso do Sul: Labirintos da Memória**. Dissertação (Mestrado em História) FCH/UFGD, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados. 2006.

SYRJAMAKI, Sami. **Sins of a Historian: perspectives to the problem of the anachronism**. Oslo: University of Tampere, 2011.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

ZORZATO, Osvaldo. **Alicerces da identidade mato-grossense**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

**Recebido em:** 01/11/2022

**Aprovado em:** 03/03/2023

# PATERNIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM OLHAR HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO SOBRE O PAI CONTEMPORÂNEO A PARTIR DE NARRATIVAS MTERNAS

*PATERNITY AND INTELLECTUAL DISABILITY: A  
HISTORICAL VIEW – SOCIOLOGICAL ABOUT THE  
CONTEMPORANY FATHER UNDER THE PERCEPTION  
OF MATERNAL NARRATIVES*

**Matheus Wisdom Pedro de Jesus<sup>1</sup>**

Universidade do Estado da Bahia

**Sueli Ribeiro Mota Souza<sup>2</sup>**

Universidade do Estado da Bahia

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as circunstâncias atuais acerca do exercício da paternidade diante do filho com deficiência intelectual. Busca, através de reflexões, propor percepções sobre o papel do pai contemporâneo a partir de narrativas de mães e como a construção histórico-sociológica da constituição da paternidade interfere significativamente no contexto atual. A metodologia empregada foi qualitativo-teórica sem representatividade numérica

**Abstract:** This article aims to reflect on the current circumstances of paternity in the face of a child with an intellectual disability. It seeks, with reflections, to bring perceptions about the contemporary father from the mothers' narratives and how the historical-sociological construction of the father interferes in the context. The methodology used was qualitative-theoretical without numerical representation with a bibliographic-phenomenological character seeking, in this perspective, the perception of a

1 Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL) e do Grupo de Pesquisa Pensamento e Contemporaneidade (UNEB). Psicopedagogo da APAE Salvador e professor da Rede Municipal de Salvador.

2 Pós-Doutorado na Università degli Studi di Firenze. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia, Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professora/pesquisadora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) atuando no Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (Campus I) da Universidade do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Pensamento e Contemporaneidade (UNEB).

com caráter bibliográfico-fenomenológico buscando, nessa perspectiva, chegar à percepção de uma realidade a partir de narrativas pautadas em experiência. Discute-se, a priori, o retrato histórico-sociológico do homem e seu papel na família contrastando o modelo inicial de família e as transformações vivenciadas na condição moderna. Após isso, são trazidas as urgências da contemporaneidade sobre o papel do homem na família enquanto pai de criança / adolescente com deficiência intelectual e as possíveis modificações familiares implicadas a partir dessa nova dinâmica sob a ótica da mulher mãe. Em seguida, são propostas análises de narrativas de genitoras que possuem seus filhos inseridos no Atendimento Educacional Especializado da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador e como se dão as relações do pai junto ao filho inicialmente não idealizado. É plausível concluir que os resultados mediante as considerações apresentadas direcionam a pensar que existe uma lacuna significativa entre o cuidado materno e o cuidado paterno diante do filho com deficiência intelectual e que essas circunstâncias interferem de forma considerável no desenvolvimento da criança / adolescente mudando, por vezes, a constituição familiar e os vínculos outrora pré-estabelecidos.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual; Paternidade; Narrativas Maternas; Educação; Inclusão.

reality from narratives based on experience. It presents, initially, the historical-sociological portrait of man and his role in the family, contrasting the initial family model and the transformations experienced in the modern condition. After that, the contemporary urgencies on the role of the man in the family as a father of a child / adolescent with intellectual disabilities and the possible family changes implied from this new dynamic from the perspective of the woman mother are brought. Afterwards, analyzes of the narratives of mothers who have their children included in the Specialized Educational Service of the Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador are proposed and how the father's relationship with the initially non-idealized child takes place. It is concluded that the results, based on the considerations presented, lead us to think that there is a significant gap between maternal care and paternal care for the child with intellectual disabilities and that these circumstances interfere considerably in the development of the child/adolescent, changing, sometimes, family constitution and previously pre-established bonds.

**Keywords:** Intellectual Disability; Paternity; Maternal Narratives; Education; Inclusion.

## **Introdução**

É plausível mencionar que as configurações familiares da contemporaneidade têm ganhado novos modelos a partir de mudanças e eventos que comumente atravessam o dia a dia de inúmeras famílias. Dentre esses, a chegada do filho com deficiência no seio familiar tem delimitado, por vezes, não apenas a função social de pai e de mãe enquanto genitores, mas atribuído a esses responsáveis quais papéis dentro do seio familiar eles assumirão em virtude da não idealização do filho com deficiência que, de forma inesperada, passa a fazer parte deste núcleo e traz consigo significativas especificidades. De tal forma, esta pesquisa atribuirá ênfase ao exercício da paternidade diante da necessidade de cuidado junto ao filho com deficiência sob a ótica das narrativas empregadas por mães. Buscará, assim, propor reflexões sobre a identidade desse pai contemporâneo e como a construção histórico-sociológica dessa responsabilidade influencia diretamente o desdobrar da atualidade.

As diversas transformações sociais certamente, também, afetaram de várias maneiras as configurações de famílias que outrora existiam e perpetuavam-se enquanto modelo único a ser reconhecido. Essa ação conseqüentemente reflete nos papéis familiares que cada membro pertencente executará – ou não – e como as atitudes interferem em novos desdobramentos para manutenção desse núcleo considerado imprescindível para o desenvolvimento de todo e qualquer ser humano. Grande parte dessas mudanças está alicerçada nos movimentos sociais contemporâneos, dentre esses são destacáveis o ganho de direitos por parte de grupos até então minoritários através de políticas públicas que, após inúmeros atos de ativismo, garantem o ingresso da mulher no mercado de trabalho, discussões acentuadas no quesito gênero e sexualidade e fatores que envolvem a deficiência e perspectivas de inclusão.

De forma enfática, as famílias que se deparam com a chegada da criança com deficiência têm, com frequência, a necessidade de se reorganizar seus hábitos, costumes e funções para receber esse indivíduo, acolhê-lo e contemplar suas necessidades antes não pensadas. Concomitantemente, costumam além de vivenciarem com exaustão socioemocional através das fases do luto pelo filho não idealizado, enfrentarem o estranhamento causado pela deficiência, medo e incerteza do futuro e buscam alicerce sólido em eventuais redes de apoio que se formam com

o intuito de fomentar uma melhor qualidade de vida de modo holístico a este indivíduo e sua família. Trazer à luz das pesquisas atuais discussões emergentes como estas é de vital necessidade para minimizar os impactos negativos de uma sociedade desigualitária e que traz seus reflexos primeiramente junto às diversas familiaridades.

O presente artigo é um desdobramento da pesquisa “Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador” realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e que contou com a devida aprovação do Comitê de Ética da referida instituição proponente. Entretanto, embora a pesquisa se paute em questões que discutem inclusão e traga os aspectos familiares como transversais a esse contexto, neste estudo especificamente, é dado destaque aos papéis exercidos por mães e pais de crianças com deficiência e como isso repercute na dinâmica familiar e do convívio entre ambos e a criança.

Os resultados, como são aqui expostos, ainda apresentam a necessidade de trazer à sociedade debates que reflitam as reais necessidades do pai contemporâneo diante de demandas que anteriormente não existiam. A mãe, enquanto cuidadora integral e intermitente, ainda assume, em grande parte, o papel de responsável pela criança com deficiência enquanto o genitor focaliza-se nas atividades de manutenção da renda e provisões nos quesitos moradia e alimentação. Além disso, este estudo contribui de forma a delinear novas possibilidades de estudos a partir das narrativas maternas como modo de melhor fomentar caminhos para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual a partir de subsídios dados às famílias.

### **Homem e família: representações histórico-sociológicas e o urgir da contemporaneidade**

Para se pensar a inclusão tendo como ponto de partida a família e traçar estratégias que busquem a plena participação da pessoa com deficiência intelectual no atual cenário contemporâneo faz-se necessário, sobretudo, um resgate histórico-contextual sobre a constituição de família, a organização sob a ótica do patriarcado<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Segundo Pateman (1993), o conceito de patriarcado está vinculado ao fato de, por serem homens, estes indivíduos exercem significativa autoridade sobre corpos femininos como se os mesmos pudessem oprimi-las, explorá-las ou dominá-las pelo motivo de serem mulheres.

que ainda perdura intrinsecamente na sociedade a partir de fatos e registros explícitos ou velados.

A família enquanto instituição social é tão antiga quanto a própria história do homem e a perpetuação dela e suas modificações têm trazido novos conceitos para discutir as demandas pré-existentes para os seus membros. O conceito inicial de família trazido por Ariès (1981, p. 275) ao afirmar que “a família cumpria uma função – assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes – mas não penetrava muito longe na sensibilidade” relata que a função social da família em grande parte da história humana remete-se quase que exclusivamente a transmissão de bens e nomes, deixando de lado questões emocionais que envolveriam, por exemplo, vínculos, sentimentos e sensibilidades.

Sobre isso, o autor reitera que essas concepções se davam por conta do poder associado ao pai – figura do gênero masculino – que, por sua vez, exercia forte influência sobre aqueles que lhe deviam sujeição e submissão. Essa característica ainda é fortemente apresentada em alguns lares que tem a figura do homem exclusivamente vinculada ao sustento e a provisão material deixando de lado aspectos como tarefas que envolvam cuidados e as relações socioafetivas quanto aos membros da sua família. Coadunando com esse pensamento e trazendo um aparato reforçador desse contexto histórico, Engels (1984, p.61) afirma que

*Famulus* quer dizer escravo doméstico e *família* é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. Nos tempos de Gaio, a família “*id est patrimonium*” (isto é, herança) era transmitida por testamento. A expressão foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.

A denotação trazida pelo autor remete a um pertencimento de um grupo de pessoas a um único homem que, diante da autoridade territorial concebida pela sociedade, exercia a liderança sobre esses “escravos” escolhidos previamente. Esse contexto histórico que aborda a etimologia da palavra “família” relata que, aqueles que passavam a fazer parte desse grupo familiar, deixavam de ter sua autonomia intelectual para gerir suas próprias decisões e tinha, como eventual requisito, a vida

em um lar junto com seus senhores, cônjuges ou prole (ENGELS, 1984; LITO, 2012; SARTI, 2004; SLUZKI, 2003). Mais adiante o conceito de família toma forma de modo a ser visto como um agrupamento de todos que viviam em uma mesma residência, sejam eles servos ou senhores, cônjuges ou prole (LITO, 2012). De uma forma ou de outra, o processo de constituição de uma família perpassava implicitamente pela subserviência daqueles que se colocavam como súditos do homem líder, chefe e pai.

Não obstante, é plausível trazer à luz o fato de que as ideias pré-concebidas na Idade Média mencionada pelos autores tem enfrentado mudanças – assim como as transformações postas pela globalização – e isso, obviamente serve como parâmetro para compreender as novas exigências que a família e os membros famílias se estabelecem nas relações entre si. Sarti (2007) expressa esse pensamento ao dizer que “[...] vivemos em uma época como nenhuma, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas” (p. 21). Giddens (1991) em concordância com a premissa anterior expressa esse pensamento ao dizer que “[...] Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família” (p. 61).

A correlação dos pensamentos entre os autores traz com veemência o urgir das transformações atemporais de várias instâncias do mundo globalizado que alteram de modo significativo à rotina e constituição do ser humano e reflete, como espelho, nas organizações familiares. A pluralidade de pessoas dentro desta vasta esfera aponta para a emergência de pensar novas estruturas que atendam as necessidades dos membros familiares sem perderem a sua individualidade e, simultaneamente, se relacionem com os demais a sua volta. A validação de fatores como espaço e tempo para compreender esse fenômeno associado à mudança constante direcionam os estudos para novos movimentos e construções sociais dentro da família (JESUS, 2022).

Sobre as mudanças existentes na família, Negreiros e Féres-Carneiro (2004) citam sobre um novo modelo de família ainda não contemplado em sua totalidade pela sociedade desigual, preconceituosa e excludente, mas que já emerge com um

quantitativo significativo de pessoas que perpassam por esses modelos e buscam a garantia do direito à equidade e o respeito.

[...] no “modelo novo” de família, as fronteiras de identidades entre dois sexos são fluidas e permeáveis, com possibilidades plurais de representação: mulher oficial de forças armadas, homem dono-de-casa, mãe e pai solteiros, mulher chefe de família, casais homossexuais masculinos ou femininos, parceiros masculinos mais jovens, casal sem filhos por opção, produção independente, bebê de proveta e demais possibilidades que a evolução científica permite ou está em vias de possibilitar, tal como a discutida clonagem humana. (p.27)

Os autores reiteram que a construção de identidades dentro das famílias diante da fluidez dos papéis convencionais, agora permeáveis e passíveis de diversas novas representações, colocam em pauta questões de gênero<sup>4</sup> e suas novas funções inerentes às exigências de uma sociedade contemporânea em constante evolução. Assim, está preconizada a coexistência de um modelo híbrido de família que verse entre o conservador e o novo e onde múltiplos arranjos conjugais dão origem a novas configurações familiares. Embora esse não seja um movimento linear, é digno de nota que “todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência. O desenvolvimento da família realiza-se paralelamente, mas não oferece critérios tão conclusivos para a delimitação dos períodos” (ENGELS, 1984, p.22).

Se a sociedade muda, a família muda. A (re) organização do sistema família se dá na mesma linearidade e proporção que as transformações sociais chegam e afetam os membros que, dadas outras épocas, possuíam atribuições estáticas e imutáveis. O homem, enquanto parte constituinte de uma família independente da sua configuração, também se vê com a urgência de redefinir suas tarefas para melhor atender ao novo. Nesse ínterim, o papel único de provedor do sustento e chefe atribuído ao homem pode ser facilmente versado para a mulher, viver sozinho com filhos sem o cônjuge ou, acometido por questões econômicas, torna-se dono de casa em muitos casos. Para Petrini e Cavalcanti (2005, p. 29),

---

4 As questões de gênero que atravessam esta pesquisa são as mesmas trazidas por Bourdieu (1999, p. 3) ao afirmar que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”. Logo, sob esta ótica, existe um sistema que apoia fortemente o patriarcado e interfere significativamente no que se refere a identidade de gênero como uma construção social que, por vezes, atrela-se com à supremacia masculina.

Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização.

A pós-modernidade, conforme trazido por Hall (2006) seguindo o pensamento linear abordado por Petrini e Cavalcanti (2005), e com ela o advento da globalização, passa a descentralizar o sujeito de outrora para discutir as atribuições do homem moderno, enquanto indivíduo sociológico, que agora se propõe a dialogar com estruturas remanejadas e, enquanto figura paterna, disposto à construção de novas identidades a partir de outras experiências. Conseqüentemente, se como homem novas possibilidades de existir no mundo tomam forma, a paternidade é também afetada e mutável, ainda mais quando se pensa o exercício da paternidade contemporânea junto ao filho com deficiência.

### **A paternidade contemporânea a as modificações familiares diante da chegada do filho com deficiência intelectual**

Embora existam estudos que retratem o exercício da paternidade para com o filho com deficiência, grande parte ainda se enveredam para a deficiência física e poucos ainda se debruçam sobre pesquisas maiores quando há a deficiência intelectual. Além disso, o homem, enquanto pai de pessoa com deficiência, ainda aparece quase que subrepresentado na literatura dada a ênfase maior em estudos sobre a maternidade ou, ainda, supostamente contemplado pela terminologia "pais" (CHACON, 2009; SILVA; MOREIRA, 2015).

Se por um lado têm-se as percepções de que a paternidade tem passado por constantes transformações, o exercício de ser pai de criança com deficiência intelectual está intimamente associado com essas mudanças e as modificações familiares intrínsecas após a chegada do filho com deficiência, seja esta no ato do nascimento – como em alguns casos da síndrome de Down – ou após o diagnóstico nos primeiros anos de vida. Buscaglia (1993, p.20) afirma que "o ajustamento a esta realidade pode exigir-lhe uma drástica mudança em seu modo de vida, na profissão, nas esperanças para o futuro e nos planos para alcançar seus objetivos." Simultaneamente ao enfrentar as fases do luto pelo filho idealizado que agora dá

lugar a outro inesperado, a famílias necessita reorganizar suas emoções, expectativas, planos e direcionamentos não apenas para a criança, mas todos que fazem parte daquele convívio.

Não obstante, é válido ressaltar que o desejo do homem dentro do seio familiar que se torna pai é, conforme apresentado por Brazelton & Cramer (2002), ensinar-lhe as atribuições das responsabilidades e compartilhar os anseios frustrados para que, a então criança, possa igualá-lo ou superá-lo. A projeção para o futuro torna-se evidente, visto que “os adultos querem se recuperar narcisicamente à custa de seus filhos; pois, na cultura do individualismo e do narcisismo, os filhos são nossa esperança de imortalidade e de perfeição” (KEHL, 2001, p.37). A quebra de um ideal pensado, decerto, interfere no exercício da paternidade que, agora, precisará se moldar para sarar essa fratura narcisística pré-delineada a partir da identificação entre pai e filho (MONTGOMERY, 1992). Todavia, é plausível mencionar que, em adendo a esses fatores trazidos pelos autores, o homem – enquanto pai de criança com deficiência – agora enfrentará outras metamorfoses que independem de suas ações, como, por exemplo, uma nova família.

Contudo, o não sequenciamento nos fatos e os entraves trazidos historicamente pela masculinidade posta enquanto virtude de poder para controle dos servos faz com o que o homem enfrente desafios pelo fato de não ter sido ensinado para lidar com as essas emoções, tampouco vinculado a atividades de cuidado.

Como maternar ou proporcionar cuidados infantis faz parte do universo feminino, aproximar-se do cuidado dos filhos / filhas significa para os homens uma aproximação perigosa da identificação com aspectos do papel de gênero de sua mãe, que foram necessariamente reprimidos e negados com a finalidade de garantir a sua identidade de gênero e masculinidade (RAMIRES, 1997, p.46).

A deficiência põe em pauta a dialogicidade tênue entre maternar e paternar e o que lhe cabem. A partir desse fato, “(...) tudo aquilo que até então era dado como certo, aceitável, esperado, enfim, como normal, passa a ser questionado e desqualificado.” (GLAT; DUQUE, 2003, p. 15), atenuando, assim, o sentimento de culpa por parte dos pais mediante a projeção da incapacidade de gerar uma criança supostamente “sadia”. Estudos apontam que a chegada da criança ao seio familiar faz

com que este núcleo enfrente um processo de metamorfose que pode ser subdividido em seis grandes áreas. Segundo Krynski (1984 *apud* Prado, 2004, p. 92), as famílias podem se dividir da seguinte forma:

- 1) Famílias que, por ignorância e primarismo social, aceitam a realidade tal qual se apresenta e convivem com ela na medida do possível e do aceitável;
- 2) Famílias que se desagregam rapidamente (total ou parcialmente) por incapacidade de aceitação e restabelecimento da homeostase;
- 3) Famílias que buscam relativa adaptação ao novo status, frequentemente baixando o nível familiar para atender às prioridades do deficiente;
- 4) Famílias que aprendem a “conviver” com o filho deficiente, mesmo não aceitando a realidade, e continuam buscando soluções para satisfazer suas próprias dificuldades com aparente situação de adaptação;
- 5) Famílias que, embora sem condições iniciais, conseguem restabelecer a homeostase e enfrentar a situação;
- 6) Finalmente, famílias de alto padrão cultural e adaptativo que, reconhecendo o problema nos seus mais importantes aspectos, aceitam a situação real do deficiente como “pessoa” e estabelecem concreto clima de integração e normalização familiar.

A partir das situações acima alistadas que permeiam desde a ruptura de um vínculo, os responsáveis pelo cuidado dessa criança passam por rupturas abruptas dentro das suas relações dentro e fora do vínculo familiar. Dentro dos referenciais bibliográficos que pesquisam sobre inclusão e pessoas com deficiência, há uma unanimidade e consenso científico em afirmarem que a mãe, quase sempre, abdica de suas responsabilidades, atividades, vida pessoal, estudos e emprego, para se dedicar quase que exclusivamente à tarefa de cuidar deste filho. Mannoni (1999, p.1) pondera que “é a mãe que vai travar, contra a inércia ou indiferença social, uma batalha longa cujo alvo é a saúde do filho deficiente, saúde que ela reivindica mantendo uma moral de ferro em meio à hostilidade e ao desencorajamento.” Embora por vezes essa atitude gere comoção social aos olhos de quem observa esse cuidado itinerante, é válido salientar que “cuidar não pode simplesmente traduzir uma noção romantizada de abnegação” (TRONTO, 1997, p. 193).

Todavia, a contemporaneidade e suas pautas em prol da visibilidade das minorias, o que decerto inclui as mulheres, tem trazido novas modificações familiares que passam a interferir de maneira acentuada também na vida do homem moderno

enquanto pai de uma criança com deficiência. Isso ocorre através do processo de lutas e conquistas das mulheres por direitos igualitários e uma sociedade que aplique o princípio da equidade para ambos os gêneros nas diversas esferas, inclusive no cuidado com o filho. Por vezes, em casos específicos vêm crescendo, elas permutam o lugar de cuidado familiar hierarquicamente e historicamente a elas delegado e transitam por outros espaços dado voz à mulher contemporânea.

[...] um conceito presente nas percepções das mulheres em geral e bem evidente nessas cuidadoras-leigas, o qual diz respeito ao aprendizado do cuidado que perpassa diferentes gerações, sendo por isto contínuo, ou seja, a mãe ensina a filha, que ensina as suas filhas com auxílio da avó; tias, primas, todas as pessoas do gênero feminino estão inclusas no ensino do cuidado familiar. Isto tem fortes influências culturais que caracterizam práticas seculares e cuidados leigos próprios, mas a sobrevivência destes princípios pode estar comprometida, principalmente pela busca de mudança de papéis da mulher contemporânea. (WEGNER; PEDRO; 2010 p. 3)

As influências culturais mencionadas pelos autores não só refletem especificamente sob o gênero feminino, mas passa, também, a trazer novas responsabilidades ao homem sobre a divisão no cuidado do filho com deficiência. Cuidado este, por sua vez, que passará a lhe exigir atribuições outrora não pensadas, visto que Noddings (2003, p.21) reflete que “cuidar é estar em um estado mental sobrecarregado, um estado de ansiedade, medo ou preocupação em relação a alguma coisa ou a alguém”. Sob as lentes dessa conjuntura, o homem passaria a envolver em tarefas que antes eram delegadas exclusivamente à mulher enquanto o mesmo debruçava-se exclusivamente nas atividades materiais e de subsistência. Esta rachadura no pensamento linear antiquado é descrita por Lyra *et al* (2011, p. 85) ao predizer que

Sabe-se que qualquer discussão sobre o cuidado é remetida imediatamente ao “universo feminino”, pois desde a infância, com a educação familiar, há um claro incentivo e uma cobrança de que o cuidado esteja presente na postura das meninas, o que é maciçamente reforçado pela mídia, que não se cansa de lançar novos modelos de bonecas, casinhas, cozinhas, etc. Em contrapartida, aos meninos é reservado o espaço da rua, com brincadeiras que na maioria das vezes exigem mais esforço físico, visando à competição e ao enfretamento de riscos como algo natural e incentivado.

Têm-se, a partir deste novo fenômeno contemporâneo, a (des) construção do patriarcado enquanto figura autoritária e responsável pelo sustento enquanto as mulheres eram destinadas ao cuidado. O comportamento do homem para com o filho com deficiência intelectual passa a atingir outras proporções mediante exigências que passam a ser inerentes ao seu papel, o que quase sempre exige uma modificação da configuração e dinâmica familiar. Neste respeito, Lamb *et al* (1985), abordam uma nova forma de exercer a paternidade contemporânea por compartilhar as tarefas do cuidado junto à mãe e assumir igualmente as responsabilidades; para tanto, listam três elementos para melhor fluidez da paternidade, a saber, (a) interação, (b) acessibilidade e (c) responsabilidade.

O tripé abordado pelos autores traz como parâmetros a serem considerados alguns pontos da dinâmica da criança que exigirão a participação paterna tão quanto à materna e não apenas em uma posição de apoio / suporte. Sobre isto, é preciso mensurar o modelo de paternidade contemporânea que cuide e compartilhe das atividades da criança, sejam elas da atividade da vida diária ou de questões socioafetivas, prestar condições psicossociais para o pleno desenvolvimento do indivíduo e dedicar tempo para atividades que exijam maior esforço dos responsáveis (SILVA; MOREIRA, 2015). A não delimitação de gênero nas tarefas que envolvem o cuidado e o nível de envolvimento do genitor para com elas são fatores determinantes para pensar sobre o homem contemporâneo na função de pai de criança com deficiência, sobretudo, a intelectual.

No entanto, a realidade que ainda perdura em grande parte dos lares a perpetuação da figura autoritária paterna que se distancia das atividades mais próximas do que é remetido ao feminino e aproximando-se do protetor / provedor. O processo de desconstrução dessa figura ainda é lento quando avaliado a sociedade que ainda determina e orienta funções por gênero, porém, aos poucos tem ganhado novos espaços para discussões propondo, assim, mudanças nas configurações patriarcais e trazendo mais fluidez de papéis à dinâmica dos membros da família.

Espera-se, de tal forma, que o pai contemporâneo de uma criança com deficiência intelectual ultrapasse os muros envoltos que o remetem para provisão do sustento e apenas reprodutor, mas acompanhe as diversas transformações sociais que redefinam o seu papel convencional e ressignifique novos modelos de sentir a

paternidade e externá-la para além da dicotomia dos gêneros (GOMES; RESENDE, 2004).

### **Procedimentos metodológicos**

O campo de pesquisa a ser explorado para extrair as percepções do estudo foi a APAE Salvador. A instituição oferta, dentre suas atividades entre saúde, educação e assistência social, AEE para crianças e adolescentes entre 02 (dois) e 16 (dezesesseis) anos com deficiência intelectual e múltipla devidamente matriculados na rede regular de ensino independente da esfera. De forma simultânea, através da equipe de assistência social e demais colaboradores de áreas educacionais e de saúde, acolhe famílias – pais, mães, responsáveis e cuidadores – durante o período de atendimento à criança / adolescente. Desta forma, promove com frequência uma escuta qualificada para entender as demandas enfrentadas por esse público e viabilizar a minimização das barreiras que emergem do coletivo.

Diante do campo de pesquisa e da viabilidade da mesma diante do cenário mundial acometido pela pandemia, a metodologia empregada para chegar a uma percepção da realidade foi a abordagem fenomenológica. É necessário, sobretudo, compreender a paternidade contemporânea para com o filho com deficiência como um fenômeno latente que emerge de forma desproporcional quando mensurado os estudos em andamento (BICUDO, 1994). Nesse sentido, a fenomenologia “basicamente se guia pelos caminhos da experiência, e assim sugere uma tomada reflexiva da vivência, abrindo possibilidades de observar as coisas como elas se manifestam. Trazendo à consciência novos olhares, para permitir um redimensionamento dos fazeres” (ROJAS, 2006, p. 3). Como trazido por Larrosa (2018, p. 18) a experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, assim, refletir sobre as possibilidades que a fenomenologia traz no quesito da experiência a importância de ater-se aos discursos que quem convive com a realidade e vivencia os entraves familiares que a deficiência traz ao adentrar na família de modo casual, abrupto e quase sempre sem preparação prévia.

Retratar paternidade e maternidade a partir do método fenomenológico é compreender que fenômenos atuais como o cuidado com o filho com deficiência em um mundo moderno emergem, ora de atos individuais, ora conjugados de sujeitos

que se tornam atores sociais. Assim, a fenomenologia buscará a descrição de um fato como o mesmo é em sua realidade, trazendo maior visibilidade a cada detalhe que, como um mosaico, compõe o fenômeno a ser estudado.

A coleta de dados, diante do momento pandêmico por conta da COVID-19, se deu por mediação tecnológica via *Google Meet*, onde foi possível gravar, analisar os discursos e em seguida transcrevê-los para uma melhor elucidação das informações obtidas. Inicialmente, foi aplicado um questionário sociodemográfico na busca de compreender qual o perfil dos entrevistados. É plausível mencionar que, dado o emergir de um discurso quase uníssono, as mulheres em pauta foram majoritariamente negras, com nível de escolaridade oscilando entre fundamental séries finais e ensino médio, divorciadas ou solteiras e tem como renda única o Benefício de Prestação Continuada (BPC) associado a atividades esporádicas remuneradas de cunho autônomo, como realização de serviços de diaristas e venda de produtos de higiene pessoal.

A pesquisa entrevistou 17 (dezessete) mães e 3 (três) pais de crianças com deficiência intelectual que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) da APAE Salvador. Os critérios para o grupo controle envolviam três aspectos, a saber, a) criança / adolescente entre 02 (dois) e 16 (dezesseis) anos e b) fazer parte do AEE da APAE Salvador entre o período de 2019 – 2022. Todavia, como proposto em um recorte, as narrativas maternas aqui registradas estão identificadas por M1, M2 e M2 e, o contraponto do discurso feminino, será a narrativa de P2, um dos genitores também trazido no estudo. A perspectiva é que a quantidade de sujeitos reflita, em grande parte, um nível de realidade possível de se mensurar a partir da repetição dos enunciados pelos entrevistados (BAUER; GASKELL, 2002). Todos os indivíduos foram devidamente informados e concordaram previamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que seus discursos pudessem ser transcritos sem exposição nominal dos mesmos.

### **Narrativas maternas sobre o exercício da paternidade: um retrato da APAE Salvador**

A temática paternidade eclode de forma institivamente natural no discurso de mulheres mães de crianças com deficiência intelectual ao iniciarem suas narrativas

sobre o cuidado. Entretanto, fez-se necessário, também, dar vez e voz à figura paterna para que pudesse expressar suas emoções quanto às demandas do cuidado com o filho. Contrastar os discursos é de extrema importância para se chegar a uma percepção da realidade, assim como é próprio do método fenomenológico.

Ao sentirem-se à vontade em dado momento da entrevista semiestruturada, enquanto narravam sobre os desafios e possibilidades de viver a experiência da maternidade atípica, a temática desdobra-se para rede de apoio e, não menos importante, na figura paterna no cuidado junto ao filho com deficiência intelectual. O contexto trazido por este artigo e que aqui são representados por M1, M2 e M12 refletem as narrativas das demais (17) dezessete mães; a narrativa masculina identificada por P2 incorpora o discurso dos outros (2) pais também entrevistados. Foi solicitado às mães que discorressem um pouco sobre as suas percepções referente ao período vivenciado por elas e os pais – figura paterna – após o estágio inicial envolvendo o luto pelo diagnóstico.

**M1: *Ele fica na parte do trabalho.*** Nunca aconteceu alguma coisa que eu não pudesse ir e que terceiros levassem ela para os atendimentos, sempre fiz questão de estar presente. Sempre, sempre, sempre! ***Quando chego em casa passo tudo para ele, o que aconteceu, o que estava acontecendo, o procedimento que estava sendo ensinado a F1, os lugares, comunico tudo para ele não ficar por fora da situação,*** mas nunca gostei que outra pessoa levasse, sempre fui eu. (grifo do autor).

**M1: *Eu não tiro e nem tenho momento para mim.*** Não tenho, é difícil. (...) ***minha vida é ao redor de meus filhos,*** principalmente com F1. Quando algo acontece comigo eu ***guardo no meu coração,*** muitas vezes eu entro no quarto e choro (grifo do autor)

É perceptível pelo discurso de M1 que, dentro da dinâmica das relações familiares vividas em seu lar, o genitor ainda assume o papel de provedor. Enquanto isso, a mesma se coloca na posição de dedicação com exclusividade à filha com deficiência. Limitou-se a esses detalhes por considerar, de modo natural e satisfatório, que o pai cumpre as funções impostas do que lhe é esperado por prover e manter as atividades básicas para subsistência (SILVA; MOREIRA, 2015).

No quesito relacionado à rede de apoio, M1 refere-se ao genitor como “terceiros” no cuidado itinerante. Após afirmar que ele assumiu o papel de trabalhar para manter as despesas do lar, ela afirma sequencialmente que *“nunca aconteceu alguma coisa que*

*eu não pudesse ir e que terceiros levasse ela para os atendimentos, sempre fiz questão de estar presente".* A mãe nesse momento refere-se às atividades que são realizadas pela APAE Salvador duas vezes na semana no turno oposto a escolar. Reafirma, com afinco, o desejo de estar lá como sendo uma responsabilidade que lhe foi conferida. A narrativa destaca também, de modo inconsciente, o distanciamento das tarefas de cuidado da figura paterna visto que a mesma diz que relata todos os ocorridos no atendimento para o pai *"não ficar por fora da situação"*.

Evidentemente é constatável a sobrecarga feminina diante do desdobramento socioemocional que possui enquanto papel fundamental para o desenvolvimento da criança. Além de trazer à luz falas que denotam ausência de cuidado pessoal e em atividades que sejam de interesse próprio e não necessariamente familiar, diz que tem toda a sua rotina preenchida por esse cuidado. O "guardar" esses sentimentos externados, não só exprime a ideia de solidão como transparece o quão necessário é por para fora o turbilhão de emoções vivenciadas no dia a dia desempenhando a maternagem em tempo integral.

O discurso narrado por M2 muito se aproxima do que é posto por M1. Contudo, embora exponha a sua opinião que fortemente dialoga com o referencial bibliográfico norteador deste estudo, os dados citados por M2 não tem exatidão quantitativa, traz significativa contribuição para o delineamento da interpretação dos dados obtidos. Em dado momento, foi pedido que comentassem sobre a presença masculina dentro dessas relações familiares. Sobre a participação paterna, a referida mãe é enfática ao trazer sua concepção sobre a realidade vivenciada.

**M2:** 1% dos pais geralmente são realmente inseridos nesse contexto e que colam com as mães. Quando sabem que o filho tem deficiência abandona, percebemos muitas mães solteiras na APAE. No meu caso, ***o pai de F2 está presente, sinto que ele está porque ele cola junto, um dá suporte para o outro desde quando saímos da maternidade logo após o diagnóstico de F2. Para mim, o início realmente foi bem solitário porque quando F2 tinha dois meses, ele assumiu o gerenciamento da escola que ele trabalha, ele saía às sete da manhã e retornava sete e meia da noite, então quem passava o dia inteiro com ela era eu. Era uma situação que não tinha a quem recorrer.*** (...). Sim, é evidente que ***há um certo distanciamento dos pais***, normalmente são as mães que colam mesmo (grifo do autor).

A reflexão trazida por M2, principalmente nos grifos, põe o genitor de F2 como estando presente nas relações pré-estabelecidas entre a família, porém, o ponto de vista pelo qual o "suporte" é encarado ainda reflete uma visão do patriarcado e mantém distante de algumas responsabilidades que, diante do urgir da contemporaneidade, necessitariam ser divididas. Inicialmente, o termo "colar junto" é relacionado a uma posição de "apoio" dentro de um protagonismo no cuidar que ainda é exercido por ela. Digno de nota que esse apoio dado é validado como positivo pela mãe mesmo quando o pai da criança necessitava passar mais de 12 (doze) horas fora do lar por conta do seu trabalho no gerenciamento de um espaço educacional, deixando-a sob a responsabilidade das atividades domésticas e das demandas físicas e emocionais do recém-nascido incluindo os primeiros anos de vida. Ao término, ela reitera, olhando todo o percurso, que, de fato, há uma lacuna oriunda do distanciamento do exercício da paternidade para com o filho com deficiência quando mensurado com o ato de maternas. Uzêda (2013, p. 113) em seus estudos percebeu que

[...] a grande maioria das crianças que frequenta esse espaço de atendimento é acompanhada por mães ou outras mulheres que assumem as responsabilidades sobre a educação, o tratamento e a escolarização das crianças. A participação masculina ocorre numa proporção bem menor e, mesmo diante de solicitações formais de comparecimento dos pais ou avôs das crianças, pelos profissionais de psicologia e serviço social da instituição, não é possível contar com a presença e a efetiva participação da maioria dos pais.

A autora menciona que, mesmo que os pais se envolvam com as atividades que envolvem educação e escolarização, a proporção ainda não corresponde a uma totalidade a qual possa se afirmar que há uma divisão igualitária das atividades. Importante salientar que o que M2 apresenta e coaduna com o pensamento de Uzêda (2013) reflete exatamente a associação entre o exercício da paternidade e o estado civil das mães entrevistadas. O abandono do cônjuge diante do filho com deficiência narrado pela genitora é um reflexo de dados que apontam que 41% das entrevistadas são solteiras e 18% estão divorciadas, totalizando, assim, 59% das mães que cuidam da criança integralmente sem os seus respectivos genitores. Logo, a paternidade ideal contemporânea ainda permanece distante do esperado causando

um ônus para mãe e diminuindo a possibilidade de rede de apoio (MANNONI, 1999; PETRINI, 2009; SÁ; RABINOVICH, 2006; SILVA; MOREIRA, 2015).

A realidade trazida por M12, embora difira um pouco da paternidade mencionadas por ambas pelo distanciamento evidente do genitor mesmo que residam sob o mesmo lar e tendo-o como provisor material. A narrativa da genitora engloba desde o período da descoberta do diagnóstico de deficiência até o presente momento e, segundo ela, esse foi um fator determinante na vida do casal e do exercício da paternidade com outros filhos mais velhos. Alguns trechos, no entanto, merecem um destaque pontual por traçarem um processo contínuo de afastamento e distanciamento permanente entre os membros envolvidos. Em dado momento da entrevista, os discursos que se seguem emergiram ao comentarem sobre a participação paterna nas atividades de cuidado com o filho com deficiência.

**M12:** Ela (F12) pequena, ***o marido tá desabando direto, né?*** Aí eu peguei, cheguei para ele: "olha, a partir de hoje a gente não vai chorar não, a gente vai lutar, a gente não vai chorar não, a gente vai lutar, porque se você chora, eu choro, quem vai cuidar dessa criança?" (grifo do autor)

**M12:** A F12 é só comigo, Matheus, ***é só comigo. Tem um pai também, mas o pai é dificilmente ele levar muito difícil, né?*** Ele já levou, eu já pedi para ele levar aqui quando eu não tava muito bem, então para ela não faltar aí ele já levou como tava antes da pandemia normal. Ele já levou, mas quem leva sou eu (grifo do autor).

**M12:** É um pouco assim: ***ele assim acha, né, que eu que tenho que tá sempre na frente. (...) ele não é muito paciente, né? Então eu não gosto de ver gritando,*** eu não gosto de disputar por causa de besteira, né? (...) (grifo do autor).

**M12:** ***Eu acho que a paciência não tem paciência nenhuma, e a gente sabe, né? (...)*** E ele ***não tem essa paciência,*** falou: "eu não já falei, menina?" Aí começa: "já disse, eu não posso, eu não posso te levar, e aquela coisa..." (...) Ele não tem muito. ***Então se fecha.*** A mente fechada para alguns casos né? Aí fica com aquela mente fechada, de achar que são iguais (os filhos). Aí eu falo da deficiência intelectual, onde é que está, na mente (...). (grifo do autor).

M12 começa a sua exposição comentando sobre o momento de sofrimento psíquico-emocional enfrentando pelo pai da criança logo após o nascimento e o diagnóstico de síndrome de Down. Conta que o esposo tinha o costume de ficar constantemente "desabando", termo usado para se referir ao choro constante e o

estado de instabilidade emocional. Isso, em grande parte, acontece porque “[...] tudo aquilo que até então era dado como certo, aceitável, esperado, enfim, como normal, passa a ser questionado e desqualificado.” (GLAT; DUQUE, 2003, p. 15). A carga emocional diante de M12 duplica-se com a necessidade de acolher e cuidar da criança com deficiência intelectual que chega ao seio familiar e, simultaneamente, equilibrar o esposo que se desestabilizou com a situação.

A continuidade do discurso, todavia, revela a figura de um pai que, após o momento inicial do luto e diante da suposta aceitação de que agora exerceria a paternidade uma criança com deficiência, optou pelo distanciamento da relação nos quesitos afeto e cuidado, destinando a continuidade dessas atividades por M12. A sequência expressa é que agora a criança estaria exclusivamente sob os cuidados dela enquanto o marido genitor se encontra em uma inércia com relação ao fenômeno. A conjunção adversativa “mas” usada por M12 exemplifica bem o sentido de estarem em lados opostos para realizar a mesma atividade em benefício da criança. O homem, nesse respeito, age de modo consciente ao propor o distanciamento, inclusive proferindo gritos quando deixa de lado a paciência. Por não gostar de vê-lo gritando, M12 permanece rigorosamente focada em suas atividades junto à criança sem contar com a rede de apoio esperada. Assim sendo, transmite a ideia de “um pai eminentemente autoritário e castrador, com o qual não se consegue dialogar (...) o pai, pelas atribuições que recebe, está excluído.” (NOLASCO, 1993, p. 154).

O relato de M12 sobre os aspectos comportamentais do genitor traz um importante recorte de como o homem, que coexiste com a contemporaneidade, mas dela não se apropria, ainda encara a sua função em detrimento do envolvimento em outras. Para Saffioti (1987, p. 8), “a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”.

Os discursos femininos que eclodiram também podem ser identificados em seus fragmentos durante a fala de P2, pai de criança com síndrome de Down. Porém, o eufemismo e suavização presente nas palavras diante de um natural reforço da sua posição de apoio e não de protagonismo no cuidado ao filho com deficiência se tornaram evidentes à medida que descrevia sua rotina e relacionamento para com a

prole. P2 também havia informado, mediante questionário sociodemográfico, que mesmo após o nascimento da criança continuou exercendo sua carga horária de trabalho integral e, somente com o desemprego, voltou-se para o convívio com seu filho – aqui identificado por F18. Sobre o nascimento do mesmo, ele narra:

**P2:** É **reprogramação total** do chip, né? Porque você vem de [outro filho – nome oculto], super atlético, dinâmico, tanto inteligente quanto, cada um com as suas limitações, interativo, daqui a pouco vem F18 **com algumas limitações, com muitas limitações, mas não incapacidade**, porque depende muito aspectos disciplinares. Eu treinei comandos com outro filho que com F18 eu não consigo, então **é uma resignificação de entendimento**, uma coisa é você ser professor de educação física de uma escola que tem uma criança com síndrome de Down e outra coisa é essa criança ser seu filho **o contexto muda totalmente**. (grifo do autor)

**Entrevistador:** Agora falando sobre as atividades que você tinha, né? Você disse que você hoje divide essa responsabilidade de acompanhar ele nos atendimentos, mas isso impactou no autocuidado que você tinha com você? Por exemplo, algumas atividades que você talvez quisesse deixou de fazer não pode mais continuar.

**P2:** Saúde?

**Entrevistador:** Diria cuidar, hábitos de lazer, por exemplo, né?

**P2:** Não, **o que eu parei foi porque eu relaxei mesmo, não foi por causa dele não**. **Entrevistador:** Ele não atrapalhou em nada na sua rotina?

**P2:** Não. Agora assim, eu não posso, né, viajar, e ficar cinco dias fora né? **Eu não me vejo ficar cinco dias sem meu filho. Essa semana ele dormiu comigo de noite, eu não sabia se era ele ou se era eu agarrado aqui na cama**. Então, assim, é difícil o dia todo com ele, agora mesmo sem ele eu sinto a falta dele como o grande também, né? (grifo do autor)

Visivelmente há uma metamorfose em relação às impressões de P2 sobre a deficiência, convívio este que o mesmo enquanto professor já tinha dentro do ambiente de trabalho. O termo “reprogramação” remete a possibilidade de o genitor enxergar a necessidade de uma nova constituição familiar e, conseqüentemente, de um novo exercício da paternidade. Destaque para o fato de P2 ser profissional e educação física e constantemente estar envolvido em atividades que envolvem corpo e movimento levando-o, assim, a valorizar essas características adjetivando o filho mais velho como “*super atlético e dinâmico*”. Essa construção social de P2 é a mesma oriunda na idade média principalmente nas cidades de Atenas e Esparta que exaltavam o corpo e viam, nos mais jovens, o culto à virilidade. “Essa valorizava a

formação militar, tinha como objetivo preparar os jovens para a guerra através do desenvolvimento da força, da coragem e da obediência" (MONTEIRO, 2009, p.7). Tomando por base essas premissas associadas ao discurso de P2, existe uma identificação vinculada ao filho mais velho, como espelho, que possivelmente ainda não ocorre com o filho com deficiência retratando, dessa maneira, a frustração pelos planos e objetivos outrora traçados, inclusive por afirmar que havia treinado comandos com o filho mais velho que agora não consegue reproduzi-los (MONTGOMERY, 1992). Importante salientar que

[...] a deficiência jamais passa em "brancas nuvens", muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito [...] e, assim, como quase tudo que se refere à diferença, provoca a hegemonia do emocional (AMARAL, 1995, p.35).

A desorganização causada pela deficiência desorganiza P2 por fugir ao que era esperado, contudo, ao mesmo tempo o mobiliza para uma ressignificação no entendimento. A projeção de futuro e suas predeterminações cedem espaço agora a uma remodelação dentro da ótica da realidade e que acarretará novos aprendizados e, possivelmente, novas dinâmicas familiares de modo contínuo e/ou permanente. Não obstante, em questões comparativas com os discursos prévios de M1, M2 e M12 que mencionaram alterações na rotina diária, comprometimento do autocuidado, relacionamentos e empregabilidade, P2 – aqui representando os demais pais entrevistados – descreve a sua rotina como permanecendo quase que inalterada ou minimamente mudada pelo fato de não se incluir como cuidador integral do filho com deficiência.

Embora a priori P2 segue a linearidade dos discursos das mães concernente à participação da figura paterna no cuidado ao filho com deficiência, ele ressalta que suas atividades habituais não foram afetadas e os hábitos de lazer permanecem os mesmos. A não modificação dos atributos do patriarcado eclodiu em todos os discursos com significativa veemência colocando-os como subrepresentados e nunca como protagonismo das tarefas que envolvem responsabilidades, zelo ou tomar conta por períodos extensos.

Apesar das questões mencionadas que ainda refletem a sociedade liderada exclusivamente pelo patriarcado, a instabilidade econômica oriunda do desemprego por parte de P2 o fez voltar à sua atenção para as reais necessidades de F18. A partir deste fato, externa em sua fala o apego afetivo pelas etapas do desenvolvimento socioafetivo do exercício de sua paternidade para além do filho sem deficiência. Expressões como "*eu não me vejo ficar cinco dias sem meu filho*" e "*essa semana ele dormiu comigo de noite, eu não sabia se era ele ou se era eu agarrado aqui na cama*" denotam a sentimentalidade e o acompanhamento da criança para além dos quesitos que envolvem subsistência e provisão material. Fundiram-se, sem hesitações, a ponto de tornarem-se apenas um. O processo, todavia, de despir-se para vestir-se novamente envolveu deixar de lado ideias pré-concebidas e permitir-se viver novas experiências para construção ou complementação de uma nova identidade. Vasconcelos (1998, p.43) traz isso quando expõe que

O processo de construção da identidade, da subjetividade e da representação ou ideia de pai, se dá, em contextos históricos, culturais e afetivos específicos, com suas marcas e significados, próprios de cada geração. Nele, tanto a criança como seus pais se constituem e se identificam enquanto sujeitos; constroem e mudam a si mesmos e ao meio (humano e físico) onde convivem.

Essa nova construção da identidade tornar-se a ponte de transição para as exigências que são naturalmente colocadas para o pai contemporâneo e seu exercício junto ao filho com deficiência intelectual. Gomes e Resende (2004, p.122) abordam com ênfase este fato ao apontarem que

O pai contemporâneo [...] não se identifica com o homem [...] mero reprodutor, ou provedor econômico: ele se faz presente em contexto familiar estável, sob o ponto de vista da estrutura e da dinâmica do grupo familiar. Está sujeito e é movido pelas transformações socioculturais. Dispõe-se a redefinir seu papel, a restabelecer seu lugar e a repensar modelos que lhe permitam viver a paternidade, senti-la e exteriorizá-la.

Pensar nas atribuições do homem moderno para com as famílias, ultrapassando pontos como reprodução ou supervalorização da função econômica em detrimento de outras é de grande valia para manutenção da dinâmica das

famílias e fortalecimentos de vínculos. O despontar do cenário contemporâneo traz urgências e lacunas a serem preenchidas e reformuladas por famílias no quesito educação, escolarização e processos socioafetivos de homens pais de crianças com deficiência intelectual. A análise aponta que, embora muitos lares ainda retratem o modelo onde a mulher é responsável por pelo filho com deficiência intelectual, gradativamente encontram homens que compreendem a necessidade de uma transição para melhor desenvolvimento de seus filhos nos aspectos biopsicossociais.

### **Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo refletir sobre as circunstâncias atuais acerca do exercício da paternidade diante do filho com deficiência intelectual. Para tanto, se propôs a analisar narrativas de mães de crianças com deficiência intelectual que frequentam o AEE da APAE Salvador. Certamente, os resultados aqui obtidos e retratados não se esgotam como finalização de uma temática que ainda necessita de outros desdobramentos em eventuais pesquisas futuras, especificamente em temáticas que discutem famílias, configurações familiares, gênero e pessoa com deficiência.

Partindo do pressuposto que, ao longo da literatura bibliográfica, a mulher foi vista e delegada como cuidadora dos filhos, principalmente àqueles com deficiência intelectual, e o homem ocupou a posição de ausência ou suporte, as narrativas apresentadas dão em grande parte continuidade a este pensamento retrógrado encarando colocando o genitor majoritariamente na função de provisor dos aspectos físicos e materiais da família em detrimento de atividades que envolvam a tarefa de cuidar.

Se a paternidade ainda é um assunto que fomenta discussões na contemporaneidade por conta de diversas esferas nas quais o homem atua como protagonista, pensar em um novo exercício da paternidade que modifique a configuração atual da família após a chegada do filho com deficiência caminha, ainda, com poucos resultados discutidos no âmbito acadêmico por conta da sub-representação da figura masculina nestes estudos ascendentes. Os dados concordam com o posto por Lamb (1992, p.23) ao trazer que "[...] a discrepância maior entre envolvimento paterno e materno situa-se na área da responsabilidade. Vários estudos

mostram que os pais basicamente não assumem responsabilidades pelos cuidados ou educação dos filhos.”

Embora ainda se tenha em construção gradual a constituição de um pai contemporâneo atento às demandas socioemocionais, as representações obtidas pelas percepções maternas – aqui representadas por M1, M2 e M12 – é que o desenvolvimento dessa construção ainda enfrenta uma forte resistência da sociedade patriarcal e com poucos homens ainda dispostos a despir-se de ideias antiquadas para abraçar a nova roupagem trazida pela contemporaneidade em sua diversidade de pessoas, gênero e de possibilidades.

### Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robre, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Piracicaba: Unimep, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAZELTON, T.Berry; CRAMMER, Bertrand. **As primeiras relações**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CHACON, Miguel et al. A família como parceira no processo de desenvolvimento e educação do deficiente visual. In: MASINI, Elcie F. Salzano. (org). **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

DUQUE, Maria Auxiliadora; GLAT, Rosana. **Convivendo com filhos especiais: o olhar paterno**. Rio de Janeiro, 7 letras, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trabalho realizado com as investigações de L. H. Morgan. Trad. Leandro Konder. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O Pai Presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 20, n. 2. Brasília: Mai-Ago, 2004. p. 119-125.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

KEHL, Maria Rita. "Lugares do feminino e do masculino na família". In: COMPARATO, Maria Cecília Mazzilli; MONTEIRO, Denise de Souza Feliciano (Org). **A criança na contemporaneidade e a psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KRYNSKI, Stanislaw. (org.). **Serviço Social na área da deficiência mental**. São Paulo: Almed, 1984.

JESUS, Matheus Wisdom Pedro de. **Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual**: percepções de mães da APAE Salvador. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia: Salvador, 2022.

LARROSA, Jorge (Org.). **Esperando não se sabe o quê**: sobre o ofício de professor. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LITO, Ana Maria Franco Marques. **Família(s), fratria(s) e droga(s)**: A perspectiva do próprio e do seu irmão(ã). Estudo comparativo de trajetória de vida. 2012. 408f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

LYRA, Jorge et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, Ana Roja; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais PUC/SP, 2007. p.79-91.

MANNONI, Maud. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAMB, Michael et al. Paternal Behavior in humans. Vol. 25. **American Zoologist**, 1985.

LAMB, Michael. O papel do pai em mudança. **Análise Psicológica**, 1 (X), 19-34, 1992.

MONTEIRO, Alessandra Andrea. **Corporeidade e educação física**: Histórias que não se contam na escola! 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade São Judas Tadeu. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, São Paulo, 2009.

MONTGOMERY, Malcom. **O novo pai**: a dimensão da paternidade. São Paulo: Saraiva, 1992.

NEGREIROS, Teresa Creusa Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 1, 1º semestre 2004.

NODDINGS, Nel. **O cuidado**: uma abordagem feminina a ética e a educação moral. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PETRINI, João Carlos. Significado social da família. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: PUC-SP, 2009.

PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.) **Família, sociedade e subjetividades**: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

RAMIRES, Vera Regina. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

ROJAS, Jucimara. Efeitos de sentido e fenomenologia nas práticas educativas: linguagem, cognição e cultura. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS – V ENCONTRO DE FENOMENOLOGIA E ANÁLISE DO EXISTIR, 2006, São Bernardo do Campo. **Anais**. São Bernardo do Campo: Editora SE&PQ - Co-editora UESP, v. 1, 2006, p. 1-10.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARTI, Cinthya. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALLE, Maria Amália Faller (Org.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁ, Sumaia Midlej Pimentel; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]. 2006, vol.16, n.1, pp. 68-84. ISSN 0104-1282.

SILVA, Aroldo Barbosa. da; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Envolvimento do pai com o filho com deficiência visual**. Curitiba: Juruá, 2015.

SLUZKI, Carlos. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2003.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (Org.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record, Rosa do Tempos, 1997.

UZEDA, Sheila de Quadros. **A participação feminina no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência visual**. 2013. 218f Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Educação, Salvador, 2013.

VASCONCELOS, Vera Maria. Desenvolvimento Humano, Psicologia e Cultura In: SILVEIRA, Paulo. **Exercício da Paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WEGNER, William; PEDRO, Eva Neri Rubim. Os múltiplos papéis sociais de mulheres cuidadoras-leigas de crianças hospitalizadas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 335-342, 2010.

**Recebido em:** 13/02/2022

**Aprovado em:** 27/03/2023

